

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Direito

BRUNO MORAIS AVELAR LIMA

**AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E A REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA**

BELO HORIZONTE

2018

BRUNO MORAIS AVELAR LIMA

**AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E A REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Mestrado em Direito e Justiça do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Professor Doutor Andityas Soares Moura Costa Matos

**BELO HORIZONTE
2018**

L732m Lima, Bruno Morais Avelar
As manifestações de junho de 2013 e a representação política / Bruno
Morais Avelar Lima. – 2018.

Orientador: Andityas Soares Moura Costa Matos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Direito.

1. Direito – Teses 2. Movimentos sociais – Teses 3. Democracia –
Teses 4. Governo representativo e representação - Teses 5. Movimentos
de protestos – Teses I. Título

CDU 32

BRUNO MORAIS AVELAR LIMA

**AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E A REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Mestrado em Direito e Justiça do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Professor Doutor Andityas Soares Moura Costa Matos

Componentes da banca examinadora:

Professor Doutor Andityas Soares de Moura Costa Matos (Orientador)
Universidade Federal de Minas Gerais

Professor Doutor Giuseppe Mario Cocco (Titular)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Doutor Marcelo Ramos Maciel (Titular)
Universidade Federal de Minas Gerais

Professor Doutor Marco Antônio Sousa Alves (Suplente)
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e amigos, pelo carinho e apoio nessa trajetória.

A Saelli, minha companheira desta e de outras jornadas que ainda estão por vir.

Ao professor Andityas, por ter me apresentado e me acompanhado nos caminhos do mundo acadêmico, inspirando e me auxiliando.

Aos professores Marcelo Ramos Maciel, pela participação nas bancas de qualificação e de defesa, Vitor Sartori, pelas aulas, ensinamentos e contribuições na banca de qualificação, Giuseppe Mario Cocco e Marco Antônio Alves, pela disponibilidade em compor a banca.

A todos os colegas de pós-graduação e graduação que tornam um pouco real, ainda que aos trancos e barrancos e com enormes desafios, a utopia da universidade pública, um local democrático, de livre acesso e de construção coletiva de conhecimento. Thaisa, Nayara, Perdigão, Joyce, Jailane, Ana Suelen, Lorena, Ramon, Brahwlio, Danton, Helena, Yago, Carlos, Murilo, Rodrigo, Ana Clara, Luísa, Carmen, Carolina, Bruno, Clarissa, Mariana, Karine, Vanessa, Lucas, Priscilla, Zilda, Douglas, Maíra, Igor, Otávio, Vitor, Lucas e tantos outros, obrigado pela troca de ideias e afetos nesse período de mestrado.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

RESUMO

Buscou-se no presente trabalho realizar um estudo sobre as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. O referido evento foi um dos mais relevantes acontecimentos da política brasileira recente, mas que, no entanto, acerca do qual ainda restam muitas dúvidas. Por essa razão, uma reflexão sobre esse objeto se mostrou relevante. Como a chamada “crise de representação” foi um dos fatores mais comumente citados para explicar o fenômeno, partiu-se antes de breves reflexões acerca da representação política para amparar as análises dos protestos. Também foi realizada uma investigação acerca dos protestos ocorridos por volta do início da década de 2010 em diversos países como Estados Unidos da América, Espanha e Egito, uma vez que essas manifestações possuíam características semelhantes em relação ao evento brasileiro estudado. Além disso, essa investigação contribuiu igualmente para a compreensão dos novos tipos de ativismo social contemporâneos. Ao final, após expormos os principais personagens, temáticas e acontecimentos relativos às Jornadas de Junho, concluimos que foram observados na literatura relativa às manifestações três diferentes interpretações sobre seus sentidos políticos, quais sejam o conservador, o reformista e o revolucionário. Cada um desses sentidos concebia diferentes visões e projetos para os problemas relativos à crise de representação e à política em geral. O primeiro desejava reforçar os aspectos hierárquicos da representação, pretendendo aprofundar problemas seculares da sociedade brasileira. O segundo via nos protestos a possibilidade de restaurar as atuais instituições de democracia participativa. Por sua vez, o terceiro apontava para a construção de alternativas políticas extremamente diversas dos parâmetros usuais, a partir da concepção de uma democracia radical.

Palavras-chave: Jornadas de junho, democracia radical, representação política, movimentos sociais.

ABSTRACT

This work intends to conduct a study on the Brazilian Protests of June 2013. Although the mentioned event was one of the most relevant incidents in recent Brazilian politics, it is surrounded by many doubts. For this reason an analysis on this object revealed to be very important. Considering that the so called “crisis of representation” was one of the most commonly mentioned causes to explain the phenomenon, the work was preceded by a brief study on political representation to support the protests analysis. Since the demonstrations occurred on the beginning of 2010’s decade in many countries such as the United States of America, Spain and Egypt had similar characteristics to the Brazilian event studied, it was also conducted an investigation regarding them. Furthermore, this research has also contributed to comprehend the new types of contemporary social activism. Finally, after the presentation of the main characters, themes and events regarding the Protests of June, we concluded that there were in the literature three different types of interpretation concerning its political meanings, which are: the conservative, the reformist and the revolutionary. Each one of these meanings conceived different perspectives and projects for the crises of representation’s problems. The first one intended to reinforce the hierarchical aspects of representation, in order to intensify Brazilian secular society’s issues. The second one understood the protests as a possibility to repair the current institutions of the participative democracy. For its turn, the third one pointed to the construction of extremely different political alternatives from the usual parameters in accordance to a perspective of radical democracy.

Keywords: Protests of June, radical democracy, political representation, social movements.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. Alguns apontamentos sobre a representação política	11
2.1 A democracia direta dos camponeses e artesãos atenienses	15
2.2 Do múltiplo ao uno: representação na Idade Média	28
2.3 Entre a derrubada do Antigo Regime e a contenção da democracia: o surgimento da representação moderna.....	29
2.4 Representação no socialismo burocrático: as promessas frustradas de uma democracia dos trabalhadores.....	37
2.5 Democracia participativa e o Estado Democrático de Direito no Brasil: os movimentos sociais da segunda metade do século XX	48
3. Ventos de um passado recente: as inspirações de junho de 2013.....	53
3.1 O início da luta por uma outra globalização.....	53
3.2 Crise e revolta: o contexto do surgimento das lutas de 2011	56
3.2.1 Os paineleiros islandeses: da crise financeira à constituinte digital	58
3.2.2 Revoltas do norte africano: os protestos na Tunísia	61
3.2.3 Os protestos no Egito e a queda de mais um ditador	62
3.2.4 A Primavera Árabe	65
3.2.5 As <i>acampadas</i> dos Indignados espanhóis.....	67
3.2.6 Manifestantes no coração do mundo das finanças: o <i>Occupy Wall Street</i> ..	68
3.2.7 Grécia, Alemanha, Turquia e outros países.....	71
3.3 Algumas características dos movimentos de 2011	72

3.4 A ressaca dos movimentos de 2011: revoltas e badernas sem eficácia?	75
4. As Jornadas de Junho de 2013	82
4.1 Os acontecimentos de junho	82
4.2 As redes digitais e as ruas	87
4.3 Movimentos sociais e novos movimentos sociais.....	91
4.4 As jornadas de junho e os protestos globais.....	97
4.5 Os personagens de junho	98
4.5.1 Um movimento horizontal em luta pelo transporte coletivo	99
4.5.2 O perfil dos manifestantes: o precariado urbano	103
4.5.3 Os polêmicos Black blocs	107
4.5.5 A atuação virtual dos Anonymous	114
4.6 Três sentidos possíveis para as manifestações de junho	116
4.6.1 Junho como movimento conservador da classe média.....	119
4.6.2 Junho como movimento de reforma das instituições	129
4.6.3 Junho como movimento constituinte de uma democracia radical.....	139
4.7 Depois de junho.....	157
5. CONCLUSÃO.....	164
6. Referências bibliográficas.....	169

1. INTRODUÇÃO

Buscou-se no presente trabalho empreender uma investigação que auxiliasse na compreensão das manifestações ocorridas no Brasil no mês de junho de 2013, que ficaram conhecidas como as “Jornadas de Junho”. O evento teve grande impacto e surpreendeu a todos, principalmente pelo número significativo de pessoas que se mobilizaram. Apesar dessa repercussão, os acontecimentos examinados, em virtude de sua complexidade, permaneceram com certa aura enigmática, motivo pelo qual se justificou a realização desse estudo.

A pesquisa concentrou sua perspectiva sobre os protestos a partir da temática da representação política. A justificativa dessa escolha se deu em razão do fato de que, comumente, acabou se atribuindo à chamada “crise de representação política” o fator determinante para as mobilizações. De fato, a descrença e a denúncia do sistema político foram elementos centrais nos protestos. Sendo assim, num primeiro momento, antes de analisarmos os principais acontecimentos, personagens e sentidos políticos da manifestação, será feita uma breve análise acerca da representação política. Apesar da apresentação em ordem cronológica, o objetivo não consistirá em empreender uma investigação histórica do tema, mas sim em destacar alguns aspectos relevantes para subsidiar posteriores reflexões sobre a relação entre democracia, representação e os protestos.

Dessa forma, será examinada a experiência democrática grega para resgatar o sentido profundo da palavra democracia, num regime onde ainda não existia a representação política como a entendemos contemporaneamente. Após isso, verificaremos o surgimento do instituto estudado no período da Idade Média, assim como as suas transformações e continuidades na Idade Moderna, quando aparece a representação liberal. Após isso, averiguaremos as lutas operárias dos séculos XIX e XX com o fim de observar as tentativas realizadas pelas lutas operárias no sentido de tentar democratizar e dar novo sentido à representação. Finalmente, pesquisaremos a transição brasileira para a democracia na década de 1980 e o surgimento das promessas de democracia participativa no país com enfoque nos movimentos sociais surgidos na época. Esses saltos temporais se explicam em razão do que pontuamos anteriormente. O que se pretendeu foi o levantamento de algumas reflexões importantes para as partes seguintes do trabalho e não uma investigação histórica ao longo do tempo.

Feitas essas colocações iniciais, ainda antes de entrar no objeto principal do estudo, serão estudadas as mobilizações sociais recentes que possuem características semelhantes às Jornadas de Junho, com o propósito de entendê-la melhor. Então, primeiramente, pretende-se analisar os protestos alterglobalização de Seattle em 1999. Num segundo momento,

examinaremos os movimentos de protesto ocorridos em meados do início da década de 2010, como a Primavera Árabe, os Indignados espanhóis e o *Occupy Wall Street*.

Finalmente, com amparo nessas exposições, o trabalho pretende investigar propriamente as Jornadas de Junho de 2013. Após expormos seus principais acontecimentos, analisaremos os personagens que se destacaram no período, assim como examinaremos as temáticas relevantes suscitadas pelo evento, investigaremos os sentidos políticos e filosóficos passíveis de serem atribuídos às manifestações. Essa investigação será levada a cabo tendo em conta as exposições sobre a representação política. Assim, as reflexões acerca desse mecanismo político serão complementadas ao mesmo tempo em que se tentará expor de forma sistematizada as possibilidades de interpretação sobre os protestos. Dessa forma, esse exame passará por indagações como: o que queriam os manifestantes de junho? O que eles entendiam por “crise” de representação? O caminho político traçado por esse movimento queria regenerar a representação política ou criar novas formas de organização social? Dessa forma, tentaremos esclarecer alguns pontos acerca do que foram as manifestações de 2013.

2. Alguns apontamentos sobre a representação política

Segundo Hanna Pitkin, o termo “representação” tem origem latina. A palavra foi utilizada pela primeira vez na Roma Antiga, a partir do termo “*repraesentare*”, que denotava “tornar presente ou manifesto” ou “apresentar novamente” (PITKIN, 1967, p. 3). Como a origem etimológica da palavra indica, “re-presentar” significava tornar presente outra vez (PITKIN, 1967, p. 8). Dessa forma, a representação tinha a função de tornar presente algo que, na verdade, estava ausente. Ela fazia com que algo, paradoxalmente, estivesse presente e ausente ao mesmo tempo (PITKIN, 1967, pp. 8-9).

A princípio, entretanto, a representação não se relacionava com o governo, as instituições ou o Estado romano. Também não tinha o sentido de um homem agir pelos outros, mas se voltava para objetos inanimados (PITKIN, 2006, p. 17). Conforme observa Pitkin, por muito tempo, assim como no período romano, a palavra “representar” foi utilizada para imagens ou objetos que encarnavam abstrações (PITKIN, 2006, p. 19). Nesse contexto, os objetos “ocupam o lugar de ou correspondem a algo ou alguém” (PITKIN, 2006, p. 20).

A autora acrescenta ainda que, a partir do século XV, “o verbo ‘representar’ passa a significar também ‘retratar, figurar, ou delinear’”. Nesse momento, representar também designa a figuração no palco ou a produção de uma peça (PITKIN, 2006, p. 20). Igualmente, tem início a utilização da palavra representação como substantivo significando “imagem, figura ou pintura” (PITKIN, 2006, p. 20).

No entanto, para além de toda evolução histórica do termo, é preciso ressaltar que o seu significado original latino citado anteriormente, que concebe a representação como tornar presente algo ausente, já é bastante próximo do conceito de representação política. Não por acaso Carl Schmitt define a representação como o atualizar ou o fazer perceptível um ser imperceptível, mediante um ser de presença pública (SCHMITT, 2009, p. 209).

De qualquer forma, não há até 1595, “um exemplo de representar como ‘atuar para alguém como seu agente autorizado ou deputado’” (PITKIN, 2006, p. 20). Apenas em meados desse período que o termo representação entra “no campo da agência e da atividade política”. O desenvolvimento da palavra nesse sentido, segundo Pitkin, remonta às transformações do Parlamento inglês e à sua relação com o rei. Conforme a autora relata, burgueses e cavaleiros reuniam-se com o rei, inicialmente, para tratar das conveniências administrativas e políticas do rei. Eles estavam presentes no Parlamento, portanto, apenas para dar seu consentimento às

cobranças de tributos, trazer e levar informações sobre as comunidades e tribunais locais (PITKIN, 2006, p. 21).

Ainda segundo Pitkin, com o passar do tempo, esses burgueses e cavaleiros “começaram a ser vistos como servidores ou agentes de suas comunidades. Eles eram pagos pelas comunidades e, quando retornavam, podiam ser solicitados a prestar contas do que haviam feito no Parlamento”. A ação desses agentes foi se desenvolvendo gradualmente e se unificando, quando eles passaram a ser vistos como “‘membros’ do Parlamento”, criando-se “uma consciência de si mesmos como um corpo único” (PITKIN, 2006, p. 23). Até que, então, esse “desenvolvimento culminou no período da Guerra Civil, do Protetorado e da República”, quando, na ausência de um rei, o Parlamento se tornou o governante da nação e incumbido da tarefa de escolher um líder para governar em nome da nação (PITKIN, 2006, p. 23).

Até esse momento, todavia, os membros do Parlamento não eram chamados de representantes “porque a palavra ainda não tinha aquele significado” (PITKIN, 2006, p. 23). No entanto, a maturação das ideias de que “todos os homens estão presentes no Parlamento, e a ideia de que o governante simboliza ou encarna o país como um todo” mudará essa perspectiva, assim como a visão sobre as funções dos parlamentares (PITKIN, 2006, p. 24), quando, finalmente, “concebe-se que todo cavaleiro ou burguês atua para todas as pessoas comuns, e para o reino todo” (PITKIN, 2006, p. 25):

A outra ideia que vem para enriquecer a tradição de pensamento sobre o Parlamento é a ideia de que toda a nação está, de alguma forma, encarnada em seu governante, assim como a Igreja está encarnada em Cristo ou no Papa, depois Dele. Esta é uma concepção medieval e mística: o Rei não é apenas a cabeça do corpo da nação, nem apenas o proprietário de todo reino, ele é a coroa, o reino e a nação. (...). A palavra latina *repraesentare* passa gradualmente a ser utilizada em conexão com esse conjunto de ideias. Então, à medida que a autoridade do Parlamento cresce, e seu papel em declarar a lei é reconhecido amplamente, essa posição simbólica é atribuída conjuntamente ao Rei-no-Parlamento, como um corpo ou corporação únicos. (PITKIN, 2006, p. 25)

O Parlamento deixa de ser visto, então, como um conselho que se submete ao rei para ser usado como dispositivo de controle do poder real e de promoção dos interesses locais. Ao mesmo tempo, os seus membros começam a ser vistos como representantes (PITKIN, 1967, p. 3).

Com as revoluções democráticas do século XVIII, a representação ganhou novos contornos na teoria política. A partir da Revolução Americana (“*no taxation without representation*”) e da Revolução Francesa, a representação se torna um dos sagrados direitos

do homem, passando a significar “representação popular” e incorporando-se nas nossas instituições (PITKIN, 1967, p. 3). Todo esse contexto de luta política precipitou “um corpo considerável de literatura, sistematizada de tempos em tempos, enriquecida e redirecionada pela teoria política” (PITKIN, 2006, p. 30).

Sendo assim, além de seus usos artísticos, religiosos e jurídicos, a representação passa a ter também uma denotação política no período revolucionário liberal para Hanna Pitkin (apesar de outros autores, como Pietro Costa, situarem o surgimento da representação política em momento distinto, na Idade Média, conforme veremos adiante no presente trabalho). É justamente a representação política que será o objeto do presente trabalho.

Apesar de sua grande importância, há pouca discussão na literatura a respeito do conceito de representação (PITKIN, 1967, p. 3). Pitkin afirma que, provavelmente, a razão dessa ausência de debate se deve ao fato de que a representação é um desses conceitos que tomamos como claramente conhecidos ou porque sua complexidade desencoraja a discussão (PITKIN, 1967, pp. 3-4). Mesmo havendo poucas discussões, a autora acrescenta que há na literatura muitos desentendimentos a seu respeito (PITKIN, 1967, p. 4), razão pela qual a autora empreende em seu livro, *The concept of representation* (cf. PITKIN, 1967), uma investigação conceitual a respeito do termo.

Pitkin destaca e discute os principais conceitos a respeito da representação. Em primeiro lugar, o conceito de Thomas Hobbes. Para ela, o filósofo inglês define a representação em termos de autorização (PITKIN, 2006, p.28). Ao representante é dada a autoridade para agir em nome dos outros, ficando as ações dos representados vinculadas àquelas do representante, sendo que ao soberano é dada uma autorização ilimitada nesse sentido (PITKIN, 1967, p. 30). Influenciadas pela definição hobbesiana, há ainda as visões formalísticas acerca da representação, que definem a representação em termos de dar e ter a autoridade para agir, concebendo o representante como alguém que é autorizado a agir pelos outros (PITKIN, 1967, p. 38).

A autora cita também a perspectiva descritiva da representação, que não enxerga o representante como alguém que age pelos outros, mas sim como uma pessoa dotada de determinadas características que deve defender os interesses do representado de forma fidedigna, reproduzindo a posição de quem ele representa. Sendo assim, o representante “*does not act for others, he ‘stands for’ them*” (PITKIN, 1967, p. 61). Por essa razão, a composição dos representantes deve refletir a composição de toda a nação. O corpo representativo é, então, é um retrato em miniatura do povo em geral (PITKIN, 1967, pp. 60-61). Além de

outras diferentes perspectivas sobre a representação, Pitkin menciona ainda a representação sob a ótica liberal. Segundo ela, os teóricos liberais sempre pensaram a representação a partir dos indivíduos e não de corpos corporativos, interesses ou classes. (PITKIN, 1967, p. 190).

De qualquer forma, apesar da importância de toda discussão a respeito do seu conceito, o presente trabalho não pretende fazer uma minuciosa lapidação conceitual acerca da representação como fez Pitkin. Ao invés disso, adotaremos um conceito mais geral de representação política. Sendo assim, é suficiente a definição de Pietro Costa da representação como o mecanismo a partir do qual sujeitos ou um grupo de sujeitos se reconhecem numa figura ou um ente, que é tomado como a expressão visível de sua identidade política, veículo de suas vontades, ações e tutor de interesses (COSTA, 2004, p. 17). Uma passagem sucinta por momentos históricos importantes na história da representação nos permitirá analisar com mais vagar os movimentos sociais recentes do século XXI, em especial as Jornadas de Junho, retomando aspectos que foram destacados anteriormente sobre esse instituto.

Assim, num primeiro momento destacaremos alguns pontos relevantes sobre a representação e, depois, descreveremos alguns dos eventos de protesto mencionados. Então, analisaremos como esses movimentos lidam com a temática da representação, considerando que esse mecanismo de organização política foi um dos maiores alvos da indignação popular.

Como nota Hanna Pitkin, de modo geral, nunca se questionou que a representação política era a forma moderna da democracia. Por isso, afirma ela, “a maior parte dos críticos socialistas da democracia liberal não questionou a representação em si, mas a sua autenticidade sob o capitalismo”. O seu questionamento veio apenas “nas décadas recentes”, no momento em que “poucas e débeis vozes – algumas socialistas, outras anarquistas, todas mais ou menos bizarras e desviantes – que continuavam a desafiar a própria idéia de representação” (PITKIN, 2006, p. 42). Essas vozes afirmam a superioridade da democracia direta em relação à representação, sugerindo que “as instituições representativas, inicialmente projetadas para abrir o domínio público para o povo comum anteriormente excluído, têm, de fato, servido para desencorajar a cidadania ativa” (PITKIN, 2006, p. 42).

Os protestos massivos do século XXI endossaram o coro dessas desviantes, porém nada débeis vozes que desafiaram e questionaram a representação. Sendo assim, ao nos debruçarmos sobre eles, esperamos encontrar pistas sobre quais alternativas políticas esse movimentos podem indicar. Suspeitamos que, assim como no século XIX as lutas sociais trouxeram diversas modificações no conceito de representação, isto é, “o sufrágio, a divisão

em distritos e a proporcionalidade” (PITKIN, 2006, p. 30), as novas lutas também podem trazer formas originais, mais democráticas e potentes de organização política.

2.1 A democracia direta dos camponeses e artesãos atenienses

Certamente, “democracia” é uma das palavras cujo significado é mais vilipendiado nos dias de hoje. Luis Felipe Miguel aponta que, a partir do início do século XX, a democracia em sua modalidade representativa tem se consolidado em diversos países do mundo, colocando-se, ao menos retoricamente, como a melhor forma de governo e atingindo níveis de aceitação universal. Ao mesmo tempo, acrescenta o autor, justamente por essa aceitação universal, ocorreu uma banalização do sentido originário da palavra “democracia” (MIGUEL, 2014, p. 12).

No mesmo sentido, Douglas Lummis também faz o alerta de que a palavra “democracia”, por sua semântica aberta, acaba sendo usada para significar tudo, o que resulta no uso abusivo e corrompido dessa palavra (LUMMIS, 2002, p. 25). Sendo assim, uma reabilitação do termo, nos alerta Douglas Lummis, é necessária para que se resgate o seu significado autêntico contra os seus usos corrompidos, pois, se entendida radicalmente, a democracia possui em si uma promessa ainda por se cumprir: a promessa do autogoverno da classe mais pobre e numerosa, isto é, o *demos* (LUMMIS, 2002, pp. 26-27), ou, para uma tradução apenas incipiente, o povo. Trata-se de uma tarefa imprescindível para aqueles que pretendem lutar por uma verdadeira democracia e denunciar governos autoritários que se utilizam do termo para ganhar legitimidade e disfarçar suas arbitrariedades.

Mas, afinal de contas, o que seria o uso originário ou correto desse vocábulo? Naturalmente, trata-se de uma questão complexa e que pode ser respondida de mil maneiras diferentes, variando-se conforme o tempo, o lugar e as preferências ideológicas daquele que responde a essa questão. O que não nos impede, entretanto, de traçar breves linhas a respeito do que a democracia efetivamente deve denotar.

Ao referir-se à palavra grega “*demos*”, Douglas Lummis nos oferece uma importante pista a respeito de onde começarmos nossas investigações. A origem da palavra nos remete à Grécia Antiga, em especial Atenas, cidade normalmente apontada como o berço da democracia. É uma opinião já enraizada a ideia de que a democracia teria sido uma invenção grega (CANFORA, 2007, p. 20), sendo essa a razão pela qual o presente trabalho dedica uma seção para essa temática.

Desse modo, o significado da palavra democracia será discutido a partir de alguns aspectos do contexto social, econômico e político da época, o que nos fornecerá importantes elementos para discutirmos, ao longo do desenvolvimento do trabalho, a problemática da democracia e da representação política no mundo contemporâneo.

O chamado “século de Péricles” (período que vai de 440 a 404 a.C., quando o estrategista Péricles exerceu grande influência na política ateniense) marcou o desabrochar de Atenas como potência hegemônica da região, após a cidade ter desempenhado papel decisivo na vitória dos gregos contra a invasão persa nas chamadas “Guerras Médicas” ou “Guerras Greco-Persas”.

É nesse período que Atenas consolida suas instituições democráticas, aprofundando as reformas que outros líderes atenienses como Sólon e Clístenes haviam realizado, tema ao qual retornaremos em breve. Destacando-se economicamente, militarmente e nas artes, surge o “mito de Atenas”, cuja cultura em geral desde então serve de referência para o mundo ocidental, sobretudo em razão do surgimento do modelo político democrático.

Quando se fala em democracia na cultura ocidental, normalmente se faz referência a esse período ateniense. Os jacobinos, por exemplo, buscaram na Grécia Antiga o modelo político virtuoso que procuravam, onde “a liberdade e a igualdade pareciam ter conseguido coexistir, ou pelo menos (assim lhes parecia) tinham sido apontadas como valores concomitantes e convergentes com igual força e convicção” (CANFORA, 2007, p. 71).

Tornou-se lugar comum a referência à Atenas Antiga quando o assunto é democracia. Ao mesmo tempo, contrariamente, críticas virulentas com o intuito de descaracterizar a Atenas periclitiana como democrática também são facilmente encontradas. Assim, é possível perceber duas tendências extremas e opostas ao se tratar do mesmo assunto.

De um lado, seguindo os passos de Friedrich Hegel, há quem idealize a Atenas Antiga, elevando-a ao patamar de uma “bela totalidade”. A partir de uma visão nostálgica, a *polis* grega é colocada como uma “obra de arte política” (HEGEL, 1995, p. 210), ou uma “bela democracia” (HEGEL, 1995, p. 213), representando a Atenas dos atenienses tanto um “complexo de instituições políticas” quanto “a deusa que representava o espírito do povo e sua unidade” (HEGEL, 1995, p. 50).

A Atenas idealizada, então, é colocada como reino ético, ponto de reconciliação total e totalidade ética, onde a vida privada não se opõe à vida pública e vice-versa. O homem se integra no todo e assim cidade e cidadão se tornam um só, o que fica bem ilustrado por essa passagem de Joaquim Carlos Salgado:

A primeira manifestação do Espírito como mundo ético é a da consciência de si e da substância, a essência que se manifesta na organização política da Cidade-Estado grega. No Estado grego realiza-se a unidade do eu e do nós de modo imediato. O cidadão estava totalmente integrado na comunidade: o interesse da comunidade era o seu interesse; seu trabalho, trabalho da comunidade e para a comunidade. Nele realizava-se a harmonia: a liberdade do cidadão integrava-se perfeitamente na ordem política, por força de ser a própria vontade da cidade; sua vida privada identificava-se com a sua vida pública, o fim último e o objeto mais valioso da vida do cidadão. (SALGADO, 1996, p. 279)

Por outro lado, aqueles que descaracterizam a organização política ateniense como uma democracia costumam mencionar o fato de que a maioria dos habitantes de Atenas estava excluída da vida política (escravos, mulheres e estrangeiros). Luciano Canfora destaca que o corpo cívico estava reduzido aos “homens adultos (em idade militar), desde que filhos de pai e mãe atenienses” e que “a relação entre livres e escravos era de um para quatro” (CANFORA, 2007, p. 39). Nesse sentido, afirma Alexis de Tocqueville:

O que era chamado de povo nas repúblicas mais democráticas da Antiguidade não se parecia muito com o que nós designamos por povo. Em Atenas, todos os cidadãos participavam dos negócios públicos, mas não havia mais que vinte mil cidadãos em mais de trezentos e cinquenta mil habitantes: todos os outros eram escravos e cumpriam a maior parte das funções que hoje pertencem ao povo e até à classe média. Atenas, com seu sufrágio universal, não passava pois, afinal de contas, de uma república aristocrática, em que todos os nobres tinham igual direito ao governo. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 71)

Menciona-se também o imperialismo ateniense e seu militarismo expansionista em relação inclusive às outras cidades gregas. A antiga democracia municipal é chamada por Max Weber como uma “corporação política” com interesses de caráter bélico, que divide tributos, presas de guerra e subsídios intermunicipais entre um pequeno grupo de cidadãos (WEBER, 2006, p. 301), ou, na leitura de Luciano Canfora da obra weberiana, como uma “guilda que reparte o butim”, tendo em vista o “nexo entre exploração imperial e bem-estar mínimo geral do ‘povo ateniense’.” (CANFORA, 2015, p. 44).

Para muitos autores, o próprio surgimento da democracia é atrelado às necessidades bélicas atenienses, dado que o alargamento da cidadania só se deu em razão do indispensável aumento do número de marinheiros, conforme explica Luciano Canfora:

Com a viragem de Atenas para o mar e o nascimento de uma frota marítima, cerca de um século depois de Sólon, no tempo da guerra contra os Persas, tornou-se necessária uma enorme quantidade de mão-de-obra bélica de um novo tipo: os marinheiros, um grupo social e, ao mesmo tempo, um corpo militar a que não se exigia que se armasse ‘às próprias custas’, e que ao invés, era dispensável para ‘dar

aos remos e pôr os barcos em movimento' (...). É aqui que se dá a viragem, o acontecimento político-militar que determinou o alargamento da cidadania aos sem posses (os 'tétis', que são elevados à dignidade de cidadãos\guerreiros, precisamente por serem marinheiros, no caso de Atenas, da mais poderosa frota do mundo grego. É quase supérfluo observar que, entre os requisitos que tornam possível o nascimento da 'democracia' estão factores como a localização costeira da comunidade, a dedicação, quer comercial quer militar ao mar. (CANFORA, 2007, pp. 40-41)

O cidadão ateniense era, então, um cidadão guerreiro. Aquele que participa nas assembleias deliberativas era aquele capacitado para exercer a função da guerra (CANFORA, 2007, p. 40). Como em Esparta, o corpo que delibera em Atenas é o corpo combatente e o bem precioso da cidadania distribuído com parcimônia e seus requisitos “bem firmes e exclusivos que almejam delimitar ao máximo o número de beneficiários” (CANFORA, 2007, p. 42).

E, enquanto os cidadãos atenienses podem se dedicar aos assuntos públicos e à guerra, “o trabalho providenciam os escravos e, em parte, as mulheres” (CANFORA, 2007, p. 40). Assim, “a prática da assembleia na escala da cidade provém diretamente da prática da assembleia dos guerreiros” e “só se é cidadão porque se é soldado; daí a exclusão das mulheres e dos escravos” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 164). A antiga noção de cidadania e de democracia se aproxima, portanto, de uma “comunidade de homens em armas” (CANFORA, 2007, p. 38). É preciso lembrar também que a “*Oração Fúnebre*” do Péricles tucidiano (TUCÍDIDES, 2001, pp. 108-113), “tido como discurso fundador para a democracia ocidental moderna, é um discurso militar”, no qual se exalta a glória e honra aos soldados (CHAUÍ, 2002, p. 27).

Luciano Canfora ainda acrescenta que o governo ateniense se caracterizava por um acentuado elitismo. Chega a afirmar que a democracia não determinara em Atenas um “governo popular”, mas apenas um “regime popular”, por parte da não pequena porção de ‘ricos’ e de ‘senhores’ que aceitam o sistema” (CANFORA, 2007, p. 47). Não sem razão os notáveis dirigentes que compunham a classe política da cidade em grande parte eram oriundos das classes altas (grandes famílias e cavaleiros ricos), tal como Clístenes, Cléon (CANFORA, 2007, p. 47) e mesmo Péricles, que era de “descendência de primeira nobreza” (PLUTARCO, 2013, p. 57).

De modo que Tucídides define “o longo governo de Péricles como ‘democracia apenas nas palavras’, mas, de fato, uma forma de principado” (CANFORA, p. 2015, pp. 14-15). Além disso, o autor também não diferencia o princeps-Péricles do tirano Pisístrato, descrevendo-os de modo semelhante (CANFORA, 2007, p. 22). Da mesma forma, Aspásia,

personagem de Platão em *Menexeno*, afirma: “Há quem a chame de democracia e quem a chame de outra maneira, cada qual de acordo com sua preferência, mas na verdade é uma aristocracia com o apoio das massas” (CANFORA, 2015, p.17). Ou seja, nessa perspectiva, a massa popular ateniense era “manipulável pelos ‘bem-nascidos’ e seus agentes políticos” (CANFORA, pdf, p. 14) e essa elite conseguiu o milagre, observa Canfora, de ter conseguido, ainda que sob pressão da massa popular, fazer “funcionar e prosperar a comunidade política mais importante no mundo das cidades gregas” (CANFORA, 2015, p. 22). Segundo essa visão, portanto, com o seu reduzido corpo cívico a bela Atenas não passaria, na verdade, de um governo aristocrático, escravagista e militarista.

Entretanto, contestando em parte essa visão, autores como Moses Finley argumentam que uma investigação histórica que reduz sua análise a um “jogo de concessão de créditos e deméritos de acordo com o próprio sistema de valores do historiador” parte de uma concepção equivocada, que consiste em julgar sociedades do passado com base nos valores e ideais hoje reinantes. Criticando, então, o frequente ponto de vista segundo o qual não se pode “falar de democracia, direitos ou liberdade em qualquer época da história antiga” (FINLEY, 1985, p. 20). Em consonância com as palavras de Finley, Castoriadis afirma:

La exclusión de la ciudadanía de las mujeres, de los extranjeros y los esclavos es ciertamente una limitación que para nosotros resulta inaceptable. En la práctica, esta limitación nunca fue suprimida en la antigua Grecia (...). Mas si por un instante nos dejamos arrastrar por el estúpido juego de los ‘méritos comparados’, podemos recordar que la esclavitud sobrevivió e Estados Unidos hasta 1865 y en Brasil hasta el final del siglo XIX, que en la mayoría de los países ‘democráticos’ el derecho al voto fue concedido a las mujeres sólo al terminar la Segunda Guerra Mundial, que en aquel momento ningún país reconocía a los extranjeros ese derecho y que, en la mayoría de los casos, la naturalización de los extranjeros residentes no tiene nada de automática (...). (CASTORIADIS, 2005, p. 105)

No mesmo sentido, sem a pretensão de diminuir o peso da importância da escravidão na sociedade ateniense, Ellen Wood mostra que a caracterização da Grécia como “sociedade escravagista” é problemática, tendo em vista que “hoje em geral se aceita que a produção ao longo da história grega e romana se baseava pelo menos numa proporção igual do trabalho livre e da escravidão” (WOOD, 2003, p. 158) e, assim, em Atenas, em razão especialmente da grande presença do camponês livre no campo e o artesão livre na cidade, “a importância do trabalho livre nas bases materiais da sociedade ateniense exige, no mínimo, uma definição em nuances da ‘sociedade escravagista’” (WOOD, 2003, pp. 159-160). A autora ainda completa informando que hoje o percentual mais aceito entre os historiadores em relação ao número de escravos em Atenas gira ao redor de 20% a 30% da população total (WOOD, 2003, p. 160).

Isto é, um percentual bem menor que a relação de “um para quatro” entre livres e escravos que foi mencionada por Luciano Canfora.

De qualquer forma, para além desses dois extremos entre a idealização acrítica e a crítica, em certa medida, descontextualizada historicamente, outras nuances em meio ao debate acima nos permitem explorar importantes reflexões. Se a postura idealista escamoteia os conflitos internos e se torna míope em relação às diversas incongruências de classes econômicas, sociais, étnicas e de gênero, por sua vez, a crítica enfática à experiência ateniense diversas vezes joga uma neblina sobre os muitos aspectos inovadores e excepcionais do período grego que podem servir como norte para a construção do projeto de uma autêntica democracia. Afinal, como bem expressa Ellen Wood, os gregos não criaram o escravismo e o machismo, comuns em quase todas as sociedades antigas, mas sim criaram a democracia. São justamente esses aspectos inovadores diante da tradição que agora analisaremos ao passarmos rapidamente pelos conflitos sociais atenienses, as conquistas democráticas de seu povo, suas instituições e o significado da palavra “democracia” em meio a esse contexto.

Desse modo, a partir de autores como Ellen Wood, Jacques Rancière e Moses Finley, será possível perceber, ainda que os autores mencionados trabalhem sob referenciais teóricos completamente distintos, que suas análises convergem na perspectiva de apontar a radicalidade do sentido democrático da experiência grega.

Assim, Moses Finley afirma que “a incorporação de camponeses, artífices e mercadores na comunidade política como membros, como cidadãos; mesmo aqueles que não tinham a obrigação ou o privilégio de portar armas” representou uma “radical inovação sociopolítica” numa época em que qualquer reconhecimento limitado da cidadania “não tinha precedentes na história”, o que em sua opinião deve ser levado em conta por qualquer descrição da política grega (FINLEY, 1985, pp. 27-28).

De modo bastante peculiar, por sua vez, Rancière argumenta que a democracia ateniense consistia num “governo dos sem título”, ou no “governo de qualquer um”. Contra qualquer concepção política aristocrática, segundo a qual os governantes devem ser aqueles considerados mais sábios, velhos, experientes, ricos e bem nascidos, a democracia postula “um ‘governo’ anárquico, fundamentado em nada mais do que na ausência de qualquer título para governar” (RANCIÈRE, 2014, p. 58), o que ficava bem demonstrado nas instituições atenienses considerando o fato de que a distribuição de cargos passava pelo procedimento do sorteio (RANCIÈRE, 2014, p. 55). Sendo assim, a escolha deixada ao acaso contrapõe qualquer tipo de fundamentação e separação entre aqueles que pretensamente são os mais

aptos a governar e os outros que devem ser governados, de modo que o sorteio constitui a essência da democracia (RANCIÈRE, 2014, p. 61).

Da mesma forma, Ellen Wood coloca no centro de sua análise da democracia ateniense a figura do trabalhador livre com *status* de cidadão e liberdade jurídica, ao destacar que “o trabalho livre era a figura dorsal de democracia ateniense” (WOOD, 2003, p. 159). De maneira que o cidadão camponês ateniense representou “um rompimento radical com todas as outras civilizações avançadas conhecidas do mundo antigo” (WOOD, 2003, p. 163). Na democracia ateniense, como em nenhum outro lugar, explica Wood, quebrou-se o padrão de estratificação da oposição entre governantes e produtores, onde o Estado e a aristocracia parasitária apropriam-se das comunidades trabalhadoras de camponeses subjugados (WOOD, 2003, pp. 163-164). Isto porque a presença desses produtores livres no corpo cívico “significava um grau sem paralelos de liberdade dos modos tradicionais de exploração, tanto na forma de obrigação por dívida ou de servidão quanto na de impostos” (WOOD, 2003, p. 163). De modo que a “polis (numa definição bem geral para incluir a cidade-Estado romana) representou a emergência de uma nova dinâmica social na forma das relações de classe” (WOOD, 2003, p. 163), opondo aqueles que queriam se servir do Estado como meio de apropriação, os aristocratas, contra os outros que queriam se servir dele como forma de proteção contra essa exploração, os trabalhadores livres (WOOD, 2003, p. 164).

Em maior ou menor grau, as análises desses três autores convergem no sentido de demonstrar que a democracia ateniense, de forma inovadora, representou a ascensão das camadas populares ao poder, em oposição à concentração dos poderes nas mãos dos aristocratas num contexto de conflito de classes. Isto é, entre os pobres, que “abrangiam todos os homens livres que trabalhavam por sua subsistência, os camponeses que eram donos de suas terras, (...) os locatários, (...) sem terra, os artesãos autônomos”, e os ricos, aqueles que “podiam viver confortavelmente do trabalho dos outros” (FINLEY, 1985, p. 21)¹.

Esse conflito marca o cerne do significado da experiência democrática ateniense, o que é demonstrado pelas origens linguísticas da palavra “democracia”. Como nos lembra Rancière, a palavra “democracia” é “a expressão de um ódio”, tendo sido primeiro “um insulto inventado na Grécia Antiga por aqueles que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo da multidão” e depois continuou sendo “sinônimo de abominação para

¹ Vale fazer a ressalva, juntamente com Finley, que o emprego da terminologia “classe” não implica adesão ao marxismo, ao contrário do que estatui um frequente mau hábito da análise política (FINLEY, 1985, p. 21). Mesmo porque a referência à distinção entre ricos e pobres na análise da política ateniense já está presente em autores como Aristóteles, conforme também será tratado no presente trabalho logo a seguir.

todos os que acreditavam que o poder cabia de direito aos que a ele eram destinados por nascimento ou eleitos por suas competências” (RANCIÈRE, 2014, p. 8). O termo democracia, completa Luciano Canfora, era aquele “com que os adversários do governo ‘popular’ definiam esse mesmo governo, pretendendo assim sublinhar o seu caráter violento (*krátos* indica, precisamente, a força no seu violento actuar-se)” (CANFORA, 2007, pp. 20-21). O caráter violento (ou o enorme poder) justamente daqueles que eram os “sem posses” (*demos*):

É no crisol destes problemas que nasce a noção – e a palavra – *demokratia*, que nós conhecemos, desde os seus primeiros testemunhos, como palavra de ‘luta’, como termo partidário, utilizado pelas classes altas para indicar o ‘enorme poder’ (*krátos*) dos sem posses (*dèmos*) quando vigora, precisamente, a ‘democracia’. (CANFORA, 2007, p. 39)

Assim, ao contrário do que se afirma comumente, a democracia, originalmente, não designava o “governo do povo” ou o “governo da maioria”. Mesmo o Péricles tucidiano na “Oração Fúnebre” afirma que “Vivemos sob uma forma de governo que não se baseia nas instituições dos nossos vizinhos (...). Seu nome, como tudo depende não de poucos mas da maioria, é democracia” (TUCÍDIDES, 2001, p. 109). No entanto, como assevera Luciano Canfora, “*demokratia* equivale em essência a domínio de um grupo social — o *demo* —, não necessariamente da maioria; e *demo* são ‘os pobres entre os cidadãos’” (CANFORA, 2015, p. 170). O mesmo autor ainda afirma que a palavra *demokratia* nasce como palavra de ruptura e não como termo de convivência política e exprime “antes a predominância de uma parte do que a participação paritética de todos indistintamente na vida da cidade (que é mais designada como isonomia)” (CANFORA, 2015, p. 168). Portanto, democracia “tampouco encerra em si a legitimação implícita derivada do conceito de ‘maioria’, conceito este bem mais presente em *plethos* do que em *demos*” (CANFORA, 2015, p. 169).

Dessa maneira, a tradução de “*demos*” como “povo” e de “*kratos*” como governo é no mínimo problemática. Quanto ao *demos*, Finley afirma que a palavra carrega uma conotação ambígua. Por um lado, ela remete ao “corpo de cidadãos como um todo” e, por outro, “significava o povo comum, os muitos, os pobres”. Sendo que para os pobres, os autores gregos costumavam utilizar eufemismos como “‘os muitos’ (*hoi pollói*), ‘os mesquinhos’ (*khéirones*), ‘os vilões’ (*ponêrói*), ‘a turba’ (*ókhlos*)”, enquanto que os ricos eram chamados de “‘os úteis’ (ou ‘os proveitosos’) (*khrestoi*), ‘os melhores’ (*bélistoi*), ‘os poderosos’ (*dynatoi*), ‘os notáveis’ (*gnôrimoi*), ‘os bem-nascidos’ (*gennaíoi*)” (FINLEY, 1985, p. 12).

No mesmo sentido, Claude Mossé menciona a ambiguidade do termo *demos*, que designa a “arraia-miúda (os pobres)” em oposição aos notáveis. Em razão disso, o autor aponta que o regime democrático “assume, então, uma significação dupla, segundo designe um sistema político em que a soberania reside na comunidade dos cidadãos ou um sistema no qual é a arraia-miúda (os pobres) que controla a cidade” (MOSSÉ, 2008, p. 70). O sentido da palavra *kratein*, “que se refere ao exercício da soberania”, é igualmente explorado por Mossé, ao afirmar que o termo “também é ambíguo, pois implica a idéia de força (inclusive força física), de dominação”, sendo que “nisso ele se distingue do termo que define o exercício do poder nas outras formas de sistemas políticos, isto é, *arquê*”, daí porque se falar em “democracia” e não uma “demarquia” (MOSSÉ, 2008, p. 70). Ou seja, ao contrário das formas de governo monárquicas e oligárquicas, que são compostas ao final pela palavra *arkhía* ou *arkhé*., palavra que designa fundamento, princípio de tudo, autoridade.

O uso pejorativo pelas classes dominantes da palavra *demos* revela a importância da pobreza e da riqueza como critério de análise política para os atenienses (MOSSÉ, 2008, P. 134). A predominância dos pobres como característica distintiva do regime democrático é explicitada por Aristóteles. Segundo o filósofo, a verdadeira diferença entre democracia e oligarquia estaria na pobreza e na riqueza (FINLEY, 1985, p. 11) e não numa questão numérica, “os poucos” ou “os muitos”. O aspecto numérico é, no fim das contas, apenas acidental. Nas palavras do próprio Aristóteles:

Existe oligarquia quando os que possuem bens são o elemento supremo do regime. Pelo contrário, existe democracia quando o elemento supremo não pertence aos ricos mas sim aos pobres. (...) o número é um atributo acidental (seja o pequeno número nas oligarquias, ou o grande número nas democracias) devido ao facto de que ricos são em todo o lado poucos e os pobres muitos.

A verdadeira diferença entre oligarquia e democracia é a pobreza e a riqueza. É inevitável que quando o poder se exerce em virtude da riqueza, quer sejam poucos ou muitos, trata-se de uma oligarquia; quando os pobres governam, trata-se de uma democracia. Acontece, porém, conforme notamos, que os ricos são escassos e os pobres numerosos. É que a riqueza é de poucos, enquanto a liberdade é de todos: estas são as causas pelas quais uns e outros reclamam o poder. (ARISTÓTELES, 1998, pp. 213-215) (*Política*, III, 8, 1279b-1280a5)

Assim, como observa Luciano Canfora, Aristóteles teve “o mérito de ancorar os dois sistemas ao seu conteúdo de classe” (CANFORA, 2007, p. 49). Na ótica aristotélica, a democracia consiste “na hegemonia dos mais pobres” (CANFORA, 2015, p. 170), o que fica ainda mais claro quando Aristóteles enfatiza novamente a diferença entre oligarquia e democracia a partir do exemplo-limite da comunidade de mil e trezentos cidadãos:

Admitamos um número total de mil e trezentos cidadãos e que, desses, mil são ricos e não dividem o poder com os restantes trezentos os quais, apesar de pobres, são livres e em tudo o mais iguais a eles; ninguém dirá que esses cidadãos se governam democraticamente. De modo análogo, também no caso em que existe um número reduzido de pobres que são, contudo, mais fortes do que a grande massa de ricos, ninguém chamará esse regime de oligarquia se os restantes cidadãos – os ricos – não partilharem das honrarias. (ARISTÓTELES, 1998, p. 281) (*Política*, IV, 1290a30-1290a40)

Não há como deixar de lado, portanto, quando analisamos o significado da palavra democracia, esse contexto socioeconômico. O cerne do embate político da “bela Atenas” coloca em evidência um conflito entre “os bem nascidos” e “os que não possuem bens”, ao contrário do que aquela totalidade harmônica pressupõe.

Conflito este que fica evidente nas reformas iniciais de Sólon e Clístenes, que lançaram os germens da futura democracia ateniense. Em 594 a.C., aponta Finley, Sólon “dividiu a cidadania em quatro categorias de riqueza”, o que marcou “uma completa ruptura com os direitos exclusivos de uma ordem hereditária, de uma nobreza de nascimento, embora as famílias aristocráticas continuassem predominando” (FINLEY, 1985, p. 25). Outras medidas importantes do arconte grego foram aquelas que acabaram com a “dependência dos camponeses, ordenando a retirada dos sinais de demarcação, os *horoi*, que constituíam seu símbolo, e proibindo que se ‘fizessem empréstimos tomando as pessoas como penhor’.” (MOSSÉ, 2008, p. 33), o que é muito significativo numa sociedade marcada, como aponta Finley, pelos conflitos agrários entre credores aristocráticos e senhores de terra contra os devedores camponeses (FINLEY, 1985, p. 24). Sólon também promoveu uma maior participação popular nas instituições gregas ao conceder “à classe mais pobre (os *thetes*) e a todos os cidadãos maiores de 18 anos o acesso à assembleia (*εκκλησια* – *ekklesia*), órgão político máximo em Atenas, e aos tribunais (*δικαστήρια* – *dikasteria*)” (RAMOS, 2013, p. 302).

Por sua vez, Clístenes foi responsável pela criação de uma organização político-territorial, que, diz Mossé, revolucionou a estrutura da cidade (MOSSÉ, 2008, p. 38). Ao estabelecer unidades políticas não vinculadas ao nascimento e à filiação, Clístenes desarticulou e reduziu a influência política da aristocracia. É o que demonstra Rancière em sua análise:

Na verdade, a política começa onde se mexe com o nascimento, onde a força dos bem-nascidos – que se valia de um deus fundador de tribo – é declarada por aquilo que é: a força dos proprietários. E foi o que trouxe à tona a reforma de Clístenes, que

instituiu a democracia ateniense. Clístenes recompôs as tribos de Atenas, agrupando de maneira artificial por um procedimento não natural, *demos* – isto é, divisões territoriais – geograficamente separados. Com isso, ele destruiu o poder indistinto dos aristocratas-proprietário-herdeiros do deus do lugar. É exatamente essa dissociação que a palavra democracia significa (...): a democracia significa uma ruptura na ordem de filiação. (RANCIÈRE, 2014, pp. 60-61)

No mesmo sentido, Ellen Wood afirma que “o estabelecimento do *demo* por Clístenes como unidade constituinte da polis representou essencialmente a fundação da democracia”, criando então uma “identidade cívica que abstraía as diferenças de nascimento, uma identidade comum a aristocracia” (WOOD, 2003, p. 181). Essa nova identidade, a identidade democrática, representou “a incorporação da aldeia no Estado, e do camponês na comunidade política” e, como consequência econômica dessa nova condição política, os camponeses conseguiram uma liberdade em relação a “cobranças ‘extraeconômicas’ sob a forma de rendas ou impostos” (WOOD, 2003, p. 182). A “distribuição geográfica compulsória” de Clístenes, portanto, “bloqueou o uso por indivíduos poderosos de suas redes de patronato para fins políticos”, reduzindo a influência dos patronos locais (FINLEY, 1985, p. 63).

Feitas essas breves considerações, após deixar clara a natureza conflitiva em termos sociais e econômicos que existe no nascimento e no próprio significado da palavra “democracia”, passemos, então, de forma igualmente sucinta, a analisar as inovações do funcionamento e a composição das principais instituições democráticas atenienses.

A assembleia (*eklésia*) e o Conselho dos Quinhentos (*bulê*) são os pilares do funcionamento das instituições de Atenas, assim como também eram de grande importância seus tribunais. Todos os cidadãos atenienses podiam participar da assembleia, assistindo ou fazendo o uso da palavra, explica Mossé. Ela detinha o poder de decisão sobre os mais diversos assuntos da cidade, desde a regulamentação das heranças até a organização da vida religiosa, além de controlar os magistrados aos quais era delegado o poder de execução das decisões. Por sua vez, as decisões eram tomadas “erguendo-se as mãos para votar” (MOSSÉ, 2008, p. 71). Segundo Finley, a participação popular na assembleia era genuína (FINLEY, 1985, p. 88). Nela os cidadãos tinham voto direto sobre as propostas, que eram amplamente debatidas e emendadas, sendo que o poder de decisão assemblear era ilimitado e por isso podia decidir inclusive sobre sua própria extinção, o que aconteceu “durante um breve período, em 411 a. C.”, quando uma oligarquia substituiu a democracia (FINLEY, 1985, p. 89). Finley também menciona que a assembleia reunia-se “normalmente durante 40 dias, uniformemente intervalos ao longo do ano” e todos participavam dela quando se tratavam de grandes decisões. Apenas nas reuniões rotineiras menos cidadãos iam (FINLEY, 1985, p.92).

Por sua vez, o Conselho dos Quinhentos (ou a *bulê* dos Quinhentos) tinha como uma de suas principais tarefas a de organizar e garantir o bom funcionamento da assembleia, ao preparar os projetos que seriam nela submetidos. O órgão também coordenava as eleições e sorteios para os magistrados e “controlavam um certo número de atividades públicas” (MOSSÉ, 2008, p. 73). A cada ano, seus membros, conforme aponta Finley, eram “selecionados por sorteio entre todos os cidadãos de mais de 30 anos” e seus mandatos “eram de um ano e um homem só podia servir no Conselho duas vezes em toda a sua vida” (FINLEY, 1985, p. 90), o que garantia alta rotatividade dos cargos do Conselho e, assim, “grande número de cidadãos podia chegar até ele”, de modo que “os membros da *bule* representavam a totalidade dos cidadãos” (MOSSÉ, 2008, p. 73).

Quanto aos tribunais atenienses, a cada ano eram sorteados seis mil cidadãos, sendo que “a maioria dos casos judiciais estava entregue ao veredicto de órgãos (usualmente compostos por grandes números de membros) abertos a todos os cidadãos”, como era o caso dos júris nos tribunais heliásticos (FINLEY, 1985, p. 90). Assim, em razão do sorteio, não havia nos tribunais “juízes profissionais”, materializando-se a participação popular inclusive neste espaço (CASTORIADIS, 2005, pp. 105-106). Com a destituição do antigo Areópago, órgão da aristocracia ateniense, rompeu-se com o poder desta classe sobre os tribunais, quando se compuseram tribunais populares como a Helieia, onde quem decidia eram os despossuídos (CANFORA, 2015, pp. 133-134). Tal mudança causou grande impacto, pois “o tribunal é o centro nevrálgico em torno do qual se desenrola a luta de classes. Transferir os poderes do Areópago para os tribunais populares significa transferir o peso decisivo para outra classe” (CANFORA, 2015, p. 133).

Uma remuneração denominada mistoforia (*mystophoría*) era essencial para o funcionamento da estrutura política ateniense. Ela era dada aos juízes, membros da *bulê* e, depois, foi estendida a outras funções públicas, podendo ser considerada um dos “traços característicos da democracia ateniense”, que “se estenderia até o século IV, remunerando o comparecimento às sessões da assembleia” (MOSSÉ, 2008, p. 77). Ainda que ela não fosse o suficiente para sustentar uma pessoa, a mistoforia “permitia a todo cidadão dedicar uma parte de seu tempo aos negócios públicos”, de modo que Mossé aponta que ela possivelmente teve como uma de suas consequências a modificação da composição social do Conselho da *bulê* (MOSSÉ, 2008, p. 78). Não é por acaso que os adversários do regime democrático tenham suprimido essas remunerações quando tomaram o poder (MOSSÉ, 2008, p. 78).

Além da mistoforia, uma série de obras públicas e a remuneração para serviços realizados ao Estado foram importantes no período democrático. Assim, Finley aponta que Péricles instituiu “uma longa série de medidas que concediam assistência financeira aos pobres através de verbas do Estado, normalmente não por subsídios diretos, mas como pagamento por serviços prestados ao Estado”, o que foi fundamental principalmente para mitigar a influência do patronato aristocrático sobre a pobreza rural (FINLEY, 1985, p. 63). A política de obras públicas, empregando uma massa de trabalhadores, aponta Canfora, mudou a face de Atenas (CANFORA, 2015, p. 137). Tratava-se de um benefício para o *demos*, cujo aspecto assistencial garantia um salário para “a ralé”, o que perturbava os oligarcas (CANFORA, 2015, p. 155).

Por último, um aspecto importante ainda a ser analisado é a relação entre democracia e representação nesse sistema democrático ateniense. Segundo Castoriadis, “*la gran filosofía política clásica ignoraba la noción (mistificadora) de ‘representación’*” e a democracia é o poder do *demos*, que “*no sufre ninguna limitación en materia de legislación, y la designación de los magistrados (no de ‘representantes’) se realizaba por sorteo o por rotación*” (CASTORIADIS, 2005, p. 106). Assim, a assembleia, com o auxílio da *bulê*, legisla e governa num sistema de democracia direta (CASTORIADIS, 2005, p. 106). Similarmente, Finley afirma que se trata de um erro considerar o Conselho da *bulê* como um órgão de representação, pois ele segue o princípio da rotatividade e não da representação (FINLEY, 1985, p. 93). O autor também destaca que o Conselho não era um “governo”, ainda que administrasse e coordenasse a assembleia. Assim, no sistema político ateniense, “não havia partidos políticos estruturados nem havia um governo no sentido de um grupo nomeado ou eleito de homens formalmente investidos” (FINLEY, 1985, p. 94). Dessa forma, “na ausência de uma burocracia ou de um partido, a participação pessoal e direta era necessária o tempo todo” (FINLEY, 1985, p. 95).

Contudo, a existência ou não da representação nas instituições gregas é controversa entre os autores. Hanna Pitkin, por exemplo, apesar de reconhecer que o termo “representação” sequer era utilizado nesse período, assevera que os gregos tinham “várias instituições e práticas às quais aplicaríamos a palavra ‘representação’.” (PITKIN, 2006, p. 17). Num tom menos assertivo, a mesma autora afirma em obra anterior que pelo fato dos gregos elegerem alguns oficiais e também possuírem embaixadores talvez se possa dizer que tais atividades envolviam a representação (PITKIN, 1967, pp. 2-3). O mesmo Castoriadis reconhece que, em razão dos estrategos serem eleitos, assim como outros magistrados muito

importantes, é possível afirmar, num sentido aristotélico, que Atenas na verdade era uma *politeía* (CASTORIADIS, 2005, p. 108), isto é, uma mistura ou meio termo entre democracia e oligarquia.

2.2 Do múltiplo ao uno: representação na Idade Média

Como elemento central para a sustentação de uma ordem coletiva, o surgimento da representação política remonta ao período medieval para Pietro Costa (COSTA, 2004, p. 17). Na Idade Média, ao contrário do período moderno, a ordem é tida como um dado originário, algo dado ou ontológico. Desse modo, a realidade se organiza de forma hierárquica, com clara diferenciação entre obediência e mando. Colocam-se como diferentes e desiguais degraus de uma mesma pirâmide Deus, os anjos, os homens e os seres animados, assim como o imperador, o vassalo e o servo (COSTA, 2004, pp. 17-18).

Nesse cenário, a representação política acabará refletindo essa realidade previamente ordenada e estratificada. Assim, argumenta Costa, a metáfora do corpo político aparece como onipresente no discurso político-jurídico medieval ao traduzir as diferenciações e subordinações entre as partes que o compõe. Ela permite a transformação da multiplicidade de sujeitos em uma unidade, ao mesmo tempo em que acentua o caráter de pertencimento às partes que o compõe, que não podem existir sem o todo. Dessa forma, continua o autor, a parte não existe sem o corpo e o corpo, por sua vez, é um organismo que vive em cada uma de suas partes (COSTA, 2004, p. 18). Os elementos singulares, portanto, não possuem relevância e autossuficiência, existindo em função da totalidade e das partes eminentes do corpo social, como a cabeça e o coração, isto é, os vértices da pirâmide social. Assim sendo, a representação medieval intervém reforçando a convicção de que as partes existem para a unidade do corpo (COSTA, 2004, p. 19).

A representação no medievo, portanto, tem uma função declarativa de uma ordem hierárquica já dada e intrinsecamente legítima, justificada teologicamente, não sendo constitutiva como a representação moderna. De forma que o povo é uma comunidade hierarquizada e estruturada previamente, que atua politicamente através de magistrados que o representam, isto é, incorporando-se nas suas partes eminentes como mencionado (COSTA, 2004, pp. 20-21).

Como demonstra suas origens, portanto, a representação surge como importante elemento de articulação de uma ordem política através da metáfora do corpo. Ela constitui a

passagem da multiplicidade anárquica para a ordem daqueles que se reconhecem como membros de uma comunidade política, relacionando a parte com o todo (COSTA, 2004, p. 15), esquema que será retomado explicitamente por Hobbes na modernidade. Implica uma ordem unitária desigual, estratificada e hierarquizada, onde há domínio de poucos e sujeição de muitos ao estabelecer um vínculo duradouro e estrutural entre representantes e representados, havendo uma figura ou algum ente que expressa de forma visível uma identidade política que representa a totalidade, veículo da vontade e tutor dos interesses dos sujeitos (COSTA, 2004, p. 17).

Com o advento da modernidade, a representação se modifica em diversos aspectos. Como já mencionamos, ao invés de se referir a uma realidade previamente dada e essencialmente ordenada como no medievo, ela passa a se referir a uma realidade “artificial”, constitutiva, onde há uma tensão entre indivíduo e ordem (COSTA, 2004, p. 17). Da mesma forma, a representação moderna se relaciona com um povo constituído de sujeitos iguais, ao menos formalmente, e desordenados, enquanto a representação medieval se refere a uma comunidade ordenada e estruturada (COSTA, 2004, p. 20). Entretanto, apesar dessas diferenças, a função da representação permanece a mesma essencialmente. Ela se coloca como elemento central para a geração da ordem e da identidade política ao realizar a passagem da multiplicidade ao uno, ratificando a lógica de que somente o uno pode governar, em contraponto à “anarquia” do múltiplo.

2.3 Entre a derrubada do Antigo Regime e a contenção da democracia: o surgimento da representação moderna

A modernidade europeia inaugura as bases das instituições políticas das sociedades contemporâneas ocidentais com o advento do Estado moderno. Em primeiro lugar, na sua modalidade absolutista e, depois, a partir das revoluções liberais na Europa e também com a contribuição da Revolução Americana, na forma do Estado Liberal. Ambas as transformações foram acompanhadas pelo crescimento em importância da burguesia na economia e, conseqüentemente, no poder político.

Quando da transição do feudalismo para o Estado moderno, as forças políticas antes pulverizadas em diversos feudos concentram-se na figura do monarca, que encarna o Estado, detendo o poder ilimitado e, portanto, soberano. Do ponto de vista filosófico, são, principalmente, Jean Bodin e Thomas Hobbes que fornecem o arcabouço teórico de

justificação do poder soberano monárquico. Aquele sob um viés religioso e este indicando, ao menos a princípio, um caminho de secularização para a legitimação do poder soberano do rei a partir de seu contratualismo.

Desse modo, Hobbes também destaca a importância da unidade para a paz e a segurança, alcançadas por meio da redução da pluralidade de vozes e desejos da multidão ao governo de um homem ou uma assembleia de homens, que decide e age em nome de todos:

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de os defender das invasões dos estrangeiros e dos danos uns dos outros, garantido-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante o seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda a sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir todas as suas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. Isso equivale a dizer: designar um homem ou uma assembleia de homens como portador de suas pessoas, admitindo-se e reconhecendo-se cada um como autor de todos os atos que aquele que assim é portador de sua pessoa praticar ou levar a praticar, em tudo o que disser respeito à paz e à segurança comuns; todos submetendo desse modo as suas vontades à vontade dele, e as suas decisões à sua decisão. Isto é mais do que consentimento ou concórdia, é uma verdadeira união de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: *Autorizo e transfiro o meu direito de me governar a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires para ele o teu direito, autorizando de uma maneira semelhante todas as suas ações.* (HOBBS, 2003, p. 147)

Interessante notar, ainda que de forma sucinta, como a perspectiva hobbesiana sobre o Estado e muitos de seus aspectos permanecem na doutrina liberal, mesmo com a queda do Antigo Regime e as revoluções burguesas, especialmente o que se relaciona com a ideia de unidade do poder soberano e em sua imprescindibilidade para a constituição de um corpo político.

Em Hobbes, o pacto que transfere o poder dos indivíduos para o soberano coloca fim à guerra de todos contra todos, obrigando a comunidade política formada a se submeter à figura do monarca, que garante a paz social em razão de seus poderes que o colocam acima de qualquer sujeito. Dessa forma, os “desejos isolados dos diversos indivíduos convergem e são representados pelo desejo do soberano transcendente” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 101). Somente desta forma pode ser superado o caos do estado de natureza, onde a vida é curta e o medo da morte é constante. Sendo assim, a “ameaça de guerra e morte é a principal arma usada para forçar a multidão a obedecer ao domínio do soberano”. O estado de guerra é superado “através da organização da violência e do medo numa ordem política coerente e estável” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 303).

Hobbes assevera que a multidão é incapaz de garantir a segurança e a observância das leis. Sem um poder comum que sujeite a todos, reinam as vontades e apetites de cada um, além do perigo do inimigo comum e do dano recíproco:

Mesmo que haja uma grande multidão, se as ações de cada um dos que a compõem forem determinadas pelo julgamento e pelos apetites individuais de cada um, não se poderá esperar que ela seja capaz de dar defesa e proteção a ninguém, seja contra o inimigo comum, seja contra os danos causados uns aos outros. Pois, se suas opiniões divergem quanto ao melhor uso e aplicação da sua força, em vez de se ajudarem só se atrapalham uns aos outros, e essa oposição mútua faz reduzir a nada a sua força. Assim, não apenas facilmente serão subjugados por uns poucos que tenham entrado em acordo, mas além disso, mesmo sem haver inimigo comum, facilmente farão guerra uns contra os outros, por causa dos interesses particulares. Pois se conseguíssemos imaginar uma grande multidão capaz de consentir na observância da justiça e das outras leis de natureza, sem um poder comum que mantivesse a todos em respeito, igualmente conseguiríamos imaginar a humanidade inteira capaz de fazer o mesmo. Nesse caso não haveria, nem seria necessário, nenhum governo civil ou república, pois haveria paz sem sujeição. (HOBBS, 2003, pp. 44-45)

Em síntese, Hobbes assinala:

A causa final finalidade e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmo sob a qual vemos viver em repúblicas, é a preocupação com a sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra, que é consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito e os forçar, por medo do castigo, ao cumprimento dos seus pactos e à observância das leis da natureza (...). (HOBBS, 2003, p. 143)

O que está explícito em Hobbes, portanto, é a ideia de que sem uma autoridade absoluta com poderes ilimitados e que se sobrepõe a todos os demais, não há corpo político. A soberania, portanto, é parte fundamental para a vida social e política. Sem um representante que pessoalize essa força descomunal, não há vida possível. Logo, o múltiplo não pode governar, pois por natureza implica no caos e na morte. Quando se concentram os poderes de cada um em um único homem ou numa assembleia de homens soberana, o governo se torna possível.

Hardt e Negri apontam que, desse modo, a soberania se define como transcendência e representação. Nesse esquema, a representação “que funciona para legitimar esse poder soberano também o aliena completamente da multidão de súditos”. Nasce, então, o conceito de soberania moderna “em seu estado de excelência”, a partir de um modelo de contrato que é ao mesmo tempo associação e submissão (HARDT; NEGRI, 2005, p.102). A teoria de

Hobbes marcará não só o desenvolvimento do absolutismo, mas mesmo também a teoria republicana posteriormente:

Em seu próprio período histórico, a teoria da soberania de Hobbes foi útil para o desenvolvimento do absolutismo monárquico, mas na realidade de seu esquema transcendental pôde ser igualmente aplicado a diversas formas de governo: monarquia, oligarquia e democracia. À medida que a burguesia chegava à proeminência, parecia não haver realmente alternativa para esse esquema de poder. Não foi por acaso, portanto, que o republicanismo democrático de Rousseau acabou se assemelhando ao modelo hobbesiano. O contrato social de Rousseau garante que o acordo entre vontades individuais seja desenvolvido e sublimado na construção de uma vontade geral, e que a vontade geral provenha da alienação das vontades isoladas para a soberania do Estado. Como exemplo de soberania, o “republicano absoluto” de Rousseau não difere, realmente, do “Deus na terra” de Hobbes, o absoluto monárquico. “Compreendidas adequadamente, todas essas cláusulas se resumem numa só, ou seja, na alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, para a comunidade.” As outras condições que Rousseau prescreve para definição do poder soberano no sentido popular e democrático são completamente inócuas diante do absolutismo da fundação transcendente. De fato, a noção de Rousseau sobre a representação direta é distorcida e afinal esmagada pela representação da totalidade que é necessariamente ligada a ela – e isso é perfeitamente compatível com a noção hobbesiana de representação. (HARDT; NEGRI, 2005, pp. 102-103).

Portanto, pode-se dizer que a ideia hobbesiana de um “governante soberano definitivo e absoluto, um ‘Deus na terra’, desempenha papel fundamental na modernidade na construção de um aparelho político transcendente” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 101). Transcendência esta que permanece após a ruptura com o Antigo Regime, a partir da manutenção de conceitos como o de soberania, povo e nação.

Se a modernidade europeia é um período de profundas transformações, rupturas e revoluções, ao mesmo tempo é necessário avaliar como, num movimento ambíguo, são promovidas certas operações para conter toda a radicalidade dessa abertura. Desse modo, a Revolução Francesa representou uma grande fissura na política e na filosofia, demonstrando o vazio e a ausência de qualquer fundamento último do poder, ao contestar as bases divinas ou cósmicas que legitimaram as autoridades ao longo da Antiguidade, da Idade Média e do Antigo Regime.

No entanto, ocorre também um movimento contrarrevolucionário de fechamento dessa grande abertura, que implica na consolidação da burguesia no poder. Como afirmam Hardt e Negri, a resolução do trauma da Revolução Francesa passa pela “apropriação e celebração reacionária do conceito de nação”. Assim, apesar do conceito de nação e povo ter inicialmente desempenhado um papel revolucionário e libertador, constituindo-se como uma poderosa inovação e “centro da sensibilidade jacobina”, após isso a mesma noção de soberania nacional

e popular se mostra como uma “outra volta no parafuso, mais uma ampliação da subjugação e dominação que o conceito moderno de soberania trazia consigo desde o início” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 119).

De modo que, ao longo do processo, “o conceito de nação revelou seu conteúdo fundamental e serviu como antídoto para o conceito e as forças da revolução”. A nação serve para aplacar os vários e diferentes interesses, reduzindo-os ao interesse geral. O “interesse geral”, em tese, viabiliza o estabelecimento da “ordem social”, que, nessa perspectiva, é entendida como “*unidade* de fins e o concerto dos meios”. Resolve-se a crise a partir dessa visão de nação, em conjunto com a noção de soberania, que é “reapropriada mediante a representação da burguesia” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 121).

Da mesma forma que Hobbes reduz a multiplicidade imanente dos homens ao soberano, os revolucionários seguem o mesmo caminho ao centralizar no “interesse geral”, no “povo” e na “nação” a diversidade da vida social. Prevalece a lógica da necessidade de síntese para viabilizar a vida política. Assim, o “povo é uma síntese constituída e preparada para a soberania”, oferecendo “uma vontade e uma ação únicas, independentes das diversas vontades e ações da multidão, e geralmente em conflito com elas. Toda nação precisa fazer da multidão um povo” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 120). Com essa operação, as singularidades que compõem o povo concreto e heterogêneo são solapadas, tendo sua liberdade e diversidade minadas, na medida em que o ato de representação constrói uma identidade unificada e homogênea que se remete a um líder, a um povo abstrato e idealista, a um grupo de governantes ou a uma ideia central (HARDT; NEGRI, 2009, p. 305).

Assim, a Revolução Francesa e a Americana seguem caminhos similares em relação ao papel contrarrevolucionário que se opera no período posterior à derrubada dos regimes. Caminhos que passam pelo papel desempenhado pela representação política moderna. Desde a concepção do Estado Moderno e o seu posterior desenvolvimento, passando pelos embates teóricos de Montesquieu, Rousseau, Sieyès e James Madison, até os tempos atuais, a representação moderna consolidou-se como mecanismo inevitável e, supostamente, viabilizador da democracia moderna e contemporânea. Por questões de escala territorial e populacional, prevaleceu o pensamento de que a “liberdade dos modernos”, como afirmava Benjamin Constant, seria garantida pela delegação de poderes, em contraponto ao aparentemente irrealizável modelo de democracia direta da antiga democracia ateniense nos tempos hodiernos (cf. CONSTANT, 1985). Desde então, segundo o ponto de vista teórico liberal, a legitimidade da política reside em grande parte nesse instrumento, que canaliza o

poder emanado da sociedade. O poder se separa da sociedade, criando-se a unidade soberana do Estado, da nação e do povo, centralizando e unificando no governo as vontades e os interesses plurais existentes na sociedade.

Todavia, como alertam Michel Hardt e Antonio Negri, é necessário criticar os vieses aristocráticos e antidemocráticos que acompanham o surgimento da representação moderna. Para os mencionados autores, a representação permite que o poder e o governo na verdade se afastem do poder popular, constituindo-se como uma “síntese disjuntiva, na medida em que, simultaneamente, liga e aparta, associa e separa”, ressaltando que muitos revolucionários no século XVIII, na verdade, consideravam-na como uma “vacina necessária para proteger dos perigos da democracia absoluta” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 306).

Por sua vez, Jacques Rancière afirma que a representação nunca foi um sistema inventado com o propósito de amenizar o impacto do crescimento da população ou adaptar a democracia a vastos territórios. Pelo contrário, ela é uma forma oligárquica que permite que apenas uma minoria dotada de algum título (os sábios, os mais velhos, ou os ricos) se ocupe dos negócios comuns. De modo que desde a sua versão moderna a representação é o exato oposto da democracia, tendo servido como meio da elite exercer de fato o poder em nome do povo, tanto na Revolução Americana quanto na Revolução Francesa (RANCIÈRE, 2014, pp. 69-70).

Com o intuito de proteger uma minoria proprietária, os federalistas americanos afastaram o povo da política utilizando o instituto da representação, de modo a evitar a democracia e não implantá-la (WOOD, 2003, pp. 186-8). As origens dos debates da democracia americana são eloquentes nesse sentido. James Madison, um dos “Pais Fundadores” da Constituição americana no período revolucionário, considerava o sistema representativo uma defesa necessária contra os erros e desilusões temporárias do povo (MADISON, 2001a, p. 327). Em suas próprias palavras:

Thus far I have considered the circumstances which point out the necessity of a well constructed senate, only as they relate to the representatives of the people. To a people as little blinded by prejudice, or corrupted by flattery, as those whom I address, I shall not scruple to add, that such an institution may be sometimes necessary, as a defence to the people against their own temporary errors and delusions. As the cool and deliberate sense of the community ought, in all governments, and actually will, in all free governments, ultimately prevail over the views of its rulers: so there are particular moments in public affairs, when the people, stimulated by some irregular passion, or some illicit advantage, or misled by the artful misrepresentations of interested men, may call for measures which they themselves will afterwards be the most ready to lament and condemn. In these critical moments, how salutary will be the interference of some temperate and respectable body of citizens, in order to check the misguided career, and to suspend

the blow meditated by the people against themselves, until reason, justice, and truth, can regain their authority over the public mind? What bitter anguish would not the people of Athens have often escaped, if their government had contained so provident a safeguard against the tyranny of their own passions? (MADISON, 2001a, p. 327)

A adoção do voto censitário nos países liberais revelava essa preocupação das classes dominantes em proteger os seus interesses. Assim, Luciano Canfora destaca que o século XIX ficou marcado pelo contraste entre democracia e liberalismo, compreendendo este último não como “a abstrata, ainda que estimulante, afirmação de princípios absolutos, mas a prática concreta das classes abastadas, decididas a proteger seu domínio social mediante o sufrágio restrito” (CANFORA, 2007, p. 98). De forma que autores liberais consagrados como John Stuart Mill consideravam o sufrágio universal uma heresia (CANFORA, 2007, p. 100).

Roberto Gargarella também aponta os elementos elitistas e antidemocráticos presentes no momento pós-revolucionário americano. Antes da derrubada do domínio britânico, os camponeses colocavam em uso práticas de autogoverno, convocando com frequência assembleias públicas. Entretanto, logo depois da revolução elas já haviam começado a se extinguir (GARGARELLA, 2002, p. 16). Dessa forma, no período entre 1780 e 1790, a classe dirigente começou a demonstrar de forma mais evidente uma visão preconceituosa em relação à participação das maiorias na política, manifestando-se de forma contrária à ideia de cidadania se reunir nas assembleias e deliberando sobre questões de interesse público (GARGARELLA, 2002, p. 25).

Nos debates da Convenção Constituinte, Madison, por exemplo, sinalizava seu receio quanto às facções, normalmente entendidas como “as maiorias”. Argumentava que as maiorias poderiam colocar em risco os direitos das minorias, cometendo injustiças contra elas. Era necessário, portanto, construir travas contra elas, que não estariam capacitadas por si só a tomarem decisões de interesse público. Desse modo, um viés contramajoritário marcou a Constituição americana (GARGARELLA, 2002, p. 25).

Apesar da ideia de proteção das minorias diante dos abusos da maioria parecer mais do que razoável para nós contemporâneos, é preciso, como alerta Gargarella, entender nesse contexto a quem Madison e os outros federalistas se referiam como minorias. Nesse caso, não estão se referindo às minorias políticas como os negros ou as mulheres, isto é, parcelas da população que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Na verdade, a definição de minoria empregada pelos “pais fundadores” era extremamente elitista, porque se tratava da minoria de grandes proprietários americanos, uma minoria apenas numérica de privilegiados (GARGARELLA, 2002, p. 31). Como resultado, foi construído um sistema político

representativo possuindo um viés contramajoritário com o objetivo de se proteger um grupo minoritário particular, aquele dos proprietários privilegiados. (GARGARELLA, 2002, p. 32).

No entendimento de Madison, a “democracia pura” é vista como uma ameaça aos direitos de propriedade. Em contraponto, a representação republicana oferece a cura para os males da pureza democrática:

From this view of the subject, it may be concluded, that a pure democracy, by which I mean, a society consisting of a small number of citizens, who assemble and administer the government in person, can admit of no cure for the mischiefs of faction. A common passion or interest will, in almost every case, be felt by a majority of the whole; a communication and concert, results from the form of government itself; and there is nothing to check the inducements to sacrifice the weaker party, or an obnoxious individual. Hence it is, that such democracies have ever been spectacles of turbulence and contention; have ever been found incompatible with personal security, or the rights of property; and have, in general, been as short in their lives, as they have been violent in their deaths. Theoretic politicians, who have patronised this species of government, have erroneously supposed, that, by reducing mankind to a perfect equality in their political rights, they would, at the same time, be perfectly equalized and assimilated in their possessions, their opinions, and their passions.

A republic, by which I mean a government in which the scheme of representation takes place, opens a different prospect, and promises the cure for which we are seeking. (MADISON, 2001b, p. 46)

Dessa forma, como também asseveram Hardt e Negri, a forma republicana moderna surge com a preocupação central de proteger a propriedade (HART; NEGRI, 2016, p. 333). Trata-se de uma verdadeira república proprietária, que exclui e subordina os destituídos de propriedade, rumo tomado pelas revoluções americana, inglesa e francesa (HARDT; NEGRI, 2016, p. 24).

Logo, no contexto pós-revolucionário, há uma grande frustração quanto às promessas de melhoria de qualidade de vida da população em geral e de um maior e melhor autogoverno, que se esperava que substituíssem ao governo britânico (GARGARELLA, 2002, p. 37). Parecia até que as instituições pós-revolucionárias estavam mais distantes do que as organizações da época anterior do predomínio britânico, o que é notório com a supressão das assembleias comunais ou *town meetings*, isto é, as reuniões dos artesãos e camponeses, onde se decidia pelo método da democracia direta (GARGARELLA, 2002, p. 38).

Em razão dessas ponderações históricas, ao analisar a atual “crise de representação”, Gargarella não considera haver atualmente uma “crise”. Isto porque, o que para alguns parecem ser deformações ou desvirtuamentos do nosso sistema político na verdade apenas sinalizam que a representação está justamente funcionando conforme se esperava que ela

funcionasse quando foi concebida (GARGARELLA, 2002, p. 93). Isto é, um sistema eminentemente elitista que exclui a cidadania comum e é mais suscetível a pressões privadas do que públicas (GARGARELLA, 2002, pp. 78-79). Ainda que várias mudanças tenham ocorrido ao longo desses anos, nenhuma delas se deu de forma profunda, razão pela qual permanecem os traços elitistas do sistema representativo (GARGARELLA, 2002, pp. 91-93).

Se os “pais fundadores” rechaçavam a democracia direta e as assembleias, ainda hoje não há espaço nas instituições para essa modalidade política, que se mantêm substancialmente as mesmas. O que nos coloca frente à tarefa de lutar pela democracia direta e contra os mecanismos da representação moderna que alienaram o seu poder, pelo estabelecimento de assembleias populares e conforme os impulsos democráticos iniciais da Revolução Francesa e Americana.

2.4 Representação no socialismo burocrático: as promessas frustradas de uma democracia dos trabalhadores

O pensamento socialista surge em oposição ao Estado e à democracia liberal, denunciando-os como instrumento de dominação de classe nas mãos da burguesia, de modo a favorecer seus interesses e subjugar o proletariado. Essa dominação se ocultaria por meio dos procedimentos eleitorais e da representação liberal. A superação do modo de produção capitalista levaria à democracia socialista, a qual se seguiria a supressão do Estado e da produção hierarquizada. O Estado e a produção hierarquizada, elementos centrais ao capitalismo, caracterizados por sua impossibilidade de controle democrático (SARTORI, 2016, p. 23), seriam substituídos finalmente por um sistema de autogestão dos trabalhadores. Uma nova sociedade na qual a produção econômica e a organização social seriam decididas por uma associação livre de produtores iguais (ENGELS, 1978, p. 176).

Dessa forma, Michel Hardt e Antonio Negri apontam que a tradição socialista possuía elementos promissores, considerando o objetivo de superar as mistificações relativas às instituições representativas ao longo da história da soberania moderna. Em especial a ideia de que a democracia deveria ser construída de baixo, visando neutralizar o monopólio do Estado sobre o poder, e a busca de instrumentos de poder político que coincidisse democraticamente com a gestão econômica. A Comuna de Paris e as formas de gestão em conselho, como os sovietes, ilustram essa tentativa de encontrar novos modos de representação política na tradição socialista e envolveram a “criação de mecanismos para dar

ao proletariado papel direto na gestão econômica e na administração social”, além de buscar “formas mais completas e instruídas de representação e de democracia direta”. A diminuição da distância entre representantes e representados era vista como “um passo em direção à abolição do Estado, vale dizer, a destruição da separação entre poder soberano e a sociedade” (HARDT; NEGRI, 2012, pp. 315-317).

No mesmo sentido, autores socialistas como Gyorgy Lukács criticavam a democracia liberal ao afirmar que o parlamentarismo é um sistema de manipulação a partir de cima e, em oposição a ele, o sistema de conselhos é uma construção que vem de baixo. Os conselhos representariam, portanto, o autêntico socialismo, o sistema mais progressista do ponto de vista democrático (LUKÁCS, 2008a, p. 338). Com brevidade, analisaremos agora elementos das duas experiências mencionadas, a Comuna de Paris e os soviets da Revolução Russa de 1917, uma vez que ambas as experiências nos fornecem elementos importantes para pensarmos o problema da representação política e a sua tentativa de democratização.

A Comuna de Paris foi um breve governo revolucionário que durou cerca de três meses do ano de 1871. Após a derrota e a rendição francesa na guerra franco-prussiana, restou à inconformada população da sitiada Paris resistir aos avanços prussianos na cidade. Com o sucesso da empreitada e a insurreição popular, formou-se na cidade um governo operário revolucionário, o primeiro da história da humanidade, a Comuna de Paris.

Por meio da “Proclamação da Comuna ao povo trabalhador de Paris”, os revolucionários adotaram as seguintes medidas: o combate à burocracia estatal (os cargos públicos se tornaram removíveis e seus salários passaram a ser iguais aos dos operários), a abolição do exército permanente e sua substituição por milícias populares, a organização de conselhos operários nas fábricas abandonadas, a eleição das direções das fábricas pelos trabalhadores, a redução da jornada de trabalho e a reforma do ensino (COGGIOLA, 2002, p. 12). Além disso, ocorreram: a abolição do comando da polícia, do governo civil e dos tribunais, a gestão popular dos meios de vida coletiva, a “gratuidade de tudo o que é necessário e de todos os serviços públicos”, dentre eles o transporte coletivo, o exercício do poder passaria a ser feito por “conselhos de bairro eleitos”, a assistência médica e medicamentos gratuitos, os serviços sociais ficariam sob controle de juntas populares de bairro (COGGIOLA, 2002, p. 14), as reformas do urbanismo parisiense, a gratuidade do uso doméstico de água, eletricidade e telefone, a expropriação de fábricas e armazéns em prol da coletividade, abolição da organização hierárquica da produção, administração das unidades de

produção “pelos trabalhadores em geral e diretamente pelos trabalhadores da empresa”, entre outras (COGGIOLA, 2002, p. 15).

Em geral, portanto, as medidas que a Comuna se propôs tendiam a diminuir a burocratização e a hierarquização estatal, colocando o Estado sob controle, a serviço e aberto à participação popular, assim como a promover a autogestão da produção pelos trabalhadores. Pouco tempo depois, todavia, a Comuna foi duramente reprimida pelo governo anterior, que havia se refugiado e recomposto em Versalhes com o auxílio do inimigo prussiano. Após a morte de milhares de *communards*, chegou ao fim o breve governo popular da Comuna. De toda forma, o conteúdo altamente democrático de várias de suas propostas colocaria a experiência da Comuna de Paris como modelo para os posteriores movimentos dos trabalhadores de vários outros países e correntes políticas diversas.

Autores do autoproclamado socialismo científico como Friedrich Engels e Vladimir Ilitch Lênin chamaram a atenção para a experiência parisiense, colocando-a como exemplo do que seria a famigerada “ditadura do proletariado”, isto é, a fase de transição que, segundo essa corrente, levaria ao fim do Estado, da sociedade de classes e do capitalismo. Assim, em *A guerra civil na França*, Marx afirma que a Comuna de Paris foi “um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho” (MARX, 2011, p. 59), considerando-a um movimento de “reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças sociais vitais em vez de forças que o controlam e subjagam”, levada a cabo por uma forma simples, “como o são todas as coisas grandiosas” (MARX, 2011, p. 129).

Sobre as medidas tomadas pelos *communards*, Marx menciona a supressão do exército permanente (MARX, 2011, p. 56), a composição da Comuna, “formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal (...), responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento”, sendo que “a maioria de seus membros era formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária” (MARX, 2011, pp. 56-57) e também o fato de que “o serviço público tinha de ser remunerado com salários de operários” (MARX, 2011, p. 57).

Lênin, por sua vez, em meio aos acontecimentos da Revolução Russa de 1917, no livro *Estado e revolução*, analisa os escritos de Marx e Engels a respeito da transição socialista. Nessa obra, o revolucionário russo assevera a necessidade dos trabalhadores não

apenas tomarem para si o Estado e seus mecanismos, mas quebrá-lo e transformá-lo substancialmente, assim como o fizeram os *communards* em 1871 (LÊNIN, 2007, p. 56).

Para tanto, seriam necessárias medidas como aquelas já referenciadas por Marx em relação à Comuna, quais sejam a destruição da máquina burocrática e militar estatal (LÊNIN, 2007, p. 57). Ou seja, precisamente o que fez a Comuna quando decretou o fim do exército permanente, extinguiu os privilégios pecuniários dos cargos públicos, instituindo a eles a elegibilidade pelo sufrágio universal e a sua amovibilidade. Dessa maneira, na experiência francesa, “o Estado se transformou em uma coisa que já não é, propriamente, o Estado” (LÊNIN, 2007, p.61), mas um Estado voltado para o seu próprio definhamento, isto é, para o seu progressivo desaparecimento, o único Estado cujo o proletariado tem necessidade, que é “constituído de tal forma que comece sem demora a definhar e que não possa deixar de definhar” (LÊNIN, 2007, pp. 42-43).

Ao contrário do Estado liberal, em que uma minoria privilegiada exerce a função de repressão estatal (isto é, os funcionários civis e os chefes do exército permanente), nesse novo Estado, pelo fato de haver milícias populares e controle efetivo de todos os funcionários por meio do sufrágio e da amovibilidade, é a maioria do povo que exerce a repressão. Assim, com o povo assumindo progressivamente as funções estatais, não haveria mais necessidade de instituições especiais de repressão. Esse é um dos motivos do progressivo definhamento do Estado, que iria se tornando supérfluo (LÊNIN, 2007, p. 61).

Ao analisar a mencionada obra de Lênin, Luciano Martorano aponta que, segundo essa proposta, a participação de todos os trabalhadores sobre as decisões e execuções das tarefas estatais tem como função impedir que “os próprios trabalhadores que passem a fazer parte do aparelho se tornem novos burocratas separados do povo”. Então, a garantia da participação de todos no Estado eliminaria a possibilidade do surgimento “de uma nova camada social privilegiada e separada dos trabalhadores, como também de eliminar toda divisão entre governantes e governados”. Logo, um Estado operário difere de um Estado de funcionários apoiado numa burocracia em que os trabalhadores não consigam exercer controle sobre as funções estatais (MARTORANO, 2002, pp. 119-120).

Por fim, Lênin ainda afirma que a Revolução Russa de 1917, “num quadro diferente e em outras condições”, é uma continuação da obra da Comuna, confirmando a análise de Marx (LÊNIN, 2007, p. 74). Posto isso, é possível traçar um paralelo entre as unidades de autogestão da Comuna de Paris e os soviets russos de 1917.

Os soviets consistiram em organizações autônomas de trabalhadores russos que surgiram no período que antecedeu à Revolução Russa, tanto em 1905 quanto em 1917, tendo permanecido durante um curto tempo após a vitória bolchevique. Na fracassada Revolução de 1905, como explica Pannekoek, a princípio, os soviets eram comitês de greves para tratar de questões salariais e de condições de trabalho. Depois, os assuntos relativos à sociedade como um todo também passaram a ser considerados. Com a expansão da greve por toda Rússia, paralisando indústrias e funções de governo, essas organizações tiveram que se incumbir da resolução de problemas de regulação pública, como a segurança, utilidades e serviços públicos. Já em 1917, apoiados por partidos socialistas, os soviets tiveram sucesso em sua empreitada revolucionária, passando de órgãos revolucionários para órgãos de reconstrução da sociedade (PANNEKOEK, 2003, pp. 76-77).

Segundo Cornelius Castoriadis, os soviets foram fundados sobre os princípios da autonomia, da democracia direta e dos mandatos revogáveis. Assim, a base dessas organizações gozava de autonomia e decidia sobre suas próprias atividades. As decisões buscavam abranger todos aqueles que estão nelas implicados por meio da democracia direta sempre que isso fosse materialmente possível e, quando havia um órgão centralizado, ele deveria ser composto por delegados eleitos pelas bases da organização e cujo mandato pudesse ser revogado a qualquer tempo (CASTORIADIS, 1988a, pp. 217-218).

Castoriadis afirma ainda que tanto os soviets quanto a Comuna de Paris são criações do proletariado para não só combater as classes dominantes e o Estado, mas também para construir novas formas de organização humana baseadas em princípios radicalmente diversos dos hegemônicos, constituindo-se como refutações práticas de ideias que dominaram as organizações políticas por séculos. Segundo o autor, os soviets mostraram que é possível construir organizações sociais centralizadas que não são expropriadores da população em nome dos representantes, mas mantém esses representantes sob permanente controle. Dessa forma, conclui Castoriadis, fizeram com que pela primeira vez na história moderna se alcançasse a democracia numa escala que abrangesse a sociedade como um todo (CASTORIADIS, 1988a, p. 198).

Apesar dessas experiências democráticas terem servido como referência para diversos movimentos, teóricos e partidos socialistas, ao menos retoricamente, elas não foram suficientes para que uma democracia popular se desenvolvesse de fato. No século XX, os chamados países socialistas não conseguiram implementar um regime democrático, a exemplo

do que ocorreu na União Soviética, que acabou seguindo o modelo autoritário de estatização burocrática do stalinismo.

Como expõe Castoriadis, pouco tempo depois da Revolução de 1917, os soviets se transformaram em anexos do partido bolchevique (CASTORIADIS, 1988a, p. 195). Era como se durante o período revolucionário o lema adotado fosse “Todo poder aos soviets!”, mas logo após a tomada do poder passasse a ser “Todo poder ao Partido bolchevique!” e, então, os soviets foram reduzidos a órgãos de administração e execução local (CASTORIADIS, 1988b, p. 95). Assim, os soviets foram se atrofiando e perdendo sua autonomia. A perda das suas raízes, isto é, a autogestão da produção pelos trabalhadores, aponta Castoriadis, levou ao seu progressivo atrofiamento, enquanto o Estado, ao mesmo tempo, foi perdendo seu caráter de proletário (CASTORIADIS, 1988a, p. 118). No mesmo sentido, Pannekoek afirma que os soviets foram gradualmente sendo eliminados como órgãos de auto-organização e reduzidos a órgãos subordinados ao aparelho estatal (PANNEKOEK, 2003, p. 78).

Pierre Dardot e Christian Laval também convergem com Castoriadis e Pannekoek ao afirmarem que “depois de tê-los apoiado taticamente, os bolcheviques acabaram com os órgãos autônomos da classe operária e da população russa – comitês de fábrica, comitês de bairro, milícias – que haviam se formado” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 88). Os representantes dos comitês de fábricas e de bairros, que antes davam uma “genuína composição popular” para esses órgãos, foram substituídos por delegados do partido bolchevique e assim foi se dando a “bolcheviquização e a estatização progressiva das instituições proletárias”. Logo, órgãos populares que eram até então autônomos foram colonizados pelo partido, resultando numa “‘captura burocrática’ da democracia dos comitês e soviets”, o que ocorreu desde o começo da revolução e “desencadeou uma monopolização do poder efetivo pelo partido que se revelou irreversível” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 88).

O projeto democrático dos soviets, portanto, foi solapado pela centralização do poder no Estado e no partido. De modo que, comentam Dardot e Laval, “o comunismo burocrático de Estado impediu progressivamente a possibilidade de outro tipo de sociedade”, dando lugar a “alguns dos piores regimes da história, como o stalinismo, o maoísmo e o polpotismo” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 63). A eleição de delegados revogáveis e a democracia direta, instrumentos que, como aponta Castoriadis, sempre foram a resposta da Comuna de Paris e dos soviets para combater o problema da centralização do poder (CASTORIADIS, 1988b, 207), deram lugar a um Estado hierarquizado e autoritário, formado por uma elite de burocratas que controlava e expropriava o trabalho operário. A Revolução Russa de 1917,

portanto, desaguou num “Estado-partido que pretendia substituir em tudo as forças e as interações da sociedade para dirigir seu ‘desenvolvimento’ a partir de cima”, restando à classe operária apenas “obedecer cegamente e trabalhar” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 89).

Desse modo, a organização soviética acabou neutralizando as exigências de democracia direta dos operários e não construiu outro modelo de representação (HARDT; NEGRI, 2012, p. 318), dado que o poder era exercido de forma centralizada e monopolizado pelo Estado. Por esse motivo, “a representação política socialista evoluiu paralelamente à representação liberal e constitucional na história da modernidade, e finalmente fracassou de maneira semelhante” (HARDT; NEGRI, p. 315).

Hardt e Negri afirmam que nos Estados socialistas e na União Soviética a representação nem mesmo permaneceu no nível da tradição burguesa, uma vez que ela foi “ao longo do tempo degradada e reduzida a uma ficção de controle demagógico e consenso político”, de forma que esses países acabaram repetindo “o núcleo fundador do conceito burguês de soberania, paradoxalmente aprisionados na necessidade de unidade do Estado” (HARDT; NEGRI, p. 319). Os autores comentam ainda a obra de Max Weber, que, segundo as interpretações dos dois autores, afirmou que a organização socialista do trabalho acabaria seguindo “as mesmas leis que a capitalista, e que elas corresponderiam aos conceitos análogos de representação”, envolvendo a gestão do capital e a dinâmica da racionalização instrumental da vida. Assim, no contexto de gestão de capital e na dinâmica de racionalização, o socialismo não poderia dispensar a representação moderna e nem substituí-la por uma democracia operária (HARDT; NEGRI, 2012, pp. 320-321).

Por essas razões, uma série de greves e revoltas ocorreu nos países socialistas nesse período, como na Alemanha Oriental (República Democrática Alemã) em 1953. Segundo narram Hardt e Negri, os operários alemães sofriam com o peso das cotas de produção e a redução do salário impostos pelo regime socialista a partir do plano de intensificação do trabalho. Os burocratas do partido e da gestão impunham cada vez mais disciplina e punições aos desobedientes, quando começaram a surgir alguns atos de resistência. Os sindicatos não conseguiram mediar os conflitos entre os operários e o partido. Então, os trabalhadores formaram uma assembleia e foram protestar em frente à câmara ministerial. A partir desse momento, as greves se espalharam por toda Alemanha Oriental, a população se juntou aos operários e se instaurou uma insurreição. Em seguida, contudo, foi declarado estado de sítio e a revolta foi contida (HARDT; NEGRI, pp. 322-325).

Hardt e Negri se indagam como podem os representantes dos regimes socialistas, muitos deles ex-operários como o Ministro da Indústria alemã, terem se corrompido a ponto de se tornarem “meros emissários do poder disciplinar, não muito diferentes dos agentes de soberania burguesa”. Apesar desse cenário, diante do declínio da utopia revolucionária e de seu poder constituinte, os autores identificam nos comitês de greve das revoltas a exigência de uma democracia de operários pelos operários contra a representação moderna e sua função capitalista de comando sobre a classe operária (HARDT; NEGRI, pp. 325-326).

Ruy Braga também aponta que “a experiência real do socialismo burocrático do tipo soviético não logrou, em termos gerais, construir uma conexão forte entre trabalho e a democracia”, indicando que alguns autores consideram o socialismo soviético um tipo de despotismo burocrático e não uma experiência democrática de planejamento de produção trabalho (BRAGA, 2015, p. 164). A burocratização é definida por ele como o processo que ocorre quando “o partido político ou o sindicato deixam de se submeter ao controle das massas, transformando-se em uma camada social dominante com interesses hostis”, aproximando-se, em alguns pontos, com a alienação capitalista do trabalho (BRAGA, 2015, p. 167). Esse processo ocorreu a partir da centralização do comando sobre o trabalho, que se intensificou após a contrarrevolução stalinista, em 1928, quando o sistema de controle de produção nas fábricas passou a ser exercido por um só gerente e não mais pelo modelo de gestão da Troica, quando um membro do Partido Bolchevique, um administrador de fábrica e um representante dos sindicatos dos trabalhadores compartilhavam as funções de controle de gerência (BRAGA, 2015, p. 169). Ainda segundo Braga, o stalinismo instaurou uma máquina despótica que fez a estrutura econômica funcionar com base no terror, segundo um modelo de desenvolvimento centralizado e autoritário, contrariando as características básicas que Marx imaginou acerca da organização do trabalho em uma sociedade emancipada e da autodeterminação dos produtores livremente associados (BRAGA, 2015, p. 170).

Da mesma forma, convergindo em alguns pontos com as críticas levantadas pelos autores acima mencionados, em *Testamento Político*, um dos capítulos do livro *Socialismo e democratização*, Gyorgy Lukács apresenta algumas reflexões sobre o que ele denomina “democracia socialista” (ou democracia da vida cotidiana), trabalho, cultura e participação, além de uma série de críticas ao modelo autoritário stalinista, às supostas liberdades civis capitalistas e ao direito (cf. LUKÁCS, 2008b).

Lukács critica o ambiente não democrático dos países socialistas, onde tudo o que acontecia era decidido pela burocracia, inclusive nas fábricas, e não mais como ocorria nos

velhos movimentos sociais, quando “os operários decidiam por eles mesmos sua política econômica”. O que fez com que surgissem condições propícias para a eclosão de greves espontâneas por parte dos operários, como aquelas que aconteceram na Polônia nos anos 1970 e 1971 e comentadas pelo autor no referido texto (LUKÁCS, 2008b, p. 217).

O autor húngaro relaciona o fenômeno das greves espontâneas como algo concernente à falta de democracia sindical, problema que por sua vez decorre do embate entre Trotsky e Lênin acerca do papel do sindicato. Segundo Trotsky, cuja posição acabou sendo adotada no desenvolvimento do movimento sindical e foi levada adiante por Stálin, o sindicato deveria apoiar a política econômica governamental e, ao contrário, para Lênin, uma das responsabilidades do sindicato consistia na defesa dos interesses dos operários, inclusive contra o governo socialista se necessário. Tal embate coloca em perspectiva a questão da “burocratização dirigida pelo alto e a exigência da democracia sindical”, bem como a possibilidade de que exista uma relação entre governo e classe proletária na qual se discuta as questões econômicas que geram impacto na vida dos operários. É justamente essa relação que se encontrava ausente nos países socialistas, caracterizados pelo “desaparecimento daquela relação cotidiana e de mútua compreensão que era possível entre Partido, o governo e a classe operária” (LUKÁCS, 2008b, pp. 218-219).

Assim, ao analisar a situação húngara, Lukács critica o socialismo autoritário-burocrático de Rákosi, na Hungria socialista, e as medidas daquele período que ainda derivavam do passado rakesiano, negando que este possa ser qualificado como socialismo verdadeiro (LUKÁCS, 2008b, p. 232). O modelo stalinista e rakesiano seguiam a lógica segundo a qual as massas deveriam se organizar conforme as diretivas estatais e oficiais, desqualificando suas organizações espontâneas e qualificando-as como contrarrevolucionárias e fracionistas. No entanto, essas concepções devem ser rompidas, conforme aponta Lukács, para que se viabilize uma democratização da vida cotidiana e, então, os homens comuns possam se organizar e enfrentar “questões concretas e relevantes da vida”. Sendo a própria liberdade para o surgimento de movimentos *ad hoc* nas questões da vida cotidiana a solução para o descarte das “péssimas consequências da burocratização” (LUKÁCS, 2008b, p. 235).

Mas por que um Estado constituído para seu próprio processo de definhamento acabou, ao contrário, se tornando tão poderoso e autoritário? Por que enquanto esse Estado crescia quem realmente definhavam eram as democráticas organizações dos trabalhadores? Seria a burocratização uma face oculta do socialismo marxista que inevitavelmente viria à tona quando posto em marcha? Se a intenção inicial de revolucionários como Lênin e Trotsky

era construir “uma sociedade bastante próxima do modelo da Comuna de Paris, em grande escala” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 86), por quais motivos a revolução culminou em seu exato oposto, isto é, na opressão e não libertação dos trabalhadores? O socialismo desenvolvido no século XX, seguindo a orientação burocrática, pode ser realmente chamado de socialista tomando-se como parâmetro a obra de Marx? Trata-se de um “socialismo real”, ou um “socialismo vulgar”, ou sequer merece a alcunha de “socialista”?

Evidentemente, são questões complexas que demandariam um trabalho teórico próprio e um cotejamento histórico muito mais aprofundado do que os objetivos pretendidos nessa breve seção. São indagações acerca das quais sequer é possível se chegar a uma “resposta” definitiva, estando no plano de infundáveis disputas ideológicas. Todavia, alguns pontos específicos desse debate são importantes para que possam ser retomados posteriormente. Especialmente porque tocam na questão da representação, da unidade e da ação política. Assim veremos que nas análises de Pierre Dardot e Christian Laval sobre a temática o problema do partido e suas aspirações representativas são centrais para explicar o desvirtuamento do projeto democrático.

Dardot e Laval apontam o partido bolchevique como principal culpado pela burocratização e degeneração da democracia dos soviets. Os autores argumentam que é comum que se atribua as atrocidades da União Soviética e aos governos socialistas em geral, como os campos de concentração, a arbitrariedade policial e a repressão de Kronstadt, a certas circunstâncias históricas internas e externas, como a “guerra civil, o cerco militar, a fome, a desorganização industrial”, que supostamente explicam e justificariam medidas arbitrarias (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 85). Entretanto, argumentam Dardot e Laval, essas circunstâncias não se tratavam de condições insuperáveis, tal como se o destino das revoluções se dirigisse à burocratização e à arbitrariedade como uma fatalidade. As explicações para esses males passam pela análise institucional da organização dos partidos socialistas:

Compreendemos mal a história trágica da burocratização “soviética” quando não recuperamos a lógica institucional que, desde antes da Revolução de Outubro, transformou o partido no dispositivo central que se arrogava a legitimidade da “direção política das massas” e dava um espaço fictício à pluralidade dos órgãos próprios das classes populares (soviets, sindicatos, cooperativas, etc). (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 87).

Ao rejeitar a ideia de que as “degenerescências burocráticas” do sistema soviético derivariam em razão apenas das circunstâncias, Dardot e Laval frisam que os sinais de

burocratização “aparecem *antes* da guerra civil e da intervenção estrangeira. Eles estão ligados, na realidade, a práticas muito antigas de organização interna dos partidos social-democratas, práticas que os bolcheviques levaram ao extremo” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 91). Sobre essas práticas e a obrigação colocada pelo próprio partido de produzir a unidade do proletariado, os autores ainda completam:

Apresentando-se como condição e fiador da consciência da unidade da classe operária, o partido aspirava à exclusividade da representação dos interesses proletários, do mesmo modo que, após a revolução, o “Estado socialista” se apresentaria como representante da classe operária e fiador da unidade do povo para legitimar o monopólio absoluto do poder burocrático do Estado. Ao afirmar que detinham e encarnavam o saber histórico, partido e Estado se arrogaram o direito de impor à sociedade, pela força, a verdade da história. Em outras palavras, a lógica do partido reintroduziu o jogo da representação do soberano e do povo, no qual a unidade deste último repousa sobre a unidade de seu representante (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 91)

No mesmo sentido, também identificando no período anterior à tomada de poder os motivos que levaram à oposição do partido bolchevique contra os operários, Cornelius Castoriadis afirma que a concepção leninista de que apenas o partido possuía a consciência revolucionária, ao contrário das massas, baseou a construção dessa organização, alicerçada também num aparato rígido, que educava seus membros numa disciplina estrita e a partir do conceito de que o partido estava sempre certo (CASTORIADIS, 1988a, pp. 95-96)

Além do monopólio político do partido, Dardot e Laval também citam “o recrutamento dos sindicatos, vistos como engrenagens da direção das fábricas e do governo, a criação da Tcheká, (...) a rejeição das tendências internas do partido” como medidas que culminariam na ascensão de Stálin ao poder, na eliminação de seus opositores, no início da coletivização agrícola forçada e na planificação burocrática (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 86).

Nessa discussão, há ainda quem permaneça convicto quanto à ideologia socialista, considerando-a como indissociável a um projeto democrático, em oposição tanto ao stalinismo e ao liberalismo, como é o caso de Lukács. Ainda durante a vigência do regime soviético, o autor identificava a necessidade de “trabalhar para que as massas expressem os seus próprios desejos cada vez mais vigorosamente e com maior convicção” e assim deixando de operar como massas passivas fruto do excesso de dirigismo (LUKÁCS, 2008b, p. 236). Ressaltando que um desenvolvimento democrático que concedesse voz aos operários sobre as questões da produção nutriria um interesse dos operários pelas questões tecnológicas e econômicas, evidenciando as relações entre a participação democrática dos operários na

produção com o desenvolvimento da cultura e do conhecimento, o que é exatamente o oposto em relação ao que ocorre no modelo do socialismo burocrático, onde apenas há submissão à autoridade superior e não a participação (LUKÁCS, 2008b, pp. 239-242).

Sendo assim, conforme afirma Vitor Sartori, Lukács procura uma “valorização da noção de democracia que fosse coerente com a posição socialista e oposta ao desenvolvimento do stalinismo” (SARTORI, 2016, p. 13), concebendo a democracia socialista como a superação do capitalismo. Uma democracia que tem como tarefa “penetrar realmente na inteira vida material de todos os homens’, inclusive, tendo-se em conta questões como autogestão da economia e a retomada dos conselhos” (SARTORI, 2016, p. 25), o que passa pela valorização da atividade pessoal de todos os homens. Desse modo, o autor “valoriza a noção de democracia quando ela remete ao controle consciente das condições de vida com a superação tanto da “democracia burguesa”, quanto do ‘liberalismo’ ou do stalinismo” (SARTORI, 2016, p. 26).

De todo modo, as experiências de lutas dos operários ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, ainda que em diversos sentidos frustradas, nos mostram a importância e a força dos movimentos auto-organizados, no sentido de construção de uma democracia integral, que englobe também as decisões sobre o modo como nos relacionamos e produzimos coletivamente. Ou seja, estendendo a democracia para o mundo econômico, nos inspirando na gestão cooperativa e horizontal dos conselhos de trabalhadores. Além disso, nos mostram os perigos antidemocráticos de uma unificação hegemônica que parte de cima e esmaga as lutas democráticas, o que se passou pela unificação e representação dos interesses dos trabalhadores em nome de um partido, de uma “consciência histórica” e do Estado.

2.5 Democracia participativa e o Estado Democrático de Direito no Brasil: os movimentos sociais da segunda metade do século XX

Como exposto anteriormente na introdução do presente trabalho, não se pretendeu empreender uma investigação histórica sobre a evolução do instituto da representação política. Ao contrário, apesar da exposição cronológica, a primeira parte do presente texto busca expor somente determinados aspectos importantes sobre a temática para que eles sejam posteriormente retomados no momento da análise sobre os protestos de junho de 2013.

Sendo assim, essa é a razão pela qual agora realizamos outro grande salto histórico da temática, partindo da relação entre socialismo e representação para a questão da relação entre

democracia participativa e representação. Situamos esse novo tema a partir do período da redemocratização no Brasil, quando é promulgada uma Constituição que determina a instauração do Estado Democrático de Direito.

A razão dessa escolha se deu pelo fato de que, ao abordar a superação do regime militar brasileiro, será possível expor, sucintamente, o surgimento e o papel que determinados movimentos sociais desempenharam nessa etapa histórica. Assim, essa contextualização permitirá melhor compararmos, em momento posterior do trabalho, o novo tipo de ativismo de junho com os movimentos sociais desse período ao mesmo tempo em que analisamos alguns pressupostos sobre a democracia participativa, ponto de partida de muitos dos teóricos que analisaram as manifestações de junho. Considerando isso, analisemos, então, esse objeto.

Para David Gomes e Marcelo Cattoni, do ponto de vista normativo, o processo constituinte brasileiro de 1987 a 1988 representa um dos mais importantes momentos do processo de redemocratização do país (GOMES; CATTONI DE OLIVEIRA, 2014b, p. 31). Instituiu-se no texto constitucional o modelo do Estado Democrático de Direito após mais de duas décadas de regime militar.

Na época, havia grande expectativa em relação à implementação desse modelo estatal, que preconizava a participação política da sociedade nos processos de tomada de decisão estatal e no controle da máquina pública. Em teoria, o cidadão deixava de ser o indivíduo atomizado e restrito à esfera privada como no Estado Liberal, assim como também não era mais a figura passiva do cliente que apenas recebia serviços do Estado Social. Ele então passaria a, supostamente, ter o poder de alterar efetivamente os rumos das decisões estatais. Para tanto seria necessária a criação de canais de participação popular no Estado, de maneira que a sociedade exerceria influência nas instâncias deliberativas e se tornaria protagonista no governo. A participação política deixava de estar relacionada somente à eleição de representantes políticos e assim se reaproximariam o Estado e o conjunto de cidadãos. Desse modo a democracia participativa superaria os limites da representação liberal, aprimorando-a (cf. BATISTA JÚNIOR, 2008). É esse projeto político que, segundo diversos autores conforme veremos mais à frente no trabalho, foi resgatado pelo desejo dos manifestantes de junho de 2013.

De qualquer forma, interessa para a presente subseção destacar a importância dos movimentos sociais da década de 1970 e 1980 para esse processo. Seu papel foi crucial na luta contra o autoritarismo do regime militar, bem como na aceleração da transição “lenta, gradual e segura” pretendida pelos militares, e também na conquista dos direitos das lutas

constituintes de 1988. Sendo assim, Maria da Glória Gohn destaca que esse período, o qual ela denomina de “Lutas Pela Redemocratização: 1975-82” (GOHN, 1995, p. 113), foi uma época de grandes greves das mais diversas categorias econômicas, em especial a partir de 1978, após anos de arrocho salarial, repressão das ações sociais organizadas e precarização das condições de trabalho (GOHN, 1995, p. 117). Há também as lutas camponesas dos trabalhadores rurais, que culminam na criação do Movimento dos Sem Terra (MST) em 1979 (GOHN, 1995, pp. 120-121), as lutas indígenas (GOHN, 1995, p. 122) e os movimentos feministas (GOHN, 1995, p. 115). É também nessa época que ressurgiu o movimento estudantil, que já havia desempenhado um papel fundamental contra o governo no período entre 1964-1968, mas que depois disso sofrera um refluxo em razão da intensa repressão estatal (GOHN, 1995, p. 117).

Igualmente, a autora cita o movimento pelo pluripartidarismo que culmina, na década de 1980, na recriação do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), outros partidos nacionais (GOHN, 1995, p. 124). Vale destacar quanto ao PT que contribuiriam para sua formação vários grupos que haviam lutado contra a ditadura militar que citamos anteriormente. É o caso de sindicalistas, em especial a figura de Luís Inácio “Lula” da Silva (figura carismática que “construiu uma imagem de popularidade superior ao prestígio do próprio partido”), intelectuais e “militantes populares ligados ao trabalho pastoral da Igreja Católica” (MOTTA, 1999, pp. 131-132).

Já nos anos seguintes da década de 1980, que foi uma década “extremamente rica do ponto de vista das experiências político-sociais” nas palavras de Gohn (GOHN, 1995, p. 126), esse processo democrático instituinte se intensificou. Há a luta pelas Diretas Já em 1984, o surgimento de outros novos partidos que seriam protagonistas políticos nos próximos anos como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o surgimento de Centrais Sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Destaque-se também o surgimento de diversos movimentos sociais, “abrangendo diversas e diferentes temáticas como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creche etc.” (GOHN, 1995, p. 126).

Todo esse caminho de transformação social, entretanto, foi marcado, concomitantemente, pela permanência de diversos aspectos autoritários do regime anterior. Apenas para efeito exemplificativo citaremos agora algumas dessas características. Assim, como lembra Jorge Zaverucha, os militares “tiveram cacife político para negociar os termos de sua saída do governo” (ZAVERUCHA, 2010, p. 44), de modo que, com a Lei da Anistia

nenhum militar foi julgado pelos seus crimes (ZAVERUCHA, 2010, p. 45). Quanto às cláusulas relacionadas às Forças Armadas, à Polícia Militar, à Justiça Militar e à segurança pública em geral, Zaverucha afirma que a nova Constituição “permaneceu praticamente idêntica à Constituição autoritária de 1967” (ZAVERUCHA, 2010, p. 45). Igualmente, no âmbito administrativo, Gilberto Bercovici destaca que “foram mantidas, em geral, as estruturas do aparato burocrático-administrativo militar na Constituição de 1988”. Citando Otto Mayer, o autor pontua que o “direito constitucional passa”, mas “o direito administrativo permanece o mesmo” (BERCOVICI, 2010, p. 77-78).

Em que pese esses importantes contrapontos, cabe ressaltar que, como afirmam David Gomes e Marcelo Cattoni, mesmo com o processo constituinte possuindo rumos verticais, isto é, pelo alto, a partir dos poderosos, os movimentos sociais de diferentes setores alteraram essa direção, reforçando a participação popular na elaboração constitucional (GOMES; CATTONI DE OLIVEIRA, 2014c, p. 15). Dessa forma, ainda que garantida a manutenção das históricas estruturas políticas, sociais e econômicas desiguais e opressoras do passado brasileiro, é também verdade que a ordem posta sofreu um impacto relevante, portanto, das lutas populares que mencionamos anteriormente. Sendo assim, aquele controle sobre uma transição “lenta, gradual e segura” foi sendo mitigado pela pressão popular rumo a uma maior democratização do processo de transição entre regimes:

A pressão da sociedade insatisfeita – revelada particularmente através da eclosão de uma série de greves – e a erosão de suas bases de apoio levaram o governo a perder o controle sobre o processo de transição. Em 1982, nas primeiras eleições diretas para governador desde 1965 ficou patente o sentimento popular, que elegeu candidatos de oposição nos estados mais importantes. Mas o episódio mais decisivo ocorreu em 1984, com a campanha popular pelo restabelecimento de eleições diretas para presidente, o movimento diretas-já. Milhões de pessoas participaram de comícios nas maiores capitais e embora não se tivesse conseguido o número de votos requeridos para aprovar a emenda constitucional no Congresso Nacional a pressão foi suficiente para fracionar o bloco de sustentação do governo. (MOTTA, 1999, p. 133)

Em seguida, na década de 1990 e no início do século XXI principalmente, em geral, os movimentos aqui discutidos tiveram um grande protagonismo nas lutas políticas. Muitos deles, em especial aqueles ligados ao PT, aproximaram-se ou mesmo conquistaram o poder das instituições estatais. Esses movimentos, que à época das lutas contra a ditadura militar e na redemocratização eram classificados como “novos movimentos sociais”, vão entrar em declínio posteriormente. Conforme veremos, ao se aproximar do poder constituído, perderam seu vigor transformativo e comprometeram consideravelmente sua legitimidade em seu agir

político. São eles, em especial o PT, que vão entrar em conflito com as formas mais contemporâneas de ativismo social nas manifestações de junho de 2013. Nesse momento, pode-se afirmar que houve certo esgotamento do ciclo de lutas por eles iniciados nas décadas de 70, 80 até a primeira década do século XXI.

3. Ventos de um passado recente: as inspirações de junho de 2013

Para buscarmos uma melhor compreensão das Jornadas de Junho de 2013, antes de debatê-la propriamente analisaremos uma série de protestos e movimentos sociais realizados anteriormente que, além de possuírem características semelhantes, também inspiram e dialogam com os manifestantes brasileiros.

Desse modo, no presente capítulo estudaremos tanto movimentos mais antigos como os protestos de Seattle em 1999, assim como os recentes protestos ocorridos no início da década de 2010 ao redor do mundo a partir da Primavera Árabe. Conforme veremos, são manifestações organizadas de forma horizontal, em rede, com grande autonomia em relação às instituições de poder, que se utilizam da internet como uma importante ferramenta de auxílio, além de possuírem fortes aspirações democráticas.

Após examinarmos esses protestos, no capítulo seguinte iniciaremos a análise das manifestações de junho, observando seus acontecimentos, personagens e outros aspectos relevantes. Então, de posse dessa contextualização, retomaremos a temática da representação para melhor apreender o objeto estudado.

3.1 O início da luta por uma outra globalização

O movimento mexicano dos zapatistas, em 1994, e os protestos de Seattle contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), no ano de 1999, são normalmente apontados como marcos do início de protestos contra o sistema global, após a queda do Muro de Berlim e da expansão capitalista como sistema econômico e político hegemônico em todo o globo.

Ambos se notabilizaram por apontar que alternativas ao capitalismo global ainda estavam postas, ao contrário do que os teóricos do “fim da História” (cf. FUKUYAMA, 1992) acreditavam. O uso da internet como ferramenta de auxílio na organização e comunicação desses dois movimentos, além da adoção de uma estrutura em rede, horizontal e menos hierárquica (características sobre as quais nos deteremos com mais vagar em momento posterior no presente trabalho), também foram características compartilhadas por ambos.

Na presente seção, todavia, nos dedicaremos a tratar especificamente dos protestos de Seattle. O que se justifica em razão de uma maior proximidade de características desse protesto em relação àqueles que trataremos a seguir (a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street*, os Indignados na Espanha, entre outros).

O evento, que também ficou conhecido como “Batalha de Seattle”, ocorreu em 1999 por ocasião do encontro da OMC, quando a entidade internacional, que reúne a cúpula de líderes de todo o mundo para tratar de temas relacionados ao comércio internacional, decidiria sobre um novo ciclo de negociações. Trata-se de uma organização de importância fundamental em termos políticos, econômicos e sociais, que, assim como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) são instituições pilares da estrutura global de poder.

Nos dias próximos ao encontro, Seattle já se preparava para os grandes eventos que se seguiriam. Manifestantes se reuniam para organizar os protestos, militantes de toda a parte do mundo chegavam à cidade, professores do colegial “havam centrado suas aulas em questões globais, estudantes universitários vinham estudando o comércio global, grupos religiosos e militantes políticos haviam planejado encenações de rua” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 361).

Com a eclosão dos protestos, os manifestantes expuseram suas “inúmeras queixas contra as injustiças e desigualdades do sistema global”, razão pela qual Seattle pode ser considerada como “o primeiro grande protesto contra o sistema global” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 362): desde a degradação ambiental provocada pela ideologia do desenvolvimento econômico a qualquer custo até a crítica à precarização das condições de trabalho e a pobreza mundial. A manifestação teve sucesso no seu objetivo de impedir que os delegados da OMC se reunissem e “levassem a bom termo o seu encontro” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 361), a partir de ações de desobediência civil, como bloqueios de ruas e *sit ins*.

A polícia se mostrou “despreparada para enfrentar o grande número de manifestantes e sua insistência em impedir o acesso ao local de reuniões da OMC” e começou, então, a “investir contra os manifestantes e os cidadãos de Seattle de maneira relativamente indiscriminada, com balas de borracha e gás lacrimogêneo” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 362). Nessa ocasião, houve também a presença polêmica dos chamados *black blocs*, que atacavam lojas como o *McDonald's* e *GAP* (ALVIM, 2015, p. 87). Todos esses fatos atraíram a atenção da mídia internacional (HARDT; NEGRI, 2012, p. 339), que deu o nome de “manifestações antiglobalização” aos protestos.

A pluralidade dos manifestantes, sua forma de organização e o auxílio da internet foram características marcantes dos protestos de Seattle. Em relação ao perfil dos participantes, Michel Hardt e Antonio Negri destacam principalmente a diversidade da sua composição. Os protestos foram capazes de reunir pessoas que, aparentemente, possuíam interesses completamente contraditórios, como “ambientalistas com sindicalistas, anarquistas

com grupos religiosos, gays e lésbicas com os que protestavam contra o complexo carcerário-industrial”. Apesar das diferenças, esses grupos demonstraram a capacidade de agir em comum. Sem qualquer autoridade única, organizaram-se numa “estrutura em rede disseminada”. Nesse momento, a “plena expressão da autonomia e da diferença de cada um coincide aqui com a poderosa articulação de todos” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 125). Assim, a democracia era tanto uma meta como uma atividade do movimento de Seattle (HARDT; NEGRI, 2012, p. 126).

Desse modo, ambientalistas fantasiados de tartarugas marinhas e sindicalistas servem como exemplo de como Seattle funcionou como um “centro de convergências para todas as queixas do sistema global”, pois mostraram que “antigas oposições entre grupos de protestos pareciam simplesmente desaparecer”. Metalúrgicos e estivadores “separaram-se das marchas trabalhistas oficiais e se juntaram aos protestos de rua”, formando a inesperada colaboração entre sindicalistas e ambientalistas (HARDT; NEGRI, 2012, p. 364).

É importante assinalar que, segundo afirmam Hardt e Negri, esse aspecto organizacional em rede dos protestos de Seattle esteve presente também nas lutas identitárias americanas das últimas décadas do século XX. Os autores se referem às lutas feministas, “de lésbicas e gays e das lutas de fundo racial”, que tinham como características mais importantes em termos organizacionais a “insistência na autonomia e a recusa de qualquer hierarquia centralizada, de líderes ou porta-vozes”, dando-se ênfase na organização democrática, “que também se manifesta nas estruturas internas dos movimentos” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 124). É em razão desse tipo de organização sem uma estruturação consistente e sem líderes formais que Paolo Gerbaudo chama os contemporâneos “movimentos em rede” de herdeiros dos assim chamados “novos movimentos sociais” da década de 1960 (GERBAUDO, 2012, p. 24).

Já em relação ao uso da internet, por sua vez, Fábio Malini e Henrique Antoun afirmam que Seattle representa a “eclosão do ciberativismo” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 57). No mesmo sentido, Paolo Gerbaudo comenta que é a partir de Seattle que e-mails, páginas e fóruns virtuais se tornam as ferramentas de um novo modo de se fazer política (GERBAUDO, 2012, p. 23). Em razão disso, o autor ainda aponta que esse movimento passou a ser visto como reflexo de sua própria estrutura comunicacional (GERBAUDO, 2012, p. 23), isto é, organizando-se em redes flexíveis e sem hierarquias, tal como o funcionamento da internet.

Ressalte-se também que foram os protestos de Seattle que deram origem ao *Indymedia* (ou *Independent Media Center*), uma plataforma sediada em grande parte virtualmente criada “por organizações e ativistas da mídia independente e alternativa com o propósito de oferecer uma rede para a cobertura jornalística dos protestos de novembro de 1999 contra a OMC em Seattle” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 137). Nessa plataforma, uma mistura de mídia com ativismo, os manifestantes noticiavam os acontecimentos dos protestos, num sistema de edição aberta, isto é, onde qualquer um poderia acessar o site, publicar reportagens, fotos, artigos e vídeos (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 137). Nessa mídia não mediada por grandes e tradicionais veículos de comunicação, o próprio manifestante era o jornalista e editor (VINICIUS, 2014, p. 241). Ao final do movimento, a *Indymedia* se tornou “o principal órgão de notícias sobre o acontecimento” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 136).

Dessa forma, os manifestantes puderam disponibilizar versões diferentes sobre os fatos ocorridos em Seattle, especialmente em contraposição à narrativa da mídia centralizada, tradicional e televisiva. Por razões corporativas e pela sanha de audiência, a mídia televisiva enfocava suas notícias principalmente nos aspectos violentos do protesto, deixando de lado toda a crítica e debate trazido pelas manifestações. Assim, apontam Hardt e Negri, ferramentas como o *Indymedia*, cujo lema era “Não odeie a mídia, torne-se a mídia”, rompem “o monopólio de informação da mídia corporativa” e exorta os manifestantes “a se envolver ativamente na produção e distribuição de informação”, dado que “qualquer pessoa pode propor material para um site da *Indymedia*”, que funciona sob os pilares da “igualdade de acesso e expressão ativa”, que são “fundamentais para qualquer projeto de democratização da comunicação e da informação” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 386).

Dessa forma, os protestos de Seattle representaram um importante marco na organização de movimentos dedicados à transformação social. Romperam com o conformismo derrotista e demonstram que os caminhos estão sempre abertos para que se busquem alternativas democráticas. A seguir, veremos como os movimentos do início da década de 2010 possuem semelhanças com essas manifestações.

3.2 Crise e revolta: o contexto do surgimento das lutas de 2011

Como aponta Henrique Soares Carneiro, ocorreu um inusitado fenômeno no ano de 2011, quando houve “uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protestos com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito

assemelhadas e consciência de solidariedade mútua”. Do norte da África à Europa, passando pelos Estados Unidos da América, uma “onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global” (CARNEIRO, 2012, p. 7).

Numa “sincronia cosmopolita febril e viral”, diversas revoltas em diferentes locais se conectaram para mostrar sua indignação contra o mesmo pano de fundo que os assolava, qual seja a “crise social, econômica e financeira que se arrasta desde 2008 e tem como consequências a carestia dos gêneros alimentares e o aumento do desemprego” (CARNEIRO, 2012, p. 8). Quando então as vozes das ruas passaram a “ocupar o cenário, deslocando velhos aparatos políticos e questionando a ordem do capitalismo financeirizado” (CARNEIRO, 2012, p. 10).

Giovanni Alves argumenta que os movimentos desse período são reflexos da “ampliação do desemprego e da precariedade social no decorrer da década de 2000 nos EUA e na União Europeia, sobretudo a partir da crise financeira de 2008”, o que acabou impulsionando o “radicalismo das massas de jovens (e velhos) precários”, ou seja, são “reverberações radicais do capitalismo financeiro senil” (ALVES, 2012, p. 34).

No mesmo sentido, Michel Hardt e Antonio Negri enxergam um mesmo ciclo nas lutas do ano de 2011 não só por confrontarem um mesmo inimigo, mas, principalmente, porque são capazes de conectar e combinar objetivos, estratégias e práticas, compondo um projeto político plural:

Então, por que devermos considerar essas lutas como parte do mesmo ciclo? É verdade que essas lutas confrontam o mesmo inimigo, caracterizado pelos poderes da dívida, da mídia, do regime de segurança e dos sistemas corruptos de representação política. O ponto principal, entretanto, é que suas práticas, suas estratégias e seus objetivos, embora diferentes, são capazes de se conectar e se combinar uns com os outros, formando um projeto plural e compartilhado. A singularidade de cada luta promove, em vez de impedir, a criação de um terreno comum. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 90)

Desse modo, completam os autores, apesar de muitos negarem a conexão existente entre esses movimentos, alegando que o combate às ditaduras norte africanas seria muito diferente das lutas em países de democracia liberal como os Estados Unidos, é evidente que essas lutas diferentes dialogam entre si, cada qual com a sua singularidade e “orientada por condições locais específicas”, mas convergindo numa luta comum global:

Cada uma dessas lutas é singular e orientada por condições locais específicas. A primeira coisa a se observar, porém, é que todas, efetivamente, dialogam entre si. Os egípcios, claro, pegaram os caminhos percorridos pelos tunisianos e a adotaram

suas palavras de ordem, mas os ocupantes da Puerta del Sol também pensaram sua luta como fruto das experiências dos manifestantes da Praça Tahrir. Por sua vez, os olhares dos manifestantes em Atenas e Tel Aviv se concentraram nas experiências de Madri e Cairo. Os ocupantes de Wall Street tiveram todas essas lutas em vista, convertendo, por exemplo, a luta contra os tiranos numa luta contra a tirania das finanças. Podemos achar que estavam iludidos e que esqueceram ou ignoraram as diferenças de suas situações e demandas. Acreditamos, contudo, que eles têm uma visão mais clara do que a daqueles fora da luta, e que conseguem manter coesas, sem contradição, suas condições singulares e suas batalhas locais com a luta global comum (HARDT; NEGRI, 2014, pp. 12-13)

Nas subseções seguintes, analisaremos brevemente como se desenrolaram os protestos nesses países. O objetivo não é expor de forma minuciosa cada situação, o que, com evidência, levaria a uma longa explanação acerca do complexo contexto histórico e socioeconômico de cada país, mas mostrá-las de forma panorâmica, com o propósito de demonstrar as semelhanças e os diálogos entre os movimentos descritos. Ao final da exposição, será possível perceber as características comuns entre os protestos, demonstrando que é possível enquadrá-los num mesmo ciclo de lutas.

3.2.1 Os paineleiros islandeses: da crise financeira à constituinte digital

Os protestos islandeses precederam temporalmente o início da década de 2010. No entanto, além de seus efeitos se estenderem até esse período, conectam-se substancialmente com eles, sendo inclusive apontados por Manuel Castells, juntamente com os protestos na Tunísia, tendo em vista algumas de suas características e também a sua relação com a crise financeira de 2008, como precursores dos movimentos do Egito, da Primavera Árabe, da Espanha e dos Estados Unidos (CASTELLS, 2013, p. 47).

A Islândia vinha sofrendo com uma grande crise financeira após o colapso de três dos seus maiores bancos. Essa situação foi ocasionada por uma série de operações fraudulentas do setor financeiro, sob o aval do governo islandês, que inflaram artificialmente a economia do país e culminaram em sua quebra logo depois (CASTELLS, 2013, pp. 36-39). Conforme aponta Vladimir Safatle, o país foi um dos primeiros atingidos pela crise econômica de 2008 (SAFATLE, 2012, p. 48).

Quando a população sentiu os efeitos da crise, um pequeno protesto contra os banqueiros e os políticos a eles subservientes foi marcado em frente ao Parlamento islandês para o dia 20 de janeiro de 2009. A divulgação dos protestos em vídeos na internet estimulou outras ondas de protestos, que foram reunindo, então, milhares de pessoas na praça Austurvöllur, na capital islandesa. Manuel Castells comenta que, “segundo observadores

desse processo de mobilização social, o papel da internet e das redes sociais foi absolutamente fundamental” (CASTELLS, 2013, p. 39).

As manifestações ganharam corpo e começaram a ser chamadas de “Revolução das Painéis”, pelo fato dos manifestantes baterem painéis em protesto. Eles exigiam “a renúncia do governo e a realização de novas eleições”, além da “refundação da República, que se tornara corrupta, em sua visão, pela subordinação de políticos e partidos à elite financeira”, pedindo, portanto, “a elaboração de uma nova Constituição” (CASTELLS, 2013, p. 40).

A pressão social levou à antecipação das eleições e à derrota dos principais partidos irlandeses conservadores que governavam o país desde 1927. O novo governo eleito assumiu o poder em fevereiro de 2009, organizou a “bagunça financeira”, cobrou “responsabilidades pela administração fraudulenta da economia”, transformou “o modelo econômico, estabelecendo uma estrita regulação financeira e reforçando as instituições de fiscalização”, além de responder às demandas da população ao envolver-se “num processo de reforma constitucional com plena participação dos cidadãos” (CASTELLS, 2013, p. 40).

Além disso, também houve a nacionalização dos três bancos envolvidos nos escândalos financeiros e a abertura de “processo judicial contra os responsáveis pela crise” (CASTELLS, 2013, pp. 40-41). Desse modo, nos anos de 2011 e 2012 houve a recuperação da economia islandesa. Ao contrário dos outros países da Europa, a Islândia “não promoveu os tipos drásticos de medidas de austeridade”, mas ao contrário, “assinou um pacto de ‘estabilidade social’ para proteger os cidadãos dos efeitos da crise” (CASTELLS, 2013, p. 42).

Mais do que as medidas de restauração da economia, entretanto, chamou a atenção no caso islandês o processo de reformulação política pelo qual o país passou. Assim, a “revolução islandesa” também representou “uma transformação fundamental do sistema político responsabilizado pela incapacidade de administrar a crise e pela subordinação aos bancos”, que culminou no processo de elaboração de uma nova Constituição para o país.

Foram feitas eleições para a composição de um Conselho responsável pela elaboração do novo texto constitucional. Nesse processo constitucional, o Conselho eleito buscou “a participação de todos os cidadãos via internet”, tendo sido o Facebook utilizado como plataforma de debate e o Twitter para relatar o trabalho realizado, além de outras plataformas digitais (CASTELLS, 2013, p. 43)

Segundo Manuel Castells, o processo contou com ampla participação e deliberação popular via online e offline. Por essa razão, ele aponta que “a lei constitucional enfim

elaborada foi literalmente produzida por crowdsourcing². Alguns observadores rotularam-na de wikiconstituição” (CASTELLS, 2013, p. 44). Todo o processo representa, então, uma experiência de aprofundamento da democracia participativa e utilização de meios digitais sem precedente:

O fato de a Constituição de um país poder refletir explicitamente princípios que explicitamente, no contexto do capitalismo global, são revolucionários mostra o elo direto entre um processo de crowdsourcing genuinamente popular e o conteúdo resultante desse processo participativo. Deve-se lembrar que a consulta e a elaboração ocorreram num período de quatro meses, tal como exigido no Parlamento, o que desmente a noção de ineficácia da democracia participativa. Claro, a Islândia tem apenas 320 mil habitantes. Mas os defensores da experiência argumentam que, com a internet, com o pleno domínio dela e o acesso irrestrito a ela, esse modelo de participação política e crowdsourcing do processo legislativo é passível de ampliação. Se assim for, as bases culturais e tecnológicas para o aprofundamento da democracia representativa teriam sido estabelecidas num pequeno país feito de gelo e fogo, numa ilha do Atlântico Norte. (CASTELLS, 2013, p. 45)

Outro acontecimento importante do caso islandês foi a realização de um plebiscito para decidir se os estrangeiros que perderam dinheiro com a quebra dos bancos islandeses seriam indenizados (CASTELLS, 2013, p. 41). A população islandesa decidiu, com uma margem de 93% que as indenizações não deveriam ser pagas. Vladimir Safatle comenta que o caso representou a recuperação do democrático, porém esquecido, princípio da soberania popular:

Mesmo sabendo dos riscos de tal decisão, o povo islandês preferiu realizar um princípio básico da soberania popular: quem paga a orquestra escolhe a música. Se a conta vai para a população, é ela quem deve decidir o que fazer, e não um conjunto de tecnocratas que terão seu emprego garantido nos bancos ou de parlamentares cujas campanhas são financiadas por estes. Como disse o presidente islandês Ólafur Ragnar Grímsson: ‘A Islândia é uma democracia, não um sistema financeiro’. O interessante é que, com isso, saiu-se dos impasses da democracia parlamentar para dar um passo decisivo em direção a uma democracia plebiscitária capaz de institucionalizar a manifestação necessária da soberania popular. (SAFATLE, 2012, pp. 48-49)

Desse modo, a experiência islandesa acabou servindo como referência aos movimentos europeus que a sucederam. A economia do país se recuperou sem os pacotes de austeridade e o conseqüente sacrifício dos cidadãos. Houve a responsabilização dos

² Segundo Carlos Yepes e Daniel Vera, o crowdsourcing se refere ao método de distribuição de trabalho em larga escala, tanto interna quanto externamente em relação a uma organização. Ele tem como propósito ampliar e melhorar a tomada de decisão e o cumprimento de tarefas coletivamente (DURANGO YEPES; GIL VERA, 2016, p. 73).

banqueiros pelos custos da crise que ocasionaram, além de um experiência cidadã inovadora no processo de elaboração da nova constituinte.

3.2.2 Revoltas do norte africano: os protestos na Tunísia

As manifestações na Tunísia são apontadas por Castells como as precursoras da nova forma de movimento social em rede no mundo árabe (CASTELLS, 2013, p. 27). No mesmo sentido, Maria da Glória Gohn aponta que o país “teve um papel fundamental na onda de revoltas no mundo árabe”, tendo a Revolução de Jasmim³ “inspirado outros países árabes no movimento denominado Primavera Árabe” (GOHN, 2014, p. 100).

Em 2010, a Tunísia vivenciava o autoritarismo de seu regime político, repressão, conflitos religiosos e uma economia em crise (GOHN, 2014, p. 98). Foi em dezembro desse ano que se iniciaram as revoltas tunisianas com a viralização na internet de um vídeo de um vendedor ambulante de 26 anos, Mohamed Bouazizi, ateando fogo em si mesmo em protesto após suas mercadorias terem sido confiscadas pela polícia. O evento da autoimolação foi o estopim de uma série de protestos contra o ditador Ben Ali por todo o país. Apesar da violenta repressão policial, que matou e feriu centenas de pessoas, os protestos se proliferaram pelas províncias e na capital, quando então o ditador Ben Ali e sua família se viram obrigados a deixar a Tunísia em 14 de janeiro de 2011. Encorajados, os manifestantes prosseguiram reivindicando o afastamento de todo o regime ditatorial ligado ao antigo líder. Exigiam liberdade política e de imprensa e pediam novas eleições democráticas. Eles “gritavam ‘Degage! Degage!’ (‘Fora!’) para todos os poderes constituídos: políticos corruptos, especuladores financeiros, policiais violentos e mídia subserviente”. Na internet, os manifestantes divulgavam vídeos dos protestos, da violência policial e convocavam as pessoas às ruas e praças das cidades. Criou-se uma conexão entre o Facebook, o Youtube, o Twitter e a ocupação do espaço urbano, “prenunciando os movimentos que surgiriam em outros países” (CASTELLS, 2013, pp. 28-29).

A praça *Gouvernement*, em Túnis, foi ocupada por diversas pessoas que exigiam a demissão do novo governo provisório. Os manifestantes montaram barracas e organizaram assembleias populares onde os debates eram transmitidos por vídeo pela internet. Uma organização informal e sem líderes foi realizada para que as discussões aplicassem certas

³ Esse foi o nome utilizado pela mídia ocidental para se referir ao movimento. No entanto, conforme afirma Manuel Castells, trata-se da mesma expressão utilizada que designa o golpe que levou Ben Ali ao poder em 1987 (CASTELLS, 2013, p. 31).

regras aos debates da praça, tentando mantê-los num tom educado e respeitoso, limitando o tempo de fala para que fosse permitida a participação de todos. Ainda que expulsos pela polícia, os manifestantes voltaram a ocupar a praça, indignados pela continuidade de pessoas ligadas a Ben Ali no poder, em especial após negócios fraudulentos da família Trabelsi, segunda esposa do antigo ditador, terem sido expostos pelo *WikiLeaks* (CASTELLS, 2013, p. 30).

Segundo Castells, a força motriz emocional básica dos protestos foi a “busca por dignidade em reação à humilhação com base institucional” (CASTELLS, 2013, p. 31). Assim, durante todo o ano de 2011, os manifestantes tunisianos prosseguiram em sua demanda pela plena democratização do país “apesar da persistente repressão policial e da presença contínua de políticos do antigo regime no governo provisório e nos níveis mais elevados da administração” (CASTELLS, 2013, p. 35).

A alta taxa de difusão do uso da internet na Tunísia, bem como a presença de um ciberativismo crítico ao governo e a existência de um grupo de jovens desempregados com educação superior são mencionados por Castells como características essenciais para o desenvolvimento dos protestos. A internet exerceu um papel de difusão e coordenação da revolta, sendo utilizada pelos desempregados com diploma universitário para a comunicação e expansão do movimento, difundindo-se por meio dela vídeos, mensagens e canções contra a ditadura (CASTELLS, 2013, pp. 34-35).

Ressalte-se também que “os partidos políticos de oposição foram ignorados pelos ativistas e não tiveram presença organizada na revolta” e as lideranças que existiam eram geradas espontaneamente e *ad hoc*, apenas em momentos e lugares específicos. Sendo que esses líderes eram jovens de “vinte ou trinta e poucos anos” (CASTELLS, 2013, p. 32). Muitos desses jovens, desempregados e com diploma superior, foram “os atores-chave da revolução” (CASTELLS, 2013, p. 34). Eles conseguiram a difícil façanha de derrubar em pouco tempo uma ditadura violenta e estável, que contava com o apoio de diversos países ocidentais como a França e os Estados Unidos. A praça onde o jovem Mohamed Bouazizi havia se autoimolado agora leva o seu nome e não mais “Praça 7 de Novembro”, uma antiga homenagem que fazia referência à data que Ben Ali havia tomado o poder (GOHN, 2014, p. 98).

3.2.3 Os protestos no Egito e a queda de mais um ditador

No Egito, em um contexto de “injustiça, pobreza, desemprego, sexismo, arremedo de democracia e brutalidade policial” (CASTELLS, 2013, p. 50), surgiram os protestos de 2011 e 2012, influenciados pelo movimento tunisiano. Primeiramente, de 25 de janeiro até 11 de fevereiro de 2011, milhares de egípcios se mobilizaram em diversas manifestações, ocupando a praça Tahrir, no Cairo, resistindo à repressão das forças policiais e militares, contra o regime ditatorial de Hosni Mubarak (MATOS; SOUZA, 2012, p. 42). Posteriormente, após a sua queda, o governo das forças militares do Conselho Supremo das Forças Armadas que tomou para si o poder também foi alvo de protestos.

As explosivas manifestações desses anos foram precedidas por diversos movimentos de luta e organizações que delas nasceram no Egito, como os protestos políticos contra as eleições fraudulentas, a luta pelos direitos das mulheres e greves de fábricas (CASTELLS, 2013, p. 50). Em 2010, redes de ativistas ligadas a esses movimentos, “juntamente com muitos outros grupos formados em conspirações de bastidores” (CASTELLS, 2013, p. 50) lançaram no Facebook a campanha “Somos todos Khaled Said”, em que divulgavam o vídeo do jovem Khaled Said sendo espancado até a morte pelas forças de segurança de Hosni Mubarak (GOHN, 2013, p. 103), ditador egípcio quês estava há 30 anos no poder. Gohn aponta que essa campanha foi responsável pelo crescimento do movimento egípcio “por meio da ‘revolução virtual’ operada pelas mídias sociais” (GOHN, 2013, p. 103).

Grupos ligados a essa campanha realizaram em 2011 manifestações contra a violência do governo de Mubarak. Além de derrubar o ditador, os manifestantes “pediam eleições democráticas e clamavam por justiça e distribuição de riqueza”, sendo “pão, liberdade e justiça social” os temas principais da revolução (CASTELLS, 2013, p. 62). Assim, milhares de pessoas passaram a ocupar a praça Tahrir no centro do Cairo e resistiram aos ataques da polícia que vieram em seguida, transformando-a “no espaço público visível da revolução” (CASTELLS, 2013, pp. 50-53). Mais de dois milhões de pessoas participaram das manifestações dessa praça em momentos diferentes, exigindo o fim do regime do ditador egípcio (CASTELLS, 2013, p. 52).

Conforme afirma Castells, “os espaços de resistência originais foram constituídos na internet, já que as formas tradicionais de protesto foram recebidas com enorme ferocidade”, sendo alvos de uma polícia que se utilizava de métodos de tortura impunemente. Além disso, ainda acrescenta o autor, a internet foi um importante veículo de difusão dos vídeos que mostravam a repressão violenta das forças de segurança e as convocações para as manifestações eram feitas pelo Facebook (CASTELLS, 2013, pp. 53-54).

Além dos jovens “praticantes das mídias sociais”, cuja participação foi fundamental conforme aponta Gohn (GOHN, 2014, p. 104), as manifestações possuíam um perfil bastante heterogêneo. Por exemplo, o movimento *Kefaya* (“Basta!”), um dos grupos que participaram ativamente das manifestações, era fruto “de uma aliança entre marxistas, islamitas, nasseristas (seguidores do ex-Presidente Nasser) e liberais” (GOHN, 2014, p. 102). Castells acrescenta ainda que, apesar da maioria dos participantes ser composta por jovens, muitos deles universitários, “segmentos da classe pobre urbana, desesperados em decorrência da alta dos preços dos produtos alimentícios” também se juntaram aos protestos, assim como trabalhadores da indústria “com ou sem o apoio dos sindicatos” (CASTELLS, 2013, p. 62). Destacou-se também a presença de grupos feministas, cujas “ativistas dos direitos femininos fizeram passeata na praça Tahrir exigindo o fim da discriminação por parte do Estado e o fim da violência contra a mulher” (CASTELLS, 2013, p. 66). Por último, como aponta Gohn, teve papel importante o grupo Irmandade Muçulmana (GOHN, 2014, p. 104). O grupo é composto por islamitas que, no Egito, ao constituir-se no Partido Liberdade e Justiça após a queda de Mubarak, aceitaram moderar sua atitude religiosa em nome dos princípios democráticos segundo Castells (CASTELLS, 2013, p. 68). No entanto, a perspectiva de moderação por parte da Irmandade Muçulmana trazida por Castells é questionável, na medida em que, como veremos em seguida, outros autores apontam que a posterior vitória do partido ligado à Irmandade Muçulmana nas eleições trouxe consigo uma islamização da política do Egito.

Assim como na Tunísia, a ocupação de espaços públicos assumiu um papel preponderante para o desenrolar da revolução egípcia. Para Castells, “a forma social básica do movimento foi a ocupação do espaço público”, onde os manifestantes estabeleciam “formas de autoadministração e solidariedade” fora do controle do Estado, o que pode ser visto na praça Tahrir. Estabeleceram-se laços de “solidariedade comunal” responsáveis pelo “autogerenciamento logístico da vida cotidiana” dos ocupantes, relativo a questões de higiene, alimentação, comunicação e assistência jurídica. Esse modelo comunal da praça Tahrir “tornou-se um modelo para os movimentos Occupy que iriam brotar mundo afora nos meses seguintes” (CASTELLS, 2013, p. 55)

Num determinado momento, o regime ditatorial de Mubarak cortou os serviços de internet do país visando paralisar os protestos. No entanto, essa medida se mostrou ineficaz. A atuação de ativistas locais e da comunidade internacional que auxiliou os egípcios permitiu que fosse restabelecido o uso da internet por outros meios. Posteriormente, diante da ineficácia de sua medida, o governo ditatorial acabou restaurando o acesso à internet. Castells

destaca que o motivo fundamental da ineficiência da medida em paralisar os protestos foi o fato de que “as redes urbanas haviam assumido o papel que as redes da internet tinham desempenhado na origem das manifestações” (CASTELLS, 2013, p. 61). Dessa forma, a interação entre as praças e as redes digitais foi essencial para que a comunidade revolucionária das praças resistisse à repressão e se conectasse por redes multimídia com outros egípcios e com toda a comunidade internacional, reunindo nas ruas uma diversidade de redes de contrapoder (CASTELLS, 2013, p. 75).

Os manifestantes que exigiam a queda de Mubarak tiveram êxito em seus protestos no dia 11 de fevereiro de 2011, data em que o ditador renunciou ao poder (GOHN, 2013, p. 103). Matos e Souza assim sintetizam o processo egípcio:

Inicialmente o movimento não procurava a deposição de Mubarak, mas se levantava contra a violência policial empregada pelos fiéis súditos de Mubarak contra o povo. Através de atos de desobediência civil, a manifestação foi evoluindo e concretizando o objetivo de aniquilar a ditadura, culminando com a dissolução do regime vigente, enfraquecido pelas manifestações populares. (MATOS; SOUZA, 2012, p. 46)

Posteriormente à queda de Mubarak, entretanto, seguiu-se uma ditadura inclusive mais dura que a de seu antigo ditador. Os militares egípcios passaram a governar o país sob um regime fortemente autoritário, liderado pelo Conselho Supremo das Forças Armadas. A pretexto de levar a cabo uma transição rumo a eleições democráticas, os militares acabaram por esvaziar as promessas de democracia do movimento popular (CASTELLS, 2013, p. 76). No entanto, sob o lema da continuidade da revolução, os egípcios continuaram resistindo contra a tentativa do Conselho militar de restaurar o antigo regime (CASTELLS, 2013, p. 71), retomando a luta pela democracia a partir das “redes de poder e contrapoder formadas no processo da revolução egípcia” (CASTELLS, 2013, p. 76).

3.2.4 A Primavera Árabe

As derrubadas dos ditadores Ben Ali e Mubarak na Tunísia e no Egito respectivamente acabaram exercendo influência em diversos países árabes. Em especial o caso egípcio, cujo país “é conhecido na imaginação cultural árabe como *um al-dunya* ('mãe do mundo)” (CASTELLS, 2013, p. 79). Assim, foi instituído o Dia da Fúria (*Youm al-Ghadah*) na Argélia, Líbano, Jordânia, Maurítânia, Sudão, Omã, Iêmen, Bahrein, Líbia, Marrocos, Saara Ocidental, Arábia Saudita e Síria (CASTELLS, 2013, p. 77). Ainda que cada região trouxesse suas

peculiaridades locais, os eventos ficaram conhecidos posteriormente como “Primavera Árabe”.

Como nos casos tunisiano e egípcio, o que se seguiu foi uma série de manifestações populares que clamavam por democracia, que em sua maioria foram respondidas por repressão estatal violenta. Jovens árabes lutavam por mais dignidade, protestando também por meio de autoimolações, martírios simbólicos e ocupações dos espaços urbanos. Enfrentaram torturas, espancamentos e assassinatos (CASTELLS, 2013, p. 79).

A Líbia sob regime do ditador Muammar Kadafi e a Síria de Bashar Al-Assad tentaram a todo custo reprimir os manifestantes. Os revoltados estavam obstinados a derrubar os regimes autoritários desses países. Mas os protestos acabaram dando origem a uma intrincada série de eventos geopolíticos envolvendo lideranças mundiais, como os países europeus e os Estados Unidos, e entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A truculenta repressão dos Estados ditatoriais contra os manifestantes resultou na prática de crimes humanitários e em guerra civil.

De toda forma, Manuel Castells aponta que os levantes árabes seguiram a dinâmica dos protestos egípcios e tunisianos, uma vez que a organização, o debate e a convocação à rebelião foram feitos pela internet, posteriormente se prolongando para o espaço urbano. Citando os trabalhos de Philip Howard e Muhammad Hussain, Castells indica que a difusão e o uso de tecnologias de informação e comunicação nos países muçulmanos ou de significativa população islâmica foram essenciais para o fortalecimento da sociedade civil e de sua autonomia, que desafiou as ditaduras locais. O autor indica ainda que as redes digitais tiveram um importante efeito sobre a intensidade e a potência dos levantes árabes, o que levou Howard e Hussain a afirmarem que elas tiveram um papel inclusive causal na Primavera Árabe, colocando-a como evento histórico singular, na medida em que foi a primeira série de sublevações políticas digitalmente mediadas (CASTELLS, 2013, pp. 86-88).

A criatividade político-artística também é um elemento importante que resulta dos movimentos nas redes da internet segundo Castells, pois, como foi possível perceber em especial na Síria, os movimentos utilizaram o poder das imagens e das narrativas em um ambiente virtual artístico para a conexão emocional entre os ativistas, de forma que a cultura foi um instrumento de transformação política. É destacada por ele, da mesma forma, a função dos blogs políticos em promover uma cultura de debate e ativismo que contribuiu para o pensamento crítico entre os jovens árabes. Sendo assim, o sociólogo espanhol conclui

afirmando que os levantes árabes nasceram “na aurora da explosão da era digital no mundo árabe” (CASTELLS, 2013, p. 89).

3.2.5 As *acampadas* dos Indignados espanhóis

Na Espanha, o contexto social era de crise econômica e política resultante do colapso financeiro de 2008 quando eclodiram manifestações massivas. O governo não cumprira suas promessas eleitorais e aplicava políticas de austeridade econômica, promovendo cortes orçamentários e gerando grande impacto nas áreas da saúde, educação, habitação e serviços sociais.

Foi assim que, no início de 2011, por meio do Facebook e outras mídias sociais, algumas pessoas começaram a debater os problemas políticos do país e criaram um grupo denominado *Democracia Real Ya*, no qual denunciavam a falta de representatividade dos partidos políticos espanhóis, que administravam a crise econômica atendendo aos interesses dos banqueiros e não dos cidadãos. Esse grupo elaborou um manifesto criticando o sistema político e convocando todos a comparecer a uma manifestação no dia 15 de maio de 2011 (CASTELLS, 2013, p. 91). O manifesto foi divulgado principalmente pela internet e conseguiu mobilizar milhares de pessoas nas cidades de Madrid, Barcelona, Valência e outras cidades espanholas. Ao final dos protestos, grupos de manifestantes decidiram ocupar as praças públicas para debater o que seria uma “democracia real” e outros temas. Assim, foram ocupadas a praça *Puerta del Sol*, em Madrid, e a praça *Catalunya* em Barcelona, surgindo os acampamentos espanhóis (*acampadas*) (CASTELLS, 2013, p. 92). O rótulo posto pela mídia de “Indignados” acabou se popularizando. Outro termo bastante utilizado designar as manifestações, que se seguiriam nos dias seguintes, foi o “15-M”, que faz referência à data do primeiro dia de manifestação (CASTELLS, 2013, p. 93).

Dessa forma, um movimento de ocupações se espalhou por mais de cem cidades espanholas e, inclusive, em outras cidades do mundo. Em especial, pela participação dos jovens de 25 a 30 anos, que compunham o perfil mais ativo na manifestação e que, assim como os manifestantes árabes, eram estudantes universitários e diplomados desempregados (CASTELLS, 2013, pp. 94-95).

Nessas ocupações, os manifestantes espanhóis se organizaram de forma horizontal e não hierarquizada, não havia lideranças formais e cada um representava a si mesmo. As decisões coletivas eram tomadas por meio de uma assembleia geral e comissões, onde os

acampados tentavam deliberar mediante consenso, em reuniões nas quais todos participavam expondo seus pontos de vista e buscavam, após longos debates, entrar em acordos. Todavia, mesmo as decisões desses órgãos eram meramente simbólicas e não vinculavam as pessoas, que eram livres para tomarem suas decisões. Castells destaca que a horizontalidade e a ausência de lideranças que caracterizaram o movimento decorriam das experiências das redes de internet, uma vez que elas proporcionam um ambiente em que as funções de coordenação são exercidas pela própria rede, que é horizontal e sem liderança (CASTELLS, 2013, pp. 106-107).

Em seus debates, os manifestantes buscavam mecanismos de reinvenção da democracia na prática, além de criticar os políticos, o sistema representativo, o processo eleitoral e o gerenciamento injusto da crise econômica. As discussões sobre a democracia se pautavam principalmente pela ideia de participação ampla de todos os envolvidos e na reforma das instituições políticas. Castells destaca que em Barcelona, um dos grupos de debate que mais duraram foi aquele que discutiu como o movimento se organizaria e que elaborou estratégias e práticas de implementação de democracia participativa (CASTELLS, 2013, p. 108).

Nesse sentido, Castells identifica na transformação do processo político democrático o objetivo comum dos protestos. Os participantes demonstravam bastante ceticismo em relação aos políticos e aos partidos políticos tradicionais, por isso o protesto foi considerado como apartidário. Não por isso, evidentemente, deixando de ter um viés político, dado que a intenção dos manifestantes era agir por fora do sistema institucional, uma vez que “a ampla maioria dos participantes achava que as regras institucionais de representação haviam sido manipuladas” (CASTELLS, 2013, p. 113). Ao fim e ao cabo, do ponto de vista institucional, o movimento não conseguiu muitas conquistas. Foram, inclusive, acusados de culpados pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) por seu fracasso eleitoral naquele ano. No entanto, conforme destaca Castells, o que se valorizou mais nas ocupações foi o processo e não o produto. Isto é, a busca de um programa político definido ou do delineamento de um projeto preconcebido foi menos importante do que a própria experiência democrática que se tentou desenvolver no próprio movimento, das assembleias e das comissões de deliberação, que se mostraram como “curvas de aprendizagem da nova democracia” (CASTELLS, 2013, pp. 119-120).

3.2.6 Manifestantes no coração do mundo das finanças: o *Occupy Wall Street*

As ações dos espanhóis se espalharam por todo o mundo, influenciando pessoas de outros países a iniciarem movimentos em busca pela democracia. Foi assim que, nos Estados Unidos, uma mobilização social sem precedentes ganhou força. O contexto do país era semelhante ao espanhol, pois grande parte da população, em 2011, ainda amargava as consequências da crise econômica de 2008, quando os partidos políticos americanos apoiaram o socorro ao sistema financeiro após o seu colapso e Barack Obama frustrara as esperanças da população em relação às suas promessas eleitorais. Some-se a isso o aprofundamento das desigualdades sociais, dado que “a renda americana apropriada pelo 1% mais rico pulou de 9% em 1976 para 23,5% em 2007”. Além disso, entre os anos de 1998 e 2008, ainda que o crescimento cumulativo da produção tivesse chegado a 30%, os salários reais cresceram somente 2% no mesmo período, tendo o setor financeiro apropriado a maior parte dos ganhos de produtividade (CASTELLS, 2013, p. 121).

Noam Chomsky identifica as raízes da crise americana na década de 1970, quando se deu início às medidas de Ronald Reagan no país, em paralelo com aquelas promovidas pelo governo de Margaret Thatcher na Inglaterra. Nesse momento, cresceu substancialmente o poder das finanças na sociedade e a produção, que antes era industrial e se dava fundamentalmente no próprio país, se deslocou regionalmente para outros locais do mundo. Como efeito, a riqueza começou a concentrar de forma pesada na indústria financeira. O que, por sua vez, implicou em concentração de poder e na mudança da legislação de acordo com a vontade desse setor (CHOMSKY, 2012, p. 86).

Em 2011, após o colapso de 2008 que aprofundou esse panorama, revoltados com a influência do dinheiro na política e influenciados pelos movimentos árabes e espanhóis, começaram a surgir na internet uma série de manifestos conclamando as pessoas a “se rebelarem contra o sistema de tirania econômica de forma não violenta” e a ocuparem *Wall Street*, o berço do sistema financeiro americano e mundial, razão pela qual o movimento ficou conhecido como *Occupy Wall Street*. Assim, em 17 de setembro de 2011, na cidade de Nova Iorque, foram feitas manifestações em *Wall Street* e, posteriormente, foi ocupado o *Zuccotti Park* (CASTELLS, 2013, p. 126).

Seguiram-se, então, novas manifestações e, com a difusão de imagens e notícias pela internet, as ocupações foram se espalhando por outras diversas cidades americanas, como Chicago, Boston, Washington, São Francisco, Los Angeles, Nova Orleans, Las Vegas, Salt Lake City e Cincinnati (CASTELLS, 2013, p. 127). A propagação rápida pelas diversas

idades americanas demonstrou o profundo descontentamento e a indignação da população em geral, desconfiada com a organização política e econômica (CASTELLS, 2013, p. 130). A insatisfação atingia um número grande de pessoas e por esse razão a manifestação era bastante diversificada socialmente e também ideologicamente. Mas, assim como ocorreu nas manifestações em outros países, o perfil majoritário dos protestantes era de jovens instruídos (CASTELLS, 2013, p. 131).

Castells destaca a importância do papel da internet para o movimento, tendo em vista que sua difusão geográfica rápida foi reflexo de sua propagação viral pelos meios virtuais. Sendo assim, afirma que o movimento “nasceu na internet, difundiu-se pela internet e manteve sua presença pela internet, já que muitas ocupações, assim como grupos específicos e outras redes sociais, criaram seus próprios sites” (CASTELLS, 2013, p. 132).

Houve também a tentativa de estabelecer nas ocupações mecanismos de organização política a partir da ideia de democracia direta. Por recusar reproduzir em seu meio as práticas de democracia formal e de liderança personalizada, o movimento tentou experimentar novas formas de organização e deliberação “como modo de aprender, fazendo, o que é a verdadeira democracia”. Então, inventaram um modelo organizacional similar às experiências egípcias e espanholas, que chegou até os manifestantes a partir do que Castells chamou de processos de coevolução e mediante a polinização cruzada. Isto é, por meio da troca de experiências, consulta mútua e retroalimentação, as experiências de tomada de decisão cooperativa surgiram como padrão de organização comum em suas assembleias. Desse modo, o movimento não tinha lideranças formais e seguiu um modelo implícito de democracia direta, horizontal e baseada no consenso (CASTELLS, 2013, pp. 141-142). Sendo assim, Castells afirma que o movimento *Occupy* buscou “novas formas políticas, no interior do movimento, que poderiam prefigurar novas formas de democracia para a sociedade geral” e assim resgatando os “princípios fundadores da democracia de base comunitária como uma das fontes da revolução norte-americana”, para além das práticas atuais das instituições políticas nos Estados Unidos (CASTELLS, 2013, p. 147). Noam Chomsky também destaca que um dos méritos do movimento foi a criação de organizações comunitárias que rejeitavam um estilo de vida egocêntrico (CHOMSKY, 2012, pp. 73-74).

Há de se destacar ainda que o movimento obteve um resultado bastante expressivo em relação ao impacto sobre o discurso público. Colocando-se fora da política institucional e dos meios tradicionais de comunicação, desafiando o capitalismo global simbolizado por *Wall Street*, o *Occupy* conseguiu atingir a consciência do americano comum, de maneira que a

questão da desigualdade social traduzida no slogan dos “99% contra o 1%” se difundiu amplamente, sendo adotada inclusive por políticos americanos, ainda que de maneira cínica, e por comentaristas da mídia, que afirmavam representar os 99% (CASTELLS, 2013, pp. 155-156).

3.2.7 Grécia, Alemanha, Turquia e outros países

Ao longo do ano de 2011, ocorreram inúmeras manifestações, conflitos e greves na Grécia. A crise do euro e a consequente intervenção do FMI no país resultaram na convocação de greves gerais por funcionários públicos, que foram também “acompanhadas por protestos de civis contra as privatizações, os cortes nas despesas públicas, a majoração das taxas e a intervenção do FMI” (GOHN, 2014, p. 107).

No ano seguinte, a Comissão Europeia e o FMI assinaram com o país um pacote de resgate da dívida grega. O acordo foi feito “às custas de pesadas sanções e formas de controle sobre a economia e as contas públicas do país”. Alegando estar à beira de uma moratória de sua dívida e de uma iminente saída da zona do euro, o governo grego anunciou outra série de medidas de austeridade, o que ocorreu sob grande protesto, que reuniu cerca de 100 mil pessoas nas ruas (GOHN, 2014, p. 107). A praça *Syntagma*, em Atenas, foi ocupada por milhares de manifestantes que se reuniram para protestar contra a austeridade (HARDT; NEGRI, 2014, p. 11).

Na Alemanha, por sua vez, ocorreu o *Occupy Frankfurt* em 2012. Foram realizadas ocupações na praça *Willy-Brandt Platz*, “defronte ao Banco Central Europeu onde há um enorme símbolo da moeda de ouro”. A manifestação teve uma importância simbólica, haja vista que “Frankfurt é a principal praça de negócios bancários da Alemanha e de toda Europa” (GOHN, 2014, p. 112).

Também se notabilizaram as manifestações ocorridas na Turquia no ano de 2013, na praça *Taksim*. Os protestos se iniciaram quando o governo de Recep Erdogan pretendia remodelar o Parque *Gezi*, anexo à mencionada praça, retirando uma das poucas áreas verdes do centro de Istambul (GOHN, 2014, p. 116). A princípio, as manifestações reuniam poucos ambientalistas e o governo turco até mesmo ironizou a situação, dizendo que os atos da praça de *Taksim* não se tratavam de uma “Primavera Turca” (GOHN, 2014, p. 117).

No entanto, os protestos foram ganhando corpo e passaram a reunir “pessoas de diferentes camadas sociais”, com a participação majoritária de jovens, mas também

“engenheiros, professores, trabalhadores da construção civil, ativistas de esquerda etc.” (GOHN, 2014, p. 118). Foi então que o governo reagiu aos protestos com ações violentas da polícia, que retiraram as ocupações que haviam sido feitas na praça e no Parque *Gezi*, utilizando-se de seus blindados antimanifestantes com jatos d’água e outros instrumentos “antidistúrbio” (GOHN, 2014, p. 120). Novas manifestações foram feitas, inclusive contra a violência policial. A temática foi deixando de se voltar apenas à questão do Parque *Gezi*, ampliando-se “para demandas políticas, contra o regime político de Erdogan e contra sua política econômica” (GOHN, 2014, p. 121). Após a praça *Taksim* e o Parque *Gezi* se consolidarem como espaços de resistência a “justiça turca declarou ilegal o projeto o governo de transformar a zona verde da praça, o Parque *Gezi*, num centro comercial” (GOHN, 2014, p. 122).

A Inglaterra também é apontada por autores como Henrique Soares Carneiro (CARNEIRO, 2012, p. 7), Antonio Negri e Michel Hardt como um país que integrou o ciclo de lutas de 2011. No entanto, seus acontecimentos tiveram um perfil diferente em relação aos demais. Ao invés de ocupações em praças, o ano de 2011 em Londres ficou marcado pelas revoltas ocorridas nas suas zonas suburbanas. Em agosto desse ano, “após a polícia matar um jovem negro, os tumultos irromperam em Tottenham e se espalharam por toda a Inglaterra” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 11). Segundo apontam Hardt e Negri, os incêndios e saques que ali ocorreram expressam a indignação em relação a uma série de problemas sociais, especialmente a subordinação racial (HARDT; NEGRI, 2014, p. 15).

Por último, são apontados também como locais onde houve protestos semelhantes Israel (HARDT; NEGRI, 2014, p. 11), Chile, quando estudantes reivindicaram educação pública e gratuita, recebendo apoio de greves sindicais e outros setores, além de Portugal e Rússia (CARNEIRO, 2012, p. 8). Curioso notar também que na China a menção à “praça Tahrir” foi censurada na internet (CARNEIRO, 2012, p. 8).

3.3 Algumas características dos movimentos de 2011

Hardt e Negri apontam três características principais em relação aos movimentos integrantes do ciclo de lutas de 2011. Primeiramente, os autores destacam a estratégia de ocupação ou de acampamento. Essa característica “sedentária” contrasta com os antigos movimentos por uma globalização alternativa, como aqueles de Seattle em 1999, que migravam seus protestos de local a local, dependendo de onde seriam realizados os encontros

das cúpulas dos órgãos internacionais contra os quais protestavam. A imobilidade dos movimentos de 2011 demonstra que eles são também enraizados com problemas de natureza local e nacional, assim são capazes de manter em coerência as “condições singulares e suas batalhas locais com a luta global comum” (HARDT; NEGRI, 2014, pp. 13-14).

Uma segunda característica destacada se refere às suas “organizações internas como se fossem uma multidão”, isto é, ao fato de que esses movimentos “desenvolveram mecanismos horizontais de organização”. De forma difusa e descentralizada, não “construíram quartéis-generais nem formaram comitês centrais, mas se espalharam como enxames, e, o mais importante, criaram práticas democráticas de tomada de decisão, para que todos os participantes pudessem liderar juntos” (HARDT; NEGRI 2014, p. 14).

Hardt e Negri também salientam que esses movimentos podem ser concebidos como lutas pelo comum. São “lutas pelo comum”, explicam, “no sentido de que contestam as injustiças do neoliberalismo e, em última análise, a regra da propriedade privada” e “igualmente se opõem à regra da propriedade pública e ao controle do Estado” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 15).

Em breve e didática explicação, pode-se dizer que ao se referirem ao “comum”, Hardt e Negri têm em vista “um projeto político pós-liberal e pós-socialista” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 383). Uma organização democrática baseada no autogoverno. Nesse projeto, tanto a “riqueza comum do mundo material – o ar, a água, os frutos da terra”, quanto “os resultados da produção social”, fazendo dela parte a produção cultural (a linguagem, as informações e as ideias), são compartilhados, produzidos e geridos cooperativamente. Esses elementos seriam objeto de “livre acesso a todos” e desenvolvidos através da participação ativa, o que escaparia das tradicionais perspectivas de controle privado ou público (HARDT; NEGRI, 2016, pp. 8-9). Já sobre o conceito de “multidão”, utilizado por esses mesmos autores na citação anterior, voltaremos a explicá-lo em momento posterior no presente trabalho. Por ora, retornaremos a analisar as características dos movimentos de 2011.

Em sentido convergente, Manuel Castells identifica em todos os movimentos relatados acima um padrão emergente. Há algo em comum que demonstra o surgimento de uma nova espécie de movimento social para o autor, a qual se deve estar atento em razão da importante função que as mobilizações sociais têm desempenhado ao longo da história no sentido de se constituírem como agentes de mudança, criadores de novos valores e novas instituições. Ainda que cada um desses movimentos tenham as peculiaridades de seus contextos sociais e locais específicos, Castells verifica em todos eles um “modelo dos movimentos sociais na era

da internet” (CASTELLS, 2013, p. 163). O autor chama de “movimentos sociais em rede” essa nova espécie de movimento social.

Os movimentos sociais da era da internet apresentam em comum algumas características. Eles são conectados em redes de múltiplas formas, sejam essas redes *online* ou *offline*, que são preexistentes ou formadas durante as ações de um movimento. As novas tecnologias criam a plataforma necessária para que possam surgir organizações em rede, influenciando em sua configuração sem lideranças e nem centros de comando. Organizam-se de forma horizontal, cooperativa e descentralizada, de modo que as chances dos indivíduos participarem ativamente do movimento são aumentadas. As redes virtuais também auxiliam na mobilização e na proteção às ameaças de repressão (CASTELLS, 2013, p. 164).

Além disso, são movimentos que buscam ocupar o espaço urbano, por meio da ocupação de praças ou manifestações de rua, criando um híbrido interativo entre ruas e redes da internet. Esse híbrido cria um terceiro espaço, segundo Castells, que é um espaço de autonomia, organizado pelos espaços livres das redes de comunicação. São também movimentos globais e locais, pois, ainda que se mobilizem em razão de contextos próprios e partam para ocupação de espaços urbanos, existe uma constante troca de experiências, em especial a partir da internet, com o mundo inteiro.

Esses movimentos também geram outras formas de temporalidade, pois, em suas práticas, buscam em seus acampamentos organizar sua vida tal como se vivessem a alternativa de seus sonhos, buscando na prática novas formas de vida e de comunidade (CASTELLS, 2013, p. 165). Sua perspectiva de tempo é diferente em relações às organizações partidárias, por exemplo, sempre preocupadas com as consequências imediatas de suas ações nas eleições, por exemplo.

Castells também caracteriza esses movimentos como virais, pois eles se espalham seguindo a lógica da internet, de maneira rápida, difundindo-se por toda parte. Além disso, são movimentos sem liderança e críticos da representação política atual, dado que rejeitam a política instituída, após se sentirem traídos e manipulados por ela. Buscam uma forma de autogoverno praticado por todos os participantes (CASTELLS, 2013, pp. 166-167).

Para Castells, os movimentos são pacíficos e rejeitam a violência, envolvendo-se na desobediência civil pacífica, o que os leva a se engajar em ocupações dos espaços públicos para pressionar as autoridades, uma vez que não reconhecem nos canais institucionais possibilidades de uma participação justa. O que não significa que não sejam combativos e pratiquem a autodefesa, em especial nos casos árabes onde a repressão era ainda mais brutal

(CASTELLS, 2013, p. 168). Castells ainda aponta que esses novos movimentos sociais em rede são voltados para a mudança dos valores da sociedade, visando transformar o Estado, sem que tenham como objetivo se apropriar dele. Por fim, coloca que são movimentos políticos, no sentido de que “propõem e praticam a democracia deliberativa direta, baseada na democracia em rede”, projetando “uma nova utopia de democracia em rede baseada em comunidades locais e virtuais em interação” (CASTELLS, 2013, p. 169).

Evidentemente, as manifestações carregaram consigo uma série de limitações. Castells, por exemplo, a respeito do movimento dos Indignados, aponta que nas ocupações, após certo período, “só ativistas em tempo integral puderam realmente participar das assembleias e administrar suas tarefas cotidianas”. Sendo assim, quanto “mais durasse a ocupação, mais o movimento se identificava com um minúsculo número de ativistas” (CASTELLS, 2013, p. 109). Por sua vez, o coletivo Comitê Invisível critica o “assembleísmo” dos movimentos de ocupação nas praças, com isso querendo se referir a certo fetiche por realização de assembleias inócuas. Dessa forma, o “momento excepcional de encontros, de ações, de festas e de retomada de uma vida em comum nas praças” era alvo de “microburocratas” que tentavam “controlar tudo em nome do fato de que cada ação, cada gesto, cada declaração devia ser ‘validada pela assembleia’ para ganhar seu direito de existir” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, pp. 69-71). No entanto, é de se esperar que diante da tarefa homérica que têm diante de si, qual seja a reinvenção democrática e a criação de modelos políticos radicalmente alternativos aos atuais, é natural que existam grandes obstáculos no caminho dos movimentos aqui analisados.

3.4 A ressaca dos movimentos de 2011: revoltas e badernas sem eficácia?

Muito se criticou a falta de eficácia dos movimentos sociais de 2011, em razão de suas dificuldades de alcançarem conquistas “concretas” e “duradouras”. Além disso, alguns desses críticos também acusam como problema o fato dos movimentos não possuírem um programa, uma agenda ou uma ideologia bem definida. Assim, Giovanni Alves afirma que os novos movimentos sociais de indignados “são incapazes, em si e por si, de ir além” (ALVES, 2012, p. 37), faltando-lhes “estratégia de poder e antipoder” (ALVES, 2012, p. 38). Alves complementa ainda indagando-se se esses movimentos seriam capazes de “elaborar em si e para si uma plataforma política mínima capaz de exercitar a hegemonia social e cultural” e se conseguiriam criar “novas organizações de classe, capazes de traduzir, no plano da

institucionalidade democrática as medidas necessárias para a realização dos anseios dos indignados” (ALVES, 2012, p. 37).

Castells afirma que para muitos participantes e para “a maioria dos observadores externos, em particular os intelectuais de esquerda, sempre em busca da política de seus sonhos, a falta de demandas específicas era uma falha fundamental do movimento” (CASTELLS, 2013, p. 149). Nesse sentido, sem uma organização hierárquica e um programa bem definido, limitando-se simplesmente a proclamar uma recusa genérica ou demandas difusas e sem foco, os protestos perderiam sua força naturalmente e não teriam eficácia, segundo argumentam seus críticos, convertendo-se em meras badernas passageiras sem a produção das mudanças reais que a sociedade necessita. Então, tudo se conservaria como antes ou até mesmo o já assombroso cenário político ficaria ainda pior. Como aponta Bernardo Sorj, esses críticos temiam que as manifestações levassem à “anarquia, pela ausência de propostas e desmoralização de todas as instituições” (SORJ, 2014, p. 97).

Exemplos que supostamente comprovariam a hipótese da falta de eficácia dos movimentos sociais de 2011 são abundantes. A Líbia, após a derrubada e morte do ditador Muamar Kadafi pelos rebeldes, entrou num estado caótico de guerra civil. Os levantes populares sírios e sua tentativa de derrubar o regime de Bashar Al-Assad também deflagraram uma guerra civil de consequências catastróficas, em razão da delicada “posição-chave nos intrincados jogos de poder no Oriente Médio” que a Síria ocupa, envolvendo China, Rússia, Estados Unidos e outros países (CASTELLS, 2013, p. 85).

No Egito, por sua vez, apesar da queda do ditador Mubarak, o que se seguiu não foi a implementação de um regime democrático, mas sim uma série turbulências no cenário político, conforme já mencionamos anteriormente. Em 2011 houve a eleição de Mohamed Morsi, que segundo Edwin Johnson López indicava uma islamização paulatina da política egípcia e não representava as aspirações dos jovens revolucionários da Praça de Tahrir (LÓPEZ, 2015, p. 68). Em seguida, no ano de 2013, houve um golpe militar que depôs o governo de Morsi, colocando o país sob o governo autoritário de militares. Assim narra Gohn sobre a situação egípcia:

Em julho de 2013, a Praça Tahrir volta a ser o centro das atenções mundiais dados os acontecimentos políticos do país; Um golpe de estado ocorre e derruba Presidente Mohamed Morsi, que havia sido eleito em 2011, com apoio da Irmandade Muçulmana. Não são mais os jovens que se organizavam pelo twitter e clamavam por pão, liberdade e justiça social que lá estão. Eles foram substituídos por novas polarizações, marcadamente políticas, entre apoiadores do golpe militar que retirou Morsi do poder e simpatizantes do ex-presidente, muitos deles membros da Irmandade Muçulmana. Militares organizam uma complicada transição cujo

desfecho final ainda está em curso. Em janeiro de 2014 foi aprovada uma nova Carta Constitucional no Egito, a terceira em três anos. Apenas 38% dos egípcios participaram da consulta – um referendo organizado para dar alguma legitimidade aos militares no poder. A nova Carta distancia o país das diretrizes islâmicas construídas no curto período do ex-Presidente Morsi, e dá mais direito às mulheres, fortalece o Exército, a polícia e o Judiciário (GOHN, 2014, p. 105).

Assim, Hardt e Negri reconhecem que em todos os países que entraram em luta elites conservadoras acabaram retomando o poder político novamente. Isso não significa, entretanto, que os movimentos tenham sido inúteis, pois eles deram início a um processo constituinte por uma nova sociedade, capaz de “poder gerar, inspirar e moldar novas formas de vida”, propiciando “as circunstâncias sob as quais relações mais iguais, comuns e sustentáveis podem se desenvolver” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 75). O “fracasso” em curto prazo não significa a obstrução do processo constituinte conforme defendem os autores:

O fato de que essas lutas constituintes possam falhar a curto prazo não solapa esse processo. Testemunhamos movimentos extraordinários que inflamaram o Norte da África e também diversos países do Oriente Médio e da Península Arábica. Alguns desses movimentos, na primavera de 2011, alcançaram sucesso rapidamente, derrubando governos corruptos e camarilhas empresariais que dominaram com poderes tirânicos e com ajuda de antigos senhores coloniais. Mas em todos os países que entraram em luta, incluindo aqueles onde forças reacionárias bloquearam o caminho e aqueles em que os movimentos democráticos conquistaram vitórias iniciais, a situação política foi, de uma forma ou de outra, reconduzida para as mãos das elites conservadoras. Então isso significa que as lutas constituintes foram inúteis? Claro que não. Princípios inalienáveis de liberdade e igualdade foram ratificados naquela primavera, podendo levar mais tempo para ser concretizados plenamente. E, além disso, esses princípios viajaram do Norte da África para a Espanha, a Grécia, os Estados Unidos e outros países. As lutas expressaram novos direitos de forma insurrecional e fizeram emergir novos poderes constitucionais. (HARDT; NEGRI, 2014, pp. 75-76)

Em defesa da importância dos movimentos para a transformação social, Castells critica aqueles que os enxergam sob uma “visão produtivista da ação social”. Segundo essa visão, os movimentos falharam, pois não conseguiram nada de concreto (CASTELLS, 2013, p. 119). Na Espanha, o impacto do movimento dos Indignados “parecia restrito: nenhuma de suas propostas se transformara em política” e o seu único impacto parecia ter sido prejudicar as eleições do PSOE (CASTELLS, 2013, p. 117), o que intensificou ainda mais as críticas ao movimento por parte de movimentos partidários da esquerda institucional.

Castells acredita que essa visão produtivista leva a uma “perspectiva derrotista em relação aos objetivos originais de profunda transformação social”. Os movimentos devem ser encarados como um processo de mudança social que se preparam para uma “longa jornada” e aceitam sua lentidão. Caso se rendessem à tentação de buscar resultados precisos, cairiam na

armadilha de ter “a necessidade de um programa, uma estratégia, uma organização e um plano de ação que leve de A para B”, mas fazê-lo, na análise de Castells, implicaria numa “nova forma de democracia delegada e à submissão do significado da vida à racionalidade econômica” (CASTELLS, 2013, pp. 119-120). Mais do que resultados, porém, esses movimentos estão preocupados com o processo e a fidelidade aos seus princípios democráticos:

Para uma corrente profundamente autorreflexiva do movimento, o que importa é o processo, mais que o produto. Na verdade, o processo é o produto. Não que o produto final (uma nova sociedade) seja irrelevante. Todavia, essa nova sociedade vai resultar do processo, não de um projeto preconcebido daquilo que o produto deveria ser. Essa é a verdadeira transformação revolucionária: a produção material da mudança social, não a partir de objetivos programáticos, mas das experiências conectadas dos atores do movimento. (CASTELLS, 2013, p. 119)

Na lentidão dessa temporalidade, completa Castells, “os ritmos se alternam, às vezes aceleram, às vezes se acalmam”, no entanto o processo nunca para, ainda que “permaneça invisível por algum tempo”, espalhando suas raízes por toda parte, mesmo “sem um plano central, mas se movendo e estabelecendo redes, mantendo o fluxo de energia, esperando a primavera” e vibrando “um novo tipo de revolução cujo ato mais revolucionário é a sua própria invenção” (CASTELLS, 2013, p. 120). Esse espalhar-se lento e progressivo das energias de transformação social é chamado por Castells de “revolução rizomática” (CASTELLS, 2013, p. 117).

Também refletindo sobre o aspecto temporal dos movimentos sociais de 2011, Hardt e Negri, ao contrário de Castells (contudo ainda assim aproximando-se com algumas semelhanças em relação à sua reflexão), não afirmam a “lentidão” de seus processos, mas sim a sua autonomia. Comentam então que o “interessante e novo nessas lutas não é tanto sua lentidão ou rapidez, mas sim a autonomia política com a qual gerenciam seu tempo” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 76). Misturam-se “rapidez, a lentidão, as intensidades profundas e as acelerações superficiais” e o tempo se afasta “da agenda imposta pelas pressões externas e pelos períodos eleitorais, estabelecendo seu calendário e seus ritmos próprios de desenvolvimento” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 77).

Não se pode negar também que essas manifestações são intensamente “produtivas” em termos de mudança de consciência, de criação de novas subjetividades, de novas gramáticas e de influência no debate coletivo, além de serem profundamente criativas política e culturalmente. Como frisa Castells ao refletir sobre o caso espanhol, esses movimentos

possuem uma grande riqueza de discursos, “frases de efeito, palavras significativas e expressões poéticas” e toda essa nova linguagem indica a criação de “novas subjetividades” (CASTELLS, 2013, p. 103), além da “ascensão de uma nova cultura econômica e política – uma cultura econômica alternativa” (CASTELLS, 2013, p. 105).

De toda forma, para além do âmbito da “política cultural” ou da “micropolítica”, não podemos nos esquecer também que alguns desses movimentos alcançaram experiências realmente exitosas, mesmo do ponto de vista “institucional” ou “macropolítico”. Os casos da Espanha e a Grécia são tidos por alguns autores como “histórias de sucesso – tateantes, mas ainda cheias de esperança – do ciclo global de lutas aberto pela Primavera Árabe” (NUNES, 2015, p. 213). Em ambos os casos, os movimentos conseguiram alcançar vitórias eleitorais inéditas. Para Negri e Mezzandra, ambos os países representam “um processo de renovação profunda da política radical”, onde “combinações inéditas e articulações entre o plano horizontal das lutas e o plano vertical da organização de programa e governo” têm gerado experiências relevantes para além de seus próprios contextos nacionais (MEZZANDRA; NEGRI, 2015, p. 195).

Em Madrid, Barcelona e outras cidades espanholas de pequeno a médio porte, a partir dos programas nascidos das lutas do movimento 15-M, um dos principais articuladores dos protestos espanhóis dos indignados de 2011, foram criados partidos que concorreram às eleições municipais. Essas plataformas eram compostas por “coalizões heterogêneas de movimentos sociais urbanos, experiências de associacionismo e outras forças políticas romperam os equilíbrios institucionais existentes, provocando uma irrupção no plano dos governos municipais” (MEZZANDRA; NEGRI, 2015, p. 195). Elas obtiveram sucesso em conquistar muitas prefeituras, inclusive aquelas de Madrid e Barcelona, onde o *Barcelona en Comú* e o *Ahora Madrid* elegeram seus candidatos. Assim rompendo com o, na prática, “bipartidarismo” espanhol entre Partido Popular (PP) e o PSOE (MEZZADRA; NEGRI, 2015, p. 148).

O *Podemos* foi outra iniciativa nascida dos protestos espanhóis que obteve sucesso nas eleições espanholas, tendo conseguido eleger deputados para o Parlamento Europeu. Segundo Raúl Sánchez Cedillo, esse fato demonstra que “é, de fato, possível assaltar os parlamentos da antidemocracia por meio das urnas; é possível começar um processo constituinte e uma mudança sistêmica por meios fundamentalmente pacíficos” (CEDILLO, 2015, p. 42).

Na Grécia, por sua vez, o partido Syriza conseguiu ganhar as eleições para primeiro ministro do país em 2015. O partido já existia desde 2004, não tendo sido uma criação dos

movimentos de ocupação da praça *Syntagma*. No entanto, trata-se de um partido que, segundo Juan Domingos Sánchez Estop, “melhor que ninguém, integrou a voz das ruas, e mesmo tendo uma estrutura de partido, incorpora elementos próprios de um movimento social horizontal em sua organização”. Isso permitiu que aquela indignação dos manifestantes gregos se fizesse “impulso democrático para a constituição de uma maioria”. Em razão disso, o Syriza é considerado por Juan Domingos como “o partido das ‘baratas de Syntagma’”, isto é, dos manifestantes que como baratas sobreviviam ao “gás tóxico e os cassetetes” e retornavam apesar disso à praça ocupada (ESTOP, 2015, p. 143).

Desse modo, as experiências espanholas e gregas foram capazes de despedaçar a “dominação do pensamento único, ou melhor, do ‘extremismo de centro’ que emoldura a política da gestão da crise na Europa nos últimos anos”. Opuseram-se, portanto, aos “cenários de estabilização neoconservadora, de aprofundamento substancial do neoliberalismo, radicalmente hostis à conquista de novos espaços de liberdade e igualdade” (MEZZADRA; NEGRI, 2015, p. 147).

É verdade que há um intenso debate sobre se a busca por estruturas verticais como os partidos políticos ainda se coaduna com a horizontalidade dos movimentos sociais, características essenciais a eles, conforme já destacado. Gutiérrez destaca, por exemplo, que o primeiro-ministro Alexis Tsipras, eleito pelo Syriza, não é “da rua”, não é “do movimento” e não é um ativista. Além disso, os “movimentos sociais não são grandes fãs seus” (GUTIÉRREZ, 2015b, p. 158). Para muitos, portanto, o caminho partidário representaria uma traição da essência dos protestos. Por outro lado, há quem considere que exista “uma impossibilidade de mudar o funcionamento das máquinas administrativas sem enfrentar o campo da gestão institucional”, conclusão a qual teriam chegado os membros do Barcelona em Comum, segundo Pantxo Ramas (RAMAS, 2015, p. 190). Razão pela qual seria necessário aceitar o desafio da passagem “do grito ‘não nos representam’ ao ‘nos representamos’” (GUTIÉRREZ, 2015a, p. 202).

Rodrigo Nunes analisa bem esse impasse quando afirma que uma organização como o partido pode ser encarada como “só mais um nó na rede” desses movimentos sociais, sem esgotar sua potência e capaz de exercer uma das inúmeras tarefas necessárias à transformação social:

Ao invés de uma ecologia inteira convergir numa única organização, o que temos aqui são núcleos novos (ou pré-existentes, como o Syriza na Grécia) que crescem em importância no interior do ecossistema por serem aqueles que manifestam melhores condições de executar uma certa função – neste caso, a política

institucional. É assim, precisamente, que os ativistas espanhóis têm repetidas vezes explicado sua deriva eleitoral: ‘construímos um movimento forte e plural que era capaz de fazer muitas coisas, mas o sistema político não se moveu um centímetro; então nos demos conta que a política eleitoral era algo que tínhamos que fazer também’. (NUNES, 2015, p. 214)

Sendo assim, trata-se de estender a “lógica da complementaridade das redes” para mais um campo, o do Estado, e não da lógica da “unificação exigida pelo aparato estatal”. Se o campo estatal havia sido rejeitado até então pelos ativistas, eles passaram a enxergá-lo como mais um “espaço de luta” (NUNES, 2015, p. 214). Dessa forma, não haveria uma traição à característica da horizontalidade dos movimentos, pois o campo da política institucional é colocado apenas como uma das atuações possíveis e isso, conforme aponta Nunes, “é muito diferente de uma reviravolta radical nas concepções que estes movimentos têm da transformação social, as quais seguem indo bem além do campo instituído” (NUNES, 2014, p. 215).

Para concluir, devemos ter sempre em mente que a tarefa de construir uma política democrática num mundo cercado pelo autoritarismo é uma tarefa que exige transformações profundas nas instituições e nas nossas subjetividades, o que, por sua vez, demanda tempo. Projetar num futuro eventual o efetivo sucesso desses movimentos pode parecer uma espécie de tentativa de consolação diante da catástrofe, como se quiséssemos salvar desesperadamente a legitimidade dos levantes para nos agarrarmos ao menos em algum fiapo de esperança. No entanto, se verificarmos outros momentos históricos semelhantes, podemos afirmar que um desenvolvimento democrático futuro é uma possibilidade em latência, apesar dos regressos imediatos. Assim, na Primavera dos Povos de 1848 na Europa, por exemplo, o liberalismo democrático europeu falhou em derrubar definitivamente as monarquias absolutistas. As revoluções liberais foram vencidas e em alguns casos, como na França, deram lugar a regimes ainda mais autoritários do que os anteriores. O mesmo ocorreu em 1917 na Rússia, quando o povo russo retomou a falhada Revolução de 1905 e derrubou o regime czarista. A reviravolta momentânea não impediu o efetivo sucesso dessas tentativas de revoluções posteriormente. Isso, porém, só aconteceria anos mais tarde. A “revolução rizomática” a qual alude Castells pode, portanto, ainda estar gestando de forma difusa e subterrânea as transformações necessárias para a efetivação de uma democracia real longe do alcance dos olhares imediatistas e produtivistas.

4. As Jornadas de Junho de 2013

O presente capítulo se dedicará a explorar propriamente as Jornadas de Junho de 2013, expondo o desenrolar dos seus acontecimentos, personagens de destaque e outras questões relevantes. Ao final, apresentaremos os sentidos possíveis a partir dos quais podem ser interpretados os protestos, remetendo aos aspectos apresentados acerca da representação política nos estudos prévios.

4.1 Os acontecimentos de junho

No dia 6 de junho de 2013, foi realizado o primeiro de uma série de protestos contra o aumento das tarifas do transporte público na cidade de São Paulo, que contaram com a organização do Movimento Passe Livre (MPL). Para pressionar o poder público, os manifestantes decidiram utilizar a estratégia de paralisar o trânsito de veículos bloqueando o tráfego nas principais avenidas da cidade (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 29). O que se seguiu foi uma pequena amostra do que viria acontecer em escala maior dias depois: balas de borracha, gás lacrimogêneo, barricadas e depredações.

Os principais jornais do dia seguinte desqualificavam os protestos, argumentando que as manifestações não passavam de atos de vandalismo “motivados por interesses político-partidários” e que estariam “desrespeitando o direito de ir e vir dos cidadãos, gerando grandes prejuízos à cidade” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 33). O MPL se defende em nota pública afirmando que “o início da violência deveria ser atribuído à polícia e que as depredações noticiadas tinham sido uma reação à repressão policial” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 35). A segunda manifestação ocorre nesse dia, reunindo cerca de cinco mil pessoas. Os manifestantes resolvem bloquear novamente o tráfego nas ruas, mas desta vez o protestos termina “sem incidentes de violência relevantes” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, pp. 37-38).

Em 8 de junho, a imprensa recrudesciu o seu discurso pedindo “maior rigor na ação policial” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 39). O que veio efetivamente a acontecer no terceiro protesto, quando, no dia 11 de junho, em manifestação reunindo 15 mil pessoas que travaram a Avenida Paulista. Os manifestantes foram alvo de “dura repressão policial” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 62).

No dia seguinte, na quarta-feira de 12 de junho, começam a se disseminar “relatos de violência policial nas redes sociais e relatos de vandalismo dos manifestantes – ambos disputando a narrativa do terceiro grande ato contra o aumento” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 65). O conhecido jornalista Arnaldo Jabor aparece em jornal afirmando que os protestos eram fruto de “ignorância política”, de “rancor sem rumo” e que não havia causas para se lutar como haveria na Turquia, que ele identifica como influenciador das manifestações, desdenhando do que seria um protesto só “por causa de 20 centavos” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, pp. 81-82).

O dia do quarto protesto, na data de 13 de junho, foi marcado pela repetição do mesmo roteiro, porém a repressão policial foi ainda maior. A mídia novamente pedia “maior rigor da ação policial” e enaltecia “o endurecimento por parte das autoridades”, afirmando que “a população queria o fim da baderna” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, pp. 83-85). Nesse dia, conforme relata João Paulo Reys, os protestos “permanecem vigorosos”, ao mesmo tempo em que “as forças policiais reprimem violentamente os milhares de manifestantes que voltam às ruas”. Outros milhares “assistem à cobertura feita por manifestantes através de canais de *streaming*”, publicados no Twitter e no Facebook. Há também um “preocupante discurso das autoridades sinalizando uma radicalização da repressão e a prisão de jornalistas e manifestantes” (REYS, 2014, p. 35). De forma arbitrária, muitos manifestantes são detidos simplesmente em razão de portarem vinagre, substância que era usada para aliviar os efeitos do gás lacrimogêneo, o que “motiva o nome Revolta do Vinagre” dado às manifestações (REYS, 2014, p. 35).

No noticiário televisivo prevalece o discurso da “deprecação e do vandalismo”, como no Jornal Nacional, transmitido pela principal emissora do país, a Rede Globo (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 95). Outro momento televisionado marcante nesse período aconteceu no mesmo dia, quando o apresentador José Luiz Datena, “apresentador do *Brasil Urgente*, programa de jornalismo ultraconservador e sensacionalista da Rede Bandeirantes”, realiza uma enquete perquirindo seus telespectadores acerca de seu apoio aos protestos. Apesar da tentativa de induzir os votantes a se posicionarem contra o que ele chamou de “protestos com baderna”, o apresentador se vê surpreendido duas vezes, após refazer a enquete diante do primeiro resultado que contrariava o seu posicionamento. Ao final, diante do apoio incontestável aos protestos, Datena afirma que a manifestação era “um show de democracia”, concluindo, bem ao seu estilo conservador, que “Entre bandido e polícia, prefiro a polícia. Entre povo e polícia, prefiro o povo.” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, pp. 96-100).

No dia seguinte, relatos sobre a violência policial se multiplicam nas redes sociais. A grande imprensa, pela primeira vez, começa também a repercutir a arbitrariedade. Assim, após “terem participado ativamente da campanha por mais rigor na repressão aos manifestantes, os grandes veículos de comunicação são agora levados a reportar a escalada da violência policial da qual os protestos foram alvo”, repercutindo inclusive casos de investidas contra jornalistas (JUDENSNAIDER, et al., 2013, pp. 104-105).

No final de semana dos dias 15 e 16 de junho, começa a Copa das Confederações. O evento era considerado uma prévia e espécie de laboratório para a Copa do Mundo, que seria realizada no próximo ano, atraindo, portanto, grande atenção. Foi nessa data também que os protestos começaram a se nacionalizar, passando a ocorrer não só na cidade de São Paulo, mas também em várias outras cidades do Brasil, como Belo Horizonte, Vitória, Florianópolis, Goiânia, Rio de Janeiro, Fortaleza e Salvador (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 137). Com o crescimento cada vez maior dos protestos, a mídia “se adapta à nova correlação de forças demonstrada nas ruas” (REYS, 2014, p.37), após as fracassadas tentativas de deslegitimá-los e do inicial endosso à repressão policial.

Dessa forma, no momento em que os protestos se disseminam e passam a ser legitimados por amplos setores da sociedade, os meios de comunicação “começam uma notável mudança de discurso” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p.138), deixando de desqualificar o movimento para, então, passar a referendá-lo:

A solidariedade despertada pelos abusos da repressão policial na quinta-feira, somada ao natural apelo público da reivindicação pela redução das passagens, tornam a luta contra o aumento popular. A legitimidade do movimento torna-se perigosamente grande. Os meios de comunicação reagem, deixando de tratar as manifestações como episódios pontuais e começando a tratá-las como parte de uma crise. Além disso, talvez amparados pelas evidências de apoio popular à reivindicação, deixam de lembrar em cada matéria as justificativas dadas pelos governantes para o aumento das passagens. E, por fim, contrapõem ao cerceamento do direito de ir e vir dos cidadãos o direito democrático de manifestação. Nota-se, sobretudo, uma mudança no discurso dos meios em especial de duas maneiras: eles param de identificar o movimento com os partidos políticos da extrema-esquerda; e, adicionalmente, sugerem que sob a insatisfação com o preço das passagens escondem-se muitas outras insatisfações. (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 139)

Mesmo Arnaldo Jabor, o comentarista que dias antes havia feito uma crítica virulenta aos protestos, se vê obrigado a se retratar e mudar sua opinião. Ele diz em rede nacional que havia errado em sua avaliação, afirmando que as manifestações eram justas e importantes (JUDENSNAIDER, et al., 2013, pp. 151-153). Os casos de Jabor e Datena, apesar de cômicos e caricatos, são importantes, pois marcam de forma emblemática como a mídia foi sendo

obrigada a passar de detratora a defensora dos protestos, a partir do momento em que as manifestações foram ganhando ampla e incontestável legitimidade em variados setores da sociedade.

Um dia após a nacionalização dos protestos, em 17 de junho, as manifestações alcançam as grandes proporções que surpreenderam a todos, quando então “centenas de milhares de pessoas vão às ruas fazendo uso de técnicas de desobediência civil e ação direta” (REYS, 2014, p. 36). Os organizadores dos protestos se surpreendem com a adesão massiva da população (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 162). Outras manifestações ocorrem “em mais de 30 cidades brasileiras, incluindo 13 capitais”. Nesse momento, as pautas vão se tornando cada vez mais difusas e, além da questão do aumento da tarifa do transporte coletivo, os manifestantes também levantam a bandeira da “defesa do direito de manifestação, colocada em pauta sobretudo após a forte repressão policial, (...) da melhoria de serviços públicos (...), a denúncia dos gastos públicos com a realização de grandes eventos esportivos e a corrupção” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p.163). É também agora que a manifestação começa a mostrar “uma espécie de clima verde-amarelo, com o hino nacional ecoando diversas vezes ao longo do percurso, manifestantes envoltos em bandeiras e rostos pintados nas cores do Brasil. A ideia do gigante que acordou chega, enfim, às ruas.” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p.164).

Até o dia 18 de junho, a maioria dos prefeitos e governantes de diferentes cidades e Estados continuavam relutantes em relação à possibilidade de revogação ou redução das tarifas de transporte de ônibus e metrô. Nesse dia, porém, com a escalada dos protestos, vários prefeitos anunciam a revogação dos aumentos ou a redução das tarifas de transporte público, como em Porto Alegre, Cuiabá e Recife (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p.187). Ocorre também o pronunciamento da então presidente da República Dilma Roussef, quando ela afirma ser necessário escutar “a voz das ruas” para a construção de uma democracia mais participativa, afirmando a legitimidade dos protestos. A mídia prossegue em sua virada de posição, apoiando os protestos e afirmando uma dicotomia entre a figura do bom manifestante e o vândalo. Apresenta a manifestação como pacífica, mas com atos de violência de “grupos isolados” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 177). O dia 19 também é marcado pela vitória dos protestos em São Paulo e no Rio de Janeiro, quando finalmente Haddad e Alckmin, assim como Eduardo Paes e Sérgio Cabral anunciam a revogação dos aumentos das tarifas (JUDENSNAIDER, et al., 2013, pp. 220-221).

Por sua vez, o dia 20 de junho é marcado pelos maiores protestos registrados nesse período. Em diversas cidades, reúnem-se “centenas de milhares de pessoas” e os protestos “alcançam também cidades médias e pequenas” (REYS, 2014, p. 38). Ao todo, mais de três milhões de pessoas estiveram nas ruas protestando nesse dia (SECCO, 2013, p. 75). Após esse grande registro, as manifestações foram diminuindo progressivamente até o dia 29 de junho. Após essa data, ocorreram apenas outros protestos de menor expressividade numérica, em especial no Rio de Janeiro.

Após os acontecimentos, ficava a perplexidade. Como um pequeno ato local contra o aumento da tarifa resultou nos maiores atos, até então, dos últimos anos, reunindo milhões de pessoas em várias cidades de todo o país? Normalmente, buscam-se primeiro razões de ordem econômica para explicar a insatisfação popular. Entretanto, a situação econômica do país era relativamente estável. A crise financeira de 2008 não só “passou ao largo da economia brasileira, mas também configurou uma oportunidade para a sua afirmação nacionalista no mercado mundial”. Além disso, a última década havia sido marcada por “um cenário de relativa inclusão social de milhões de brasileiros” (COCCO, 2014, p. 183).

Ainda que houvesse alguns sintomas de piora, como sinais de aceleração da inflação, queda do PIB e aumento do dólar (FIGUEIREDO, N., 2014, p. 61), o Brasil estava longe de vivenciar uma grave crise econômica como os Estados Unidos ou a Espanha em 2011. Rubens Figueiredo, então, aponta como leviana “aventar a hipótese de alto desconforto econômico e de algum pavor de parcelas consideráveis da classe C de voltar ao status de classe D”, concluindo que “nada indicava que o brasileiro se sentisse estimulado a ir às ruas por motivação econômica” (FIGUEIREDO, R., 2014, p. 30). No mesmo sentido, Lincoln Secco afirma que nem “a alta do dólar ou o aumento da inflação podia, ser o motivo decisivo das revoltas” (SECCO, 2013, p. 72). Assim como Regina Helena e outros, que afirmam que, apesar da pobreza e da precariedade persistirem nas periferias e nos interiores do país, a tese da crise econômica como explicação para os movimentos não é aplicável ao nosso caso (SILVA; GUEDES; JURNO; PAULA, 2014, p. 148).

A ausência de um mal estar econômico aumentou mais ainda o espanto em relação aos protestos. Num discurso com tons paternalistas, dirigentes políticos do PT, por exemplo, viam nas manifestações uma espécie de ingratidão, pois supostamente haviam feito de tudo para a população, que respondia apenas com indignação. “Fizemos tanto para essa gente, e agora eles se levantam contra nós”, disse Gilberto Carvalho, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República (ARANTES, 2014, p. 453).

Contra a ideia de que tumultos só acontecem em períodos de penúria e recessão, Giuseppe Cocco oferece uma explicação alternativa. O autor afirma que muitos analistas estão presos ao paradigma do “quanto pior, melhor”, ou seja, acreditando que apenas situações de crise econômica estimulam eventos de revolta e oportunidades para uma mudança social radical, “uma espécie de síndrome da Bastilha”. Em junho, ao contrário, demonstrou-se que “quanto melhor, melhor”, isto é, que “conquistas pretextam novas conquistas, multiplicando-se em uma dinâmica expansiva de direitos” e, assim, “proliferando demandas e criando, na imanência de um viver melhor, as novas formas de cooperação e mobilização política” (COCCO, 2014, p. 184).

4.2 As redes digitais e as ruas

Muito se destacou em relação aos protestos de junho a questão da importância das novas mídias digitais. Foi notória a utilização da internet, das redes sociais e sites de compartilhamento por parte dos manifestantes. Essas ferramentas evidenciaram um novo cenário na dinâmica das relações políticas e nos meios comunicacionais. Dessa forma, Marcelo Tognozzi, ao analisar as manifestações de 2013, chega a afirmar que:

Portanto, estamos no curso de um processo no qual as redes e as mídias sociais vêm se afirmando como o ambiente mais propício para fazer política. Com base nos movimentos organizados em razão do ativismo digital nos últimos dez anos, é possível perceber que as redes sociais se tornaram os principais canais de corpo a corpo, de *one-to-one*, porque significaram uma grande mudança na forma de a sociedade fazer comunicação (TOGNOZZI, 2014, p. 75).

Citando Manuel Castells, Carlos d’Andréa e Joana Ziller mencionam o conceito de autocomunicação de massas para denominar o modelo de criação e difusão de conteúdos que vivenciamos atualmente. Trata-se de um novo modelo comunicacional que “é, ao mesmo tempo, massivo – por tratar de um registro que, potencialmente, circula entre um grande grupo de espectadores – e pessoal, pois permite que cada interessado constitua seu canal a partir de seus interesses e experiências” (D’ANDRÉA; ZILLER, 2014, p. 18).

Como explica o próprio Castells, a autocomunicação de massa, que surge a partir do uso da internet e das redes sem fio, como plataformas de comunicação digital, consiste no processamento de mensagens de “muitos para muitos”, onde a produção da mensagem é decidida de maneira autônoma pelo remetente, “a designação da mensagem é autodirecionada” e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é

“autosseleccionada”. Ela se baseia em redes horizontais de comunicação dificilmente controláveis pelo governo ou pelas empresas. Por essa razão, é uma forma de comunicação que fornece uma plataforma tecnológica capaz de gerar autonomia aos atores sociais individuais e coletivos em relação às instituições da sociedade, gerando medo no governo e proporcionando uma relação de amor e ódio com as empresas, que tentam obter lucros com a internet, mas também limitar seu potencial de liberdade (CASTELLS. 2013, pp. 15-16).

A autocomunicação de massa difere do modelo de comunicação de massas das rádios e televisões, onde as mensagens são transmitidas de forma unilateral para uma audiência de massa. Isto é, de “um para muitos” e não “de muitos para muitos”. Essa alteração do modelo comunicativo permite que os cidadãos da nova era da informação se envolvam na produção de mensagens autônomas nos meios de comunicação ao desenvolverem “redes autônomas de comunicação horizontal”. Nessa rede, as pessoas são capazes de lutarem contra os poderes constituídos, subverterem a prática da comunicação, construir e compartilhar projetos e superarem a “impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo” (CASTELLS, 2013, p. 18).

Conforme salientam Fábio Malini e Henrique Antoun, a comunicação massiva tradicional é centralizada, unilateral e caracteriza-se pela passividade na recepção das mensagens, o que implica na repetição regular de ideias, expressões e imagens, isto é, num achatamento da diversidade cultural e em “processos de indução e falseamento de opinião típicos desta comunicação unilateral onde poucos falam para muitíssimos”. Em contrapartida, a internet proporciona a participação, a liberdade de construção e a emissão de mensagens e, conseqüentemente, permite a disputa narrativa com o Estado e as corporações (MALINI, ANTOUN, 2013, pp. 154-158).

No mesmo sentido, Marco Aurélio Nogueira destaca que num contexto de “mercado intensivo”, a mídia “tende a atuar de forma oligopólica”, o que resulta em seu grande poder sobre a sociedade. Os oligopólios midiáticos se impõem como “poderosos mecanismos de controle sobre vasta gama de informações”, que bloqueiam “a diversidade de opinião” (NOGUEIRA, 2013, pp. 196-197). Servem de instrumento político de seus proprietários, normalmente “famílias, aristocratas, reacionários, governos, banqueiros ou partidos políticos” (NOGUEIRA, 2013, p. 182). Isto é, são ferramentas possuídas por poucos, refletindo a relação vertical, hierárquica e antidemocrática que vigora no modelo de comunicação de nossa sociedade. A internet, ao contrário, propicia a construção de informação de modo cooperativo e dialógico, em rede, onde as fontes se multiplicam (NOGUEIRA, 2013, p. 200).

Se os grandes conglomerados midiáticos produzem o “‘homem midiático’ e a sua subsunção às estratégias da espetacularização de massa, tão bem caracterizada por Guy Debord, a internet, por outro lado, pode fazer emergir o ativista das mídias digitais, o midialivista, o sujeito “que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 23). Segundo os autores, os lugares virtuais vêm se comportando “cada vez mais como mídias de multidão (multimídia), ou seja, mídias cujas produções se dão de forma articulada e cooperativa, cujo produto final é exibido de forma livre e gratuita”, numa “linguagem cooperativa, dialógica, múltipla e comum” que revela “perspectivas independentes de opinião” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 185). Logo, na internet, “multiplicam-se processos de cooperação social que resultam em redes de valorização social e de produção de subjetividades alternativas” (MALINI. ANTOUN, 2013, p. 194).

Dessa forma, a autocomunicação de massas permite, portanto, que diferentes registros e discursos circulem. Se a “tradição da mídia audiovisual no Brasil foi construída a partir de poucos polos de enunciação, que, em geral, nas últimas décadas, corroboram pontos de vista semelhantes”, a presença de registros múltiplos viabiliza “no campo dos registros cotidianos audiovisuais a possibilidade de dissenso” (D’ANDRÉA; ZILLER, 2014, p. 22).

Foi precisamente isso o que ocorreu no período inicial das manifestações de junho, quando os ativistas em São Paulo conseguiram romper o discurso da mídia hegemônica, que tentava desqualificar os protestos e exigia “mais firmeza” na atuação da polícia. Por meio da difusão de vídeos e imagens que demonstravam claramente o contrário do quadro geral narrado pela mídia tradicional, os manifestantes conquistaram o apoio da população brasileira em geral, a legitimidade de sua causa, denunciaram a violência da polícia e o desrespeito ao direito de manifestação.

Assim, Carlos d’Andréa e Joana Ziller constatam que muitos sujeitos e grupos sociais “fizeram circular a partir da publicação em *sites* como o YouTube registros de sua experiência que contradizem as versões mais frequentes das manifestações publicadas por veículos jornalísticos tradicionais” (D’ANDRÉA; ZILLER, 2014, p. 23). Muitos manifestantes inclusive transmitiam ao vivo “imagens do ‘olho do furacão’, em especial conflitos entre manifestantes e PMs” (D’ANDRÉA; ZILLER, 2014, p. 26). De modo que quando havia o “menor sinal de conflitos, abusos etc., as transmissões mobilizaram e engajaram a audiência conectada, que passava a disseminar freneticamente seus *links* e relatos” (D’ANDRÉA; ZILLER, 2014, p. 27).

A partir de um mosaico multifacetado de imagens e narrativas na internet, foi sendo construída de forma colaborativa e descentralizada visões alternativas dos protestos que se sobrepuseram à versão “oficial” da mídia tradicional e do Estado e seus órgãos, obrigando os meios de comunicação de massa a reverem seu posicionamento e sua forma de cobrir as manifestações.

Em sentido convergente, Giuseppe Cocco comenta em relação à comunicação virtual:

Tudo isso suscitou um amplo e difuso processo de discussão através dos circuitos institucionais e virtuais de informação. Esse debate escapou ao controle do oligopólio midiático, e assim integrou-se no próprio movimento como momento de contrapoder, em que a denúncia e o desmascaramento da manipulação tornaram-se possíveis. (COCCO, 2014, p. 189)

Deve-se ressaltar também que, além do compartilhamento de informações, a internet também colaborou para a organização dos protestos, na organização de ocupações e influenciou, inclusive, até na própria dinâmica de funcionamento do movimento. Como foi comentado ao se analisar os protestos de Seattle e os recentes protestos globais, a horizontalidade do funcionamento da internet influencia na própria estruturação interna desses movimentos. O mesmo fenômeno também se verificou nas manifestações brasileiras. Conforme destaca Lucia Santaella ao analisar os protestos de junho:

O que, a meu ver, ainda falta perceber é que muitos dos comportamentos adquiridos nas redes são transferidos para o mundo presencial: o direito ao compartilhamento público de um discurso próprio, o direito à participação, o desenvolvimento da capacidade crítica que brota da colaboração, o espaço aberto para iniciativas e o estado de prontidão para agir. São as passagens inconsúteis dos tipos de condutas adquiridos as redes para a vida presencial que funcionam como uma das chaves mestras para se compreender a força vulcânica desse ativismo híbrido que funda indissolivelmente as redes e as ruas. (SANTAELLA, 2015, p. 10)

Malini e Antoun destacam que, se no passado a indignação popular frequentemente acabava “capturada por golpes de estado de grupos ideológicos intolerantes e violentos”, nos dias de hoje “as populações reunidas nos movimentos sociais e ações coletivas não precisam que os intermediários falem por elas através das mídias de massa e instituições políticas” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 174). Da mesma forma, Bernardo Sorj também destaca que “a característica da internet de permitir a mais ampla comunicação horizontal, prescindindo de organizações centralizadas, foi um fator central em todas as manifestações recentes nos mais diversos países” (SORJ, 2014, p. 89).

Verifica-se, portanto, que a internet contribui decisivamente para que as manifestações e os diversos grupos sociais ajam e se comuniquem de forma mais autônoma, além de auxiliar para a construção de uma estrutura de organização descentralizada, horizontal e democrática. Evidentemente, não se pode esquecer que ela também pode servir a propósitos antidemocráticos, como o controle de dados pessoais, a invasão de privacidade e indução de comportamentos por meio de algoritmos. No entanto, se não podemos agir como muitos “apologistas das manifestações” que pensam que “a resposta se encontra na tecnologia”, conforme alerta Sorj (SORJ, 2014, p. 97), ao mesmo tempo, também não se pode deixar de reconhecer as possibilidades democratizantes trazidas pela internet, conforme numa perspectiva concreta foi possível perceber em junho de 2013.

4.3 Movimentos sociais e novos movimentos sociais

Numa acepção mais ampla, os movimentos sociais podem ser definidos como “ações coletivas associadas à luta por interesses orientados para mudanças na esfera social e cultural” (RICCI; ARLEY, 2014, p. 82). Em sentido convergente, Maria da Glória Gohn conceitua os movimentos sociais como “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335).

Conforme apontam Ricci e Arley, alguns autores não consideraram que as manifestações de junho tenham se constituído como movimento social (RICCI; ARLEY, 2014, p. 82). Na visão desses intérpretes, os movimentos sociais deveriam possuir certo caráter de permanência, o que os distinguiriam de meras mobilizações sociais (RICCI; ARLEY, 2014, p. 83). Regina Helena e outros, por exemplo, refletem sobre a natureza das manifestações lançando as seguintes questões:

Contudo, em face dessa heterogeneidade de pautas e à heterogeneidade social dos participantes a dúvida permanece: estaremos de fato em face dum movimento social? Ou será que o conceito de movimento está mais ligado ao conceito de mobilidade e menos ao conceito de grupo? Acreditamos estar perante um fenômeno complexo que conjuga diferentes formas de apropriação e usos políticos do espaço cibernético (a título de exemplo a criação de “eventos” no Facebook, o uso de *smartphones* e outros dispositivos de captação de imagens e consequente divulgação simultânea) e do espaço urbano (a título de exemplo as assembleias horizontais, e as “táticas de guerrilha urbana”). São formas de atuação política que se pautam por uma grande plasticidade culminando na formação temporária de coletivos de indivíduos nas ruas e redes. Ou seja, parece mais um fenômeno de indivíduos em movimento que em determinados momentos se configuram como grupos sociais partilhando ideologias, pautas de luta, imagens, vídeos, espaços de luta e conflito, do

que um movimento de indivíduos em grupos formais. (SILVA; GUEDES; JURNO; PAULA, 2014, p. 150)

Ricci e Arley, todavia, opõem-se a essa perspectiva, argumentando que as sociedades contemporâneas “se caracterizam justamente pela mutação acelerada e pela fragmentação social” (RICCI; ARLEY, 2014, p. 83). Em razão desse fato, defendem que o “conceito moderno de movimento social merece adequação à dinâmica social fluida do século XXI” (RICCI; ARLEY, 2014, p. 84).

Dessa forma, pode-se compreender melhor a conformação do tipo de movimento social que se verificou em junho a partir de uma breve análise da trajetória histórica dessa categoria. Inicialmente, prevaleceu a concepção dos movimentos sociais como “ações coletivas de caráter revolucionário contra as relações de produção contraditórias do sistema capitalista”, tratando-se de um legado da tradição marxista, conforme aponta Lucia Santaella. Essa noção só se alteraria por volta dos anos 1980, quando então os movimentos sociais passam a ser “mais heterogêneos e complexos, configurados no meio urbano, com estruturas e linhas de ação diversificadas ambientalistas, anticapitalistas, feministas, pacifistas, pelos direitos dos animais etc.”, atuando na maior parte das vezes “sob a forma de associacionismo civil” (SANTAELLA, 2014, p. 1). É nesse momento que surgem os chamados “novos movimentos sociais” (SANTAELLA, 2014, p. 2). Eles se remetem aos protestos dos anos 60, 70 e 80, especialmente ao Maio de 68 na França, aos movimentos pelos direitos civis dos negros e das mulheres nos Estados Unidos e às lutas estudantis ao redor do mundo.

De forma semelhante, Maria da Glória Gohn classifica a trajetória dos movimentos sociais em três momentos. Inicialmente, assim como Santaella, Gohn denomina a primeira fase de análises sobre os movimentos como “histórico-cultural”, identificando em Karl Marx seu principal influenciador. Ainda que não tenha se dedicado a “teorizar sobre as ações coletivas”, Marx “delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado, dizendo que ele deveria ser compreendido para que se transformasse o mundo das relações sociais existentes”. Os estudos do autor alemão vieram a “influenciar a análise tida como clássica ou tradicional sobre os movimentos sociais no século XX”. Sendo assim, a tradição marxista, ao se debruçar sobre o fenômeno das ações coletivas, acabou se concentrando “no estudo do movimento operário, particularmente nas lutas sindicais”. Essa corrente predominou no âmbito dos estudos sobre os movimentos sociais até 1970 (GOHN, 2012, p. 27).

A partir dessa data, passa a predominar nos estudos dos movimentos sociais a chamada matriz “culturalista-identitária”, sofrendo a influência de autores como Michel Foucault, Hannah Arendt, Anthony Giddens, Pierre Bourdier e Alain Touraine. Inaugura-se uma corrente que “construiu a chamada novidade dos ‘novos movimentos sociais’ ao destacar que as novas ações abriam espaços sociais e culturais”, sendo compostas “por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros etc.” (GOHN, 2012, p. 29). Nessa vertente, começa a ser destacada “a questão da identidade dos movimentos sociais”, criticando-se, então, “as abordagens estruturais ortodoxas que se detinham excessivamente na análise das classes sociais como categorias econômicas”, além de haver a reprovação às abordagens dos estudos “que se preocupavam apenas com as ações da classe operária e dos sindicatos, deixando de lado as ações coletivas de outros atores sociais relevantes”. Focam, então, na “capacidade dos movimentos sociais de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social” (GOHN, 2012, p. 30).

Santaella acrescenta ainda que aos novos movimentos sociais, recentemente, foram se incrementando com os aparatos das redes digitais. Sendo assim, sem abrir mão das “praças públicas, bloqueios de estradas e de avenidas”, eles “adquiriram aceleração e amplitude graças às tecnologias computacionais interativas”. A autora cita o movimento neozapatista em Chiapas como a origem da aliança entre os novos movimentos sociais e as redes digitais (SANTAELLA, 2014, p. 3). Esse é o caminho introdutório traçado para autora para chegar até os movimentos da Primavera Árabe, da Espanha, dos Estados Unidos e, então, até as manifestações brasileiras de 2013. Os eventos mencionados trariam as características dos novos movimentos sociais e ainda a importância do uso da internet. Pode-se dizer, portanto, que os recentes movimentos de protestos que se iniciaram na década de 2010 têm suas origens nos novos movimentos sociais cujo marco se dá com o Maio de 68 na França.

Apesar da alcunha “novos movimentos sociais” designar os movimentos sociais existentes já na segunda metade do século XX, alguns autores também classificaram como “novos” os recentes movimentos sociais que analisamos no presente trabalho, ocorridos no início do século XXI. É o caso do autor Manuel Castells, que os denomina como “novos movimentos sociais em rede”, a partir das características mencionadas em seções anteriores. Maria da Glória Gohn também afirma que as manifestações de junho de 2013 fazem parte de uma nova forma de movimento social (GOHN, 2014, p. 12). De qualquer forma, o presente trabalho não abordará as disputas ao redor da correta nomenclatura ou categoria desses

protestos, isto é, se são novos, novíssimos ou não. É inegável, entretanto, que os fenômenos brasileiros abordados trazem elementos importantes que devem ser destacados para sua compreensão em contraponto com a concepção tradicional de movimento social, os quais serão explorados agora.

Dessa forma, alguns autores destacaram em relação aos protestos de junho algumas características inovadoras em relação aos “velhos” movimentos sociais, contrapondo-se as novidades de agora ao tradicionalismo das centrais sindicais ou dos clássicos movimentos populares urbanos e do campo brasileiros. Assim, Gohn afirma que os manifestantes de junho “atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada, produzem manifestações com outra estética; os participantes têm mais autonomia, não atuam sob a coordenação de uma liderança central” (GOHN, 2014, p. 9). Ao passo que, nos movimentos tradicionais, verifica-se uma composição mais hierárquica e verticalizada, lideranças fortes, palavras de ordem e bandeiras partidárias (GOHN, 2014, p. 39).

Outra característica distinta comumente realçada se refere à autonomia dos movimentos recentes em relação às instituições. Nesse sentido, os protestos de junho não poderiam ser considerados subordinados ao Estado ou aos partidos políticos, sendo frutos de uma ação independente levada a cabo pela sociedade (ROSENFELD, 2014, p. 141). Neles, as pessoas se manifestam a despeito de qualquer chamado das organizações formais do governo ou da política. Regem-se, em muitos casos, por uma “cultura anti-institucionalista” (RICCI; ARLEY, 2014, p. 112). São, portanto, movimentos sociais “autônomos”.

Por outro lado, os movimentos sociais tradicionais se caracterizariam muito mais pelo seu aparelhamento pelo Estado e pelos partidos políticos, assim perdendo sua autonomia. Sendo assim, Rosenfield os chama de “movimentos sociais heterônomos” (ROSENFELD, 2014, p. 141). Segundo Ricci e Arley, especialmente no período de governo do ex-presidente Lula, os “velhos” movimentos seguiram a lógica do neocorporativismo, a partir da qual “organizações populares, ONGs e centrais sindicais” foram sendo absorvidas nas estruturas de tomada de decisão estatal. De modo que centrais sindicais, por exemplo, passaram a “disputar a lógica e composição das agências reguladoras de investimentos”, tomando assento em conselhos de gestão de estatais e, conseqüentemente, distanciando-se “do cotidiano das fábricas e da vida comezinha da sua base sindical” (RICCI; ARLEY, 2014, pp. 51-52). No mesmo sentido Marco Aurélio Nogueira afirma que “o período Lula coincidiu com a ‘institucionalização’ de muitos dos movimentos sociais que haviam feito, pela esquerda, a

redemocratização”, quando então eles perdem sua autonomia, sendo “atraídos para o Estado e pelo Estado” (NOGUEIRA, 2013, p. 113).

Nogueira também descreve uma série de características opostas entre os velhos e os novos ativistas de 2013. Segundo o autor, os novos ativistas desejam “atuar de forma livre e horizontal, mediante ações que se organizam no calor da hora e em função dos recursos e da disponibilidade dos participantes” (NOGUEIRA, 2013, p. 53). Ao contrário dos velhos militantes que “fazem assembleias à moda antiga, em que as decisões são quase sempre manipuladas” (NOGUEIRA, 2013, pp. 53-54). No novo ativismo, há mais festa e determinação do que a disciplina militante dos antigos movimentos. Luta-se mais por reconhecimento e direitos do que propriamente por poder, agindo “festivamente e sem rotinas fixas”. Há múltiplos enfoques, isto é, o novo ativismo “abraça várias causas simultaneamente” (NOGUEIRA, 2013, p. 54).

Gohn destaca também as diferenças inclusive estéticas que acompanham o novo ativismo. Segundo ela, há “uma estética particular das manifestações”, pois elas “não desfraldam bandeiras de organizações nem usam faixas pré-confeccionadas, (...), sem carros de som, o batoque ou as palmas são utilizados no percurso das marchas” (GOHN, 2014, p. 13). Assim, os manifestantes escrevem seus lemas e reivindicações em cartolinas, produzindo na hora o seu conteúdo, ao invés de exibir faixas feitas com antecedência em gráficas. Não há trios elétricos onde líderes comandam por microfones ou megafones a massa que os segue. Ao contrário, foi curiosa a utilização da técnica do “microfone humano” nas manifestações de junho, que consiste na repetição por muitos do discurso enunciado por alguém, amplificando “naturalmente” a sua voz para que todos pudessem ouvir.

Muitos autores observam que as centrais sindicais, em conjunto com outros movimentos sociais do tipo tradicionais, organizaram protestos um mês após os protestos de junho, no chamado “Dia Nacional de Lutas” realizado no dia 11 de julho (NOGUEIRA, 2013, p. 57; ROSENFELD, 2014, p. 141). Nogueira afirma que esses protestos não levaram “massas expressivas às ruas”, mas, de qualquer forma, “marcaram posição” (NOGUEIRA, 2013, p. 57). Rosenfield, por outro lado, é mais enfático ao afirmar que eles foram um fracasso, em razão do número ter sido bem inferior se comparado aos protestos de junho (ROSENFELD, 2014, p. 141).

Deve-se destacar que os movimentos sociais tradicionais foram atuantes também em junho. No entanto, conforme observa Jailson de Souza e Silva, essa tentativa de participação “de militantes dessas entidades nos atos gerou, inclusive, fortes tensões com grupos e pessoas

intolerantes às organizações partidárias ou com estas identificadas” (SOUZA E SILVA, 2014, p. 232). Nogueira também notou um “bate-boca entre ‘jovens horizontais’ e ‘sindicalistas verticais’”, o que “revelou as dificuldades que ambos tiveram de encontrar um foco em comum que encaminhasse a voz das ruas para o futuro”. Se os novos ativistas recusavam qualquer cartilha ou comando hierárquico, os velhos ativistas viam nos novos uma postura “arrogante, narcisista e nihilista” (NOGUEIRA, 2014, p. 57).

Como pano de fundo do embate, Ricci e Arley diferenciam duas identidades organizativas e dois modelos de ação social, “a burocrática, típica do século XX e a em rede, típica do século XXI”. Na organização social burocrática, há o predomínio da “ação coletiva unificada em ‘ordem unida’, baseada na disciplina, no autocontrole, senso de grupo”, os ativistas “seguem a orientação da organização”, as ações coletivas “objetivam atingir uma meta ou efetivar um programa definido em eventos deliberativos específicos ou pela direção a organização”, assim como o coletivo é “representado por dirigentes e porta-vozes previamente conhecidos”. Em contrapartida, na organização social em rede predominam a “adesão pessoal e preservação da individualidade dos componentes”, os ativistas “aderem à organização ou mobilização por convicção pessoal e por identidade afetiva momentânea”, as ações coletivas são vinculadas “a um sentimento comum de indignação, injustiça e revolta” e há “porta-vozes rotativos, escolhidos coletivamente num momento específico, com curto tempo de mandato” (RICCI; ARLEY, 2014, p. 216).

Apesar das diferenças e conflitos, no entanto, Nogueira enxerga possibilidades de articulação entre os dois tipos de ativismo, defendendo a combinação de ações e a promoção de convergências (NOGUEIRA, 2014, p. 55):

Não há, porém, muralhas intransponíveis separando velhas e novas formas de ativismo, que se cruzam e podem se combinar de diferentes maneiras, beneficiando-se reciprocamente. Se suas agendas contém distintas ênfases e questões, também estão repletas de temas que somente podem ser enfrentados com sucesso se se interpenetrarem e forem articulados em uma plataforma de síntese política. (NOGUEIRA, 2013, p. 54).

Entretanto, em razão das particularidades já observadas quanto aos recentes movimentos, deve-se ressaltar que possíveis articulações entre as duas instâncias de ativismo só podem ser feitas de modo cooperativo e horizontal, ou seja, democrático. A busca pela efetivação dos fins democráticos no novo ativismo só é feita mediante processos ou meios igualmente democráticos. Não se pode abrir mão desses mecanismos, seja em nome das circunstâncias, da “governabilidade”, do pragmatismo ou de um suposto “realismo político”,

como muitas vezes os movimentos sociais tradicionais procederam ao longo da história em nome de algum “fim maior”.

4.4 As jornadas de junho e os protestos globais

Há quem negue as relações existentes entre os protestos ocorridos no Brasil em junho com aqueles que analisamos anteriormente no norte da África, no Oriente Médio, na Europa e nos Estados Unidos. É o caso de Roberto Macedo, que, citando Lara Resende, não vê paralelos entre eles:

Lara Resende começa apontando que não viu nos protestos brasileiros um paralelo com os movimentos similares noutros países, seja na Europa, nos Estados Unidos, seja também na chamada Primavera Árabe. Também não vejo essa correlação, exceto no do uso das redes sociais, que também se disseminou no Brasil. Mas essa é uma questão de meio e não de motivação, o assunto de nosso interesse comum, e ele reconheceu o importante papel dessas redes. (MACEDO, 2014, p. 51)

Em contraponto, Slavoj Žižek afirma que dizer que as lutas globais dos últimos tempos são separadas só serve aos defensores do atual *status quo* da ordem global atual. Tratá-los como problemas locais separados, como se fossem uma série de questões particularizadas, significa deixar de criticar o capitalismo global, o pano de fundo de todos os protestos, afinal o que une os protestos é o fato de que “todo reagem contra diferentes facetas da globalização capitalista”, uma vez que a “tendência geral do capitalismo global é hoje expandir o mercado, invadir e cercar o espaço público, reduzir os serviços públicos (saúde, educação, cultura)”, impondo um poder político autoritário (ŽIŽEK, 2014, p. 31).

No mesmo sentido, Bernardo Sorj observa semelhanças entre os protestos brasileiros e os demais. Essas semelhanças passam pelo papel exercido pela internet, o perfil social (conforme veremos com mais detalhes nas próximas subseções sobre junho) e as demandas dos manifestantes. Além das similitudes, o autor aponta que os protestos se espelharam e tiveram influência entre si. São fenômenos “glocais”, ou seja, “fenômenos sociais que fundem realidades locais e globais” (SORJ, 2014, p. 87), que decorrem da “integração do conjunto da população mundial na economia capitalista”, que “produziu processos de uniformização social e cultural que assemelham cada vez mais as diversas sociedades nacionais e os desafios que elas enfrentam” (SORJ, 2014, p. 88).

Manuel Castells também enxerga paralelos entre as manifestações do começo da década de 2010 e as manifestações brasileiras, incluindo-as no que ele chama de “novos

movimentos sociais em rede”. Por essa razão, numa das edições de *Redes de indignação e esperança*, o autor inseriu um posfácio no qual é feita análise dos protestos de junho no Brasil (CASTELLS, 2013, pp. 182-186).

Podemos observar nos movimentos brasileiros, portanto, diversas características dos chamados movimentos sociais em rede, segundo a classificação de Castells, que já enumeramos em seção anterior do presente trabalho. Como por exemplo, a ausência de líderes claros, a organização horizontal e descentralizada, a importância das redes digitais, a ocupação de ruas, praças e prédios públicos, a luta pela cidade e pelos serviços públicos, a busca da experiência de novas práticas políticas, a recusa e a crítica ao sistema representativo que concentra o poder de forma hierárquica em elites políticas e econômicas.

Ressalte-se ainda que, além das diversas semelhanças em relação à forma de organização e ação, aos temas debatidos e aos contextos socioeconômicos, era comum observar nos protestos brasileiros menções expressas dos próprios manifestantes às manifestações anteriores, em especial àquelas ocorridas Turquia. Quando, por exemplo, os manifestantes cariocas gritavam “Acabou a mordomia, o Brasil vai virar a Turquia” (COCCO, 2014, p. 170).

4.5 Os personagens de junho

Conforme já se destacou inúmeras vezes, uma das principais características das Jornadas de Junho de 2013 consiste na ausência de lideranças claras do movimento, ao contrário dos paradigmas anteriores de ação de transformação social. De toda forma, ainda que os protestos não possuam lideranças verticais e tradicionais, ainda assim podem ser destacados alguns atores sociais que se destacam em relação aos demais. Mesmo que se queiram tratá-los como “lideranças”, deve-se reconhecer que, no máximo, essa liderança é apenas precária, temporária e sem muita força.

Assim, em razão de certo protagonismo demonstrado nas manifestações de junho, além de uma repercussão midiática relevante ou da capacidade de demonstrar uma maior influência sobre os protestos em geral, analisaremos nas próximas subseções, portanto, o Movimento Passe Livre (MPL), o Black bloc e o Anonymous. Serão expostas suas principais características, origens e como esses coletivos atuaram e influenciaram nas Jornadas de Junho de 2013.

4.5.1 Um movimento horizontal em luta pelo transporte coletivo

O Movimento Passe Livre (MPL) exerceu um papel importante nas manifestações de junho de 2013. Como já mencionado, os primeiros protestos que ocorreram naquele mês foram convocados por esse coletivo em São Paulo. Quando as manifestações se espalharam epidemicamente, seus membros foram entrevistados por inúmeros rádios, jornais e programas televisivos. Como nota Gohn, alguns veículos da mídia apontavam o MBL como “único interlocutor legítimo” dos protestos (GOHN, 2014, p. 49).

No entanto, apesar da notoriedade alcançada apenas naquele ano, o MPL já exercia suas atividades desde o início da década de 2000. Suas origens remontam aos movimentos da “Revolta do Buzu” e da “Revolta da Catraca”. A “Revolta do Buzu” ocorreu em 2003 na cidade de Salvador, quando houve um aumento do preço das passagens do transporte coletivo. Em resposta, foram organizadas manifestações em agosto daquele ano que, segundo o MPL, envolveram a participação de cerca de 40 mil pessoas. Nessas manifestações, “os estudantes secundaristas pulavam os muros das escolas para bloquear as ruas em diversos bairros, num processo descentralizado, organizado a partir de assembleias realizadas nos próprios bloqueios”. De modo embrionário, portanto, mostrava-se como era possível uma forma de organização na luta pelo transporte público que se afastava de modelos hierárquicos (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 14).

A partir dos relatos publicados pelo Centro de Mídia Independente (CMI) brasileiro e do documentário *Revolta do Buzu* de Carlos Pronzato, “a experiência da ação direta da população por meio de assembleias horizontais (...) e a explosividade da luta pelo transporte público ganharam certa projeção nacional” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, pp. 14-15). Isso estimulou outros protestos semelhantes, sendo o mais notável deles aquele ocorrido em Florianópolis, a “Revolta da Catraca”, que obteve sucesso na revogação do aumento das passagens. Esses protestos “serviram de base para a fundação do MPL no ano seguinte” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 15).

Em razão da ligação entre o CMI e o MPL, Gohn explicita nos seguintes termos as relações entre os protestos de Seattle em 1999 e sua influência nas origens da criação do MPL:

Mais frutífero que buscar relações entre o MPL e os partidos políticos é buscar elos entre as formas de luta antiglobalização do início dos anos de 2000 e manifestações nas ruas em 2013. Os ativistas da alterglobalização criaram, ainda ao final do século XX (1998), durante a I Conferência Mundial dos Povos, a AGP (Ação Global dos

Povos), que deu origem como braço de comunicação o CMI (Centro de Mídia Independente) e depois a Indymedia (cf. ORTELLADO, 2012). A AGP incentivou e organizou inúmeros atos de protestos durante as reuniões de cúpula de líderes mundiais, destacando-se as de Seattle em 1999, Gênova em 2001 etc. Essas manifestações, que refluíram no plano internacional após o atentado às torres gêmeas norte-americanas, quando acirrou-se o combate a manifestações sob o argumento de combate ao terrorismo, foram escolas de aprendizagem de muitos ativistas das manifestações no início da nova década em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Um dos movimentos que constituíram no FSM [Fórum Social Mundial] de 2005 foi o CMI (Centro de Mídia Independente). (GOHN, 2014, p. 48)

Assim, em 2005, no Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, foi criado o MPL. A organização foi gestada em meio às discussões entre coletivos de diversas áreas, que se relacionavam “de forma horizontal, sem hierarquias e líderes, pregando uma nova forma de fazer política e de conviver nas cidades”, a partir “dos debates antiglobalização dos anos 2000”, quando a ação direta e a desobediência civil “passaram a ser encarados mais seriamente como uma forma de resistência” (PAES MANSO, 2014, p. 161).

Desse modo, como narra a própria organização, o MPL nasce como “um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central”, sendo que a sua política “é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 15). Gohn acrescenta ainda que o movimento se organiza ao redor de “três princípios básicos: federalismo, apartidarismo e horizontalidade” (GOHN, 2014, p. 48).

Conforme o movimento esclarece, o apartidarismo do MBL não implica em “antipartidarismo” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2018), isto é, na rejeição de todo e qualquer partido político, mas sim que a organização não é vinculada e não se submete a nenhum partido. Por essa razão, o fato de haver alguns membros do MPL filiados a partidos políticos não representa uma contradição. Relacionada com o seu apartidarismo, a autonomia também é um ponto central do movimento. Ela se refere à independência do MPL em relação a “partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras, etc.” e também à sua capacidade de autogestão (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2018).

A horizontalidade, por sua vez, resulta na ausência de lideranças, pois “não existe hierarquia neste movimento” e nem “uma direção centralizada onde poucos decidem por muitos”, de modo que “todos têm igual poder de participação” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2018).

Ressalte-se ainda que os “princípios constitutivos do MPL serão definidos somente pelo método do consenso” e que nas “deliberações não referentes a princípios, devem-se

buscar propostas consensuais, na impossibilidade, deve-se ter previsto o recurso à votação” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2018). Já o princípio do federalismo institui uma organização por meio de um pacto federativo, onde “as partes obrigam-se recíproca e igualmente e na qual os movimentos nas cidades mantêm a sua autonomia diante do movimento em nível federal” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2018).

Como temática central de sua atuação, o movimento chama a atenção para a importância do transporte público na vida das pessoas e como aspecto essencial na estrutura social urbana:

O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 15)

Se inicialmente a bandeira do MPL se voltava para o passe livre estudantil, depois “a luta pela reapropriação do espaço urbano produzido pelos trabalhadores” passou a ser colocada em primeiro plano, evidenciando que as contradições do transporte coletivo afetam a todos e não somente os estudantes (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, PP. 15-16). Nesse momento, “a ideia do passe livre para todos ganhou sustentação após o movimento revisitar o projeto Tarifa Zero”, desfazendo-se “o véu de argumentos técnicos que escondia os conflitos sociais e econômicos por trás da gestão dos transportes” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 16). Enfatiza-se a perspectiva do transporte público como direito, ao invés de uma mercadoria, que é fundamental, inclusive à “efetivação de outros direitos, na medida em que garante o acesso aos demais serviços públicos”, compreendendo-o então “como questão transversal a diversas outras pautas urbanas” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 16).

A retomada do espaço urbano é, além de objetivo do movimento, também seu método. Assim, a ação direta de tomada das ruas em protesto, em contraponto à ação institucional com o poder público, considerada na maior parte das vezes inócua pela organização, coloca as pessoas na gestão dos espaços e fluxos urbanos, conforme o MPL explicita:

Se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa, também se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos. A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete

toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. É assim, na ação direta da população sobre sua vida – e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais -, que se dá a verdadeira gestão popular. Foi precisamente isso que aconteceu em São Paulo quando, em junho de 2013, o povo, tomando as ruas, trouxe para si a gestão da política tarifária do município e revogou o decreto do prefeito que aumentava a passagem em vinte centavos. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 16)

Logo, o MPL exerce um papel de grande importância num contexto irracional de imobilidade urbana, onde prevalecem “transportes coletivos de baixa qualidade, precários, caros e pensados praticamente em termos de viabilidade empresarial, e não no atendimento da população e estruturação das cidades” (GREGORI, 2014, p. 103). Apesar do aparecimento repentino na grande mídia em 2013, o movimento “conta com quase dez anos em manifestações de rua, além de sólido trabalho de base em escolas secundárias” (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 26), estendendo também o seu trabalho em “bairros, comunidades e ocupações, numa estratégia de aliança com outros movimentos sociais – de moradia, cultura e saúde, entre outros” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 16).

Além da organização de protestos, estimulam cotidianamente a necessária discussão acerca dos reflexos da desigualdade econômica e social no transporte público e na estruturação urbana. De forma horizontal, o MPL capilariza em diversas instâncias sociais a crítica e a luta por um transporte coletivo democrático:

O trabalho concentra-se na discussão do problema do transporte público e na organização de protestos que interrompem vias locais, mobilizando e recrutando estudantes. Essa formação prática tem como objetivo não apenas ampliar a base de ativistas do movimento, mas também gerar autonomia nos bairros, elaborando atividades locais que se somem às mobilizações pelo direito ao transporte. Foi assim que nos primeiros dias de junho, logo após o anúncio do aumento da tarifa de 2013, manifestações regionais surgiram de forma descentralizada e espontânea em localidades como Pirituba, Vila Leopoldina e M’Boi Mirim. (JUDENDENSNAIDER, et al., 2013, pp. 26-27).

Conforme já mencionado anteriormente, o MPL foi o principal coordenador das primeiras manifestações contra o aumento do transporte público em São Paulo. Sua atuação foi de grande importância para ampliação dos debates sobre a tarifa e, após uma sucessão de fatores, a precipitação dos acontecimentos de junho.

Segundo Pablo Ortellado, a atuação do coletivo é um dos mais importantes legados deixados pelas manifestações de 2013. O autor argumenta que o MPL soube articular, ao mesmo tempo, processo e metas, ao contrário de muitos movimentos sociais e partidos.

Isto porque, durante muito tempo, nas lutas pela democracia em geral, muitas vezes se concebeu que elas deveriam ser pautadas ou pela integridade ao idealismo e aos processos, ou pela orientação por resultados. Como se fossem antagônicos, ambos os fatores eram tidos como irreconciliáveis. Se uma luta prezasse pela preservação dos procedimentos democráticos, da democracia interna em sua organização e o respeito inegociável aos seus princípios, entendia-se que essa postura terminava em imobilismo e apatia, por não ser eficaz em termos políticos ao conseguir poucos resultados “concretos”. Por outro lado, quanto às lutas que privilegiavam os resultados aceitando os riscos da ação política, dizia-se que o seu pragmatismo prejudicava inevitavelmente o próprio comprometimento com a luta democrática, desvirtuando-se (ORTELLADO, 2013, pp. 232-234).

Ao se organizar de forma horizontal e independente e, ao mesmo tempo, manter firmes as metas de redução das tarifas, o MPL se coloca como “um modelo de ação que combina a política horizontalista e contracultural dos novos movimentos com um maduro sentido de estratégia”. Trata-se de um modelo que obteve sucesso durante as manifestações, pois obteve uma vitória dupla ao “reduzir o custo das passagens e trazer para a centralidade do debate político a tarifa zero por meio de uma ação autônoma com uma estratégia clara” (ORTELLADO, 2013, p. 327). Dessa forma, em seu agir horizontal, respeitando os princípios democráticos que coloca a si mesmo, e ao mesmo tempo tendo êxito nos seus propósitos, o MBL deixa um importante exemplo para as ações de transformação social que se pretendam democráticas.

4.5.2 O perfil dos manifestantes: o precariado urbano

Ainda que possuísse um público notoriamente heterogêneo, pode-se destacar um perfil principal entre os manifestantes de junho de 2013. Por meio de pesquisas de dados e as análises de diversos autores, é possível concluir que o público dos protestos juninos foi composto em especial por jovens com menos de vinte e cinco anos, escolarizados e de classe média.

Segundo dados do instituto de pesquisa Datafolha, citados por Lincoln Secco e Maria da Glória Gohn, na cidade de São Paulo 53% dos manifestantes possuíam menos de vinte e

cinco anos (SECCO, 2013, p. 71; GOHN, 2014, p. 13). Em relação à escolaridade, 77% dos manifestantes tinham ensino superior (SECCO, 2013, p. 71; GOHN, 2014, p. 12). Secco ainda cita que “84% dos manifestantes paulistas no dia 17 de junho não tinham preferência partidária” e “71% participavam pela primeira vez de um protesto” (SECCO, 2013, p. 71).

Na cidade de Belo Horizonte o perfil se assemelha. Conforme dados de pesquisa do instituto Innovare Pesquisa de Mercado e Opinião, citado por Rudá Ricci e Patrick Arley, em consulta realizada no centro da cidade, na Praça Sete, a maioria dos manifestantes “era de jovens, somente 26,5% deles possuem mais de 40 anos de idade. 54,5% deles possuem menos de 25 anos” e a “escolaridade média dos entrevistados era elevada, quando comparada com a média da população brasileira: 33% possuíam curso superior e outros 32% possuíam curso superior incompleto. 20,8% eram estudantes” (RICCI; ARLEY, 2014, p. 165). Os autores mencionam ainda que os participantes obtiveram “informações sobre as manifestações através do Facebook (citado por 69,9% dos entrevistados) e outros meios disponíveis na internet (66,7% das respostas). A televisão foi citada por apenas 37,4%” (RICCI; ARLEY, 2014, p. 165). Além disso, em relação à preferência partidária “78% dos manifestantes não se identificaram com nenhum partido brasileiro” (RICCI; ARLEY, 2014, p. 166).

Sendo assim, Gohn afirma sobre as manifestações de junho de 2013 e a composição majoritária de seus participantes:

As manifestações de junho de 2013 no Brasil fazem parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias, conectados por e em redes digitais, organizados horizontalmente, críticos das formas tradicionais da política, tais como se apresentam na atualidade – especialmente os partidos e os sindicatos –, eles pregam autonomia em relação a essa forma antiga, embora alguns possam ter articulações com alguns partidos mais radicais. (GOHN, 2014, p. 12)

Quanto ao perfil socioeconômico dos manifestantes, Gohn afirma que ficou demonstrado por pesquisas de opinião “que a maioria dos participantes das manifestações era formada por jovens de camadas médias ou os ‘novos incluídos’ via mundo do consumo dada a melhoria da renda nos últimos anos” (GOHN, 2014, p. 86). A autora destaca ainda que “a população pobre, das periferias mais longínquas, pouco participou dos protestos” (GOHN, 2014, p. 86).

Por outro lado, ao contrário do que afirma Gohn, Ricci e Arley asseveram que “os incluídos’ pelo consumo não saíram às ruas de junho”, mas apesar disso, no entanto, “fizeram coro” aos protestos (RICCI; ARLEY, 2014, p. 23). Os autores mencionam que “metade dos

entrevistados possuía renda familiar abaixo de 5 salários-mínimos mensais” (RICCI; ARLEY. 2014, p. 165).

A discordância entre os autores mencionados deixa entrever um longo debate que se instaurou a respeito do perfil socioeconômico dos manifestantes. Discute-se se os participantes dos protestos eram majoritariamente da classe média “tradicional” do país, ou seja, membros das camadas de alta renda, ou se eram os novos ingressantes à classe média, isto é, aqueles que, após o crescimento econômico do país na década de 2000, passaram a integrar esse estrato econômico. Alguns denominam esse último perfil como “nova classe média”, “classe média ascendente” ou “nova classe C”.

Jessé de Souza, por exemplo, como veremos mais adiante quando discutirmos os significados políticos e filosóficos das manifestações, afirma que em 2013 a “classe média foi em massa às ruas a partir do dia 19 de junho”, tendo agido como “‘tropa de choque’ dos interesses dos endinheirados” e também pelos interesses próprios (SOUZA, 2014, p. 244). Ao mencionar a “classe média”, Souza se refere aos setores mais tradicionais da sociedade brasileira desse estrato social. Assim, se nos primeiros dias de protesto, havia “uma aliança entre estudantes e ‘batalhadores’ da classe trabalhadora precária (...), responsável por uma pauta de reivindicações em consonância com os interesses das classes populares”, após a data mencionada, o que segundo Souza é comprovado por pesquisas, a classe média tradicional passou a dominar o movimento:

No entanto, o dia 19 de junho – fato comprovado pelas pesquisas do IBOPE feitas com os manifestantes em dimensão nacional – foi um ponto de inflexão fundamental que ajuda a esclarecer a força narrativa e institucional do pacto conservador brasileiro contemporâneo. Foi a partir deste dia que as manifestações se tornaram massificadas e ganharam todo o apoio da mídia nacional, assumindo a ‘classe média verdadeira’ – os 20% mais escolarizados e de maior renda segundo a pesquisa – de modo claro e incontestado o protagonismo do movimento. (SOUZA, 2014, p. 240)

André Singer também atesta o conflito entre as duas interpretações sobre o perfil socioeconômico dos manifestantes ao afirmar que há “dois pontos de vista sobre a composição social dos acontecimentos de junho”. O primeiro ponto de vista identifica nos protestos “uma extração predominantemente de classe média, enquanto o segundo tendeu a enxergar forte presença do precariado” (SINGER, 2013, p. 27).

Ao fazer menção à expressão “precariado”, Singer se refere aos trabalhadores “em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho”

(SINGER, 2013, p. 27). Trata-se de expressão que ganhou notoriedade no Brasil especialmente com o trabalho de Ruy Braga, *A política do precariado* (cf. BRAGA, 2012). Ruy Braga designa o precariado da seguinte maneira:

... o ‘precariado’ – a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados – está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento. (BRAGA, 2013, p. 82)

Seguindo a segunda linha interpretativa mencionada por Singer, Braga enxerga os movimentos de junho de 2013 como um “autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade” (BRAGA, 2013, p. 82).

Em interpretação semelhante, David Borges argumenta que “é possível afirmar que ‘as jornadas de junho de 2013’ foram uma revolta do precariado”, pois, segundo o autor, era “patente que boa parte dos que estavam nas ruas se encaixam nessa definição” (BORGES, 2014, p. 35). Em seguida, ao mencionar Giovanni Alves, Borges define o precariado como “a camada média do proletariado urbano, constituída basicamente por adultos jovens com alto grau de escolarização e precariamente inseridos nas relações de trabalho e vida social”, ou seja, “um ‘proletariado precarizado, com altas expectativas – devido à sua alta escolarização e à juventude – mas pouca concretização dessas expectativas: empregos de baixos salários (em relação à formação que possuem)” (BORGES, 2014, pp. 34-35).

Como vimos anteriormente, o mesmo perfil de jovens escolarizados, porém submetidos à precarização das relações de trabalho pode ser observado nos protestos do Oriente Médio, Europa e Estados Unidos. É por esse motivo que Antonio Negri e Michel Hardt argumentam que “no atual ciclo de lutas, grande parcela dos ativistas sejam estudantes, trabalhadores intelectuais e aqueles que trabalham em empregos de serviços urbanos – o que alguns denominam de precariado cognitivo” (HARDT; NEGRI, 2012, pp. 84-85).

No mesmo sentido, Giuseppe Cocco afirma que nas manifestações brasileiras, assim como naquelas de Madri, Nova Iorque e Istambul, as redes de protesto “são formadas pelo trabalho imaterial: estudantes, universitários, jovens precários, imigrantes, pobres, índios”. É significativo também que “tiveram como estopim a defesa das formas de vida da multidão do trabalho metropolitano”, em razão da reivindicação pelo parque no caso turco e do protesto contra o aumento do preço da tarifa de transporte público no caso brasileiro (COCCO, 2014, p. 172).

Desse modo, assim descritas as duas interpretações sobre o perfil socioeconômico dos manifestantes mencionadas por Singer e confrontando-as com os dados apresentados no início dessa seção, é possível afirmar que a maioria das pessoas presentes era composta por jovens escolarizados com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o novo precariado urbano, e não membros da classe média alta tradicional.

4.5.3 Os polêmicos Black blocs

O Black bloc certamente foi o ator mais polêmico das manifestações de junho. Ainda que em números não muito expressivos, em especial se compararmos com o número total de manifestantes, aqueles que adotaram as táticas de protesto do Black bloc chamaram a atenção da sociedade e dos veículos de comunicação de massa por suas ações, como a quebra de vidros de bancos, vitrines de lojas e concessionárias. Gohn menciona que, assim como o MPL, o Black bloc já existia no Brasil desde antes de 2013, no entanto, foi somente com as manifestações daquele ano que ganhou “um protagonismo inédito” (GOHN, 2014, p. 45).

Seus adeptos alertam que o Black bloc não é um grupo ou um movimento, mas sim uma tática de protesto (SOLANO, 2014, p. 40; GOHN, 2014, p. 58). Ou seja, não é uma organização formal, mas uma maneira específica de se comportar nas manifestações. Segundo Esther Solano, não se trata de um “grupo fechado, rígido, inflexível”, mas de uma identidade coletiva, a qual “qualquer um pode compartilhar suas ideias” e que “se expressa no anonimato e no preto” (SOLANO, 2014, p. 89). Conforme Regina Helena e outros destacam, “parecem ser um agrupamento de indivíduos anônimos que se organizam de forma flexível, temporária e informal” (SILVA; GUEDES; JURNO; PAULA, 2014, p. 159). Gohn acrescenta que são agrupamentos pontuais que ocorrem durante as manifestações (GOHN, 2014, pp. 58-59).

Quanto à sua origem, a tática Black bloc surgiu na Alemanha ocidental na década de 1980, conforme apontam Pablo Ortellado e outros autores (ORTELLADO, 2014, p. 281; GOHN, 2014, p. 56; SILVA; GUEDES; JURNO; PAULA, 2014, p. 158; ALVIM, 2015, p. 84). Inicialmente, explica Ortellado, ela foi concebida como uma forma de autodefesa, voltada para a proteção dos manifestantes contra os excessos da repressão policial:

Os primeiros Black Blocs eram grupos informais de autodefesa dos movimentos autônomos da Alemanha ocidental nos anos 1980, os *Autonomen*. As táticas do grupo consistiam na constituição de linhas de frente para enfrentar a repressão policial e na organização de isolamento para impedir a infiltração de agitadores nas passeatas. O nome Black Bloc (“*der schwazer Block*”) era originalmente uma brincadeira que aludia ao fato de as manifestações de rua na Alemanha se

organizarem por meio de “blocos” como o verde (formado pelos ambientalistas) e o vermelho (por socialistas ligados aos sindicatos). (ORTELLADO, 2014, p. 281)

No mesmo sentido, Davis Alvim comenta que os primeiros Black blocs protegiam os autonomistas alemães, militantes que viviam de forma comunitária em ocupações de imóveis abandonados, contra as investidas policiais. Sendo assim, quer seja em ocupações ou em manifestações, “a tática aparece como estratégia de defesa daqueles que discordam do modo de vida dominante e são impedidos de se organizar de maneira autônoma. Ou seja, a tática já nasceu como autodefesa contra os ataques policiais” (ALVIM, 2015, p. 86).

No entanto, no fim da década de 1990, em Seattle, a tática Black bloc mudou de contornos, ganhando uma nova vertente. Como narra Ortellado, ao chegar nos Estados Unidos da América, por meio de artigos e livros, os adeptos da tática Black bloc em solo norte-americano optaram por “romper com a tática de bloquear as ruas e praticar resistência passiva, na tradição da desobediência civil não violenta de Gandhi e Martin Luther King Jr.” (ORTELLADO, 2014, p. 282), passando então a também destruir seletivamente a propriedade privada como forma de protesto (ORTELLADO, 2014, p. 284).

Dessa forma, como afirma Alvim, a “história da tática black bloc já contempla seus dois grandes vetores: a ação para proteção dos espaços de autonomia e a destruição de símbolos do capital” (ALVIM, 2015, p. 84). No mesmo sentido, Esther Solano adverte acerca das duas funções do Black bloc. A primeira relativa à proteção dos manifestantes e a segunda relativa à ação direta, aquela que utiliza “a violência como forma de se expressar” (SOLANO, 2014, pp. 39-40).

Segundo Ortellado, a mudança do paradigma defensivo para o ofensivo se deu em razão da percepção dos manifestantes de que as táticas de desobediência civil pacífica estavam se esgotando e perdendo a sua eficácia.

Nos anos 1960, o movimento pelos direitos civis dos negros obteve uma série de conquistas a partir da desobediência civil pacífica, cuja tática “consistia em desobedecer uma lei injusta e não reagir à violência do estado que tentava defendê-la”. Ao desobedecer as leis injustas que segregavam os negros e depois sofrer violenta repressão policial, “as imagens divulgadas pela imprensa de manifestantes de uma causa justa sofrendo a repressão violenta do estado geravam indignação da opinião pública que pressionava pelo fim da segregação” (ORTELLADO, 2014, p. 282).

Para o Black bloc de Seattle, no entanto, aquele sucesso podia ser encarado como uma exceção, uma vez que no geral, em seu entendimento, “a ausência de uma imprensa livre e

atuante impedia que as ações de desobediência não violenta tivessem impacto na opinião pública gerando efeitos políticos” (ORTELLADO, 2014, p. 284). Aos seus olhos, portanto, era necessária uma mudança quanto à antiga tática de desobediência civil pacífica.

Assim, a destruição da propriedade privada foi o meio encontrado para driblar a ausência de cobertura midiática das manifestações, possuindo como objetivos “resgatar a atenção dos meios de comunicação de massa” e “transmitir por meio dessa ação de destruição de propriedade uma mensagem de oposição à liberalização econômica e aos acordos de livre-comércio” (ORTELLADO, 2014, p. 284).

Pablo Ortellado faz a ressalva de que, no entanto, essa destruição é seletiva e não arbitrária. Por essa razão, “não podem ser alvo os pequenos comércios e as ações não podem resultar na agressão a pessoas ou a animais” (ORTELLADO, 2014, p. 285). Além do mais, como a ação de destruição não “busca causar dano econômico significativo, mas apenas demonstrar simbolicamente a insatisfação com o sistema econômico”, ela “não apenas não é violenta como é predominantemente simbólica” (ORTELLADO, 2014, p. 284).

Conforme nota Esther Solano, o Black bloc enxerga os seus próprios atos não como violência, mas sim como performance ou espetáculo, buscando se contrapor à verdadeira violência que é a violência do “sistema político que não dá respostas para a população e que mantém, por exemplo, índices altíssimos de homicídios e mortes no trânsito”. Com esse gesto em forma de “espetáculo”, pretendem “chamar a atenção para essa violência política e corporativa” (SOLANO, 2014, p. 41). Portanto, trata-se de uma “violência-espetáculo”, uma “violência comunicativa” (SOLANO, 2014, p.76).

Dessa forma, Pablo Ortellado defende que a ação dos Black bloc “deve ser entendida mais na interface da política com a arte do que da política com o crime”. Ainda que haja ilegalidade no ato de depredação, deve-se observar que “a ineficácia em causar prejuízo econômico à empresa ou ao governo” dá a “essa ação seu sentido expressivo ou estético, num entendimento ampliado” (ORTELLADO, 2014, p. 284).

Solano ainda acrescenta que a radicalização do método Black bloc também é uma resposta à inocuidade ou à impossibilidade de diálogo com o poder público, assim como na “descrença absoluta e firme nas instituições políticas do país”, mostrando-se como “única saída possível para suscitar alguma mudança e expressar um sentimento de enorme repúdio” (SOLANO, 2014, p. 59). Assim, também por essas razões, fazem uso de “uma violência performática com a intenção de provocar uma reação social e institucional”, diante de “um poder silencioso e alheio, que não atende as reivindicações feitas da forma pacífica”, ao

mesmo tempo em que exteriorizam a crença de que “os canais de diálogo convencionais são inúteis, nulos, fracassaram porque o poder não está disposto a escutar” (SOLANO, 2014, p. 78).

Solano também ressalta outro aspecto simbólico dos atos de depredação relacionado com os anteriores, consistente na denúncia da violência institucional. Enquanto violências menores, os atos contra a propriedade chamariam a atenção por sua assimetria e desproporcionalidade em relação à violência real e maior cometida pelo Estado:

A argumentação está clara. Uma violência ‘minúscula’ como revanche a uma violência ‘maiuscula’. Segundo eles, o vandalismo simbólico da tática responde a outro muito maior, o legitimado, o institucional, aquele com o qual somos forçados a conviver. Muitos me disseram que sua ação radical nos protestos buscava chamar ao debate sobre as múltiplas agressões do sistema, as cotidianas, por isso, invisíveis e por isso mais perversas. Deixaram sempre claro esse ponto de sua ideologia. Os crimes de estado, do sistema, representam a violência real. A violência realizada pela tática é uma forma subversiva de chamar a atenção sobre aquela cometida pelo sistema. (SOLANO, 2014, p. 105)

Quanto ao objetivo de atrair os olhares da mídia a partir dos atos de depredação, pode-se dizer que, certamente, ele foi alcançado, uma vez que “a espetacularização dos acontecimentos por parte da imprensa é evidente” (SOLANO, 2014, pp. 41-42). Como notam Hardt e Negri, ao comentarem sobre a presença do Black bloc e sua relação com a mídia nas manifestações de Seattle de 1999, há certa cumplicidade entre aqueles grupos que cometem atos de depredação e a mídia:

Muitos manifestantes têm-se queixado de que a violência de uns poucos incita a polícia, monopoliza as manchetes e eclipsa as mensagens de muitos, além de criar divisões entre os manifestantes. Isto certamente é verdade, mas devemos reconhecer que, infelizmente, os meios de comunicação voltam sua atenção para os protestos por causa da violência. Sem violência eles não têm matéria. Existe uma espécie de cumplicidade objetiva entre a mídia e os pequenos grupos de manifestantes que destroem propriedades e procuram entrar em confronto com a polícia. A atenção dos meios de comunicação assim obtida é, na melhor das hipóteses, uma faca de dois gumes. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 363).

Esther Solano também destaca essa relação simbiótica entre mídia e Black bloc. Se a tática de depredação utiliza a mídia para passar sua mensagem, a imprensa também acaba “utilizando o Black Bloc, muitas vezes, política e comercialmente”, uma vez que “o show violento também aumenta a audiência”, existindo, portanto, um “jogo perigoso em que se utiliza a violência como moeda de troca contínua” (SOLANO, 2014, pp. 78-79).

Por outro lado, se o propósito de cativar a atenção midiática é atingido, não se pode dizer o mesmo quanto ao objetivo de transmitir mensagens políticas de protesto por meio dos atos de depredação. Com suas polêmicas ações, o Black bloc acabou atraindo a crítica e o ódio não só da mídia, mas de amplos setores da sociedade, partidos políticos, sindicatos, manifestantes e, inclusive, de ativistas que compartilham o pensamento anticapitalista com os adeptos da tática.

As depredações de propriedades não foram vistas pela maioria como um gesto político, simbólico, revolucionário, ou estético-político, mas sim como simples ato de vandalismo. Foram poucos aqueles que enxergaram esses atos como críticos ao Estado ou ao modo de produção capitalista. Para a maioria das pessoas, soaram mais como baderna, arruaça e algazarra do que fruto de alguma reflexão política consistente. Alguns manifestantes ainda acusavam o Black bloc de afastar os manifestantes das ruas. Ao mesmo tempo em que a mídia “partiu para a criminalização: vândalos, mascarados e outros adjetivos passaram a nominá-los”, pesquisa do Datafolha indicava a reprovação de ampla margem da sociedade (GOHN, 2014, p. 56).

Gohn menciona que os críticos dos Black blocs argumentam que suas ações não traziam consigo nenhuma causa, utopia ou direitos. Além de não levar a lugar algum, acabariam na verdade reforçando o sistema ao invés de miná-lo (GOHN, 2014, p. 61). O cientista político Marco Aurélio Nogueira, por exemplo, caracteriza as orientações dos Black bloc como “individualizantes, contrárias à política e à institucionalidade e dispostas ao confronto em nome de uma ‘violência simbólica’ que somente gera caos e desorganização” (NOGUEIRA, 2013, p. 51). Numa crítica virulenta, o autor ainda completa:

Caso diferente, mas nem por isso merecedor de aplausos, é o dos black blocs. O que fazer com eles? Não são de esquerda, agem com táticas fascistas, infiltram-se sibilinamente no meio das multidões para desmoralizá-las. Dizem-se libertários, anarquistas, mas sabem pouco sobre a gloriosa história dos anarquistas. Resignificam seus símbolos e seu discurso porque precisam de uma identidade, com a qual paradoxalmente não se identificam de verdade. Justificam-se dizendo que atacam símbolos e ícones do sistema, do capital que oprime a humanidade. Afirmam que seus alvos são multinacionais e adjacências, empresas que provocam separação de classes, evidenciam o preconceito e elevam a falta de respeito entre as pessoas. Juram que não querem agredir, mas sim proteger a multidão, defender a liberdade e a justiça. Acreditam no livre arbítrio, na linha de que “cada um tem seu propósito no mundo e não pode ser julgado por ninguém”. Lutam pelo que acham certo, com o intuito de dar mais voz e expressão aos movimentos. Podem gerar alguma admiração, mas o que sobra de suas ações é péssimo para a democracia e a reforma social. “Ações diretas”, agressões e violência localizada não produzem política, excitam os autoritários e terminam por fazer com que as massas se fechem e se posicionem contra manifestações. (NOGUEIRA, 2013, p. 103)

Aproximando-se dessa visão, Bruno Paes Manso comenta:

Os adeptos da tática Black Bloc que passaram a engrossar os protestos queriam colocar seu ódio nas ruas. Mais do que ligada a uma estratégia política como a do MPL, que provocou a queda das tarifas dos ônibus, a segunda geração dos adeptos da tática Black Bloc parecia, acima de tudo, interessada em apavorar o sistema. Ações emocionais e impensadas, que acabaram se esvaziando com o tempo por revelar uma violência sem foco político, expulsaram muita gente das ruas nos meses que viriam. (PAES MANSO, 2014, p. 184).

Luiz Carlos Maciel vê na ação do grupo um “romantismo juvenil”, acompanhado de um “anarquismo intuitivo”, que possui uma psicologia atrativa para os jovens por exigir a coragem como valor, envolvendo o perigo, a aventura, o irracionalismo, a sensibilidade e o espírito imaginativo (CARLOS MACIEL, 2014, p. 370). Há ainda quem ainda afirme que os Black blocs são “meninada malcriada”, adeptos de uma “pseudo ideologia anarquista” (FAWCETT, 2014, p. 193), além de “mediócrs oportunistas que se parecem com torcidas organizadas e, como elas, são parasitas da impunidade baderneira” (FAWCETT, 2014, p. 195).

Em contraponto, apesar de reconhecer que “são pertinentes as dúvidas se sua mensagem está sendo efetivamente recebida pelo público e se a tática facilita a infiltração de provocadores e afasta simpatizantes da causa”, Pablo Ortellado defende que a ação do Black bloc “não é arbitrária, nem irracional”. Os jovens que fazem uso da tática devem ser “tratados como atores políticos consequentes” (ORTELLADO, 2014, pp. 286-287). O autor entende ainda que o conceito de desobediência civil necessita ser estendido para englobar também a depredação seletiva da propriedade privada, incluindo o Black bloc na tradição da não violência e posicionando-se contra as acusações de “violentos” que são dirigidas contra essa tática, afinal essas críticas se baseiam num equívoco segundo o qual “um ato de desobediência civil (a destruição de propriedade) se torna equivalente à agressão de pessoas” (ORTELLADO, 2014, p. 286).

Adriano Pilatti faz também a ressalva de que as ações do Black bloc devam ser compreendidas no âmbito da autodefesa, como direito de resistência “contra a agressão ilegítima, inclusive a proveniente de agentes do Estado”. Pode ser verificada no exercício da prática Black bloc, portanto, uma expressão de legítima defesa contra os excessos cometidos pela ação da polícia (PILLATI, 2014, p. 43).

Convergindo com Ortellado e Cocco, Bruno Cava salienta que o “principal fator para a violência é a presença do estado, e não a falta dele”, considerando que “a polícia ataca

indiscriminadamente quem quer que esteja na rua, uma vez decidida a dispersão do protesto” (CAVA, 2013, p. 143). Cava contraria a comum afirmação de que haveria um “confronto entre polícia e ‘black blocs’”, pois, na verdade, o que se sucedeu foi “um esmagamento sistemático das manifestações por uma força superviolenta e superarmada, que dirige sua brutalidade contra manifestantes de rua” (CAVA, 2013, p. 144). O autor complementa, ainda explicitando a relação entre as depredações com a violência policial, ao afirmar que a grande maioria delas ocorre depois que a polícia dispersa os manifestantes de forma violenta:

Em segundo lugar, a grande maioria das depredações de patrimônio acontece no momento da dispersão. O caos se instala exatamente quando a manifestação é atacada com gás, bombas, tiros de borracha e choques elétricos. É a polícia quem produz o caos, e depois o utiliza para justificar a sua própria violência sem limites. Começa o deus-nos-acuda e todos os mecanismos internos de autocontrole da manifestação perdem a eficácia. Alguns manifestantes completamente indignados com a situação repassam a violência sofrida aos alvos mais visados: vidraças de agências bancárias, ônibus e seus pontos, fachadas de casas legislativas. (CAVA, 2013, p. 144)

Nesse cenário, há, portanto, como destacam Regina Helena e outros, “um conflito discursivo: o discurso midiático e dos representantes do Estado (incluindo a polícia), acerca dos atos de vandalismo e violência”, que é confrontado por outros que “ressignificam esses mesmos atos como forma legítima de atuação política” (SILVA; GUEDES; JURNO; PAULA, 2014, p. 142). Entretanto, na disputa narrativa e ideológica entre violência ou legítima defesa, entre vândalos ou agentes políticos legítimos, o fato é que as ações do Black bloc foram muito mal recebidas de forma geral pela sociedade e acabaram por perder essa “batalha” de sentidos. Como afirma Solano, “quando a população vê o vidro quebrado não pensa nas ‘outras violências do estado que são as que importam...’. Está claro que se a ideia era passar essa mensagem, a mensagem não chegou.” (SOLANO, 2014, p. 106).

Dessa forma, as manifestações com a presença de Black blocs foram progressivamente se esvaziando entre a segunda metade do ano de 2013 até o ano seguinte. Em fevereiro de 2014, um cinegrafista de uma emissora morreu enquanto cobria protestos no Rio de Janeiro ao ser atingido por um rojão atirado por um manifestante. Como aponta Bruno Paes Manso, esse caso, além de outros excessos nos protestos, foi aproveitado pelo governo e pelas forças de segurança “para criminalizar a ação dos manifestantes”. Assim, a “violência expressionista” foi se tornando monótona e a tática foi se enfraquecendo até a Copa do Mundo, em junho de 2014, quando “o desgaste se mostrou evidente” (PAES MANSO, 2014, p. 185). O autor também é acompanhado por Solano, quando ela afirma que houve um “recolhimento da tática

depois da Copa do Mundo”, em especial após ocorrerem várias prisões, o que obrigou os adeptos da tática a se retirarem (SOLANO, 2014, p. 129).

Em razão da dificuldade de passarem as suas mensagens, advinda da sua derrota no campo ideológico da disputa de significados sobre suas ações, ao final a tática Black bloc parece ter ativado ainda mais o poder instituído e suas forças de repressão do que efetivamente ter trazido alguma transformação social. No começo de 2014, por exemplo, a Polícia Militar paulista “adquiriu 14 caminhões blindados também denominados de ‘blindado antimanifestante’”, usados “há mais de duas décadas na Europa para controle de ‘distúrbios sociais’” (GOHN, 2014, p. 63). Portanto, verificou-se, após grande atenção midiática, um declínio da tática nos anos que se seguiram a 2013.

4.5.5 A atuação virtual dos Anonymous

O coletivo virtual Anonymous, ainda que sem a mesma notoriedade do MPL e do Black bloc, também teve certa projeção relevante nas manifestações de junho de 2013. Maria da Glória Gohn afirma que, apesar de sua importância em exercer o papel de articulação das manifestações, “a forte presença do Anonymous na divulgação dos protestos não era perceptível à maioria da população que saiu às ruas em junho” (GOHN, 2014, p. 55). De qualquer forma, a autora salienta que o movimento exerceu forte presença em junho de 2013, o que atesta a participação de “grupos internacionais do ativismo digital no protesto” (GOHN, 2014, p.51).

Segundo a autora, o Anonymous é um “grupo formado por centenas de coletivos, criados nos Estados Unidos na primeira década deste século”, tendo ganhado atenção da mídia “em 2010 quando realizou um cerco cibernético às empresas que atuaram contra o WikiLeaks, site de denúncias criado por Julian Assange” (GOHN, 2014, p. 52). Nessa ocasião, colaboraram para a manutenção do projeto de Assange, cujo objetivo consiste em “tornar transparente todas as armações de governos e corporações mundo à fora” (MALINI; AUTOUN, 2013, p. 202).

Citando o trabalho de Brian Knappenberger no documentário *We are Legion – The History of the Hacktivists*, Gohn acrescenta que “a defesa radical da liberdade de expressão e o acesso livre às informações são bandeiras centrais dos inúmeros coletivos que compõem o Anonymous”, que se articulam em forma de rede descentralizada e questionam “o sistema de representação política e a forma como ocorre esta participação política”. Essa lógica

articulatória “difere completamente da lógica que impera no *status quo* ou na organização de grupos de oposição da esquerda” (GOHN, 2014, pp. 54-55).

Gohn ressalta que o Anonymous foi ganhando uma face cada vez mais politizada a partir do ano de 2011, quando colaborou com a Primavera Árabe e o *Occupy Wall Street*, assumindo “uma militância política que se aliou ao ativismo da cibercultura” (GOHN, 2014, p. 53). A partir de ações praticadas principalmente no ambiente virtual, o Anonymous tem se destacado por uma militância anônima nas redes e por sua marca registrada, a máscara de Guy Fawkes:

O Anonymous assumiu causas populares e disseminou suas ações entre os jovens, influenciando movimentos como *Occupy Wall Street*, a Primavera Árabe e o combate internacional à censura na internet. Eles usam as redes e tecnologias digitais para participações diretas. Algumas dessas redes são parte das marchas e ocupações a exemplos de alguns ativistas do Anonymous que participaram em 2011 de operações contra os governos da Tunísia e do Egito, durante a Primavera Árabe. Um destaque desse grupo é que a maioria deles esconde sua identidade, ao contrário de lideranças dos chamados novos movimentos sociais das últimas décadas do século XX que se firmavam pela explicitação e defesa de sua identidade. O grupo tem como marca uma máscara inspirada em Guy Fawkes, um soldado católico que, em 05/11/1605, tentou explodir o Parlamento inglês no levante ‘Conspiração da Pólvora’. A máscara foi popularizada pelo filme *V de Vingança* e a HQ. (GOHN, 2014, p. 52).

Fábio Malini e Henrique Antoun também ressaltam a conexão entre a proposta do Anonymous e o espírito das manifestações do último ciclo global de lutas:

Os Anônimos impedem que as mídias se calem sobre os acontecimentos que interessam às populações e hoje vazam abundantemente na Internet através do Wikileaks. Deste modo, a associação do vazamento dos documentos oficiais aliado à guerra de atenção dos Anônimos fizeram renascer o poder da verdade como fonte da libertação política. Da Praça Tahir egípcia ao Acampamento do Sol espanhol, as lutas de libertação renascem impulsionadas pelo combustível da verdade. Os Anônimos fazem parte desta profunda transformação da política do século XXI. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 175)

Por sua vez, Regina Helena e outros afirmam que a “ação dos integrantes se dá anonimamente na internet, principalmente por meio de hacktivismo, difundindo informações não divulgadas pelos meios de comunicação”. Acrescentando ainda que a máscara serve para que “os atuantes se possam reconhecer como membros, ainda que se mantenham anônimos durante as manifestações” (SILVA; GUEDES; JURNO; PAULA, 2014, p. 160). Por último, os autores aproximam e distinguem as características do Anonymous em relação aos Black blocs:

Esses dois ‘grupos’ corporalizam, nas manifestações, formas identitárias através das máscaras: vestem-se de negro com as caras cobertas e usam a máscara V. Essa questão das máscaras, por si só, ocasiona um conflito entre os dois ‘grupos’: os Black Bloc procuram não mostrar os rostos e passar uma ideia de união ou homogeneidade através do anonimato e os Anonymous destacam um herói do cinema. (SILVA; GUEDES; JURNO; PAULA, 2014, p. 162)

No Brasil de junho de 2013, popularizou-se à época das manifestações um vídeo assinado pela Anonymous Brasil, onde um suposto adepto do movimento expunha cinco causas para os protestos. A maioria possuía um cunho mais moralizante do que propriamente político e efetivamente transformador. Dentre as medidas, reivindicava-se uma lei para tornar a corrupção um crime hediondo, a saída do então senador Renan Calheiros da presidência do Congresso Nacional, a recusa da PEC 37, investigação dos envolvidos nas construções dos estádios da Copa das Confederações e da Copa do Mundo e o fim do foro privilegiado para políticos. Para David Gonçalves Borges, algumas dessas causas “foram obviamente redigidas às pressas ou com fins pouco louváveis – o fim do foro privilegiado, por exemplo, poderia vir a beneficiar a classe política, e não o contrário”, uma vez que esse instituto “limita as possibilidades de apelação, fazendo com que políticos condenados não possam recorrer do julgamento da mesma forma que fariam caso ele não existisse” (BORGES, 2015, p. 31).

Num segundo momento das manifestações de junho, conforme narra Gohn, quando começou a imperar um ciclo de violência nas ruas, o Anonymous, assim como o Black bloc, “passou a ficar isolado” (GOHN, 2014, p. 55). Após os eventos de junho, o movimento não voltaria a ter o mesmo impacto social então demonstrado em junho, que já não havia sido tão relevante, especialmente se o compararmos com a repercussão do MPL ou dos Black blocs.

4.6 Três sentidos possíveis para as manifestações de junho

Nas subseções que se seguem, serão apresentadas três maneiras possíveis de se interpretar as manifestações de junho de 2013. Como se trata de um fenômeno complexo e heterogêneo, a divisão feita dessa forma tem apenas o propósito didático de facilitar a compreensão do objeto estudado, ainda que sob o preço de reduzir em parte as variadas nuances das manifestações.

Optou-se por analisar os três sentidos que predominaram nas interpretações em geral de trabalhos acadêmicos sobre os protestos de junho. Por essa razão, não serão incluídos trabalhos que leem as jornadas de junho sob a ótica marxista, como no livro *Jornadas de junho: revolta popular em debate*, organizado por Plínio de Arruda Sampaio (cf. SAMPAIO,

2014), ou sob a ótica anarquista, como no livro *Pensamentos e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes do capitalismo no século XXI*, organizado por Andrey Cordeiro Ferreira (cf. FERREIRA, 2016). São correntes que poderiam ser classificadas como revolucionárias tradicionais típicas do século XIX e XX. Entretanto, ainda que relevantes do ponto de vista teórico e também para o desenrolar das manifestações, tendo em vista a participação de grupos dessas tendências ideológicas, as referidas correntes acabaram sendo análises minoritárias do objeto aqui estudado, além de se constituírem mais como desenvolvimentos dessas próprias tendências de pensamento do que propriamente reveladoras de alguma novidade em relação ao fenômeno das manifestações em si.

Desse modo, chegou-se aos três sentidos aqui analisados: o conservador, o reformista e o revolucionário. Note-se que cada um dos sentidos apresentados possui um determinado modo de encarar o problema da representação política. Em seus discursos e práticas, os manifestantes brasileiros de junho de 2013 dão diferentes respostas ao problema da democracia e da representação. Não se tem aqui a pretensão de interpretar as Jornadas de Junho de 2013, tal como se houvesse um sentido unívoco por trás dos protestos. O que se quer é analisar o fenômeno em sua complexidade, demonstrando os vários sentidos possíveis por meios dos quais ele se mostrou e de que modo esses sentidos se relacionam com a questão da democracia e da representação, seja superdimensionando a representação de forma autoritária, seja acreditando em sua reformulação ou, por fim, seja buscando superá-la de forma radical.

Cada sentido revela formas diferentes de se conceber o motivo da revolta, perspectivas distintas em relação ao problema do instituto da representação política e projetos políticos diversos. Não sem razão, André Singer comenta que as manifestações acabaram sendo uma espécie de Jornadas de “Junho”, considerando que tamanha era a heterogeneidade social no plano das propostas, indo “desde o ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo”, que todo tipo de imputação do seu sentido ideológico poderia ser feito e assim cada um podia ver “nas nuvens levantadas nas ruas a forma de uma deusa diferente” (SINGER, 2013, p. 32).

Sendo assim, no primeiro sentido, que chamamos de conservador, os autores realçam as tendências reacionárias, profascistas, o nacionalismo exacerbado e o culto à ordem, assim como as manifestações de ódio e violência dos protestos. Características que eles atribuem aos setores da chamada classe média alta brasileira presente nos protestos. Aqui, a resolução do problema da crise de representação para essa parcela dos manifestantes aponta para uma

centralização e unificação do poder ainda mais extrema que a atual, evocando as ideias de nação, de ordem e, em último caso, de ditadura militar.

Por outro lado, contrariamente ao primeiro ponto de vista, o segundo sentido que se destaca nas diversas interpretações sobre junho de 2013 ressalta seu caráter positivo e democrático. Nessa visão, fundamentada em geral nos teóricos do modelo do Estado Democrático de Direito, os protestos indicam o surgimento de uma cidadania ativa e a possibilidade dos poderes instituídos recuperarem sua legitimidade por meio do diálogo com a sociedade, priorizando políticas de democracia participativa ao criar canais de participação visando à inclusão plural dos grupos sociais nos processos decisórios coletivos da esfera estatal, assim como a melhoria dos serviços públicos e a efetivação dos direitos sociais. Reconhecem a crise de representação e o avanço antidemocrático das forças econômicas no desmantelamento dos direitos e garantias fundamentais, porém enxergam que a saída desse cenário está nas próprias instituições hoje existentes.

No terceiro e último sentido, que se opõe às tendências conservadoras e reformistas (ainda que em alguns pontos dialogue com esta), as Jornadas de Junho de 2013 representaram um movimento crítico e de oposição ao Estado e ao modo de produção capitalista, afirmando diversas lutas por uma democracia radical. Em geral, os intérpretes desse sentido apontam que os manifestantes não acreditam numa reforma da representação política, mas antes reivindicam para si próprios e para a sociedade como um todo a sua capacidade de auto-organização contra as estruturas hierárquicas estatais e do mercado. Nesse sentido, os manifestantes não denunciam uma “crise de representação”. Mais do que isso, anunciam que a representação é a própria crise, na medida em que aliena o poder político das pessoas e o concentra em organismos que se voltam contra elas.

Naturalmente, poderiam ter sido apontados outros sentidos como aqueles já mencionados ao falarmos da presença de marxistas e de anarquistas no protesto. Também seria possível adotar outra classificação, como, por exemplo, aquela de Wallace dos Santos de Moraes, que apresentou cinco matrizes teóricas diferentes para explicar a manifestação: a governista, a ultraliberal, a reformista, a fascista e a revolucionária (cf. MORAES, 2015). Mas são, entretanto, apenas formas de abordagem distintas que enfatizam esta ou aquela característica.

Por último, vale ressaltar que, como argumenta Žižek, para se “entender os protestos”, devemos ter em mente que há uma luta tanto epistemológica, “com jornalistas e teóricos tentando explicar seu ‘real’ conteúdo”, assim como uma luta ontológica “pela própria coisa, o

que está acontecendo dentro dos próprios protestos” (ŽIŽEK, 2014, p. 31). Dessa forma, pode-se dizer também que decifrar os protestos de junho é um processo político ainda em andamento. Por ser um processo político, dificilmente poderemos dizer o que a manifestação efetivamente foi de forma indiscutível. Seus intérpretes acabam projetando em seus olhares os vieses de suas preferências. Assim, como veremos, um detrator das jornadas poderá realçar os aspectos antidemocráticos presentes em alguns manifestantes. Em contrapartida, um entusiasta do Estado Democrático de Direito provavelmente valorizará elementos que lhe possibilitem pensar a melhoria da representação política e da atuação estatal. Por sua vez, um teórico revolucionário ressaltará os aspectos anticapitalistas e anti-institucionais do movimento. De qualquer forma, ao mostrar os seus diferentes sentidos, procurou-se, na medida do possível, manter certa fidelidade ao evento.

4.6.1 Junho como movimento conservador da classe média

No texto *Veinticuatro notas sobre los usos de la palabra pueblo*, Alain Badiou analisa os diferentes usos do vocábulo “povo”. Como se trata de uma palavra cujo significado adquire diferentes contornos a depender da situação na qual esta sendo utilizada, é sempre necessária uma análise cuidadosa sobre o seu uso. O termo “povo” pode ser usado no contexto de uma luta coletiva por uma nova vida, relacionando-se com a emancipação e a ruptura com tradições opressoras, assim como também, por outro lado, pode ser apropriado por movimentos conservadores, normalmente quando “povo” se relaciona a movimentos identitários ultranacionalistas (cf. BADIOU, 2014).

Dessa forma, a reflexão de Badiou nos fornece um ponto de partida interessante para pensarmos as Jornadas de Junho de 2013. Quando se afirmou que o “povo brasileiro estava nas ruas” e que “o povo brasileiro acordou”, a quem o vocábulo “povo” realmente se referia? O uso reiterado dos símbolos nacionais, como a bandeira e o hino brasileiros, evocava um nacionalismo emancipador, como tantas vezes o foi no caso das lutas anticolonialistas, ou simplesmente teve como intuito homogeneizar autoritariamente pautas plurais sob o signo de uma bandeira única? Quem estava nas ruas em junho de 2013 era uma abstração unitária e ficcional do povo traduzida num suposto “interesse nacional”? Era um amontoado passivo de pessoas esperando ser utilizado como massa de manobra nas mãos de interesses privados, partidários ou ideológicos? Ou era o povo heterogêneo que se constitui como sujeito político

apenas no momento de sua luta imanente, impossível de ser apropriado por ideologias ou ficções jurídicas unificantes?

O mencionado autor francês introduz ainda um conceito de “povo” ligado à classe média, a parcela da população que se constituiria como “povo oficial”, isto é, um conjunto de pessoas cuja existência é reconhecida pelo Estado à margem da massa de pobres excluídos considerada inexistente. O povo oficial seria formado por uma mistura de aristocracia hereditária e de novos ricos, recebendo o nome de “classe média”. Segundo Badiou, as classes médias são o povo das oligarquias capitalistas, formado pelo conjunto das pessoas em geral satisfeitas que dão legitimidade a este sistema (BADIOU, 2014, pp. 18-19).

As interpretações de Jessé de Souza e de Leonardo Avritzer acerca do fenômeno das Jornadas de Junho parecem convergir com a descrição da classe média como povo oficial feita por Badiou (cf. AVRITZER, 2016; SOUZA, 2015). Segundo os dois autores, as Jornadas de Junho representaram o marco oficial da ascensão de um novo movimento conservador da classe média brasileira, cujo objetivo por trás das indignadas palavras de ordem contra a corrupção na verdade consistia na retomada de privilégios de classe que sofreram certo abalo após alguns anos de um realinhamento social e político vivenciado no nosso país em sua história recente.

Antes de analisarmos propriamente a relação entre a classe média e os protestos de junho, pontuaremos alguns aspectos históricos importantes sobre a conformação da classe média brasileira. Como destaca Leonardo Avritzer, em razão da escravidão e do modo como se deu nossa urbanização, a classe média brasileira teve uma formação histórico-social atípica. Isto porque a escravidão “criou um excedente de mão de obra e, ao mesmo tempo, uma concepção negativa do trabalho entre a elite no país”. Quando ela foi abolida, não houve uma distribuição de terras aos antigos escravos, que, ao migrar para as grandes cidades, geraram “um exército de trabalhadores pouco qualificados”. Esse processo constituiu uma elite que se definia pela posse da terra e outros grupos que não se integravam às estruturas produtivas do campo ou da cidade, ou o faziam de modo precário. Entre os dois grupos, surge uma classe média composta por profissionais liberais que “tinham uma proximidade muito grande com a elite rural” e “assimilaram um conjunto de seus hábitos, entre os quais, a utilização intensiva do trabalho pouco qualificado”. Assim, o excedente de mão de obra pouco qualificada e barata foi desde sempre empregado tanto pela elite quanto pela classe média como trabalhadores domésticos (AVRITZER, 2015, pp. 98-99). Há, portanto, uma classe

média que adota certos hábitos da elite do país, identificando-se com ela e emulando seus comportamentos.

Contemporaneamente, observamos nos últimos anos alterações, mesmo que tímidas, nesse cenário. O combate à pobreza, as políticas de inclusão social e programas de transferência de renda levadas a cabo pelo PT no âmbito do governo federal, a partir da década de 2000, ainda que não tivessem sido suficientes para alterar substancialmente as estruturas socioeconômicas extremamente desiguais do Brasil, teriam provocado certo reordenamento social. Esse reordenamento, por sua vez, gerou um sentimento de desprestígio político e uma sensação de perda do *status* social nos setores da classe média tradicional brasileira, que se passara a se ver mais próximos em relação às camadas populares. Muitos pobres ascenderam social e economicamente, tornando-se o que muitos vieram a chamar de “nova classe média”.

Após essas mudanças, a classe média tradicional foi forçada a conviver em espaços sociais antes não compartilhados com pessoas desta classe popular em ascensão (aeroportos, *shopping centers* e hotéis), isto é, a “nova classe média”. Da mesma forma, o acesso à educação pública superior, que antes era reservado à classe média tradicional, tornou-se mais competitivo e os serviços privados de saúde também aumentaram seu custo. Igualmente, o preço dos serviços domésticos aumentou, em razão da redução da desigualdade, da regulação trabalhista do trabalho das domésticas e da consequente mobilidade no mercado de trabalho. O que inviabilizou parte da classe média, antes grande consumidora deste tipo de serviço, a continuar contratando mão de obra barata para o trabalho doméstico. Além dos já mencionados aspectos sociais e econômicos, a classe média também diminuiu sua representação no eleitorado total, perdendo parte de sua força política (AVRITZER, 2016, pp. 97-107). Assim, resume Angela Alongo, esse “processo perturbou a representação simbólica da hierarquia social, ao tornar menos eficazes seus princípios organizadores (renda, escolaridade, raça)” (ALONSO, 2017, p. 57).

Ainda que haja divergência entre os dois autores acerca da interpretação quanto ao grau de importância e da profundidade dessas mudanças nas relações sociais brasileiras⁴,

⁴ Jessé de Souza utiliza a expressão “reformismo fraco” para designar as mudanças tímidas e pequenas na sociedade brasileiro na década de 2000 (SOUZA, 2015, p. 246). Esse período é chamado por autores como André Singer, ao qual Souza faz referência, de “lulismo”. Ele se caracterizaria pela escolha de um pacto conservador e de reforma gradual que mantém intacta a ordem (ainda que existam importantes medidas relacionadas à redução da miséria e da pobreza), sob a liderança da figura carismática do ex-presidente Lula (cf. SINGER, 2012). Por outro lado, Avritzer considera que houve não só uma redução da desigualdade, mas como também a alteração de um padrão secular de integração e exclusão do mercado brasileiro (AVRITZER, 2016, p. 103)

ambos argumentam que a classe média brasileira não aceitou a recente alteração do panorama social, de forma que tem crescido a adesão a um discurso conservador com vistas à restauração de privilégios socioeconômicos e políticos perdidos. Segundo esses autores, as manifestações de junho teriam marcado justamente o ponto de inflexão a partir do qual as classes médias tradicionais voltam às ruas e o conservadorismo passa a ganhar mais força, retornando de forma central ao cenário político brasileiro e demonstrando sua capacidade de mobilização política. Para Jessé de Souza, o legado das “primaveras brasileiras” teria sido tão somente o marco inicial de uma guinada conservadora (SOUZA, 2015, p. 245).

Por este motivo, os autores fazem duras críticas às Jornadas de Junho de 2013. Reconhecem que, apesar de no início o movimento ter contado com a participação de estudantes e de classes populares em conjunto com setores da classe média a partir da reivindicação de pautas progressistas, posteriormente houve predomínio do pensamento conservador de classe média e da mídia televisiva tradicional, que passaram a exercer o papel de protagonistas. As demandas pela melhoria do transporte público coletivo, pela crítica à violência policial deram lugar a um vazio discurso moralista contra a corrupção. Jessé Souza assim pontua:

A classe média que foi em massa às ruas a partir do dia 19 de junho e que foi a responsável pela mudança de pauta das demandas por melhor transporte, escolas e saúde, típicas das classes populares, em favor das suas demandas centralizadas nas denúncias de corrupção – sempre estatal e personalizada –, na verdade agiu tanto como ‘tropa de choque’ dos interesses dos endinheirados quanto em interesses próprios. O tema da corrupção, lá longe em Brasília, ajuda a reproduzir também seus próprios privilégios de classe. Para uma classe social, como a classe média brasileira, que explora os excluídos sociais em serviços domésticos que lhe permitem poupar tempo livre para incorporar ainda mais conhecimento e capital cultural para reprodução indefinida de seus privilégios – enquanto condena os excluídos à reprodução de sua própria miséria –, e que pode ‘posar de humana, corajosa e virtuosa, ao sair às ruas para condenar sempre um ‘outro’ que não nós mesmos. O privilégio, afinal, precisa ser justificado ou tornado invisível para se reproduzir (SOUZA, 2015, p. 244)

Várias pessoas expressaram sua indignação contra o governo e os partidos políticos por meio do patriotismo exacerbado e do moralismo da genérica pauta contra a corrupção, exigindo uma limpeza moral do país. As pautas populares do início das manifestações de junho de 2013 foram sendo substituídas no seu decorrer pelo discurso unificado da pauta anticorrupção. Segundo Jessé de Souza, esse discurso é um moralismo de fachada. Por meio de uma idealização da virtude, busca-se uma narrativa heroica e patriótica que traduza uma “vontade geral”. Todavia, essa tentativa não passa de um engodo autoritário, pois é uma

maneira de “transformar interesses mais privados em supostos interesses universais” (SOUZA, 2015, p. 256-257).

Os desejos de reaver certos privilégios do consumo são mascarados pela pauta contra a corrupção, levada a cabo pelo “povo brasileiro”. Discursos privados e antipopulares são cobertos pela bandeira nacional e passam a representar o “interesse da nação”. De modo seletivo, fala-se tão somente da corrupção praticada pelo PT e se esquece, propositalmente, de outros casos (a corrupção dos outros partidos e a corrupção de agentes privados do mercado), tornando central a crítica ao governo federal, em detrimento da agenda inicial das Jornadas de Junho, que era mais aberta (AVRITZER, 2016, p. 75). Assim, concluindo seu raciocínio, Avritzer afirma que, em junho, a crítica ao governo petista acabou se transformando em uma crítica à democracia e ao projeto de inclusão social (AVRITZER, 2016, p. 22).

Esta mudança de uma agenda mais aberta por um discurso unitário do “interesse nacional” é marcada simbolicamente pelos atos dos manifestantes conservadores de São Paulo, no dia 17 de junho de 2013, quando alguns deles tentaram proibir o uso de bandeiras de partidos na manifestação, evidenciando “uma passagem da pluralização para a polarização, que se mantém até hoje no país” (AVRITZER, 2016, p. 72). De apartidária, a manifestação se transforma em antipartidária, traduzida no lema “Meu partido é o Brasil!”, que para muitos autores, conforme veremos, consiste numa negação da política institucional baseada num discurso protofascista. Este pensamento alcança o seu ápice em 2015 e em 2016, quando nos protestos pelo *impeachment* alguns manifestantes defendiam a intervenção militar para que o exército promovesse uma “limpeza moral” na política, ignorando a corrupção existente no período da ditadura militar brasileira⁵.

Sávio Cavalcante, no mesmo sentido do entendimento de Avritzer e Souza, também destaca o aspecto conservador da alta classe média das manifestações de junho e um crescimento do conservadorismo no Brasil. Para o autor ocorreu uma “formação e radicalização de grupos liberais e/ou conservadores com presença marcante da classe média nos protestos de rua de 2013 e, principalmente, de 2015” (cf. CAVALCANTE, 2015). Igualmente, Luciana Tatagiba, Thiago Trindade e Ana Claudia Chaves Teixeira ressaltam o crescimento dos protestos de direita no Brasil a partir do ano de 2007 até 2015. Eles incluem

⁵ Embora seja difícil apurar o nível de corrupção do regime autoritário, Avritzer aponta que os principais padrões de corrupção atuais foram estabelecidos neste período, como as grandes obras públicas combinadas com empreiteiras, envolvendo desvio de valores substanciais (AVRITZER, 2015, p. 17). Pode-se dizer, portanto, que os civis substituem os militares no poder e depois os partidos políticos se alternaram algumas vezes, contudo certas oligarquias nacionais, como a de grandes empreiteiras, permanecem continuamente ligadas ao poder, o que ficou demonstrado pelo mais recente caso de corrupção nacional, o “Petrolão”.

os protestos de 2013 como “eventos de protesto à direita” que vem desafiando a hegemonia da esquerda brasileira nos protestos de rua (TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015, p. 199).

As interpretações de Marilena Chauí cujo pensamento possui grande repercussão nacional, também convergiram no sentido exposto acima. Suas críticas aos protestos de junho tiveram grande impacto à época dos fatos. Segundo Chauí, na medida em que foram crescendo, os protestos “passaram de movimento social para espetáculo de massa” (CHAUÍ, 2014, p. 21), no qual a recusa à política e aos partidos se fez de modo superficial e não “motivada pela clara compreensão do problema por parte dos manifestantes” (CHAUÍ, 2014, p. 22). Assim como Chauí, Luiz Carlos Maciel também enxerga certa irracionalidade e ignorância nos protestos ao afirmar que a “massa protestava porque queria protestar, talvez apenas para protestar por protestar. Muitos, por exemplo, que protestavam contra a PEC nem sabiam o que diabo era isso” (CARLOS MACIEL, 2014, p. 367).

Continuando o seu raciocínio, Chauí argumenta que a superação dessa superficialidade dos protestos deveria passar por uma análise do funcionamento dos partidos políticos “a estrutura autoritária da sociedade brasileira, de um lado, e, de outro, o sistema político-partidário e eleitoral montado pelos casuísmos da ditadura” (CHAUÍ, 2014, p. 22). Embora reconheça que a crítica aos partidos possua fundamento e que “no Brasil, sociedade autoritária e excludente, os partidos políticos tendem a ser clubes privados de oligarquias locais e regionais”, a autora considera que ao invés de recusar “a legitimidade do partido político como instituição republicana e democrática”, os manifestantes deveriam ter lutado por uma “reforma política radical”, o que não foi feito pela maioria deles (CHAUÍ, 2014, p. 22). Por essa razão, acabaram aderindo ao discurso midiático de que “os partidos políticos são corruptos por essência” (CHAUÍ, 2014, p. 22). Essas circunstâncias levaram Chauí a concluir que “grande parte dos manifestantes aderiu à perspectiva da classe média conservadora, difundida pela mídia, a respeito da ética” (CHAUÍ, 2014, p. 22).

A autora chega a associar a recusa dos partidos políticos por parte dos manifestantes ao totalitarismo. Os manifestantes teriam adotado a ideologia conservadora da classe média de aspirações ditatoriais:

Além disso, parte dos manifestantes, sem se dar conta disso, está adotando a posição ideológica típica da classe média, que aspira por governos sem mediações institucionais e, portanto, ditatoriais. Eis porque surge a afirmação de manifestantes, enrolados na bandeira nacional, de que ‘meu partido é meu país’, ignorando, talvez, que essa foi uma das afirmações fundamentais dos totalitarismos para a extinção dos

partidos políticos como pluralidade conflituosa e, portanto, democrática. (CHAUÍ, 2014, p. 23)

Ao comentar as agressões promovidas por parcelas dos manifestantes contra militantes de partidos e movimentos sociais de esquerda, Chauí compara novamente elementos das manifestações de junho com o fascismo. Trata-se de um “pensamento mágico” que quer “erguer uma barreira contra a política, reduzida à figura da corrupção”. Segundo a autora, essas agressões não nos deveriam surpreender, uma vez que se trataria de uma repetição do que já foi visto “na Itália dos anos 1920, na Alemanha dos anos 1930 e no Brasil dos anos 1964-1975” (CHAUÍ, 2014, pp. 22-23).

Em palestra promovida na Academia de Polícia Militar do Rio de Janeiro, conforme narra Bruno Cava (CAVA, 2013, p. 22)⁶, Chauí também criticou os Black blocs e os manifestantes mascarados ao afirmar que eles teriam mais inspirações fascistas do que anarquistas em razão de seus atos de violência. Chauí teria dito ainda que os mascarados “não cultivariam propósito ou organização social e que sua violência seria fascista e não uma ‘violência revolucionária’” (CAVA, 2013, p. 22). Conforme afirma Luiz Carlos Maciel, outros autores de esquerda também consideraram os Black blocs “uma manifestação antidemocrática da direita e que sua violência bruta é a mesma de nazistas e assemelhados” (CARLOS MACIEL, 2014, p. 369).

Venício de Lima qualifica a análise de Chauí acerca dos protestos como instigante. O autor afirma que a desqualificação da política e dos políticos levada a cabo pelos manifestantes, no que foram acompanhados pela mídia, serve aos propósitos dos oligopólios da comunicação e se volta contra a própria democracia e suas instituições representativas:

A desqualificação sistemática da política e dos políticos, portanto, se enquadram na tentativa dos oligopólios de mídia não só de se legitimarem como “mediadores” (intermediários) entre a população e o espaço público, mas, sobretudo, de se constituírem na única instituição credenciada a fazer tal mediação. Ao agirem dessa forma, também boicotam as instituições representativas clássicas da democracia representativa – associações, sindicatos, partidos políticos – e colocam em questão, até mesmo, a necessidade de sua existência, além de implicitamente desestimularem – por inútil – a participação popular direta nestas instituições. Em resumo, trabalham contra a própria democracia em nome da qual se apresentam publicamente e que dizem defender. (LIMA, 2015, p. 101)

De forma geral, a leitura de Marilena Chauí sobre as manifestações de junho de 2013 como uma manifestação conservadora ou “de direita” foi compartilhada, especialmente, por

⁶ O conteúdo da mencionada palestra também é descrito em reportagem pelo jornal Folha de São Paulo: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo>

políticos e intelectuais do PT ou a ele ligados, assim como outros partidos chamados “de esquerda”. Como aponta Salvador Schavelzon, setores do PT ou seus apoiadores liam os protestos de junho “como jogada de oposição” ou, quando muito, falavam para si, sem muita modéstia, que “a presença do povo nas ruas era produto dos avanços do governo Lula” (SCHAVELZON, 2014, p. 278). Por seu turno, Giuseppe Cocco anota que a reação da *intelligentsia* petista consistiu na “criminalização das manifestações, rotuladas como golpistas, de direita e/ou de velha classe média – sempre temendo que as principais ‘vítimas’ dos protestos seriam os governos do PT” (COCCO, 2014, p. 179).

Arthur Cecim, por exemplo, afirmou que “alguns protestos começam a mostrar a cara conservadora e disfarçadamente tendenciosa e a admitir um modo de protesto anti-PT” (CECIM, 2014, p. 101). Como aponta João Paulo Reys, o medo de um “golpe direitista no Brasil” foi “alardeado por apoiadores do governo” em razão de uma pequena extrema direita na internet que pedia a reabilitação da ditadura militar (REYS, 2014, p. 38).

Sergio Lessa salienta que a recusa dos partidos políticos, que para ele pode representar “um elemento muito positivo de denúncia do fundamental da ordem”, foi reduzida pelos partidos de esquerda “a uma fantasiosa ameaça fascista”. Tal postura mistificante indica para o autor “certo ‘espírito de preservação’” por parte desses partidos (LESSA, 2014, p. 214). Assim, deixaram de ver o que houve de positivo nessa recusa, que é também uma “recusa ativa” (LESSA, 2014, p. 214).

Pedro Duarte assim resume a sensação de temor daqueles que interpretavam junho como um complô da direita ou o seu anúncio:

Uma terceira posição, menos esperançosa e mais temerária, indicava que as manifestações eram perigosas, pois questionavam o mandato de autoridades eleitas. Dariam ensejo, assim, a uma reação de direita que usaria como pretexto a manutenção da ordem pública ameaçada pela bagunça instaurada. Era, ainda, a memória de um referencial passado – o do Golpe de 64 e seu acirramento em 68 – que comparecia para explicar o presente. (DUARTE; MARTINS, 2014, p. 256)

Para Marcelo Martins Barreira, por sua vez, essas interpretações revelam o medo da “esquerda tradicional e burocrática, obsessiva pelo Estado” e espantada pelo novo, “diante do receio de perda de seus referenciais teóricos e, sobretudo, do surgimento de novos sujeitos sociais e suas ‘extravagantes’ maneiras de sentir, pensar, viver e agir politicamente” (BARREIRA, 2014, p. 53). Por essa razão, Barreira critica os “intelectuais tradicionais da esquerda brasileira”, como Chauí, afirmando que eles não “reconheceram a pujança inovadora do último acontecimento porque se submeteram dogmaticamente às suas chaves de leitura do

processo social, filtrando e impedindo seus olhos diante do ‘acontecimento’ que se dava nas ruas” (BARREIRA, 2014, pp. 51-52). Desse modo, ficaram presos “no modelo de participação política surgido no contexto do processo de ‘redemocratização’, da fase pós-ditadura, os autores acima tornaram-se vítimas de seus heróis e de seus paradigmas livrescos e teóricos” (BARREIRA, 2014, p. 52).

Rudá Ricci e Patrick Arley mencionam que a presença de agrupamentos de extrema direita de inspiração fascista foi perceptível. Os adeptos da ideologia totalitária “marcaram posição na ocupação das ruas a partir do uso da força”. Contudo, acrescentam os autores, isso não passou de uma presença minoritária e marginal, “não se constituindo em elementos centrais das ruas em movimento”. Sendo assim, Ricci e Arley concluem que “não há fundamento na reação de alguns intelectuais e dirigentes partidários que sugeriram, desde a primeira hora das manifestações, que se tratava de um campo fértil a ser explorado pela direita ou extrema direita” (RICCI; ARLEY, 2014, p. 25).

No mesmo sentido, Bruno Cava também critica a ideia de que as jornadas de junho poderiam ser reduzidas a um protesto “fascista”, “conservador” ou “de direita”. Posicionando-se contra as interpretações de Chauí, o autor pontua:

Foi logo no início que a palavra “fascismo” apareceu na boca de petistas orgânicos, que não pararam de “fechar” a interpretação oficial, ao redor da tese da apropriação pela direita. A esquerda foi mais longe do que a grande imprensa. Esta se limitava a condenar os “atos de vandalismo” como uma expressão puramente criminal e apolítica, enquanto a esquerda preferiu somar o adjetivo “fascista”, qualificando historicamente o “perigo” que os protestos representariam para a sociedade. É, de qualquer modo, uma tese evidentemente autorreferenciada e circular: se consideram dogmaticamente a esquerda, qualquer coisa que respingue contra eles só pode ser direita. (...). O que se vê nas falas de vários intelectuais petistas, muitos em ressonância com as políticas e posições do partido e do governo, é um criptostalinismo com ares ponderados, numa virada histórica que não perdoaremos. (CAVA, 2013, p. 24)

Maria da Glória Gohn, da mesma forma, rejeita as leituras nas quais não são analisadas as complexidades do fenômeno, incluindo entre elas a posição de Chauí:

Apesar da intensa participação dos jovens nos eventos recentes analisados nessas praças, o impacto na sociedade apresenta visibilidade contraditória. Ora são heróis, glorificados como a boa-nova, o futuro; ora criticados violentamente, descaracterizados como vândalos, ingênuos, parte do “pensamento mágico”, têm relação mágica com a sociedade (CHAUÍ, 2013), sem mediação política, sem direção, sem liderança, etc. O grande problema dessas visões e abordagens é o fato de **considerarem os jovens e as manifestações como um todo, um bloco homogêneo**. Não se forem consideradas as diferenças internas, a diversidade de perfis de seus componentes, as matizes ideológicas. Fazem uma leitura com os olhos de uma dada abordagem, como não encontram os elementos dessa

abordagem nas manifestações, descaracterizam-nas. Não querem ver ou não aceitam que eles têm outros pressupostos, outros referenciais. (GOHN, 2014, p. 142)

Feitas essas considerações, para concluir, retomando a crítica de Badiou quanto aos usos do termo “povo” apresentada inicialmente, é possível perceber que nas Jornadas de Junho, em alguns momentos, a expressão “povo” foi utilizada para traduzir interesses conservadores, que diziam respeito apenas ao “povo oficial”, isto é, à classe média. Seus objetivos consistiam na retomada dos privilégios, sem questionar a ordem oligárquica e desigual da realidade brasileira, mas pelo contrário, legitimando-a. Tudo isso revestido por um moralismo nacionalista de fachada.

Como afirma Douglas Lummis, em regra geral quando a classe média e alta em qualquer país fala em “poder do povo”, na verdade se referem a eles mesmos. Ao reivindicarem democracia, não pedem que tomem o poder as classes que lhes servem de criados e os trabalhadores que geram seu superávit, sustentam sua riqueza e *status* (LUMMIS, 2002, pp. 26-7). Sob a ótica de Chauí, Souza e Avritzer, os protestos de junho confirmariam essa regra.

Houve inclusive manifestantes que reivindicaram a volta da ditadura militar (BORGES, 2015, p. 32). No limite, percebe-se, portanto, que a resolução do problema da representação política para uma parcela dos manifestantes apontaria para uma centralização e unificação do poder ainda mais extrema que a atual, evocando as ideias de nação, ordem e, em último caso, a ditadura militar.

No entanto, ainda que não se possa negar a existência de elementos conservadores e mesmo protofascistas, reduzir as manifestações de junho de 2013 a um protesto da classe média conservadora é perder de vista suas potencialidades e vivências democráticas, conforme veremos a seguir. É estar cego para as inúmeras possibilidades radicais de construção de uma democracia real contidas na negação da atual estrutura representativa, que não se confundem com a afirmação de um projeto totalitário. Certamente, grande parte dessa cegueira se relaciona a interesses partidários e projetos de manutenção no poder dentro da falida ordem de representação política.

Igualmente, enxergar os protestos de junho como apenas uma manifestação contra o governo federal do PT é diminuir a magnitude da crítica empreendida pelos manifestantes, uma vez que, como salientam Ricci e Arley, as manifestações “não foram motivadas por uma intenção nitidamente oposicionista em relação a uma força política determinada, mas a toda estrutura de poder e sua lógica elitista e excludente” (RICCI; ARLEY, 2014, p 223).

4.6.2 Junho como movimento de reforma das instituições

O desgaste das denominadas democracias representativas ocidentais é patente para todos. Não sem razão, ocorrem ao redor do mundo e no Brasil protestos que clamam por uma democracia real e manifestam sua insatisfação com a representação política. O Estado e os partidos políticos são vistos com cada vez mais ceticismo. Isso mesmo entre aqueles adeptos do ideário do Estado Democrático de Direito. A distância entre os cidadãos comuns e os agentes estatais tem se aprofundado, de maneira que as mediações institucionais caíram num descrédito geral. Os interesses partidários dos políticos ligados a outras elites, como a econômica, a midiática e a militar, sobrepõem-se à vontade de todos, assim deixando transparecer de forma clara que o poder é exercido por e para uma minoria, para além de qualquer máscara ideológica de legitimidade.

Torna-se manifesto para grande parte da população que os ditos representantes do povo utilizam-se do instituto da representação para governar contra a população e a favor de sua manutenção no poder, ao contrário do que postularia a exigência de exercer o mandato em nome daqueles que os elegeram e a eles delegaram seu poder decisório, o que supostamente justifica a existência desse instituto. De forma autoritária e contrariando os postulados mais básicos da democracia, portanto, o povo não governa, mas obedece às decisões arbitrariamente impostas por um pequeno grupo.

Dentro desta perspectiva, há quem afirme que a representação política é um mecanismo que deva ser aperfeiçoado (cf. PINELLI; PRESNO, 2014) e outros para quem ela é essencialmente antidemocrática, pois surgiu como uma forma de separar o povo do exercício do poder, constituindo-se não como um veículo de democracia, mas sim como um obstáculo à sua realização (HARDT; NEGRI, 2014, pp. 40-43). No governo representativo, o poder popular é exercido de forma indireta por intermédio dos representantes estatais, centralizando-se nas mãos de poucos. Nesse contexto, o Estado e os partidos políticos constituem-se como instrumentos hierárquicos e burocráticos que monopolizam o poder, alienando o povo das decisões que lhe dizem respeito. É formado no aparato estatal um corpo de governantes superposto que se separa da comunidade e a domina. Os críticos do governo representativo consideram-no como uma forma elitista de governo, desde a sua fundação até os dias atuais. As alternâncias de poder seriam apenas a substituição de novas elites por antigas.

Nesse sentido, conforme afirma Andityas Matos, o sistema eleitoral típico das democracias representativas sempre reforça seu caráter aristocrático e desigual, na medida em que o povo nunca é chamado a decidir, mas simplesmente a votar e escolher entre os supostamente melhores e não sobre projetos políticos reais, legitimando um processo de homologação pública de decisões de grupos privados minoritários. Assim, mesmo o mais democrático dos regimes políticos representativos seria em certa medida oligárquico, pois as decisões não são tomadas pela comunidade, mas para a comunidade (MATOS, 2014, p. 53-5). Separa-se na representação o comando e a obediência, conformando um sistema hierárquico no qual um pequeno estrato da população dirige a sociedade e os demais apenas executam suas ordens servilmente (CASTORIADIS, 2005, p. 62).

Dessa forma, no governo representativo, o povo não é realmente soberano e a política fora do Parlamento se deslegitima frente à força do poder constituído. A supremacia estatal, geralmente composta de uma minoria proprietária como no caso da Revolução Americana que analisamos anteriormente, se volta contra o poder popular, formando-se uma pequena comunidade de cidadãos ativos que governam uma multidão de cidadãos passivos (WOOD, 2003, pp. 178-9). O Estado nasce da sociedade, mas se coloca acima dela e vai se distanciando cada vez mais. De suposto servidor dos interesses comuns da sociedade, o Estado vai ganhando gradativamente mais autonomia e com o tempo se transformando em senhor da sociedade, dominando-a como um déspota (ENGELS, 2015, p. 208).

Nessa perspectiva, os partidos políticos deixam de ser os intermediários entre a sociedade e os poderes públicos, acentuando seu componente institucional e perdendo sua capacidade de integração social e política. Passam a buscar tão somente a acumulação de poder e perdem sua capacidade de representação. Após retirarem sua força expansiva da sociedade, os partidos esquecem sua antiga base social e encontram nos meios estatais os mecanismos para sua perpetuação e resistência (PINELLI, 2014, p. 23).

Por outro lado, há quem afirme que a representação política é um mecanismo essencial e democrático para a organização de nossa vida social. Segundo esse ponto de vista, a representação permite que se crie um sistema de governo democrático capaz de abarcar os mais diversos interesses políticos em qualquer dimensão territorial (PAINE *apud* PINELLI, 2014, p. 13), possibilitando ao povo manifestar sua vontade por meio do sufrágio universal e dos partidos políticos. Desse modo, a representação política não poderia ser considerada de antemão um mecanismo de alienação do poder, ainda que tenha servido a este propósito em alguns momentos, como na Revolução Americana. Assim, pode haver outras razões para a

adoção da representação até mesmo nos Estados democráticos, mas com base em premissas diversas daquelas tomadas pelos americanos federalistas⁷.

Da mesma forma, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe afirmam que há nos partidos políticos uma ambiguidade que conjuga características positivas e negativas. Assim, o partido como instituição política pode acabar sendo um freio para os movimentos de massa, mostrando-se como uma instância de cristalização burocrática. Todavia, ao mesmo tempo, ele também tem a capacidade de organizar as massas dispersas e politicamente virgens, de modo a aprofundar as lutas democráticas. Além do mais, a democracia direta não poderia, segundo os autores, ser a única forma de organização, pois apenas funcionaria em espaços sociais reduzidos (LACLAU, MOUFFE, 2001, pp. 226-30).

A questão que se coloca diante deste conflito de ideias consiste em saber se é possível haver uma representação democrática. Se há um abismo intransponível entre Estado e sociedade, ou se um delineamento institucional mais adequado pode proporcionar, por meio de canais de participação, a inclusão plural dos grupos sociais na esfera estatal nos processos decisórios coletivos. O problema é: se a representação é essencialmente antidemocrática e alienadora do poder popular, ou se é possível aprimorar a relação entre os representantes e os representados, revitalizando as instituições e os partidos políticos por meio da participação social. O governo representativo estaria disposto a abrir mão de seu monopólio do poder ou consideraria perigoso, como os federalistas americanos, que as decisões fossem tomadas pelo povo?

Trata-se, naturalmente, de um questionamento complexo, cuja resposta variará conforme as preferências ideológicas daquele que a responder. A perspectiva de mundo adotada revela maneiras completamente opostas de se encarar os problemas do Estado, da economia capitalista e dos fenômenos sociais como as manifestações de junho. Na presente subseção, analisaremos como aqueles que assumem a necessidade da representação política para a democracia encaram os protestos de junho. Na próxima, por outro lado, analisaremos as perspectivas dos que buscam a superação da representação política moderna.

Em geral, os defensores do Estado Democrático de Direito e das instituições representativas atribuem as razões da revolta principalmente ao fato de haver uma “crise de representação”. A noção de que exista uma “crise” pressupõe que a representação política é

⁷ Ellen Wood, comentando o nascimento da República americana, afirma que “... a questão crítica aqui não é simplesmente a substituição da democracia direta pela representativa. Sem dúvida, há muitas razões que justificam a aceitação da representação até mesmo pelo mais democrático dos Estados. Pelo contrário, o que se discute são as premissas sobre as quais se baseou a concepção federalista da representação.” (WOOD, 2003, p. 188)

um instrumento legítimo de organização social, pois deixa subentendido que todos os problemas em relação a ela que mencionamos acima seriam apenas pontuais e superáveis. Segundo essa perspectiva, uma vez transpostos esses obstáculos e afastada a crise, a representação se restauraria e garantiria, então, o exercício democrático do poder. Não haveria, portanto, uma disfunção na essência do instituto da representação política.

Dessa forma, ao situar o contexto das manifestações de junho, afirmam, a título de exemplo, que “a democracia representativa está em crise” (GOHN, 2014, p. 64), ou que o “paradigma do sistema político representativo está em grave crise por não ter conseguido dar respostas satisfatórias à sociedade” (SAKAMOTO, 2013, p. 96), ou ainda que existe um “quadro de crise de representação de grande parte das instituições sociais nas sociedades contemporâneas ocidentais” (SILVA, 2014, p. 231). Também lamentam que na atualidade os políticos não façam “a reforma que transforme os partidos em canais autênticos da representação” (CUNHA, 2014, p. 38).

Para aqueles que postulam o aperfeiçoamento da representação política, as Jornadas de Junho de 2013 significaram uma mobilização social contra a corrosão da democracia pela crise de representação da política brasileira e a favor de uma reforma política pautada principalmente na utilização dos mecanismos de participação popular direta e pela valorização da política não institucional, de modo a efetivar as promessas não cumpridas da Constituição Federativa da República Brasileira de 1988, que instaurou no Brasil a “Nova República”, ao lançar as bases para um projeto de Estado Democrático de Direito.

Por manterem a perspectiva de suas análises dentro do modelo do Estado e do modo de produção capitalista, afastando-se de horizontes revolucionários, chamaremos essa perspectiva de reformista. Esse conjunto de ideias abarca uma ampla gama ideológica que vai desde liberais até social democratas. Apesar de divergentes, compartilham entre si a ideia de que as mudanças necessárias para os problemas atuais passam apenas por reformas na atual ordem constituída, sem colocar radicalmente em xeque o sistema de representação política, os partidos políticos, o Estado e o modo de produção capitalista. Seus atuais defeitos de funcionamento não seriam ínsitos a eles próprios, mas sim meras perversões passageiras que poderiam ser reparadas.

O que anima fundamentalmente essa visão é a crença de que a mobilização da sociedade seria capaz de complementar a representação política. A política alternativa, vinda dos de baixo, da sociedade, e não dos de cima, isto é, das instituições políticas, revitalizaria a velha política dos partidos. Contribuiriam para o governo, portanto, os modos não

institucionalizados de se fazer política, como as petições, a participação em manifestações, boicotes de consumidores e greves não oficiais, ocupação de edifícios e fábricas (PINELLI, 2014, p. 28). Sendo assim, mesmo contemporaneamente, seguiriam fazendo sentido em nossa organização social as instituições representativas, articuladas com mecanismos de democracia direta, semidireta e participativa. Segundo Miguel Presno, o que se trata é de combiná-las a serviço de uma conformação cidadã (PRESNO, 2014, p. 119).

A participação cidadã na elaboração das leis melhoraria as informações recebidas pelo Parlamento e, conseqüentemente, a atividade legislativa ganharia em transparência e publicidade, incrementando a legitimidade social das leis aprovadas e favorecendo a sua eficácia e aplicação (PRESNO, 2014, p. 86-90). A partir do marco das relações institucionais, a democracia participativa pretende oxigenar instituições autoritárias, recuperando legitimidades sociais ao fomentar espaços de deliberação e cooperação social (COLLADO, 2011, p. 28), corrigindo as disfunções do governo representativo e suprimindo o *déficit* de democracia com a aproximação entre pessoas e instituições políticas.

Deve-se ressaltar, entretanto, que as promessas de uma democracia participativa não têm sido objeto de muita preocupação por parte dos políticos. Eles parecem mais dispostos a preservar o seu monopólio de decisão, conservando seus pactos e acordos de governabilidade dentro dos gabinetes palacianos e dos parlamentos, onde são negociados cargos políticos, verbas de contratos administrativos, apoio eleitoral e outras barganhas. O bloco político se coloca, então, como um amálgama homogêneo, em contraponto e distante do pluralismo da sociedade, que não vê seus interesses representados. Atualmente, inclusive, é possível perceber uma aproximação entre correntes ideológicas opostas. Assim, tradicionais eixos da esquerda e da direita, como a socialdemocracia e o neoliberalismo, caminham rumo ao centro (COLLADO, 2011, p. 16; PINELLI, 2014, pp. 30-1). Ainda que os partidos políticos se alternem no poder, não há real alternativa aos modelos de compreensão e políticas sociais, gerando um cansaço em relação aos partidos tradicionais (SAFATLE, 2012, p. 48).

Tudo é abarcado por um “centrão” consensual e corrupto, no qual há conflitos apenas limitados e moderados, que perpetuam um eterno acordo de cavalheiros e não coloca em risco este pacto. Nesse contexto, o sistema eleitoral, como argumenta Rancière, “transforma a representação em representação dos interesses dominantes e a eleição em dispositivo destinado ao consentimento: candidaturas oficiais, fraudes eleitorais, monopólios de fato sobre candidaturas” (RANCIÈRE, 2014, p. 73).

Foi o que ocorreu com o PT no governo federal nos últimos anos. Ao distanciar-se das lutas de base social que o constituíram, o modelo petista foi se esvaziando e se distanciando da sociedade, priorizando a busca pelo poder político-partidário. Segundo Rudá Ricci, as Jornadas de Junho mostram o esgotamento desse modelo. Modelo “neocorporativista” que preconizou uma absorção estatal dos setores de participação política social, como as organizações não governamentais (ONGs), sindicatos e movimentos sociais, além de um “conservadorismo popular”, que buscou a inclusão social dos pobres apenas pela via do consumo e não por direitos de participação política (RICCI, 2014, pp. 43-52).

A esfera pública foi despolitizada com a aproximação dos movimentos sociais e do sindicalismo com o Estado. Esse movimento de “corporativização” dos movimentos sociais fez com que menos interações comunicativas fossem estabelecidas entre o partido e o conjunto da sociedade (NOGUEIRA, 2013, p. 130). O PT também se pautou por práticas de fisiologismo e de formação de coalizões com partidos de direita em nome da governabilidade, demonstrando a perda do vigor e da consistência programática do partido, além de ter dado continuidade a um modelo econômico que demandava alianças com setores dominantes (NOGUEIRA, 2013, p. 34).

Assim, foi do vácuo representativo do poder institucional existente da direita à esquerda que emergiram em junho forças visando à restauração da democracia participativa segundo essa leitura. Muitos autores fiéis ao modelo de Estado Democrático de Direito, que não abdicam das noções de representação política, mas preconizam a existência de canais de participação popular nas decisões estatais, interpretaram as manifestações de junho como um desejo popular de realização da democracia participativa contra a imobilidade institucional perpetuadora de privilégios, corrupção e desigualdades sociais no país. Sem negar o Estado ou o modo de produção capitalista, apostam na regeneração de suas estruturas a partir do poder e da participação popular.

Ao analisar os entendimentos sobre as manifestações de junho, Pedro Duarte assim resume essa perspectiva:

Isso também esteve presente quando intelectuais mais novos recorreram a outra referência do passado recente para abordar o que ocorria. Lembravam da Constituinte dos anos 1980 e do clamor popular por votações diretas. Para eles, as manifestações expressam a vontade de aprofundamento do modelo democrático vigente, sem que o protesto central volte-se contra o capital, já que o liberalismo é capitalista, mas não deixa de ser, a seu modo, democrático. Tendo como base teórica teses do filósofo alemão Jürgen Habermas sobre racionalidade comunicativa na arena de debate político, a situação novamente foi interpretada, neste caso, por conceitos já conhecidos. (DUARTE; MARTINS, 2014, p. 256)

Dessa forma, o instituto da representação política poderia ser regenerado a partir da busca de uma “representatividade móvel e mais distribuída em que movimentos sísmicos sejam incorporados às estruturas políticas institucionais”. Isso poderia ser alcançado sem a necessidade de “uma revolução completa do sistema”, sendo apenas “necessárias reformas políticas estruturais” (BARREIRA, 2015, p. 60). A chamada “crise de representação”, portanto, seria algo passível de ser remediado dentro do atual panorama institucional. Ao se superar a situação de crise, seria alcançada uma representação política legítima.

Em sentido convergente, Maria da Glória Gohn destaca que os manifestantes da geração digital de junho de 2013 podem combinar seu novo marco de organização política com as antigas e analógicas formas de democracia. Ela afirma que as Jornadas de Junho não negaram o Estado, mas reivindicaram mais cidadania social juntamente com um aparato estatal com pauta social efetiva e menos focado no crescimento dependente de bancos, empresários e multinacionais (GOHN, 2014, p. 67). Dessa forma, como as demandas priorizaram em especial a melhoria de serviços públicos (transporte público, saúde, educação, atuação da polícia), a crítica da ganância equivocada em megaeventos esportivos e a corrupção, além de ter sido um grito contra o autismo da política institucional e por uma cidadania real, Maria da Glória Gohn não enxerga as Jornadas de Junho como um movimento antiestatal, mas sim como uma tentativa de aprimorar a máquina pública pela via da participação social.

Marilena Chauí também considera que os protestos de junho não podem ser comparados a movimentos revolucionários, uma vez que as reivindicações dos manifestantes eram feitas ao Estado:

Ora, os manifestantes de São Paulo se dirigiam ao Estado (redução da tarifa, mais verbas para a educação e a saúde, luta contra a corrupção, etc.). Em outras palavras, consideram o Estado um interlocutor de suas reivindicações. Assim como não propuseram uma revolução socialista (à maneira do 1968 latino-americano), também não propuseram uma revolução cultural, mas reivindicaram ao Estado a concretização de direitos. Portanto, também nada em comum com o 1968 europeu e estadunidense. (CHAUÍ, 2015, p. 25)

Marco Aurélio Nogueira orienta sua interpretação de forma semelhante, vendo nos protestos de junho uma oportunidade de melhoria das instituições representativas a partir da participação popular. No entanto o autor alerta que, para que as manifestações possam manter sua regularidade e produzir efeitos concretos, é necessário um acompanhamento de “sujeitos

políticos qualificados”. Somente assim, de acordo com Nogueira, seria possível criar pontes entre as manifestações e o Estado, uma vez que a autoexpressão que as caracterizara não é capaz de produzir agendas e nem consensos (NOGUEIRA, 2013, p. 63). Ainda que não acredite que os partidos políticos sejam os qualificados para exercer esse papel, Marco Aurélio Nogueira devota esperança na participação como elemento regenerador da representação, conforme suas palavras:

É em torno da representação que flutuam as maiores esperanças de recomposição social e recuperação da política. Se a vontade de participar for devidamente politizada – isto é, se a luta em defesa de direitos e a disposição participativa das pessoas forem vinculadas a um desenho de vida coletiva –, isso não somente dará corpo e consistência à democracia, como também regenerará a representação (NOGUEIRA, 2013, p. 174).

O mesmo Nogueira afirma que os protestos de junho podem ser considerados um ponto de inflexão, onde se afirmou que tudo deveria ser diferente (NOGUEIRA, 2013, p. 60). Logo em seguida, afirma a importância de se defender a agenda da reforma política, dado que a superação da ditadura não teve forças para criar um novo modo de se fazer política, gerando uma acomodação das elites políticas, sejam elas de direita ou de esquerda, e o esvaziamento dos instrumentos participação direta (NOGUEIRA, 2013, p. 61). Ao mesmo tempo, ele enxerga com profundo ceticismo e medo a crítica enfática ao sistema representativo e aos partidos:

Seria trágico, por exemplo, se esse ativismo se pusesse contra a democracia representativa ou se a sociedade civil por ele projetada deixasse de ter o Estado como referência. O ciberespaço e as ações antissistêmicas só podem produzir resultados políticos se não se separarem dos embates sociais concretos, das tradições enraizadas, das instituições que organizam o mundo real. O ativismo virtual mostra-se avesso a partidos, cansado de políticos e descrente da atuação dos governos e determinado a fazer-se ouvir. Terá potência para remodelar a sociedade sem um Estado democrático e um sistema representativo? (NOGUEIRA, 2013, p. 56)

Prosseguindo na linha aqui analisada, Jorge Luiz Souto Maior afirma que as mobilizações “com toda a sua complexidade, não deixam dúvida quanto a um ponto comum: a população quer mais serviços públicos e de qualidade”. Segundo Souto Maior, o desejo dos manifestantes passa pela reivindicação “de um Estado social”, cuja atuação seja “pautada pelo imperativo de uma ordem jurídica que seja apta a resolver a nossa grave questão social, notadamente a desigualdade social” (SOUTO MAIOR, 2013, p. 83). Concluindo que o que “irrompeu nas ruas” foi a “seriedade quanto à efetividade dos preceitos jurídicos do direito social” (SOUTO MAIOR, 2013, p. 88).

Como podemos ver em Souto Maior, as leituras reformistas acerca das manifestações sempre explicitam que os protestos foram reivindicações por “direitos”. Elas enfatizam as críticas ao mau uso do dinheiro público, a “incapacidade estatal de prover serviços públicos de qualidade”, em especial o transporte público coletivo e a ausência de eficiência estatal na “distribuição de benefícios aos cidadãos” (MACEDO, 2014, p. 41). Nessa perspectiva, o descontentamento popular surge delimitado a um desejo de concretizar a cidadania dentro dos parâmetros do Estado Democrático de Direito.

Por isso autores como Bernardo Sorj postulam que “o denominador comum presente em todas as manifestações foi a afirmação de um nacionalismo cívico” (SORJ, 2014, p. 92). Ou, como na leitura de Denis Rosenfield, quando o autor afirma que o que se presenciou em junho foi uma “exigência de uma nova forma de fazer política, que se expressaria por uma tentativa de reinvenção do político, entendido como expressão pública visando ao bem comum, independentemente de partidos”, traduzida numa “demanda clara de participação política que não encontra formas de expressão nos partidos tradicionais” (ROSENFELD, 2014, p. 133). O alardeado “novo”, a “reinvenção” da política e o desejo de participação nessas leituras, entretanto, nunca ultrapassam os velhos marcos das instituições modernas.

Marcos Nobre, por sua vez, interpreta as manifestações de junho como um movimento “antipemedebista”, isto é, que se opõe ao “pemedebismo”, nome que o autor utiliza para designar o processo de blindagem do sistema político contra a sociedade que se estabeleceu desde a Constituinte, quando um bloco suprapartidário que contava com a maioria dos parlamentares do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atualmente apenas “MDB”, compôs o “centrão” e comandou uma neutralização de movimentos e organizações sociais, sindicatos e manifestações de rua, cujas demandas populares não cabiam nos estreitos canais de abertura política pós-regime militar (NOBRE, 2013, p. 7).

Desde então, o PMDB é elemento que bloqueia a democracia no país, reprimindo diferenças sob uma unidade forçada e travando grandes transformações numa acomodação amorfa, sendo o pemedebismo a figura comum do neoliberalismo do período Fernando Henrique Cardoso e do lulismo (NOBRE, 2013, p. 39). Os manifestantes que foram às ruas representam as polarizações que recusam essa unidade, ainda que não tivessem modelos políticos próprios, a não ser a rejeição em bloco da política, o que é resultado dos vinte anos de “pemedemismo” que minaram a formação política de toda uma geração (NOBRE, 2013, p. 12). Eles representam a possibilidade de enfrentamento aberto do “pemedebismo” e de construção de uma nova cultura política democrática (NOBRE, 2013, p. 40). Ou seja, é

possível perceber na análise de Nobre a esperança de que as manifestações romperiam com importantes entraves da democracia representativa brasileira, o que, com a superação desses problemas, implicaria na reabilitação das nossas instituições políticas.

Ainda dentro do entendimento das Jornadas de Junho como movimento de aperfeiçoamento das instituições existentes, houve quem defendesse a realização de um plebiscito visando criar uma Assembleia Constituinte específica, isto é, uma “constituente exclusiva e temática” (cf. RIBAS, 2014), tendo como objeto uma reforma política profunda e que ampliasse a participação popular. Essa proposta, inicialmente, angariou apoio inclusive da então presidente do país, Dilma Rousseff⁸. A constituinte seria exclusiva, “porque envolve a eleição específica de mandatos parlamentares para enquanto durar o processo constituinte”, além de temática, pois “estaria dedicada unicamente à reforma política” (RIBAS, 2014, p. 8).

No entanto, a proposta de instalação de um processo constituinte específico não teve força e foi logo esquecida. Em seguida foi apresentada a ideia de outro plebiscito de reforma política, desta vez apenas consultivo e versando sobre “temas limitados, como o financiamento de campanhas eleitorais, a participação popular através da internet e a simultaneidade das eleições municipais, estaduais e federais” (LIA ALMEIDA, EFREM FILHO, 2014, p. 45). Esse plebiscito também caiu no esquecimento e saiu das agendas políticas institucionais após pouco tempo.

Pode-se dizer que a ideia de que as manifestações de junho foram protestos pela reforma das instituições políticas e pela regeneração da representação política a partir da participação popular como forma de superação da “crise de representação” foi a interpretação majoritariamente difundida não só nas mídias televisivas, mas como também no meio acadêmico em geral.

De fato, o teor anticapitalista, assim como o discurso crítico em relação às instituições políticas a ele atreladas, das manifestações de junho é ainda menor do que aquele presente nas manifestações dos Estados Unidos ou da Espanha. Mesmo nesses últimos protestos, como analisa Castells, a maioria de seus apoiadores “não é abertamente crítica do capitalismo”, concentrando suas críticas mais em relação ao capitalismo financeiro do que ao capitalismo em si (CASTELLS, 2013, p. 149).

⁸ Uma de suas propostas consistia na “construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular e amplie os horizontes da cidadania. Esse tema, todos nós sabemos, já entrou e saiu da pauta do país por várias vezes, e é necessário que nós, ao percebermos que, nas últimas décadas, ele entrou e saiu várias vezes, tenhamos a iniciativa de romper o impacto. Quero, nesse momento, propor o debate sobre a convocação de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política que o país tanto necessita. O Brasil está maduro para avançar e já deixou claro que não quer ficar parado onde está”. (ROUSSEFF, 2017).

No Brasil, foi mais comum o apelo à melhoria dos serviços públicos, o discurso genérico contra a corrupção e os partidos políticos do que efetivamente palavras de ordem contra o capitalismo ou a forma-Estado. Grupos como os anarquistas ou os marxistas, isto é, abertamente contrários ao modo de produção atual e seu desenho institucional certamente foram presença minoritária. Conforme Hardt e Negri afirmam sobre os protestos da década de 2010, são lutas que contestam as injustiças do neoliberalismo, mas que, porém, têm “pouco dos tradicionais movimentos socialistas” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 13). A esse respeito, Giovanni Alves também afirma que “não podemos considerá-los, a rigor, movimentos sociais anticapitalistas” (ALVES, 2012, p. 36). Essas observações também se aplicam ao caso brasileiro.

Em termos ideológicos, as manifestações de junho se caracterizam mais por sua indefinição do que pela clareza, com a adoção desta ou daquela tradição filosófica ou política por parte dos manifestantes. Com base em dados de pesquisa, André Singer chega a afirmar que cerca de 70% dos manifestantes dos protestos de junho possuíam posições centristas (SINGER, 2013, p. 38). De toda forma, isso não significa, conforme veremos na próxima seção, que os manifestantes deixaram de produzir alternativas políticas radicalmente opostas ao sistema hegemônico vigente. Nesse sentido, Alves afirma que os movimentos sociais do novo ciclo global “expressam, em sua diversidade e amplitude uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer ‘não’ e mover-se contra o *status quo*” (ALVES, 2012, p. 36). Afirmação que podemos atribuir também às Jornadas de Junho, conforme veremos a seguir.

4.6.3 Junho como movimento constituinte de uma democracia radical

No dia 17 de junho de 2013, manifestantes invadiram em grande número o Congresso Nacional. Como se vê, eles não pareciam interessados em aperfeiçoar o Parlamento e resolver o problema da crise de representatividade por meio de reformas eleitorais cosméticas. Pelo contrário, sinalizavam que a representação é a própria crise, na medida em que ela aliena o povo de seu poder. Poder este que eles tentavam retomar por meio do ato simbólico da ocupação do Congresso. O gesto se repetiu em outras cidades e suas casas legislativas, quando Assembleias estaduais e Câmaras municipais foram tomadas pelos manifestantes. Mais do que regenerar a representação ou complementá-la, a “maré montante nas ruas criou uma nítida situação de ‘desentendimento’ entre o movimento constituinte e os poderes constituídos, a representação” (COCCO, 2014, p. 190).

Em todo o país, bradava-se que, para além da revogação do aumento das passagens do transporte coletivo, a manifestação possuía um desejo mais amplo e profundo, traduzido pelo lema “Não é só pelos vinte centavos”, que foi repetido inúmeras vezes nas ruas. Do mesmo modo, na linha de frente de uma das marchas pelas ruas, podia-se ler uma faixa que dizia “Por uma vida sem catracas”, um grito desejoso de uma liberdade absoluta. Grito que não poderia ser contido para se adequar ao formalismo de alguma audiência pública.

Sendo assim, no sentido exposto nesta subseção, as manifestações de junho são interpretadas de modo crítico em relação à ideia de democracia participativa, ou de aperfeiçoamento da representação e do Estado Democrático de Direito. Não porque neguem as conquistas democráticas que essas ideias em parte possam ter representado em seu devido tempo, mas porque radicalizam e intensificam o significado das lutas que forjaram parte deste ideário, que acabou perdendo seu potencial transformador, conformado em procedimentos inócuos e inofensivos. Questionam a representação e o Estado, que se mostram como mecanismos de alienação e separação da sociedade em grupos daqueles que detêm o poder e dos que apenas obedecem. Identificam a democracia não nesses institutos, mas na própria insurgência dos movimentos populares e, de forma geral, nas ideias de autogoverno ou de democracia direta. Assim como Manuel Castells, reconhecem nos movimentos sociais as verdadeiras alavancas da mudança social na história, quando são acompanhados por uma profunda desconfiança em relação às instituições políticas que administram a sociedade e, então, tomam os assuntos públicos em suas próprias mãos e se envolvem na ação coletiva fora dos canais institucionais tradicionais (CASTELLS, 2013, p. 161).

Nesse sentido, é possível observar que a ideia de democracia participativa tem se mostrado mais como elemento de *marketing* político do que como real instrumento de exercício da cidadania popular. Segundo Ángel Collado, ainda que os pressupostos das agendas do século XXI tenham aberto reais espaços de deliberação, em geral a necessidade de se garantir a governabilidade de municípios e territórios tem prevalecido, fazendo com que a participação se converta em maquiagem estrutural, garantindo que a dinâmica de expressão popular não escape do controle tecnocrático das autoridades locais, impondo-se uma “democracia autoritária” (COLLADO, 2011, p. 28). Contra os disfarces da democracia participativa, que não abrem as instituições “dos de cima” às propostas de cooperação “dos de baixo”, é necessário estender a democracia participativa até uma democracia radical, de modo que, então, o povo realmente exerça o governo e não somente participe da gestão “dos de cima”. (COLLADO, 2011, pp. 29-31).

Cabe aqui fazer uma breve explanação sobre o que se pode entender com “democracia radical”. Trata-se de uma expressão utilizada por diferentes e opostas tradições do pensamento filosófico. Jürgen Habermas, por exemplo, compreende a democracia radical como algo essencial ao Estado de Direito, uma vez que, segundo seu entendimento, “não se pode ter nem manter um Estado de direito sem democracia radical” (HABERMAS, 1997, p.13). Dessa forma, o autor alemão aproxima essa expressão a partir das instituições políticas atuais, isto é, das noções de democracia representativa e participativa. É o exato oposto do entendimento de Álgel Collado para quem a democracia radical se expressa por propostas e práticas baseadas na cooperação social e na horizontalidade, voltadas para a construção de vínculos vivenciais tendo em vista a satisfação conjunta das necessidades vitais. Nesse sentido, em contraponto a Habermas, Collado compreende a democracia radical mais como uma “arte de cooperação social” do que uma forma de governo (COLLADO, 2011, p. 23). Sendo assim, a democracia radical se opõe às democracias representativas, que se baseiam em práticas de governo que dão mais ênfase em aspectos normativos, formais e organizacionais (COLLADO, 2011, pp. 26-27).

De toda forma, Douglas Lummis trás um conceito simples e mais adequado, sobre o que se pode entender por democracia radical. O autor pretende resgatar o significado da democracia como palavra crítica e revolucionária, recuperando o seu poder contra seu uso banalizado (LUMMIS, 2002, p. 26). Lummis inicia sua explicação argumentando que é costumeiro definir normalmente democracia como “governo do povo”, mas que também é comum, para fugir das implicações radicais dessa definição, se definir “povo” excluindo as mulheres, os escravos, as pessoas de determinadas raças, os indigentes e outros grupos (LUMMIS, 2002, p.). No entanto, o *demos* da democracia originalmente denotava a classe mais pobre e numerosa e a democracia, portanto, era o governo por parte dessa classe (LUMMIS, 2002, p. 27). Não um governo onde haja um rei, um demagogo ou um grupo de governantes que se digam preocupados com o bem estar do povo e governe para ele, mas onde o próprio povo exerça o governo (LUMMIS, 2002, pp. 27-28), um autogoverno, portanto, poderíamos complementar.

Com “governo” Lummis não quer se referir às instituições políticas que existem em uma sociedade num dado momento, mas simplesmente “governança” ou “governança”⁹, isto

⁹ A versão em espanhol trás a palavra “gobernación”. No original em inglês é utilizada a expressão “governance” (LUMMIS, 1996, p. 23). Não se trata de uma referência, entretanto, às contemporâneas teorias de “governança”, que advogam a complementação da ação governamental junto com a participação popular. Isso porque com “governo do povo” Lummis não quer denotar um conjunto de instituições entregues ao povo.

é, o processo de governar, que é o mesmo que “poder” (LUMMIS, 2002, p. 36). Dessa forma, há democracia onde o povo tem poder (LUMMIS, 2002, p. 35). Exercer poder, entretanto, não significa estar no comando do governo se esse for entendido como aparato estatal (LUMMIS, 2002, p. 36). Assim, a democracia não se trata de um conjunto particular de instituições ou um tipo de governo, mas sim o fim de um projeto histórico (LUMMIS, 2002, p. 35). Nesse projeto a “*democracia radical describe la aventura de los seres humanos al crear, con sus propias manos, las condiciones para su libertad*” (LUMMIS, 2002, p. 31). Já o quanto ao adjetivo “radical”, segundo Lummis esclarece, trata-se de um qualificativo que não qualifica no sentido estrito da palavra, mas apenas intensifica. Assim, democracia radical significa democracia em sua forma essencial, em sua raiz, ou a coisa mesma (LUMMIS, 2002, p. 38). Extraímos da exposição de Lummis, portanto, que a democracia radical é um projeto político sempre em aberto de luta pela liberdade, levado a cabo primordialmente pelas parcelas excluídas socialmente na busca por um autogoverno popular.

Feitas essas considerações, dando continuidade à exposição e retomando a temática do transporte público coletivo, abordada nas Jornadas de Junho de 2013 e a crítica de Collado à democracia participativa, pode-se dizer que os protestos foram elucidativos ao revelar a insuficiência da impotente participação popular permitida e controlada nos procedimentos dos órgãos estatais compostos por agentes públicos e membros da sociedade. Eles demonstram o quanto os anseios populares legítimos são incapazes de ser absorvidos pelos Comitês urbanos e Conselhos municipais de transporte coletivo. Essas instituições participativas bloqueiam a possibilidade de uma real participação da comunidade, de maneira que o povo não decide sobre questões que lhe afetam cotidianamente. Normalmente, possuem uma natureza apenas consultiva e são instâncias verticalizadas. Assim, as decisões permanecem monopolizadas no âmbito estatal, transvestidas de uma falsa roupagem de participação popular.

Enquanto as discussões institucionais se arrastam e nada decidem de substantivo, a não ser pela permanência da situação atual, o caótico estado do trânsito e do transporte público coletivo sufoca milhões de brasileiros cotidianamente nos grandes centros urbanos. Em sua locomoção diária, especialmente no horário do *rush*, os passageiros dos ônibus e metrô se submetem a uma situação indigna, pois os vagões e veículos normalmente estão superlotados. Cada palmo de espaço é disputado pelos corpos apertados na busca de aliviar um pouco seu desconforto, em viagens que na maioria das vezes se faz em pé e não sentado, podendo durar horas. Como se suas cargas fossem de animais, os veículos sacolejam e os passageiros balançam de um lado para o outro. A raiva e o cansaço tomam conta do ambiente.

Além disso, não são raras as vezes em que ocorrem violências de gênero, pois são comuns os abusos sexuais praticados por pessoas que se aproveitam da superlotação para bolinar o corpo das mulheres.

A situação indigna do transporte público acaba fazendo com que muitos queiram adquirir o seu próprio carro. Por sua vez, a multiplicação dos carros é incentivada por benefícios fiscais à produção automobilística e estímulos de crédito pelo governo, povoando o imaginário popular e as ruas das cidades com mais e mais veículos. Muitos desses carros são adquiridos à prestação em contratos de alienação fiduciária, o que pressupõe sempre o risco de serem retomados pelos bancos, fato comum em um país em que o número de endividados cresce a cada dia. Assim, congestionamentos enormes prendem a frota crescente de carros e ônibus num monótono, longo e vagaroso trajeto de horas perdidas, mas de lucro garantido para alguns poucos. Enquanto as cifras aumentam, as horas diárias gastas no trânsito se somadas transformam-se em anos perdidos ao fim da vida de motoristas e passageiros.

Outro efeito devastador são os danos provocados no meio ambiente pelo aumento da poluição, o aumento da temperatura resultado da queima dos combustíveis fósseis e a degradação ambiental com o gasto crescente com matéria-prima para a fabricação de automóveis, extraindo-se cada vez mais minério de ferro. Tentando resolver os gargalos nos trânsitos, as empreiteiras continuam sendo contratadas para construções de obras faraônicas e superfaturadas, aumentando continuamente a malha viária urbana, mas nunca resolvendo o problema dos engarrafamentos.

Assustam também os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que mostram que o transporte é o terceiro maior gasto das famílias brasileiras, atrás apenas das despesas com alimentação e habitação. A Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU) ainda afirma que, com base em estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), trinta e sete milhões de brasileiros não podem usar o transporte público de forma regular, por não terem como pagar a tarifa ou porque precisam economizar (JUDENSNAIDER, 2013, p. 130), o que acaba excluindo os pobres da possibilidade de circulação nas cidades e de usufruir de suas riquezas, lazeres, serviços e encontros. Estima-se ainda que os prejuízos causados pelos congestionamentos apenas na cidade de São Paulo passam dos trinta bilhões de reais por ano (cf. CINTRA, 2008), quando o custo da tarifa zero é calculado por alguns em cerca de seis bilhões de reais para a mesma cidade (JUDENSNAIDER, 2013, p. 89).

Dentro desse contexto irracional, não faz sentido discutir o problema do transporte público em conformidade com os restritos parâmetros colocados nos conselhos municipais de transporte, como se ele pudesse ser resolvido caso fossem alteradas algumas rotas de ônibus ou caso se aumentasse timidamente a frota de determinadas linhas, normalmente os únicos temas que se permite ao povo decidir nos conselhos participativos. Isto é, questões menores perto do real confronto político por trás do problema do transporte urbano. A única alternativa contra a política da negociação infrutífera, aquela que contempla os interesses dos políticos e das empresas concessionárias de transporte coletivo, seria instaurar o político, o conflito antagonico dos massacrados pelo caos urbano.

Utiliza-se aqui a diferenciação entre política e político feita por diversos autores como Rancière, Castoriadis, Schmitt, Claude Lefort e retomada didaticamente por Ricardo Sanín Restrepo. Segundo este autor, a política é a ordem institucionalizada onde transcorre a negociação entre aqueles incluídos institucionalmente, cujos interesses já estão contemplados pela ordem posta nos processos institucionais que neutralizam o conflito e o antagonismo, excluindo interesses alheios. O político, por outro lado, é o espaço onde o antagonismo e o conflito criam novos sentidos sociais (RESTREPO, 2012, p. 36).

Sendo assim, ao rechaçar o aumento da tarifa e propor outra lógica de organização social do transporte urbano a partir da ideia do passe livre, as Jornadas de Junho de 2013 rompem o silenciamento do problema do caos urbano, amordaçado em procedimentos kafkianos sobre orçamento, crise fiscal, inflação, dados econômicos e planilhas de *Excel*, ou seja, a política de negociações intermináveis que na verdade mantém tudo como esta e preserva o absurdo de um modelo que gera sofrimento para a maior parte da população. Tudo isso conforme os interesses plutocráticos da elite dos políticos e dos empresários (de ônibus, da indústria automobilística, das instituições financeiras, das empreiteiras e mineradoras) que financiam as campanhas daqueles.

Quando confrontados por propostas do campo político, os governos enviam seus técnicos e suas soluções aritméticas que tentam mostrar a sua inviabilidade, tentando reduzir toda a energia conflitiva das pautas populares. Isso escancara a impossibilidade de diálogo e acordos entre os beneficiários interessados na manutenção da ordem constituída e seus tecnocratas com os excluídos que sofrem cotidianamente seus efeitos e propõem uma alternativa radical. Nas palavras do MPL:

A discrepância entre o custo do sistema e o quanto, como e quando se cobra por ele evidenciam que as decisões devem estar no campo do político, não técnico. É uma

questão de escolha: se nossa sociedade decidir que sim, o transporte é um direito e deve estar disponível a todos, sem distinção ou tarifa, então ela achará meios para tal. (MOVIMENTO PASSE LIVRE *apud* JUDENSNAIDER, 2013, p. 88)

No mesmo sentido, assevera Cocco:

Na medida em que o Movimento pelo Passe Livre (MPL) promove uma luta pela redução das tarifas (o objetivo final é a gratuidade), obtém como resultado uma redução das margens de lucro do grande negócio do transporte coletivo. Essa redução golpeia em cheio as malhas dos acordos de gabinete, comprometendo as condições de governabilidade, com efeito político imediato. Não admira o prefeito (PT) de São Paulo declarar que era ‘matematicamente’ impossível mexer no preço das passagens. Poucos dias depois, a força dos protestos mostrou que o problema não era econômico ou aritmético. O preço justo, no final das contas, não é nenhum ‘justo natural’, mas aquele que a multidão consegue impor ao poder constituído. O preço é uma relação de força e é imediatamente político. (COCCO, 2014, p. 182)

Esse terreno conflitivo criado é o verdadeiro terreno do político e da democracia. Fugindo dos consensos pré-fabricados, os manifestantes de junho constituíram-se como o verdadeiro povo da democracia, o povo ocultado pelo Estado, que tenta reduzi-lo à impotência absoluta (RESTREPO, 2012, p. 11). O povo sem voz da ficção jurídica que legitima a ordem dá lugar ao povo autêntico, que se pronuncia de um lugar que não se pode pronunciar. Sujeitos marginalizados que deixam de ser ocultados e se mostram como poder constituinte (RESTREPO, 2012, p. 37). Constituinte porque escapa da ordem e não pode ser entendido dentro das formas normais do ordenamento jurídico, pois as novas formas são incongruentes com a ordem posta, não podendo ser compreendidas a partir dela (RESTREPO, 2012, p. 17). Formam uma sociedade política que não pode ser inscrita na representação, nem no mercado e nem no Estado, pois seus discursos e formas culturais não cabem na gramática estatal (RESTREPO, 2012, p. 25), pois foi excluído da política e do direito. Povo que é o algo que sobra quando da formação da totalidade do Estado, uma totalidade impossível que exige uma exclusão fundamental (RESTREPO, 2012, p. 12).

Nesse sentido, a exigência do passe livre pode ser entendida como a cidadania insurgente que se sobrepõe à cidadania regulada (cf. ARANTES, 2014; HOLSTON, 2013), nos lembrando que a revolta não é baderna infantil, mas, como afirma Bruno Cava, faz parte do DNA das conquistas de direitos e são responsáveis pela vitalização das instituições democráticas (CAVA, 2014, p. 35). É por meio da insurgência que se resgata o excesso de democracia perdido quando os movimentos democráticos repelem os abusos de uma ordem arbitrária e empreendem uma luta instituinte por uma nova. Contudo, é o mesmo excesso que se perde novamente quando os insurrectos, em nome da unidade do novo corpo político,

acabam excluindo a multiplicidade e os conflitos existentes na sociedade que anteriormente lhes deram força, quando então o poder constituinte se prende nas amarras do poder constituído. Entretanto, é preciso lembrar que a força do poder constituinte nunca se esgota.

Por essa razão, Andreas Kalyvas identifica no poder constituinte a soberania do poder popular e a afirmação do valor democrático básico do autogoverno, quando a política constituinte afirma a liberdade e o exercício da autonomia por parte dos membros de uma coletividade que constroem as formas políticas e organizam suas vidas conjuntamente (KALYVAS, 2013, p. 38). Ele reconhece na multidão o sujeito que exerce uma força extrainstitucional que institui toda autoridade política. Essa força é o poder constituinte, manifestação originária e produtiva, fonte de todas as formas legais e instituições políticas, residindo nela a legitimidade do poder (KALYVAS, 2013, pp. 45-46).

O Estado e todos os poderes instituídos são inferiores à soberania popular, pois eles só existem de forma condicional e autorizada pela multidão. Como sujeito constituinte de toda ordem constituída, a multidão, além do poder de constituir, tem também o direito soberano de desobedecer seus governos e depô-los (KALYVAS, 2013, pp. 51-2). Por esse motivo, a resistência ativa e a revolução são manifestações do poder constituinte popular, forças renovadoras dinâmicas e produtivas de mudança da multiplicidade contra a permanência e a repressão do uno estático estatal. O fundamento de todo sistema político reside nessa indeterminação incontrolável da vontade popular, que pode depor governantes que considere injustos, para além das amarras legais do poder constituído.

Antonio Negri também ressalta o nexos histórico que há entre o poder constituinte e o direito de resistência (NEGRI, 2015, p. 3), capaz de romper toda continuidade a partir de uma força que irrompe e é signo de uma expressão radical da vontade democrática, poder absoluto da revolução democrática que vai do uno ao múltiplo (NEGRI, 2015, pp. 11-12). Por ser fundamento injustificável, é um vazio sem determinações de infinitas possibilidades, de abertura num movimento de potência inesgotável. É potência produtiva que, a partir de sua resistência e ação suspensiva, abre possibilidades fundadoras e inovadoras, um horizonte de algo que ainda não existe, a ser construído (NEGRI, 2015, pp. 15-30).

A multidão dos rebelados de junho era o conjunto dos 99% composto pela classe média e a classe popular urbana presa nos congestionamentos ou enlatada nos ônibus, que clamou por um novo imaginário social, contra as catracas que limitam nossas vidas e garantem os lucros e o poder do 1% restante, a partir de um conflito antagônico que não podia ser aceito pelos ditames dos poderes constituídos. A desobediência da multidão era a

expressão da resistência ativa, legítima e extralegal da multidão, que não reconhecia mais a legitimidade de seus governantes e percebia a incapacidade da ordem constituída atual de dar conta do excesso de democracia transbordando pelas novas formas políticas por vir. Mais do que um sistema de transporte humanizado e menos degradante ao meio ambiente, o passe livre representava outra forma de vida, outra política radicalmente distinta.

Ao se voltar contra os representantes políticos e o poder econômico a ele atrelado, as manifestações também escancaravam como a representação ganha contornos ainda mais perversos em países como o Brasil, onde há uma patente sub-representação das maiorias numéricas que compõem nossa população, como os trabalhadores, os negros e os pardos, e, em contrapartida, setores compostos por uma fatia mínima da sociedade controlam as decisões políticas e econômicas, como os latifundiários do agronegócio, grupos ligados a transnacionais, bancos, empreiteiras, armas de fogo, etc. (DALMAU; SILVA JÚNIOR, 2014, p. 33). Assim, Edmundo Lima de Arruda Júnior afirma que apenas um milhão de pessoas, ou meio por cento da nossa população de 200 milhões, “coordenam o processo geral da reprodução social, elites econômicas e políticas” (ARRUDA JÚNIOR, 2014, p. 227).

De toda forma, para além da questão do transporte coletivo, os protestos foram também se expandindo numa difusão de pautas “contra tudo que está aí” e as manifestações foram ganhando cada vez mais corpo, juntamente com a raiva e a indignação contra o governo representativo e sua casta política, a violência policial, a corrupção, os gastos abusivos com os megaeventos esportivos, a carência de serviços públicos em geral e inúmeras outras queixas sem fim.

Esse grande número de reclamações nos remete ao momento pré-revolucionário francês de 1789, quando listas enormes de registros de queixas, os *cahiers de doléances*, enumeravam os problemas da monarquia absolutista francesa. Hardt e Negri destacam que as forças revolucionárias francesas que cresciam na França identificaram nas queixas o embrião de um novo poder social, construindo a partir delas a figura do Terceiro Estado como sujeito político capaz de derrubar o antigo regime. Os autores propõem que os protestos atuais, que ocorrem ao redor do mundo e da mesma forma levantam inúmeras queixas, sejam vistos também por essa ótica, de modo a enxergar neles a forma potencial de uma nova sociedade global (HARDT, NEGRI, 2012, p. 340). Se adotássemos o mesmo procedimento, para qual política e que tipo de nova sociedade as Jornadas de Junho poderiam apontar? Segundo Giuseppe Cocco, as manifestações de junho “afirmam uma democracia radical articulada entre redes e ruas: autoconvocação e debates nas redes sociais, participação massiva às

manifestações de rua, capacidade e determinação de enfrentar a repressão”, destacando também que a autogestão foi efetivamente construída nos espaços urbanos ocupados nesse período (COCCO, 2014, p. 169).

Desse modo, pode-se dizer que junho demonstrou a capacidade da sociedade brasileira de se auto-organizar e se autocomunicar em rede, de forma descentralizada, horizontal, e sem líderes (ou com lideranças fracas e temporárias), fugindo da lógica hierárquica e vertical dos partidos políticos, dos sindicatos burocratizados, do Estado, da mídia tradicional ou das vanguardas revolucionárias e seus desejos de guiar as massas. As reivindicações e queixas foram múltiplas e a manifestação não podia ser reduzida a um todo homogêneo. Ainda assim, os diferentes foram capazes de, por meio da cooperação, buscar uma troca comum (HARDT, 2014, p. 8), expondo sua indignação coletiva contra os governos representativos, sem que cada um perdesse sua singularidade, capacidade de autoexpressão e participação.

A tomada de decisões dos manifestantes era feita por meio da ação direta. Nas ocupações urbanas de prédios públicos e acampamentos em ruas, ocupantes utilizaram um modelo de democracia direta, horizontal e sem liderança, baseada no consenso (CASTELLS, 2013, p. 142). Esses espaços funcionaram como uma espécie de “laboratório social”, no qual se buscava prefigurar novas formas políticas para a sociedade (CASTELLS, 2013, p. 148). A autogestão, a ausência de hierarquias e a presença de um ideário de liberdade de participação e igualitarismo radical demonstram a intenção dos manifestantes em criar instituições nas quais se construísse uma prática de democracia real e radical. Segundo Manuel Castells, os movimentos sociais em rede, tal como as Jornadas de Junho de 2013, seguem uma utopia de democracia em rede baseada na cultura da sociedade em rede, segundo a qual o sujeito possui autonomia diante das instituições da sociedade (CASTELLS, 2013, pp. 169-170).

A cooperação participativa entre os manifestantes fazia parte de uma nova gramática, um novo discurso político e de novas subjetividades, tendo o comum como horizonte político de autoadministração da comunidade compartilhado por todos, em oposição ao modelo excludente do público/privado de apropriação do poder por poucos. Seguiu-se a lógica da não representação e da autorregulação, pois não havia chefes e as decisões em rede eram compartilhadas por todos segundo a lógica da participação e da democracia direta, em contraponto ao paradigma do comando e da submissão, da atribuição de papéis sociais rígidos. Contra a ideia de todos e da totalidade, estabeleceu-se o paradigma do “qualquer um”, das singularidades (CASTELLS, 2013, p. 104).

Essa construção prática e o não estabelecimento de uma forma de governo se coadunam com a ideia de que a democracia radical é um projeto histórico sempre em aberto e subversivo, numa crítica permanente em relação às instituições, por melhores que elas sejam, e à centralização de poder (LUMMIS, 2002, p. 23). É um processo de, como já foi dito, “revolução rizomática”, cujas raízes se espalham e se aprofundam. As mentalidades se transformam no processo, que é mais importante do que o produto, a partir de um tempo que é não é imediatista, pois está fora da lógica produtivista da ação social imposta pelo pensamento capitalista produtivista (CASTELLS, 2013, pp. 117-120). Por outro lado, é um processo que se realiza desde já, porque nos permite sonhar com a possibilidade de generalizar formas de auto-organização que já existem e estão aqui, vivenciadas como reais por nós, preenchendo o presente de sentido (CAVA, 2013, p. 44). Não é um projeto programático, mas se expande molecularmente de modo imperceptível nos bairros, coletivos e ocupações, prolongando o devir revolucionário (COMITÉ INVISIBLE, 2015, p. 46), deixando um legado duradouro de instâncias de auto-organização (CAVA, 2013, p. 40).

Então, as Jornadas de Junho manifestam um poder constituinte que não quer e não pode se deixar domesticar e ser controlado pelo poder constituído, mas é um processo contínuo de construção de uma democracia radical. Assim sendo, frente a esse enorme poder e desejo de democracia, uma mera reforma política como aquela proposta pela perspectiva reformista que analisamos anteriormente parece pequena. Por essa razão Cocco afirma sobre a “constituinte exclusiva”:

Avaliamos positivamente, em seu conjunto, as iniciativas de Dilma, mas pensamos que a solução não passa nem por um plebiscito nem pela convocação de pactos com supostos representantes dos movimentos (aliás, sempre os mesmos “patrocinados”). O desafio é abrir um verdadeiro ‘processo constituinte’, ou seja, abrir a *polis* à participação efetiva do *demos*, nas ruas e além – mesmo que confusa em um primeiro momento – para unir mobilização e invenção de novas institucionalidades, de novas caras. Se o governo e o PT acharem que poderão evitar essa abertura pela mobilização de supostos representantes de casas e circuitos, repetirão o mesmo erro que fez Haddad quando acreditava que existia amor em São Paulo. O poder constituinte não é nada sem a multidão que o faz viver. (COCCO, 2014, p. 168)

Acrescente-se ainda que, se em sua faceta “positiva” as Jornadas de Junho tiveram um grande potencial construtivo, rico em possibilidades de novas formas de se fazer política, da mesma forma, sua face “negativa”, isto é, de negação das estruturas de poder constituído, também demonstra vigor político e consciência crítica. Essa recusa que, como vimos anteriormente, é encarada por muitos como reacionária e antidemocrática, na verdade põe em xeque instituições autoritárias e hierárquicas que não aceitam lidar com o excesso

democrático e a liberdade que os manifestantes desejavam e expressavam. Dessa forma, Cocco afirma:

A multidão do trabalho metropolitano ocupou e alargou a brecha, estilhaçando o paradoxo e, assim, destituindo-o. O poder destituente detonou qualquer sensação de legitimidade de que gozavam os governo e representantes, bem como os acordos e negócios de cúpula que determinam as políticas públicas, sempre às margens de qualquer processo democrático. (COCCO, 2014, p. 181)

Note-se que o autor utiliza a expressão “poder destituente” denotando uma força capaz de desconstruir, deslegitimar e destronar o poder constituído. Arelada a essa força está o poder constituinte, aquele capaz de criar novas instituições. Por essa razão, há uma diferença entre o sentido de “potência destituente” delineado pelo filósofo Giorgio Agamben na obra *Uso dos corpos* (cf. AGAMBEN, 2017). Como interpreta Andityas Matos, o “poder destituente” sob a ótica agambeniana se trata de uma “pura inoperosidade” que não se confunde com inércia, “mas uma atividade que desativa os mecanismos do direito e da política marcados pela violência exceptiva que os institui, abrindo-lhes novas possibilidades de uso”. Ao contrário da perspectiva de Cocco, em Agamben a destituição “é concebida como uma realidade que em nenhum momento se relaciona à instituição, ou seja, com o paradigma da produção” (MATOS, 2016, p. 73). O potência destituente para Agamben, portanto, destitui também o par poder constituído e poder constituinte. Ao passo que em Cocco o poder destituente depõe o poder constituído e se remete à produção de novas subjetividades e novas instituições, como ocorreu em junho de 2013.

De toda forma, a grande recusa “a tudo que está aí” constitui justamente essa força destituente que se volta contra a mercantilização e a privatização dos espaços das cidades, assim como da política que avaliza esse contexto pernicioso alienando o poder popular:

Os levantes de junho fizeram o país tremer e algumas mente fraquejaram. Afirmaram-se como um movimento potente, autônomo e sem precedentes na escala que alcançaram. Para nós, o que de mais inovador e liberador neles se expressou foi a contestação (difusa e confusa, mas vigorosa) de duas dimensões da polis: de um lado a “política” autista e alienada de seus fundamentos constituintes; de outro, o sequestro das cidades pelo projeto autoritário de sociedade-empresa, que comprime as alternativas de sociabilidade na via única e estreita do consumo pago e submete os pobres ao calvário dos transportes. Uma reivindicação por serviço público gratuito de qualidade desencadeou o movimento; uma contraditória mistura da tentativa de captura midiático-reacionária das manifestações com a indignação civil ante a repressão brutal e a surdez do poder o agigantou. Agora ele vive um momento de recomposição e relativo refluxo, mas está longe de se ter esgotado. (COCCO, 2014, p. 189)

Desse modo, fica claro que a recusa não se direcionava a este ou aquele partido, ao contrário do que pensavam os que enxergavam um complô contra o partido do governo federal. Tratava-se em realidade “do poder constituinte contra todos os estados” (CAVA, 2013, p. 135).

Sendo assim, no sentido aqui analisado, os manifestantes não queriam o poder como se concebe comumente. Isto é, não desejavam obter para si cargos públicos, controle da máquina pública, o monopólio das decisões coletivas e nem se preocupavam com cálculos eleitorais e estratégias de “governabilidade”, modo de atuação corriqueiro dos partidos políticos, inclusive daqueles da “esquerda” institucional tradicional. Para resumir, não queriam se apropriar do poder do Estado, mas sim construir outras instituições, outras formas de poder, colocando-se propositalmente contra e à margem das instituições políticas atuais.

Comentando os protestos espanhóis de 2011, Castells afirma que o movimento dos indignados estava “consciente da dificuldade de afetar a política e os programas de ação dentro dos limites existentes” e, por essa razão, entendia que “havia uma longa marcha a percorrer desde a negação do sistema até a reconstrução das instituições” (CASTELLS, 2013, p. 103). Assim, Castells também afirma que os movimentos sociais que ele classifica como novos não querem se apropriar do Estado, mas sim transformá-lo (CASTELLS, 2013, p. 169) e, pode-se acrescentar, no limite, até mesmo destituí-lo. Sua análise também é aplicável ao caso brasileiro sob a ótica analisada nesta subseção pelas características acima descritas. O que leva a autores como Marco Aurélio Nogueira a sustentarem a seguinte afirmação:

A revolta das ruas foi como o “espírito” de uma nova esquerda, anunciando aquilo que a velha esquerda deixou de valorizar: mais importante que “chegar ao poder” é elaborar novas maneiras de organizar a convivência e compartilhar poderes. Uma esquerda mais “cultural” e participativa, refratária a ordens unilaterais e hierarquias, que deseja uma nova economia, mas dá mais destaque à igualdade, aos direitos, aos indivíduos. Ela mostrou à velha esquerda que a democracia é um valor que precisa ser praticado no Estado e no cotidiano, que luta política é mais que controle de votos e recursos de poder. (NOGUEIRA, 2013, pp. 55-56)

Nesse sentido, podem ser encontrados elementos da teoria de John Holloway nas manifestações de junho. Segundo Holloway, autor do livro *Mudar o mundo sem tomar o poder*, prevaleceu na maior parte do século XX a ideia de que as transformações sociais devem passar pela conquista do poder estatal, desde reformas até mudanças radicais. Sendo assim, considerou-se por muito tempo que “conquistar o poder é o ponto central do processo revolucionário” (HOLLOWAY, 2003, p. 24).

No entanto, colocando esse objetivo como primordial, grande parte das lutas sociais acabou se burocratizando e se militarizando em partidos e exércitos, dado que a conquista do governo do Estado era feita pela via parlamentar, pela ocupação de cargos públicos ou pela força militar (HOLLOWAY, 2003, pp. 26-30). Ao agir desse modo, acabaram fracassando em seus objetivos de mudar o mundo, uma vez que suas práticas comumente resultaram na reprodução das relações de poder que deveriam ser transformadas inclusive “no interior da luta contra o poder”. Adotando-se a lógica do poder, “a luta contra ele já está perdida” (HOLLOWAY, 2003, p. 32). Desse modo, o desafio revolucionário do século XXI consiste em “mudar o mundo sem tomar o poder” (HOLLOWAY, 2003, p. 37) para que não se repitam os mesmos erros e se alcance efetivamente as mudanças pretendidas. Esse outro caminho revolucionário passa pela criação de espaços de antipoder (HOLLOWAY, 2003, p. 37), isto é, colocando-se em permanente recusa do poder posto, buscando-se construir relações sociais e políticas alternativas. Mantendo-se autônomos em relação às instituições existentes, construindo na rua as próprias formas de organização política de forma horizontal e cooperativa, os manifestantes agem exatamente nessa perspectiva. Recusam a participação inócua e contraprodutiva em entidades antidemocráticas e agem desde já concretizando em seus procedimentos os princípios pelos quais lutam.

Confluindo com a análise de Holloway, Rafaelle Laudani afirma que a guerra revolucionária clássica já não é mais praticável nos dias de hoje, o que o leva pensar que a desobediência, nesse contexto, é um método importante para promover as mudanças necessárias a uma revolução (LAUDANI, 2012, pp. 148-149). O mesmo autor identifica em movimentos da segunda metade do século XX e do começo do século XXI processos centrados na desobediência que se tornam referência de uma ação social subversiva organizada de forma diferente em relação aos clássicos movimentos socialistas que tinham como objetivo a tomada do poder. É o caso do Maio de 68, um movimento múltiplo de desobediências contra a autoridade, que deixa de lado a velha organização de vanguarda em direção a uma organização descentralizada (LAUDANI, 2012, pp. 171-172). A exigência de liberdade do movimento torna inaceitável a centralização das práticas subversivas, ao mesmo tempo em que elas se espalham por toda a sociedade de forma difusa e por contágio:

... en este caso, el recurso de que la complejidad social y las exigencias de libertad del movimiento hacen al mismo tiempo impracticable e inaceptable la recomposición unitaria y centralizada de la práctica subversiva, así como una sustitución lineal del viejo aparato estatal por uno revolucionario y nuevo. El tardo capitalismo, de hecho, se caracteriza por una profunda transformación del mando político, que pasa a ser de tipo 'reticular', y al que por tanto debe corresponder también una descentralización de las prácticas del movimiento, su difusión por 'contagio' a todos los ganglios de la sociedad. En otras palabras, a falta de un 'corazón del Estado', la lucha revolucionaria debe desplegar una nueva forma de organización que se sitúa más allá de la organización de partido' y que debe estar formada por 'centrales descentralizadas' (LAUDANI, 2012, p. 172)

Assim, a desobediência aparece como o motor de um longo processo de transformação que visa criar contra-instituições e participar das instituições existentes de modo subversivo. Não se busca tomar o poder, mas criar uma nova sociedade a partir da velha, de maneira que desobediência e revolução passam a ser considerados conjuntamente (LAUDANI, 2012, p. 173).

Para Laudani, essa desobediência organizada de forma descentralizada aparece como uma força criativa que, a partir do rechaço, constrói relações sociais diferentes e novas formas de vida (LAUDANI, 2012, pp. 178-180). Além do Maio de 68, o autor também cita os protestos de Seattle em 1999 e os de Gênova em 2012 como exemplos de estratégia revolucionária a partir de processos difusos e não centralizados, organizados a partir de redes horizontais (LAUDANI, 2012, pp. 189-190).

Observe-se que, se os protestos de Seattle se encaixam no perfil de movimento analisados por Laudani, podemos estender suas implicações também aos movimentos sociais globais da década de 2010, em razão das semelhanças já traçadas entre esses movimentos, e, em consequência, igualmente, às manifestações de junho de 2013, por entendermos que este protesto se insere no mesmo ciclo de lutas.

Continuando seu raciocínio, Laudani afirma que movimentos como o Maio de 68 e os protestos de Seattle inauguram uma nova *práxis* que visa construir a democracia desde baixo, sem que se crie uma unidade definitiva, o que segundo Laudani está em consonância com o conceito de multidão de Hardt e Negri (LAUDANI, 2012, p. 192). Segundo a leitura de Laudani, a multidão é uma organização de singularidades dentro do formato em rede que se recusam a se assumir num grupo centralizado, a partir da expressão de um coro de vozes diferentes, assim definindo o que têm em comum e de singular, sendo irredutíveis a uma unidade ou identidade. Ela é capaz de produzir novas instituições que se voltam contra os poderes dominantes e por isso se baseia numa desobediência que, além de ser conflitiva, se relaciona com uma noção de democracia radical (LAUDANI, 2012, p. 193).

O conceito de multidão ao qual se refere Laudani foi delineado por Antonio Negri e Michael Hardt, especialmente nas obras *Império* (cf. HARDT; NEGRI, 2006), *Multidão* (cf. HARDT; NEGRI, 2012) e *Bem estar comum* (cf. HARDT; NEGRI, 2016). Trata-se de um conceito, evidentemente, complexo. No entanto, uma explicação sucinta, como aquela trazida por Laudani, nos auxiliará a compreendermos muitas das leituras acerca dos movimentos de junho sobre os quais aqui nos debruçamos.

Segundo os mencionados autores, a multidão é o “único sujeito social capaz de realizar a democracia, ou seja, o governo de todos por todos” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 141). Ela é “composta de um conjunto de singularidades – e com singularidades queremos nos referir aqui a um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente”. Por essa razão, ela é plural e múltipla, assim se diferenciando da noção de “povo”, que é uno e “sintetiza ou reduz essas diferenças sociais a uma identidade”. As partes do povo são “indiferentes em sua unidade, tornam-se uma identidade negando ou apartando suas diferenças” (HARDT; NEGRI, p. 139). Apesar da sua natureza múltipla, a multidão “não é fragmentada, anárquica ou incoerente”, por isso ela se diferencia da turba e das massas (pp. 139-140). As turbas e as massas “não são capazes de agir por si mesmos, precisando ser conduzidos”, por isso são “suscetíveis de manipulação externa”. Além disso, elas são homogêneas e uniformes, ao contrário da heterogeneidade que constitui a multidão. A capacidade de ação e constituição da multidão “não se baseiam na identidade ou na unidade (nem na indiferença), mas naquilo que tem em comum” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 140). As singularidades que compõem a multidão são capazes de, por meio da cooperação, se auto-organizar, criando, então, uma alternativa política que “não se limita a uma escolha entre liderança central e anarquia” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 286).

Além de não se confundir com o povo e a massa, deve-se destacar também que a multidão não é apenas um conceito de classe econômica. A multidão é ao mesmo tempo um conceito de classe econômica e política. Portanto, ela não se constitui num sujeito único como o proletariado, mas possui uma multiplicidade irreduzível de raça, geografia, etnia, gênero e sexualidade (HARDT; NEGRI, 2012, pp. 142-144). É por essa razão que a multidão brasileira em junho foi capaz de articular não só lutas econômicas, mas também pautas identitárias como o feminismo e a luta contra a homofobia, quando os manifestantes se manifestaram contra o projeto de lei da “Cura Gay”, aprovado pela Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados presidida pelo então deputado Marco Feliciano.

De forma sintética, Hardt e Negri ainda definem a multidão como “uma rede aberta e em expansão na qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualmente, uma rede que proporciona os meios da convergência para que possamos trabalhar em comum” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 12).

É importante frisar também que a multidão desafia uma recorrente “verdade” da filosofia política, aquela segundo a qual “só aquilo que é uno pode governar, seja o monarca, o partido, o povo ou o indivíduo; sujeitos sociais que não são unificados, mas múltiplos, não podem governar, devendo pelo contrário ser governados”. Isto porque a multidão é “capaz de agir em comum, e portanto de se governar”. Se o poder soberano forma um corpo político hierárquico de membros que obedecem aos comandos do governante, em contrapartida “a multidão é carne viva que governa a si mesma” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 140). Por essa razão ela não pode “encontrar uma unidade representativa”, ela não é “representável” (SANTAELLA, 2014, pp. 11-12).

Enfim, mais do que procurar saber o que ela é, deveríamos nos perguntar o que pode vir a ser multidão (HARDT; NEGRI, 2012, p. 146), porque ela se manifesta como potência, uma fonte produtiva constante e inovadora de novas subjetividades e novas instituições. Expressa o devir revolucionário do poder constituinte e, portanto, uma força inesgotável que pode voltar a qualquer momento.

Ao analisar as manifestações de junho e os recentes movimentos sociais, Lucia Santaella afirma que o conceito de multidão “embora tenha sido pensado e formulado antes dos movimentos sociais que têm agitado o planeta revela-se como um dos mais aptos para dar conta das novas dinâmicas que se impõem” (SANTAELLA, 2014, p. 11). Ela enxerga nos enxames dos corpos presenciais e nas suas extensões nas redes justamente a potência política da multiplicidade de singularidades, que, apesar de não se reduzirem a uma unidade, agem em comum “a partir de uma proliferação de atividades criativas, relações ou formas associativas” (SANTAELLA, 2014, pp. 11-12).

Giuseppe Cocco também se utiliza do conceito de multidão para explicar as manifestações brasileiras. As Jornadas de Junho teriam sido para o autor o momento da manifestação dessa potência política:

As jornadas de junho demonstraram que a multidão existe – e excede. Desperta esperanças, estimula desejos, produz comunidade, devém insurgente. Multiplicidade de singularidades em permanente recomposição, a plebe experimentou nas manifestações seu ‘devir-multidão’, afirmou-se como ‘parcela dos sem parte’ que recusa não ter parte na riqueza socialmente produzida por ela. E, ao mesmo tempo,

mostrou ser a única força capaz de produzir outra *polis* possível, com outros valores, apontando para a instituição de uma nova ordem comum. (COCCO, 2014, p. 190)

No entanto, cabe ainda refletir sobre a questão da representação e o sentido de junho aqui abordado. Se os manifestantes se posicionaram de forma eloquente contra a representação moderna, procurando construir nos protestos alternativas políticas para além dela, seriam eles capazes de elaborar uma forma de organização social onde ela fosse abolida? Ou, se a representação moderna fosse suplantada, seria possível construir uma política que não envolvesse qualquer tipo de representação? Isso é possível e desejável para uma democracia real?

Segundo Giuseppe Cocco, “a teoria do poder constituinte e sua realidade (aquela que está abertamente nas ruas do Brasil inteiro) é uma teoria da democracia radical”, mas que, no entanto, não é “contra a representação, mas contra a separação desta de sua fonte: a soberania popular” (COCCO, 2014, p. 168). O autor faz uma salvaguarda da representação nos moldes em que a conhecemos. Andityas Matos, por outro lado, aponta que a saída para o problema da representação passa pela construção de estruturas radicais de democracia, onde discussão e decisão são momentos correlatos, o que possibilita “a vivência da experiência democrática real, sem mediações (‘representações’ ou representações)” (MATOS, 2014, p. 231). O debate indica que ainda existem muitos desenvolvimentos teóricos e práticos a respeito do problema da organização social e da representação. Se o sentido democrático radical de junho se posiciona de forma clara contra as atuais implicações do mecanismo representativo, nos parece que as saídas políticas para tal dilema são caminhos ainda por serem construídos, em que junho assinala um corajoso passo nessa direção, ainda que incipiente.

Para concluir, pode-se dizer que as manifestações de junho foram revolucionárias quando se colocaram como uma forma de desobediência e recusa insurrecional, não se deixando capturar pela mídia, pelos partidos políticos e pelo poder constituído em geral. Ainda que de forma descentralizada, não perderam sua força política e afirmaram sua autonomia, sem deixar de lado os princípios de ação democrática. Formularam uma alternativa política que, apesar dos retrocessos imediatos, pode se concretizar futuramente como uma efetiva construção de uma democracia radical. Assim, mostraram que é possível agir politicamente, tomando decisões e construindo novas instituições para além de uma representação política que se reduza ao uno, à homogeneidade do rei, do povo, da vanguarda ou do partido.

4.7 Depois de junho

Os grandes protestos arrefeceram no Brasil após o junho de 2013. Nos meses seguintes ao evento, apenas se verificaram alguns protestos organizados por entidades sindicais e outros pequenos protestos, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Nenhum deles, no entanto, teve a mesma repercussão midiática ou o número expressivo de manifestantes que as Jornadas de Junho tiveram.

No ano seguinte, porém, havia grande expectativa quanto à realização de grandes protestos. Isso porque em 2014 aconteceria a Copa de Mundo no Brasil, evento futebolístico de repercussão internacional. Como uma das tônicas dos protestos do ano anterior havia sido a crítica aos exorbitantes gastos públicos em razão da realização de grandes eventos esportivos, esperava-se uma grande onda de insatisfação nesse período. Essa expectativa se frustrou e apenas pequenos protestos foram feitos. A Copa do Mundo acabou sendo um sucesso de público.

Apenas nos anos seguintes, em 2015 e 2016, grandes protestos voltariam a acontecer no Brasil. Conforme veremos, entretanto, eles teriam características bastante diferentes em relação aos protestos de junho, ainda que muitos notassem uma relação de continuidade quanto aos dois diferentes momentos, em especial os críticos das manifestações de 2013.

Após as eleições presidenciais, a partir do final do ano de 2014 e do começo de 2015, a política nacional havia ganhado uma nova clivagem. Nesse momento, a complexidade, a heterogeneidade e a potencialidade dos movimentos de junho se esvanecem. As energias revitalizantes que se mostravam naquela ocasião perdem a sua força. Depois de forte repressão policial, cooptação midiática e deslegitimação do movimento por parte dos políticos e partidos tradicionais, as Jornadas de Junho vão perdendo seu vigor e dão lugar a uma política polarizada, que coloca em perspectiva uma empobrecida dicotomia entre críticos e apoiadores do governo federal petista. A rica criatividade política de junho se perde nos labirintos da velha política institucional.

Dilma Rousseff se reelege presidente em apertada votação. Muitos setores, entretanto, “se decepcionaram com o desfecho das eleições presidenciais” e logo depois do pleito iniciaram uma forte oposição ao governo reeleito. O PSDB, partido que havia disputado a presidência no segundo turno e perdido, “pediu ao TSE a cassação do mandato de Dilma, alegando fraude nas apurações”. O então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, instaura a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobrás para investigar o escândalo do

“Petrolão”, que envolvia a cúpula dos políticos governistas e sua base aliada. O tema da corrupção se torna onipresente e, depois, motivará os novos protestos (ALONSO, 2017, p. 54).

Em março de 2015, inicia-se uma nova fase de grandes protestos no Brasil. Em São Paulo, na Avenida Paulista, milhares de pessoas se reúnem para protestar contra o governo petista e seus atos de corrupção. Nas cores verde e amarelo, carregando a bandeira do país e entoando cânticos nacionalistas, cerca de um milhão de pessoas, segundo a Polícia Militar, ou mais de 200 mil, segundo o Datafolha, aderem aos protestos. No dia 20 de agosto, novas manifestações volumosas contra Dilma acontecem em todo o país (ALONSO, 2017, p. 55).

No final de 2015, a Câmara dos Deputados aceita a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff protocolado por Hélio Bicudo e Janaína Paschoal. Acelera-se, então, a divisão que mencionamos anteriormente. Assim, o cenário político se divide entre os apoiadores do *impeachment* (“Fora Dilma”) e os defensores do governo (“Não vai ter golpe”). No ano de 2016, essa divisão se acentua com o desenrolar do processo de *impeachment*.

Entre os apoiadores do *impeachment*, encontravam-se, principalmente, a parcela dos grupos conservadores de junho de 2013, os quais Angela Alonso chamou de “setor patriótico”. Eles se pautavam por gritos de ordem contra o PT, a inflação e a corrupção, defendendo as investigações da “Lava Jato”, que apurava os casos de corrupção do esquema do “Petrolão”. O juiz Sérgio Moro, responsável em primeira instância por julgar os casos da mencionada investigação, tornou-se uma espécie de ídolo e referência para os protestos, símbolo de uma “moralidade pública”. Era marcante nesses grupos uma tônica de “conservadorismo moral, ataque a minorias e proposição de políticas autoritárias”, como o apoio à intervenção militar (ALONSO, 2017, p. 54). A retórica moralizadora, além da corrupção, abarcava o discurso “pátria, religião, família e valores da sociedade tradicional”. Entre os grupos que compunham os manifestantes, destacam-se os “setores organizados de classe média e alta”, empresariado e associações patronais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Também foi importante a participação de novos grupos que se organizavam, principalmente, na internet, como o Endireita Brasil, Movimento Brasil Livre, Revoltados On Line e Vem pra Rua (ALONSO, 2017, pp. 55-56).

Paralelamente aos protestos favoráveis ao *impeachment*, ainda que em proporção menor, grupos começaram a se mobilizar em favor da presidente Dilma e de seu partido. Nesse momento, sindicatos, movimentos sociais, o PT e outros setores a ele ligados se

mobilizaram na campanha contra o impeachment. Isto é, foram às ruas os apoiadores do partido da presidente, especialmente os movimentos sociais tradicionais brasileiros que mencionamos anteriormente no presente trabalho, a militância petista, portanto.

Ambos os grupos passaram a se confrontar na arena política. Não raras foram as vezes em que esse confronto resultou, inclusive, em pancadarias nas ruas. O embate monopolizou a discussão política não só antes, mas como também depois do *impeachment*, perpetuando uma divisão entre os “coxinhas”, alcunha para se referir de forma pejorativa aos apoiadores do *impeachment*, por serem preponderantemente de classe média, e os “mortadelas”, nome também pejorativo que fazia referência ao fato da militância petista organizar os seus protestos de forma tradicional e não espontânea, por meio de líderes sindicais e partidários, sendo comum a distribuição de lanches para atrair apoiadores. Hipertrofiaram-se os setores conservadores e os governistas, que foram se estabelecendo como protagonistas políticos nas ruas, sufocando a pluralidade política de junho:

Os três estilos de ativismo, misturados em 2013, desaguaram em dois grandes campos políticos em competição entre si pela direção do Estado: um pró, outro contra o impeachment. Quando a medida foi a voto na Câmara, no dia 31 de agosto, a cerca invisível de junho de 2013 virara muro metálico. Fincado na Esplanada dos Ministérios, simbolizou com perfeição o racha do país (ALONSO, 2017, p. 56).

O cenário de polarização e crise política foi se agravando em conjunto com uma crise econômica sem precedentes na história recente do país. Foi então que ao redor da figura do vice-presidente Michel Temer se aglutinaram forças para a efetivação da retirada de Dilma Rousseff do poder. Como saída para a solução da crise econômica, Temer se apoiou numa série de medidas de austeridade que compunham um ajuste fiscal nos moldes neoliberais. Elas compunham o documento chamado “Ponte para o futuro”, onde se estabeleceu um programa centrado na contenção de gastos sociais, na reforma da legislação trabalhista (para que pudesse prevalecer o convencionado entre as partes sobre as normas legais), na reforma da previdência social, no retorno ao “regime anterior de concessões na área de petróleo” e numa “política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias”¹⁰.

A partir de então, além das movimentações nas ruas, o movimento *pró-impeachment* ganha grande força institucional, além do apoio da elite das forças econômicas, o que culminou no afastamento de Dilma Rousseff da presidência num processo questionável,

¹⁰ Conferir o documento citado no endereço: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

inclusive do ponto de vista técnico-jurídico (para essa discussão cf. BUSTAMANTE, 2018). Temer assumiu a presidência e, junto ao Congresso, levou a cabo a maior parte das medidas de austeridade mencionadas acima. Ele e vários políticos próximos ao seu governo também se envolveram em diversos escândalos de corrupção nas investigações da operação “Lava Jato”. No entanto, os manifestantes pró-*impeachment* que antes haviam levantado a bandeira da moralidade pública não foram novamente às ruas para exigir sua retirada do poder, demonstrando certa seletividade em relação à indignação contra a corrupção.

Ressentidos pela perda de poder resultante desse processo, militantes, políticos e intelectuais ligados ao PT apontaram junho de 2013 como o início do movimento que culminou no *impeachment*, numa linha interpretativa que desde à época dos fatos via os protestos como um movimento ilegítimo, conforme já analisamos. Segundo a leitura dos petistas, se as ruas de junho rejeitavam a política institucional como um todo, incluído no bolo o PT, então seus participantes “estavam com a direita” ou “faziam o jogo da direita”. Nessa visão reducionista, os manifestantes de 2013 pouco se diferem ou são os precursores dos movimentos de 2015 e 2016.

Essa perspectiva se revela equivocada a partir de uma simples análise do perfil dos manifestantes de ambos os protestos. Conforme exposto anteriormente, o perfil “médio” dos participantes de junho era composto por jovens, diplomados ou cursando o ensino superior e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o chamado precariado urbano. Por sua vez, os protestos de 2015 e 2016 tinham como público, principalmente, o perfil socioeconômico de classe média alta (CAVALCANTE, 2015, p. 179). Os participante pró-*impeachment* possuíam renda muito superior à média da população, conforme podemos verificar nos dados fornecidos pelo Datafolha (DATAFOLHA, 2018). Outra diferença significativa diz respeito à idade. A média de idade indicava que os manifestantes dos protestos pró-*impeachment* não eram jovens como aqueles de 2013, mas adultos com idade superior a trinta e seis anos (DATAFOLHA, 2018).

Assim, o que se viu após junho foi um fechamento da abertura de possibilidades trazida pelas ruas em prol das velhas disputas palacianas no campo institucional. Uma parcela minoritária do movimento de 2013 acabou se fortalecendo no decorrer dos anos seguintes. Ao contrário do que havia analisado Marcos Nobre, junho de 2013 não representou o fim do “pemedemismo”. Esse partido, inversamente, ganhou forças e implantou uma série de medidas ilegítimas contra garantias e direitos trabalhistas e sociais. Não houve, portanto, uma regeneração da representação política, ao contrário do que muitos pensavam. Entretanto, não

há umnexo causal entre esses acontecimentos recentes e as Jornadas de Junho de 2013, como seus críticos querem lhe imputar.

De qualquer forma, como afirmam Alana Moraes e outros, não se pode analisar os eventos de junho “apenas pela falta de institucionalização da revolta”, reduzindo a potencialidade política do evento “à representação e ao avanço da política profissional sobre a múltipla irrupção política do fora”. Dessa forma, podemos pensar “um Junho que está sendo” e não simplesmente “o que se passou depois de junho”. Por essa razão devemos analisar junho pela sua potência de ruptura, geradora de um novo imaginário social (MORAES, et al., 2014, p. 15). Um imaginário que alimenta o desejo de uma democracia real, a partir de lutas e organizações horizontais, sem lideranças, abertas à participação de todos, que prefiguram desde já em suas práticas o mundo que querem construir. Junho, portanto, é um processo ainda em curso, espalhando, rizomaticamente, as raízes do desejo de uma democracia efetiva. É também uma mobilização produtiva que “vem gerando continuamente outros sujeitos sociais, novas qualidades e novas capacidades” (COCCO, 2014, p. 177).

Nesse sentido, podemos identificar o imaginário de junho, por exemplo, perpassando movimentos como as ocupações das escolas e universidades ocorridas no final de 2015 e em 2016 no Brasil (cf. CAMPOS,MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). Em sua fase inicial, os protestos surgiram quando o governo de São Paulo anunciou uma “reorganização escolar”, medida administrativa que implicava a transferência de um milhão de alunos da rede pública estadual de forma arbitrária, sem consultar os implicados pelo ato. Supostamente, a medida melhoraria o desempenho da aprendizagem e otimizaria a gestão das salas ociosas na escola (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, pp. 27-28).

No entanto, constatou-se posteriormente que a medida poderia, em verdade, resultar na demissão de professores e no fechamento de escolas. Isso indignou os alunos que começaram a se mobilizar. Inicialmente pelo “Facebook, nos grupos de Whatsapp e no cotidiano da escola”, até se organizarem em “passeatas nos bairros, depois protestos em regiões centrais, reunindo várias escolas e, finalmente, ocupações. Das ocupações o movimento ainda se metamorfoseia em trancamentos de avenidas” até conseguir, ao final, “a derrubada do fechamento das escolas” (ORTELLADO, 2016, pp. 12-13). Os estudantes tiveram sucesso, portanto, em seu objetivo imediato e o governo de São Paulo desistiu de seus projetos de “reorganização escolar”.

Segundo Pablo Ortellado, o processo de organização dos protestos e das ocupações “geraram uma dinâmica de organização coletiva que forjou novas relações sociais” durante o

processo de luta. Essa sociabilidade nova se baseava “na corresponsabilidade, na horizontalidade, dos processos decisórios e no cuidado com o patrimônio público”, inspirada na política pré-figurativa da tradição autonomista, consistente na “capacidade de forjar, no próprio processo de luta, as formas sociais a que se aspira, fazendo convergir meios e fins” (ORTELLADO, 2016, p. 13). Por isso, afirma Ortellado, desprezaram os partidos políticos e as entidades estudantis tradicionais a eles atrelados para, então, construir grêmios horizontais que lutavam pelo direito à educação, atraindo a solidariedade da população em geral. Em razão dessas características, o autor afirma que “o movimento dos estudantes secundaristas pode ser visto como a primeira flor de junho, o primeiro desdobramento pleno dos protestos de junho de 2013” (ORTELLADO, 2016, p. 15).

Complementando a ideia de Ortellado, podemos afirmar que várias outras “flores de junho” surgiram após os protestos de 2013. Joviano Mayer, por exemplo, observa que as ocupações da Izidora na cidade de Belo Horizonte “também são desdobramentos de junho de 2013” (MAYER, 2015, p. 154). As mencionadas ocupações são um conjunto de assentamentos de sem-teto em uma área objeto de um dos maiores conflitos territoriais urbanos do país. Foi no ano de 2013 que elas surgiram, quando milhares de pessoas de baixa renda construíram habitações informais no local. Desde então, os moradores do Izidora resistem contra as tentativas de despejo que afetaria as mais 30 mil de pessoas que ali habitam. Prefeitura de Belo Horizonte e particulares, entre eles membros família Werneck que alegam serem os proprietários do terreno, pretendem utilizá-lo em um empreendimento imobiliário do programa “Minha Casa, Minha Vida” (cf. RODRIGUES, 2016). Os ocupantes do Izidora iniciaram seu movimento de forma alheia “à direção tanto do Estado, quanto do Movimento Popular organizado”, de forma “semi-espontânea”, segundo o entendimento de Rodrigues (RODRIGUES, 2016, p. 15). Apesar do forte interesse econômico na região, lutam pela permanência no local e por uma moradia digna.

Voltando à temática das ocupações estudantis dos secundaristas, é interessante acrescentar ainda que o movimento inspirou outras mobilizações semelhantes. Em setembro de 2016, quando Michel Temer articulava o Congresso para a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 241, que pretendia congelar por vinte anos os gastos públicos, dentre eles os recursos destinados à educação, iniciou-se nas escolas e universidades brasileiras um movimento semelhante ao dos estudantes contra a “reorganização escolar”. Foram ocupados pelos secundaristas e universitários cerca de mil estabelecimentos de ensino, em protesto contra a medida e reivindicando mais investimentos na educação. A organização seguiu os

moldes horizontais e autônomos que analisamos anteriormente. Apesar da “primavera secundarista” a medida do teto de gastos acabou sendo aprovada posteriormente. No entanto, tratou-se de um importante episódio da política recente, onde mais uma vez se reafirmaram os princípios de lutas democráticas e a capacidade auto-organizativa da sociedade brasileira, reflexos de junho de 2013.

5. CONCLUSÃO

No início da década de 2010, os protestos ao redor do mundo e no Brasil, ao questionarem as autoridades e confrontarem a ordem estabelecida, deixaram patente a “crise de representação” que atinge as instituições vigentes em todo o mundo, mesmo nas chamadas democracias ocidentais. Por essa razão, seguindo os rastros deixados por esses protestos, o presente trabalho analisou inicialmente o instituto da representação, assim como sua relação com a democracia, em alguns momentos específicos da história.

Desse modo, começamos nossas investigações analisando o surgimento da democracia em Atenas, quando ainda não havia um sistema de representação política. Observamos que a palavra democracia denotava um sistema político onde os “muitos” exerciam sua força e poder, momento no qual a “ralé grega” experimentou um momento inédito e inovador na história humana. Para desgosto dos nobres e bem nascidos, os camponeses e artesãos atenienses passaram a se imiscuir nos assuntos públicos, decidindo de maneira direta, em praça pública, as questões concernentes aos assuntos comuns na cidade. Em uma época como a nossa, em que a palavra “democracia” se tornou tão vilipendiada e esvaziada de sentido, recuperar a inovadora experiência grega se torna uma tarefa importante. Ao por em evidência a força dos 99% e se organizar de forma horizontal nas ruas, praças e ocupações, transformando esses espaços em locais de discussão e decisão política, os manifestantes da década de 2010 resgataram em suas práticas a potência da origem da democracia contra o domínio dos “poucos”.

Após isso, verificamos que as origens da representação política na Idade Média arquitetaram um instituto imprescindível para a construção e legitimação de uma ordem política hierárquica e autoritária. Elas engendraram uma estrutura que transforma o múltiplo em uno, uma substância homogênea em que representantes e representados podem se identificar e relacionar, mas sempre com a preponderância daqueles, os que mandam, e não destes, os que obedecem. A modernidade, ainda que instauradora de enormes rupturas, mantém a forma da estrutura hierárquica na ordem política ao resgatar a representação como mecanismo para instauração da “democracia” em larga escala. O “povo”, a “nação” e a “soberania” tomam o lugar antes ocupado por “Deus”, enquanto ficção simbólica transcendente que opera a formação de uma unidade a partir de elementos heterogêneos, sujeitos múltiplos que são tornados “representáveis” por uma elite que governa e controla a maioria despossuída. O caso da Revolução Americana analisado sob a perspectiva de Roberto Gargarella é emblemático nesse sentido, demonstrando que a representação liberal foi o

mecanismo encontrado pelas elites proprietárias americanas para conter a democracia real e direta praticada nas *town meetings*, quando os americanos comuns deliberavam sobre a vida na cidade e os rumos do processo revolucionário.

Dando outro salto histórico, analisamos concisamente a relação entre o pensamento socialista, os movimentos operários do século XIX e XX e suas perspectivas sobre a representação. Muitos deles traziam consigo a promessa de uma democracia social e econômica contra os mecanismos mistificadores da representação moderna para que prevalecesse então um sistema político democrático construído de baixo pelos trabalhadores despossuídos. Apesar das inovações trazidas pela Comuna de Paris e pelos soviets, no sentido de controlar estritamente os delegados por meio da participação popular e dos princípios deliberativos de democracia direta, o que se viu historicamente no desenvolvimento dos movimentos socialistas foi um definhamento daquelas instituições novas construídas pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se fortalecia uma elite de burocratas. O projeto político democratizante dos trabalhadores foi substituído por um Estado centralizador e autoritário, resultante da ideia de que um partido de vanguarda poderia ser o legítimo representante dos interesses das massas.

Examinamos ainda o período de redemocratização brasileiro em meados da década de 1980, quando importantes atores políticos brasileiros aderiram ao projeto do Estado Democrático de Direito, movidos pelas ideias de complementação da representação política a partir da democracia participativa. Anos depois, os mesmo atores ainda exerceriam papel importante no contexto da realização das Jornadas de Junho de 2013, ao mesmo tempo em que sinalizavam um esgotamento de suas forças diante dos novos ativismos.

A partir desse ponto, antes do estudo dos protestos de junho de 2013, analisamos outros movimentos tidos como seus influenciadores. Passamos a comentar, então, os protestos de Seattle de 1999, assim como os protestos do início da década de 2010 ao redor do mundo (a Primavera Árabe, os Indignados espanhóis e o *Occupy Wall Street*). Verificamos que esses movimentos possuíam em comum algumas características importantes como a organização em rede, isto é, horizontal e sem lideranças, a importância da utilização da internet em sua organização e mobilização e a heterogeneidade da composição de seus participantes. Além disso, foram mobilizações que se posicionaram contra os abusos do atual modo de produção global e o seu sistema político correlato. Dessa forma, foi possível perceber uma série de semelhanças que nos permitiram classificar os protestos de 2010 como sendo parte de um mesmo ciclo global de lutas. Também verificamos que esses movimentos foram relevantes no

sentido tanto de produzir mudanças concretas nas instituições atuais, quanto de estabelecer novas formas de mobilização, subjetividades e projetos políticos alternativos para o futuro.

Com esses insumos, examinamos os fatos, personagens, acontecimentos e sentidos políticos e filosóficos de junho de 2013. Concluímos que as Jornadas de Junho de 2013 se caracterizaram como um ponto de inflexão importante no cenário político recente. Foram protestos que contaram com a participação de um número massivo de pessoas, possuindo pautas difusas, desde a reivindicação por direitos sociais até pautas identitárias. Em geral, os manifestantes praticaram a desobediência civil pacífica e fizeram uso de ações diretas, como o trancamento de avenidas e a ocupação de espaços públicos. Não possuíam lideranças claras e se organizaram de forma horizontal e acêntrica. Definiram-se também pela importância desempenhada pelas mídias digitais não só para a mobilização e organização dos protestos, mas como também para contrapor as narrativas da mídia tradicional e dos órgãos estatais que tentavam deslegitimá-los e reprimi-los. Sua forma de mobilização demonstrou que estava surgindo um tipo de ativismo novo, mais dinâmico, heterogêneo, complexo, com uma organização menos hierárquica e fluida. A origem dessas características pode ser remetida desde os movimentos mais recentes, como aqueles analisados anteriormente no presente trabalho, até o Maio de 68 na França. Aconteceram alguns atritos entre os manifestantes de junho e os movimentos sociais brasileiros mais tradicionais em razão desse choque geracional. No entanto, se houve desavenças, também é verdade que os dois tipos de ativismo souberam cooperar e agir em conjunto em certos momentos.

Verificou-se da mesma forma que os protestos brasileiros se associaram aos recentes protestos globais ocorridos no Oriente Médio, na Europa e nos Estados Unidos da América. Além das semelhanças quanto ao papel exercido pela internet, ao perfil social e às demandas dos manifestantes, essas manifestações se espelharam, influenciaram e dialogaram entre si, refletindo certa estética e gramática em comum, além de bordões e queixas similares. Dessa forma, as Jornadas de Junho de 2010 podem ser incluídas naquele ciclo de lutas que mencionamos anteriormente.

Em relação ao perfil dos participantes, foi possível perceber que junho possuiu uma composição bastante diversa, contando com a participação desde setores populares até de classe alta. No entanto, destacou-se como o tipo de manifestante mais comum nesse período o jovem cursando o ensino superior ou diplomado, mas que se insere de forma precária e flexível nas relações de trabalho, a cuja figura alguns autores se referem utilizando a expressão “precariado urbano”.

Do ponto de vista político, foi possível, em uma classificação didática, extrair três sentidos possíveis das Jornadas de Junho de 2013. A classificação retomou a apresentação inicial acerca da representação política e levou em conta as interpretações mais comuns encontradas na bibliografia sobre junho.

Dessa forma, o primeiro sentido destacado foi o reacionário ou conservador, caracterizado pela pauta anticorrupção, valorização da ordem e da moralidade pública e por uma exaltação nacionalista, que, em última instância e em proporção minoritária, clamava por uma intervenção militar. Razão pela qual se pode dizer que, no que diz respeito à representação, há aqui um desejo de seu superdimensionamento, apontando para soluções políticas centralizadoras e autoritárias. Os autores que interpretam junho nesse sentido atrelam seus participantes aos setores da classe média alta brasileira. Não raras vezes, eles acabam realçando somente esse aspecto das manifestações com propósitos político-partidários de deslegitimá-la.

Num segundo sentido, o reformista, os protestos de junho foram vistos como manifestações que se mobilizaram pela regeneração da representação pela via da democracia participativa, assim como pela luta por direitos e a efetivação das promessas da Constituição de 88. Por último, o terceiro sentido foi chamado de revolucionário, uma vez que reivindicava soluções que passavam pela superação do atual modo de produção econômico e para além da forma do Estado e da representação moderna. Denunciavam a própria ideia contida na expressão “crise de representação”, uma vez que, no mundo político atual, avesso à participação popular, a representação estaria na verdade cumprindo o papel para o qual ela foi concebida, isto é, o de afastar as pessoas do exercício do poder e monopolizá-lo em uma elite. Ao mesmo tempo em que realizavam essa crítica, buscavam em suas ações prefigurar um novo tipo de política, baseado na democracia direta, na participação de todos e na horizontalidade.

Ao final, analisamos o impacto das manifestações de junho na política brasileira. Concluimos que, apesar dos inúmeros retrocessos ocorridos nos últimos anos, notadamente o avanço de medidas de austeridade fiscal antipopulares, as Jornadas de Junho de 2013 desempenharam um importante papel no cenário político ao afirmarem um novo imaginário político radicalmente democrático, que se afirma para além dos autoritários e estritos limites impostos pelo jogo político dominante. Dessa forma, pode-se dizer que esses protestos se constituíram como uma importante força transformadora em suas facetas mais democráticas,

com potencial e possibilidades frutíferas para a construção de relações sociais mais horizontais e libertárias.

Sendo assim, espera-se que o presente trabalho contribua para a compreensão de um dos mais importantes e complexos fenômenos da história recente do Brasil. Certamente, analisá-lo de forma analítica, congelando suas inúmeras possibilidades e seu dinamismo vital, implica uma redução de sua riqueza de significados. O alto preço pago, porém, nos auxilia a lançar algumas luzes sobre acontecimentos que muitas vezes parecem apenas enigmas ensurdecedores. Deseja-se, por último, que, o estudo apresentado componha as forças que irromperam em junho aspirando à construção de um projeto democrático real.

6. Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. *A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer*. Novos Estudos, São Paulo, n. ju 2017, p. 49-58, 2017.

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega Universidade, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. *Uso dos corpos (Homo Sacer, IV, 2)*. Tradução: Selvino J. Assmann. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

ALVES, Giovanni. *Ocupar Wall Street... e depois?* In: HARVEY, David. et. al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/CartaMaior, 2012.

ALVIM, Davis. ‘Destruir, para reconstruir’: a tática *black bloc* e a pedagogia das vidraças. In: BORGES, David Gonçalves; SANTOS, Vitor Cei (orgs.). *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha: Praia Editora, 2015.

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

BADIOU, Alain. Veinticuatro notas sobre los usos de la palabra “pueblo”. In: VV. AA. *¿Qué es el pueblo?* Trad. Javier Bassas Vila. Madrid: Casus-Belli, pp. 11-21, 2014.

BARREIRA, Marcelo Martins. *Sem medo de ser... Megamanifestante feliz*. In: BORGES, David Gonçalves; SANTOS, Vitor Cei (orgs.). *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha: Praia Editora, 2015.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. O Estado Democrático de Direito pós-providência brasileiro em busca de eficiência pública de uma administração pública mais democrática. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 98, pp. 119-158, 2009.

BERCOVICI, Gilberto. “O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece”: a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo, Boitempo, 2010.

BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

BORGES, David. As jornadas de junho de 2013: histórico e análise. In: BORGES, David Gonçalves; SANTOS, Vitor Cei (orgs.). *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha: Praia Editora, 2015.

BORGES, David Gonçalves; SANTOS, Vitor Cei (orgs.). *Brasil em crise: o legado das jornadas de junho*. Vila Velha: Praia Editora, 2015.

BRAGA, Ruy. Democracia, trabalho e socialismo. In: NETTO, José Paulo (org.). *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, pp. 71-78, 2013.

_____. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BUSTAMANTE, Thomas (org). *Em defesa da legalidade: temas de direito constitucional e filosofia política*. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2018.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M.. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CANFORA, Luciano. *A democracia: história de uma ideologia*. Lisboa: Edições 70, 2007.

_____. *O mundo de Atenas*. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARLOS MACIEL, Luiz. As manifestações e os vândalos. In: BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David. *et. al.* *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/CartaMaior, 2012.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CASTELLAR, João Carlos (org). *Manifestações de junho de 2013: avanços e retrocessos um ano depois*. Rio de Janeiro: POD, 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. *Escritos políticos*. Trad. Xavier Pedrol. Madrid: Catarata, 2005.

_____. *Political and social writings, volume 1, 1946-1955: from the critique of bureaucracy to the positive content of socialism*. Trad. David Ames Curtis. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988a.

_____. *Political and social writings, volume 2, 1955-1960: from the workers' struggle against bureaucracy to revolution in the age of modern capitalism*. Trad. David Ames Curtis. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988b.

_____. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVA, Bruno. *A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out)*. São Paulo: Annablume, 2013.

CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Arencón (orgs.). *Podemos e Syriza: experimentações políticas e democracia no século 21*. São Paulo: Annablume, 2015.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2013.

CAVA, Bruno; PEREIRA, Márcio. *A terra treme: leituras do Brasil de 2013 a 2016*. São Paulo: Annablume, 2016.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: VELASCO, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). *Direita, Volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

CEDILLO, Raúl Sánchez. O poder do Podemos. In: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Arencón (orgs.). *Podemos e Syriza: experimentações políticas e democracia no século 21*. São Paulo: Annablume, 2015.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Introdução à História da Filosofia: as escolas helenísticas*. Vol. II, ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo (versão ampliada). In: GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Alternativas poético-políticas ao Direito: a propósito das manifestações populares em junho de 2013 no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

CHOMSKY, Noam. *Occupy*. Brooklyn: Zuccotti Park Press, 2012.

CINTRA, Marcos. Os custos do congestionamento na capital paulista. In: *Revista Conjuntura Econômica*, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, volume 62, nº 06, jun. 2008.

COCCO, Giuseppe. *Korpobraz: por uma política dos corpos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014

COCCO, Giuseppe; PILATTI, Adriano. A persistência da democracia absoluta. In: NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Trad. Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: Lamparina, pp. XXIV-XXX, 2015.

COGGIOLA, Osvaldo. *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2002.

COLLADO, Ángel Calle (org.). *Democracia radical: entre vínculos y utopías*. Barcelona: Icaria, 2011

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. In: *Filosofia Política 2*. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 9-25.

COSTA, Pietro. *El problema de la representación política: una perspectiva histórica*. In: *AFDUAM*, nº 8, Madrid, Facultad de Derecho-Universidad Autónoma de Madrid. pp. 15-61, 2004.

DALMAU, Rubén Martínez; SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel da. In: RIBAS, Luiz Otávio (org). *Constituinte exclusiva: um outro sistema político é possível*. São Paulo: Editora Popular, 2014.

D'ANDRÉA, Carlos; ZILLER, Joana. *Imagens violentas nas manifestações de 2013*. In: SILVA, Regina Helena Alves da (org). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

DATAFOLHA, Instituto de Pesquisas. *Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda*. São Paulo: março, 2016. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>>. Acesso em: 19/06/2018.

DUARTE, Pedro; MARTINS, Sérgio. *O Rio e as margens do Rio*. In: BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

DURANGO YEPES, Carlos Mario; GIL VERA, Víctor Daniel. *Development of a general crowdsourcing maturity model*. *cuad.adm.* [online], vol.32, n.55, pp.72-86, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-46452016000100007&lng=en&nrm=iso>.

ESTÉVEZ ARAUJO, José Antonio. *La constitución como proceso y la desobediencia civil*. Madrid: Trotta, 1994.

ESTOP, Juan Domingos Sannchéz. *Syriza: o outro projeto europeu*. In: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Arencón (orgs.). *Podemos e Syriza: experimentações políticas e democracia no século 21*. São Paulo: Annablue, 2015.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2015.

_____. *Introdução à guerra civil na França*. In: MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FAWCETT, Fausto. *Micaretas da cidadania*. In: BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

FIGUEIREDO, Rubens (org). *Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado*. Perdizes: Summus, 2014.

FINLEY, Moses I. *A política no mundo antigo*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1985.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARGARELLA, Roberto. *Crisis de la representación política*. México: Distribuciones Fontamara, 2002.

GERBAUDO, Paolo. *Tweets and the streets: social media and contemporary activism*. Nova Iorque: Plutopress, 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos Indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOMES, David; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Constitucionalismo e dilemas da justiça*. Belo Horizonte: Initia Via, 2014a.

_____. A justiça e a democracia como hipérbole: o PNDH3 e o projeto constituinte do Estado Democrático de Direito entre nós. In: GOMES, David; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Constitucionalismo e dilemas da justiça*. Belo Horizonte: Initia Via, 2014b.

_____. História, memória e soberania em disputa: justiça de transição e constituição do Estado Democrático de Direito no Brasil. In: GOMES, David; CATTONI DE OLIVEIRA Marcelo Andrade. *Constitucionalismo e dilemas da justiça*. Belo Horizonte: Initia Via, 2014c.

GONÇALVES, Mauricio. (Org.) *As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil*. Recife: Ed. Do Organizador, 2014.

GREGORI, Lúcio. Mobilidade e tarifa zero. In: BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

GUERRA FILHO, Willis Santiago (org.). *Alternativas poético-políticas ao direito: a propósito das manifestações populares em junho de 2013*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

GUSTÍN, Miracy Barbosa de Souza; DIAS, Maria Tereza Fonseca. *(Re) Pensando a Pesquisa Jurídica*. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

GUTIÉRREZ, Bernardo. Bem-vindos à era dos pós-partidos e vice-versa. In: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Arencón (orgs.). *Podemos e Syriza: experimentações políticas e democracia no século 21*. São Paulo: Annablue, 2015a.

_____. Syriza no labirinto dos movimentos sociais. In: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Arencón (org.). *Podemos e Syriza: experimentações políticas e democracia no século 21*. São Paulo: Annablue, 2015b.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997. v.1.

HAMILTON Alexander; JAY, John; MADISON, James. *The Federalist*. Indianapolis: Liberty Fund, 2001.

HARDT, Michael. Maldito Junho. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (org.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. *Declaração: isto não é um manifesto*. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, David. et. al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/CartaMaior, 2012.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

HERRERA, Miguel. Algumas considerações sobre a noção de contrapoderes sociais. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 105, p. 79-99, 2012.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Coleção “Os pensadores”. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viamundo, 2003.

IASI, Mauro. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

JUDENSNAIDER, Elena et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. Veneta: São Paulo, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 2001.

LAUDANI, Rafaelle. *Desobediencia*. Trad. Mario Trigo. Barcelona: Proteus, 2012

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2014.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel o proletariado na revolução*. Trad. Aristides Lobo. São Paulo: Expressão popular, 2007.

LESSA, Sergio. A história (quase) em nossas mãos. In: BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

LIA ALMEIDA, Ana, EFREM FILHO, Roberto. A (in)disponibilidade democrática. In: RIBAS, Luiz Otávio (org). *Constituinte exclusiva: um outro sistema político é possível*. São Paulo: Editora Popular, 2014.

LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. In: CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: VELASCO, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). *Direita, Volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. de. Mídia, rebeldia e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, pp. 89-94, 2013.

LÉVY, Pierre. *Ciberdemocracia*. Trad. Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

LÓPEZ, Edwin Johnson. La primavera árabe: caída de las dictaduras en el Medio Oriente. *Afese*, Equador, v. 61, n. 61, pp. 52-68, 2015.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. Trad. Giovanni Semeraro. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

LUMMIS, Charles Douglas. *Democracia radical*. Trad. Susana Guardado del Castro. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

_____. *Radical democracy*. New York: Cornell University Press, 1996.

LUKÁCS, György. *Der Spiegel entrevista o filósofo Lukács*. Tradução: Reiner Patriota. In: Verinotio: Revista On Line de Educação e Ciências Humanas, n° 09. Belo Horizonte: 2008a.

_____. *Socialismo e Democratização*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008b.

MADISON, James. A further view of the constitution of the senate, in regard to the duration of the appointment of its member [n.º 63] In: HAMILTON Alexander; JAY, John; MADISON, James. *The Federalist*. Indianapolis: Liberty Fund, 2001a.

_____. The utility of the Union as a safeguard against domestic faction and insurrection [n.º 10]. In: HAMILTON Alexander; JAY, John; MADISON, James. *The Federalist*. Indianapolis: Liberty Fund, 2001b.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013

MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTORANO, Luciano Cavini. *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo: Xamã, 2002.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Estado de exceção, desobediência civil e desinstituição: por uma leitura democrático-radical do poder constituinte. In: *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 4, Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pp. 43-95, outubro/dezembro de 2016. Disponível na *internet*.

_____. *Filosofia Radical e Utopia: inapropriabilidade, an-arquia, a-nomia*. Rio de Janeiro: Via Vértice, 2014.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa; SOUZA, Joyce Karine de Sá. A desobediência civil e os movimentos egípcios do século XXI. In: *Revista da Faculdade Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 61, pp. 21 - 56, jul./dez. 2012

MAYER, Joviano Gabriel Maia. O comum no horizonte da metrópole biopolítica. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 290. 2015.

MORAES, Alana; GUTIÉRREZ, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador. *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

MOSSÉ, Claude. *Péricles: o inventor de Atenas*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. *Carta de princípios*. Disponível em: <<https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, pp. 89-94, 2013.

MERINO, Antonio Giménez. *A crise europeia: excepcionalidade, gestão autoritária e emergência de formas ativas de resistência civil*. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 105, 2012.

MEZZADRA, Sandro; NEGRI, Toni. Uma passagem necessária para organizar a ruptura constituinte. In: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Arencón (orgs.). *Podemos e Syriza: experimentações políticas e democracia no século 21*. São Paulo: Annablue, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. SÃO Paulo: Unesp, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Trad. Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. Brasília: Contraponto, 2013.

NOVAES, Willian. Parte 3: os manifestantes. In: SOLANO, Esther; PAES MANSO, Bruno; NOVAES, William. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração, 2014.

NUNES, Rodrigo. Espanha: das redes aos partidos e vice-versa. In: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Arencón (orgs.). *Podemos e Syriza: experimentações políticas e democracia no século 21*. São Paulo: Annablue, 2015.

OBSERVATORIO METROPOLITANO. *La apuesta municipalista: la democracia empieza por lo cercano*. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. 2006. *Poder constituinte e patriotismo constitucional: o projeto constituinte do estado democrático de direito na teoria discursiva de Jürgen Habermas*. Belo Horizonte: Mandamentos. pp. 49-63, 88-9

ORTELLADO, Pablo. A primeira flor de junho. In: CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M.. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

_____. O Black Bloc e a violência. In: SOLANO, Esther; PAES MANSO, Bruno; NOVAES, William. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração, 2014.

_____. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena *et al.* *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. Veneta: São Paulo, pp. 226-237, 2013.

PAES MANSO, Bruno Manso. Parte 2: o jornalista. In: SOLANO, Esther; PAES MANSO, Bruno; NOVAES, William. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração, 2014.

PANNEKOEK, Anton. *Workers' councils*. Edinburgh: AK press, 2003.

PATELLA, Pietro Ameglio. *Gandhi y la desobediencia civil: México hoy*. Trad. Hind Swaraj y Programa Constructivo de la India. México: Plaza y Valdés, 2002.

PESCHANSKI, João Alexandre. O transporte público gratuito, uma utopia real. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, pp. 59-64, 2013.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

_____. *Representação: palavras, instituições e idéias*. Tradução: Wagner Pralon Mancuso e Pablo Ortellado. São Paulo: Lua Nova, n.67, pp. 15-47, 2006.

PINELLI, Cesare. Crises de la representación y nuevas vías de participación política. In: PINELLI, Cesare; PRESNO, Miguel. *Crisis de la representación y nuevas vías de participación política*. Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo, 2014.

PINELLI, Cesare; PRESNO, Miguel. *Crisis de la representación y nuevas vías de participación política*. Madrid: Fundación Coloquio Jurídico Europeo, 2014.

PLUTARCO. *Vidas paralelas: Péricles e Fábio Máximo*. Trad. Ana Maria Guedes Ferreira e Ália Rosa Conceição Rodrigues. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

RAMAS, Pantxo. Protótipos da inteligência coletiva. In: CAVA, Bruno; BELTRÁN, Sandra Arencón (orgs.). *Podemos e Syriza: experimentações políticas e democracia no século 21*. São Paulo: Annablue, 2015.

RAMOS, Marcelo. A originalidade da compreensão de lei na Grécia antiga. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n 107, pp.295-329, jul./dez. 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

RESTREPO, Ricardo Sanín. *Cinco tesis desde el pueblo oculto*. In: Oxímora: Revista Internacional de Ética y Política, n. 1, pp. 10-39, 2012.

RIBAS, Luiz Otávio (org). *Constituinte exclusiva: um outro sistema político é possível*. São Paulo: Editora Popular, 2014.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

RODRIGUES, Guilherme De Abreu Basto Lima. *O caso Izidora: as ocupações e a reprodução do espaço em Belo Horizonte*. (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 118. 2016.

ROSENFELD, Denis. Entre o libertário e a usurpação. In: FIGUEIREDO, Rubens (org). *Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado*. Perdizes: Summus, 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais: Palácio do Planalto, 24 de jun. 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da>

presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>. Acesso em: 10 de jun. 2017.

SANTAELLA, Lúcia. Moimentos sociais não são mais os mesmos. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago. Alternativas poético-políticas ao Direito: a propósito das manifestações populares em junho de 2013 no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David. et. al. *Occupy*: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/CartaMaior, 2012.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda (org.). *Jornadas de junho: a revolta popular em debate*. São Paulo: ICP, 2014.

SARTORI, Vitor Bartoletti. *Lukács e as figuras da política na sociedade capitalista*: apontamentos sobre democracia e liberalismo. PRIM@ FACIE. João Pessoa: PPGCJ, v. 15, n. 28, 2016.

SAKAMOTO, Leonardo. EM São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes*: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, pp. 89-94, 2013.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes*: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, pp. 71-78, 2013.

SCHAVELZON, Salvador. Uma nova Ontologia nas/das ruas. In: BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (orgs.). *Brasil em movimento*: reflexões a partir dos protestos de junho. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

SCHMITT, Carl. *Teoría de la constitución*. Trad. Francisco Ayala. Madrid: Alianza, 1982.

_____. *A crise da democracia parlamentar*. Trad. Inês Lohbauer. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. *Teologia Política*. Trad. de Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SHIRKY, Clay. *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph; BASTOS, Aurélio Wander (org). *A constituinte burguesa*: que é o terceiro Estado? Trad. Norma Azeredo. Rio de Janeiro: Liber juris, 1988.

SILVA, Regina Helena Alves da (org). *Ruas e redes*: dinâmicas dos protestosBR. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SILVA, Regina Helena Alves da; GUEDES, Inês Correia; JURNO, Amanda Chevtchouk; PAULA, Gabriel Mascarenhas Ribeiro de. Vandalismo e política nas redes sociais. In: SILVA, Regina Helena Alves da (org). *Ruas e redes*: dinâmicas dos protestosBR. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 97, pp. 23-40, nov. 2013.

_____. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA E SILVA, Jailson de. Quando novos personagens entram em cena. In: BORBA, Maria; FELIZI, Natasha; REYS, João Paulo (orgs.). *Brasil em movimento: reflexões a partir dos protestos de junho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

_____. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOLANO, Esther. Parte 1: a pesquisadora. SOLANO, Esther; PAES MANSO, Bruno; NOVAES, William. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração, 2014.

SOLANO, Esther; PAES, Bruno; NOVAES, William. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SORJ, Bernardo. Entre o local e o global. In: FIGUEIREDO, Rubens (org). *Junho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado*. Perdizes: Summus, 2014.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, pp. 83-88, 2013.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Protestos à direita no Brasil. In: VELASCO, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). *Direita, Volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo, Boitempo, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TUCÍDIDES. *A história da guerra de Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

WEBER, Max. *História geral da economia*. Trad. Klaus Von Puschen. São Paulo: Centauro, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad. Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

VINICIUS, Leo. *Antes de junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista*. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014.

_____. *A Guerra da Tarifa*. São Paulo: Faísca, 2005.

VELASCO, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). *Direita, Volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo, Boitempo, 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. A caminho de uma ruptura global. In: GUERRA FILHO, Willis Santiago. Alternativas poético-políticas ao Direito: a propósito das manifestações populares em junho de 2013 no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

_____. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, pp. 101-108, 2013.